

**JOSÉ AUGUSTO SENA VASCONCELOS | MÁRCIO CAMPELO RAMOS
VANICE SIQUEIRA DE MELO | VITÓRIA MASCARENHAS DE JESUS
WANIA ALEXANDRINO VIANA (ORG)**

PAISAGENS, SOCIEDADES E DESLOCAMENTOS NOS DOMÍNIOS COLONIAIS (SÉCULOS XVI-XIX)



**CADERNO
DE RESUMOS**



**ENCONTRO
INTERNACIONAL
DE HISTÓRIA
COLONIAL**



ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

SANTARÉM-PARÁ, 5 A 8 DE NOVEMBRO DE 2024

REALIZAÇÃO:



PAISAGENS, SOCIEDADES E DESLOCAMENTOS NOS DOMÍNIOS COLONIAIS (SÉCULOS XVI-XIX)

**CADERNO DE RESUMOS
EHC 2024**

APOIO:



PROPESP

Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação | UFPA

**JOSÉ AUGUSTO SENA VASCONCELOS
MÁRCIO CAMPELO RAMOS
VANICE SIQUEIRA DE MELO
VITÓRIA MASCARENHAS DE JESUS
WANIA ALEXADRINO VIANA
(ORG)**

**PAISAGENS,
SOCIEDADES E
DESLOCAMENTOS NOS
DOMÍNIOS COLONIAIS
(SÉCULOS XVI-XIX)**

**CADERNO DE RESUMOS
EIHIC 2024**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA

REITORA

Profa. Dra. Aldenize Ruela Xavier

VICE-REITORA

Profa. Dra. Solange Helena Ximenes Rocha

Copyright © by Organizadores

Copyright © 2024 Editora Cabana

Copyright do texto © 2024 Os autores

Todos os direitos desta edição reservados

© Direitos autorais, 2024, organizadores e autores.

Diagramação, projeto gráfico e capa: Eder Ferreira Monteiro

Edição e coordenação editorial: Ernesto Padovani Netto

Revisão: Os autores

Imagem de capa: *Santarém-PA no século XIX*. Ilustração de E. Riou. Créditos: Luís Agassiz & Elisabeth Agassiz, *Viagem ao Brasi 1865-1866*. 2000, p. 340.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Caderno de resumos do X Encontro Internacional de História Colonial / Organização de José Augusto Sena Vasconcelos, Márcio Campelo Ramos, Vanice Siqueira de Melo, et al. – Ananindeua-PA: Cabana, 2024.

C122

Outras organizadoras: Vitória Mascarenhas de Jesus, Wania Alexandri-no Viana.

259 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Inclui bibliografia

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-85733-33-5

1. Brasil - História - Período colonial, 1500-1822. 2. Evento. I. Vasconcelos, José Augusto Sena (Organizador). II. Ramos, Márcio Campelo (Organizador). III. Melo, Vanice Siqueira de (Organizadora). IV. Título.

CDD 981.03

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático

I. Brasil - História - Período colonial, 1500-1822



[2024]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 – Ananindeua – PA
Telefone: (91) 99998-2193
contato@editoracabana.com
www.editoracabana.com

COMISSÕES DO EIHC 2024

Comissão Organizadora

Ângela Vieira Domingues (ULisboa)
Gefferson Ramos Rodrigues (Ufopa)
Pablo Ibáñez-Bonillo (UNLisboa)
Rafael Chambouleyron (UFPA)
Vanice Siqueira de Melo (Ufopa)
Wania Alexandrino Viana (Ufopa)

Comissão Científica

Adilson Brito (UFPA)
Alírio Carvalho Cardoso (UFMA)
Angela Domingues (UL – Portugal)
Carla Mary da Silva Oliveira (UFPB)
Carmen Alveal (UFRN)
Edna Maria Matos Antônio (UFS)
Eduardo José Santos Borges (UNEB)
Erica Lopo de Araújo (UFPE)
Fabiano Vilaça dos Santos (UERJ)
Fabrício Lyrio Santos (UFRB)
George Felix Cabral de Sousa (UFPE)
Gian Carlo de Melo Silva (UFAL)
Jose Carlos Vilardaga (UNIFESP)
Juciene Ricarte Cardoso (UFCEG)
Karl Heinz Arenz (UFPA)
Leonardo Cândido Rolim (UERN)
Marco Antonio Nunes da Silva (UFRB)
Mônica da Silva Ribeiro (UFRRJ)
Nauk Maria de Jesus (UFGD)
Pablo Ibáñez-Bonillo (UNL – Portugal)
Rafael Chambouleyron (UFPA)
Ricardo Pinto de Medeiros (UFPE)
Suely Creusa Cordeiro de Almeida (UFRPE)
Suzana Maria de Sousa Santos Severs (UNEB)

Equipe de Secretários

José Augusto Sena Vasconcelos
Vanice Siqueira Melo
Wania Alexandrino Viana

SUMÁRIO

Apresentação.....	12
Programação geral.....	13

CONFERÊNCIAS, 14

Conferência 1: Los pueblos indígenas y su participación en el proceso de independencia en Charcas y el sur andino (1780 – 1826). <i>María Luisa Soux</i>	15
Conferência 2: O Pantanal visto, o não visto e o descrito no século XVIII pelas expedições de limites <i>Maria de Fátima Costa</i>	17
Conferência 3: Buenas esposas y excelentes madres. Mujeres, género y construcción de la familia ilustrada en el Virreinato del Perú, S. XVIII <i>Claudia Rosas Lauro</i>	18

MINICURSOS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 19

Minicurso 01: A Crítica Paleográfica: uma mais valia para os estudos coloniais <i>Alicia Duhá Lose</i>	20
Minicurso 02: Como trabalhar com mapas históricos coloniais: introdução <i>Denise Moura</i>	21
Minicurso 03: Quando a aldeia se torna vila nos sertões do Estado do Grão-Pará e Maranhão (séc. XVIII): fontes e possibilidades de pesquisa <i>Marcela Gomes Fonseca</i>	22
Minicurso 04: Comunicação, política e guerra: redes postais no período joanino e na Independência do Brasil (1808-1824) <i>Romulo Valle Salvino</i>	23

Minicurso 05: Joaquim José da Silva Xavier no audiovisual:
um outro Tiradentes
Rossana Gomes Britto.....24

Formação de professores: Amazônia Colonial no Chão da Escola:
aspectos de formação e práticas interdisciplinares.
Marley Antonia Silva da Silva e Regina Célia Corrêa Batista.....24

MESAS REDONDAS, 27

Mesa Redonda 01: Conexões atlânticas: comunicações,
comércio e navegação nas cidades portuárias do
Mundo Atlântico (séculos XVI-XVIII)
*José Damiano Rodrigues, George Félix Cabral de Souza,
Ana Catarina Garcia, Arthur Curvelo*28

Mesa Redonda 02: Artefatos coloniais sob olhares multidisciplinares.
*Maria Aparecida de Menezes Borrego,
José Newton Coelho Menezes, Márcia Almada*.....29

Mesa Redonda 03: A CONSTRUÇÃO DOS BRASIS:
trajetórias e protagonismo de africanos e mestiços no Brasil
escravista do período colonial.
*Roberto Guedes Ferreira, Suely Almeida,
Pollyanna Mendonça Muniz, Gian Carlo de Melo Silva*.....30

Mesa Redonda 04: A Inquisição na Amazônia colonial: agentes,
perseguidos e formas de ação e funcionamento.
*Yllan de Mattos, João Antônio Fonseca Lacerda Lima,
Almir Diniz de Carvalho Júnior*.....31

Mesa Redonda 05: Plataforma Silb: corpus documentais
e experiências de pesquisas.
*Marina Machado, Márcia Motta, Leonardo Cândido Rolim,
Thiago Alves Dias*.....32

Mesa Redonda 06: Sob o cativo, à sombra da liberdade: trajetórias de escravizados e libertos no Brasil (Séculos XVIII e XIX) <i>Gian Carlo de Melo Silva, Daniele Santos de Souza,</i> <i>Kátia Lorena Novais Almeida, Valéria Costa.....</i>	33
Mesa Redonda 07: Transmissão fundiária e dinâmicas familiares no Baixo Amazonas durante o período colonial e o século XIX <i>Luly Fischer, Emilie Stoll, Mark Harris.....</i>	34
Mesa Redonda 08: “Encruzilhadas sertanejas”: paisagens, fronteiras e agentes (Brasil e Angola na época moderna). <i>Maria Fernanda Bicalho, Héliida Santos Conceição,</i> <i>Nauk Maria de Jesus, Roberto Guedes Ferreira.....</i>	34
Mesa Redonda 09: Novas perspectivas para a História Indígena e do Indigenismo colonial <i>David Barbuda Ferreira, Romilda Oliveira Alves,</i> <i>André Luís Ferreira, Rafael Nascimento dos Santos.....</i>	35

SIMPÓSIO TEMÁTICO,37

Simpósio Temático 1

Impérios Ibéricos no Antigo Regime: práticas políticas e sociedade <i>Mônica da Silva Ribeiro e Rafael Chambouleyron.....</i>	38
--	----

Simpósio Temático 2

Das copas frondosas aos galhos sem jeito: distintas famílias e suas múltiplas histórias no espaço colonial ibero-americano <i>Carlos de Almeida P. Bacellar e Milton Stanczyk Filhos.....</i>	57
---	----

Simpósio Temático 3

Sucessos e fracassos do comércio e de comerciantes no mundo português, s. XVI- XVIII: instituições, trajetórias, mecanismos organizacionais e financeiros <i>Ana Sofia Ribeiro e. Cândido Domingues.....</i>	67
---	----

Simpósio Temático 4

Projetos missionários: religião, política e cultura escrita
no Império Português (sécs. XVI-XVIII)

Bruno Kawai Souto Maior de Melo.....76

Simpósio Temático 5

Fronteiras e relações transfronteiriças nos mundos coloniais

Alírio Carvalho Cardoso e Carlos Augusto Bastos.....82

Simpósio Temático 6

Formas de pensar o império: visões da África e da
Ásia do colonial ao pós-colonial.

Roberta Guimarães Franco e Rozely Menezes Vigas Oliveira.....94

Simpósio Temático 7

Franciscanos e franciscanismos na América Portuguesa:
influências na cultura, na sociedade, nas artes e nas
paisagens do Brasil (séculos XVI ao XIX)

Luiz Fernando Conde Sangenis.....102

Simpósio Temático 8

As margens atlânticas: gente negra, escravidão,
trajetórias e sociedade entre os sécs. XVI – XIX

Sueley Almeida e Gian Carlo de Melo Silva.....108

Simpósio Temático 9

Mobilidades sociais de índios, africanos e mestiçados em
sociedades escravistas (ibero-américa, séculos XVI-XIX)

David Barbuda Ferreira e Moisés Peixoto.....114

Simpósio Temático 10

Revoltas, resistências, inconfidências e independências: ideias políticas,
poderes, episódios e narrativas no Brasil – séculos XVI-XIX

André Figueiredo Rodrigues e Luciano Figueiredo.....126

Simpósio Temático 11

Instituições, expressões religiosas, identidades e estratégias de resistência no Império Português.

Angelo Adriano Faria de Assis e Marcus Vinicius Reis.....133

Simpósio Temático 12

Materialidade e interpretação de manuscritos e impressos da Época Moderna.

André de Melo Araújo e Rodrigo Bentes Monteiro.....145

Simpósio Temático 13 e 19

Colonização e ultramar: a Amazônia colonial e o Mundo Atlântico português – séculos XVII e XVIII.

João Antônio Fonseca Lacerda Lima e

Raimundo Moreira das Neves Neto.....165

O Antigo Regime e os sertões da América Portuguesa

Zezito Rodrigues da Silva e Pablo Antonio Iglesias Magalhães.....165

Simpósio Temático 14

O “Diretório dos Índios”: aplicações e adaptações na América Portuguesa (1757-1808).

Fabrcio Lyrio Santos e Karl Heinz Arenz.....184

Simpósio Temático 16

Os agentes do poder: a ação das autoridades seculares e eclesíásticas no Império Português (séculos XVI-XVIII).

Ediana Ferreira Mendes e Evergton Sales Souza.....201

Simpósio Temático 17

História e propriedades: direitos de acesso à terra na América Portuguesa e espanhola.

Marina Monteiro Machado e Leonardo Cândido Rolim.....214

Banners226

APRESENTAÇÃO

O X Encontro Internacional de História Colonial, com o tema “Paisagens, sociedades e deslocamentos nos domínios coloniais (séculos XVI-XIX)”, realizado em Santarém, entre 05 e 08 de novembro de 2024, agrupa pesquisadores e especialistas em História Colonial e oferece um espaço de diálogo e reflexão sobre as dinâmicas sociais, políticas e culturais nos contextos coloniais do século XVI ao XIX.

Este caderno de resumo reúne as pesquisas apresentadas na décima edição do evento e oferece ao público um panorama das investigações mais recentes no campo da História Colonial. Essas investigações são apresentadas nas conferências, mesas redondas, simpósios temáticos¹, nos banners e nos lançamentos de livros. A décima edição tem, como novidade, a oferta de um minicurso direcionado aos professores da educação básica, pois a comissão organizadora considera que é aproximar e estreitar os vínculos entre os pesquisadores vinculados às instituições de pesquisa e universidades e os professores que atuam nos ensinos fundamental e médio. Espera-se, assim, que as pesquisas apresentadas inspirem debates e colaborações futuras.

¹ O Simpósio Temático 15, “Humanidades digitais e a história colonial: acervos base de dados e produções historiográficas”, coordenado pelo Almir Leal de Oliveira e Reinaldo Forte Carvalho, e o 18, “Intelectuais, Igreja e o Conhecimento do mundo nos domínios de Portugal, séculos XVI ao XVIII”, coordenado pelo Bruno Martins Boto Leite e Carlos Ziller Camenietzki, foram cancelados. O Simpósio Temático 13 uniu-se ao Simpósio Temático 19.

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

	05 / 11	06 / 11	07 / 11	08 / 11
Manhã	Credencia- mento 8h às 12h	Minicursos 8h às 10h	Minicursos 8h às 10h	Minicursos 8h às 10h
		Mesas Redondas 10h às 12h	Mesas Re- dondas 10h às 12h	Formação de Professores (educação bá- sica) 8h às 12h
Almoço 12h às 14h				
Tarde	Simpósios Temáticos 14h às 18h	Simpósios Te- máticos 14h às 18h	Simpósios Temáticos 14h às 18h	Mesas Redondas 16h às 18h
Noite	Abertura e Conferência 18h30 às 20h30	Apresentação de Banners 18h-19h	Lançamento de Livros 18h	Conferência 18h30
		Conferência 19h		Festa de Encer- ramento 19h30



CONFERÊNCIAS



Conferência I Abertura do evento

Título:

LOS PUEBLOS INDÍGENAS Y SU PARTICIPACIÓN EN EL PROCESO DE INDEPENDENCIA EN CHARCAS Y EL SUR ANDINO (1780 – 1826)

Conferencista: **Dra. María Luisa Soux (UMSA)**

Día 05 de novembro de 2024 (terça-feira), às 19h30

Local: Auditório Tapajós/ Ufopa, Unidade Tapajós/ Bloco Laranjão.

Resumo: En una región como el sur andino, en el cual hasta hoy existe un gran porcentaje de población originaria de América, es necesario pensar que su peso en la historia ha sido fundamental. Para entender su historia es necesario señalar, sin embargo, que no se puede hablar de “lo indígena” sino de los “diversos pueblos de indios” que vivieron y viven en este amplio espacio, cada uno con sus propias características y, por lo tanto, con una historia específica con relación a los procesos regionales y globales del momento.

Durante la etapa colonial se reconocieron tres tipos de pueblos originarios, dependiendo de su ubicación en el territorio, sus formas de vida y su propia historia. Los eran los indios tributarios que vivían en las regiones de altiplano y valles quienes, a la llegada de los conquistadores españoles, estaban sometidos al imperio Inca. Los segundos eran los conocidos como “almas” o indios misionados. Pertenecían a diversos grupos étnicos y lingüísticos, pero compartían la característica de haber formado parte del sistema misional, ya sea jesuítico o

franciscano. Finalmente, los terceros eran los considerados “bárbaros”, formados por pueblos que no habían sido sometidos al dominio español ni portugués. Esta distinción es importante, porque fueron los primeros y, en menor proporción, los segundos, los que participaron de una forma u otra en el proceso de independencia.

La historiografía andina ha debatido desde hace unos cincuenta años, la cronología y las etapas del proceso de independencia. Algunos han establecido que el proceso se inició en la década de 1780 con la llamada “Sublevación general de indios”, que se expandió a gran parte de la región andina, y concluyó con las declaraciones de independencia en la década de 1820. Para otros, se trató de dos procesos diferentes, el primero dirigido por los mismos indios y, el segundo, llevado a cabo por la población criolla con sus propios proyectos. Finalmente, una tercera posición propone que, bajo el paraguas de “luchas anticoloniales”, ambos procesos, si bien fueron diferentes, se habrían articulado de diversas formas.

El presente trabajo analizará ambos procesos buscando comprender los diversos proyectos políticos que marcaron su participación, ya que no se trató únicamente de la búsqueda de una “independencia”, como se ha querido hacer ver desde una postura patriótica, sino del entrecruzamiento de varios proyectos sociales y políticos en los cuales se dieron diferentes alianzas entre pueblos indígenas y entre éstos y los grupos españoles, criollos y mestizos. Para ello es fundamental dejar de lado esa posición maniquea de buenos y malos, o la postura esencialista de una guerra entre “españoles y americanos”, en la cual los indios no tenían cabida. Por ello, se busca analizar “desde” lo indígena, los proyectos y las estrategias de lucha, así como sus fortalezas y debilidades.

El trabajo se centra en el análisis de documentación primaria que se halla en varios repositorios nacionales y locales de Bolivia, Perú y Argentina, así como en la bibliografía actualizada que se ha publicado con ocasión de la conmemoración del Bicentenario en los diversos

países iberoamericanos. Abordará tanto la narración de su participación en la sublevación y/o la guerra, como el planteamiento de sus proyectos, explicando las razones por las cuales los grupos indígenas y los individuos pertenecientes a estos pueblos tomaban decisiones de apoyar a uno y otro bando.

Conferência 2

Título:

O PANTANAL VISTO, O NÃO VISTO E O DESCRITO NO SÉCULO XVIII PELAS EXPEDIÇÕES DE LIMITES

Conferencista: **Dra. Maria de Fátima Costa**

Dia 06 de novembro de 2024 (quarta-feira), às 19h

Local: Auditório Tapajós/ Ufopa, Unidade Tapajós/ Bloco Laranjão.

Resumo: O Pantanal, uma imensa planície inundável contida no interior da América do Sul, é um lugar rico em diversidade ambiental e humana, além de apresentar uma paisagem singular. No século XVIII, esse espaço foi visitado por expedições relacionadas a demarcação de limites. De formatos e características díspares, todas elas legaram registros narrativos escritos, visuais ou cartográficos nos quais nuançaram, atenuaram ou até silenciaram aspectos do ambiente e da população humana que ali vivia. A ideia é perceber o que moldou essas narrativas.

CONFERÊNCIAS

(conferência) Encerramento

Título:

BUENAS ESPOSAS Y EXCELENTES MADRES. MUJERES, GÉNERO Y CONSTRUCCIÓN DE LA FAMILIA ILUSTRADA EN EL VIRREINATO DEL PERÚ, S. XVIII

Conferencista: **Claudia Rosas Lauro**

Dia: 08 de novembro de 2024 (sexta-feira), às 18h30

Local: Auditório Tapajós/ Ufopa, Unidade Tapajós/ Bloco Laranjão.

CONFERÊNCIAS

Resumo: En el Virreinato del Perú durante las últimas décadas del siglo XVIII, se produjo una reconfiguración de los roles de género, a raíz de la cual las mujeres, en su condición de madres, serían las principales protagonistas en la construcción de la familia ilustrada y la reforma de las costumbres. La conferencia presentará un análisis de este proceso y sus implicancias, atendiendo a las características propias de la sociedad colonial y al contexto de cambios producidos por las reformas borbónicas, la ilustración, entre otros. De esta manera, se abordarán las concepciones sobre la naturaleza femenina en el siglo XVIII, las tensiones entre estas y el nuevo ideal de madre ilustrada, el discurso higienista y el rol que empezó a desempeñar el médico en la guía de la moral de las mujeres y la familia. Asimismo, se enfocarán los estereotipos raciales y de género, y su contraste con la realidad de las mujeres criollas, indígenas, negras y mulatas, mujeres de diferente status y condición. Se buscará también, entender el paso de los ideales aristocráticos de vida a los valores burgueses, que en el Virreinato del Perú encontraron un campo fértil para las contradicciones y ambivalencias debido al ideal de vida cortesano de las élites, la fuerte diferenciación étnica y social que incluía la esclavitud, el carácter colonial y la estructura patriarcal de la sociedad. Por ello, la incorporación de ideas, valores y prácticas de la modernidad a la realidad social fue compleja y difícil.



MINICURSOS



DIAS: 06, 07 E 08 DE NOVEMBRO, 8H ÀS 10H

Minicurso 01: A Crítica Paleográfica: uma mais valia para os estudos coloniais

Ministrante: Dra. Alcília Duhá Lose

Local: Sala 101 do NSA - Bloco C.

MINICURSOS

A Paleografia, que já foi considerada como técnica ou como arte, hoje se configura como uma ciência robusta e refinada, com metodologias e cabedais teóricos consistentes. No entanto, ainda é mais conhecida e vista, em especial no âmbito das ciências históricas, como uma disciplina auxiliar que se restringe à leitura e transcrição de textos manuscritos. Este curso, no entanto, tem a pretensão de demonstrar que o aparato teórico e metodológico da Paleografia, de modo especial àquela produzida no Brasil, traz um olhar crítico sobre os materiais analisados, podendo contribuir para – além do desvendamento do conteúdo do texto – mais precisas datações documentais a partir de análises materiais, linguísticas e contextuais; para identificação de autorias mecânicas da escrita através do conhecimento dos modelos caligráficos de cada período e das análises dos elementos constitutivos da escrita; da organização hierárquica dos testemunhos (quando há originais, translados, cópias, sejam elas fidedignas ou falsificações ou falsas). Compreender a ciência paleográfica a partir desta perspectiva é indispensável para um confiável trabalho historiográfico que tenha como base fontes primárias manuscritas. O minicurso proposto pretende abordar, em perspectiva crítica, a Paleografia, com o intuito de subsidiar a caracterização, descrição e análise material de documentos para mais precisas localizações espaço-temporais de manuscritos; analisando, descrevendo e identificando mãos/punhos de scriptores em documentos manuscritos.

tos; compreendendo as instâncias de escrita mecânica e escrita delegada; e estabelecendo cronologias e filiações documentais de manuscritos produzidos durante o período colonial brasileiro em língua portuguesa ou referentes a ele, tudo isso com o objetivo de trazer uma mais valia ao olhar do historiador sobre a documentação pesquisada.

Minicurso 02: Como trabalhar com mapas históricos coloniais: introdução

Ministrante: Dra. Denise Moura

Local: Sala 102 do NSA - Bloco C

Este é um curso introdutório de História Social da Cartografia e abordará conceitos e métodos para o tratamento em perspectiva social de mapas históricos aplicados na pesquisa em História do Brasil colonial. Através de aulas expositivas e oficinas será conhecido o surgimento da história da cartografia e a organização de acervos cartográficos no Brasil e a sistematização de conceitos e métodos da área propostos pelo meio acadêmico anglo-saxão. Nas oficinas serão manuseados gêneros da cartografia jesuíta e sertanista, dois principais agentes intermediários dos espaços coloniais, capacitando o participante a utilizar este tipo de imagens cartográficas como objeto e fonte de pesquisa. A história social da cartografia é campo de pesquisa em expansão no Brasil e mapas, por serem objetos visuais, são de interesse mais abrangente e onipresente na vida cotidiana em geral. A aprendizagem de conceitos e métodos para utilizá-los em perspectiva social contribui para promover pesquisas amplas e inclusivas, para valorizar acervos históricos subutilizados conservados nos arquivos públicos, privados e Bibliotecas e para fortalecer a perspectiva visual na investigação histórica em Brasil colônia.

Minicurso 03: Quando a aldeia se torna vila nos sertões do Estado do Grão-Pará e Maranhão (séc. XVIII): fontes e possibilidades de pesquisa

Ministrante: **Ma. Marcela Gomes Fonseca**

Local: Sala 103 do NSA - Bloco C

MINICURSOS

Na historiografia já constam diversas e excelentes pesquisas, tanto a respeito do processo de instauração das aldeias missionárias, quanto de fundação das vilas civis no vale amazônico no século XVIII. Aldeia e vila são espaços centrais para a compreensão da formação e transformação da sociedade colonial amazônica, pois concentraram e catalisaram experiências de encontros, expectativas, tramas e embates entre os mundos indígenas, europeus e africanos. No entanto, entre a aldeia e a vila na historiografia, a pergunta ainda pouco feita é: “Quando a aldeia se torna vila?”. Essa pergunta que traz para o centro do debate teórico-metodológico o processo-problema histórico de transformação de uma aldeia em vila, é que guiará o minicurso proposto. Há, por outro lado, também uma relevância social em torno desta pergunta. Afinal ela tem um potencial didático que nos guia à reflexões fundamentais a respeito das transformações históricas do nosso cotidiano amazônico, muitas vezes surgidas em sala de aula do ensino superior ou do ensino básico. São transformações que apontam para a ideia de que antes de uma cidade ser cidade na Amazônia, ela foi uma vila, e antes de ser vila, ela foi uma aldeia, e antes de ser aldeia, ela foi uma taba. Ainda que este não tenha sido o único processo, e nesta ordem, que esteve em curso no século XVIII. O minicurso, portanto, direciona-se a estudantes, professores de história e comunidade no geral, com o objetivo de ampliar o olhar para os processos cotidianos de transformação das relações sociais e dos espaços na Amazônia colonial.

Minicurso 04: Comunicação, política e guerra: redes postais no período joanino e na Independência do Brasil (1808-1824)

Ministrante: Dr. Romulo Valle Salvino

Local: Sala 104 do NSA - Bloco C

Nos últimos anos, têm-se avolumado as pesquisas a respeito da comunicação escrita no Antigo Regime e no século XIX. Não obstante tais trabalhos, a circulação material das informações ainda é pouco estudada, no que se refere tanto às suas dinâmicas jurídico-administrativas, políticas e econômicas, quanto àquelas propriamente logísticas. Tendo em vista tal deficiência, este curso aborda, de forma panorâmica, um momento particularmente importante, entre a chegada da família real ao Rio de Janeiro e os conflitos que resultaram na independência do Brasil, quando o sistema de comunicação escrita português passou por grandes mudanças e foram lançadas as bases das redes postais utilizadas nas décadas seguintes. Nesse período, foram remodeladas as conexões entre o Rio de Janeiro, Portugal e os demais domínios americanos, criando canais para a circulação não só de correspondências, mas também de livros, periódicos e ideias. Criaram-se também as primeiras linhas regulares de transporte de correspondências e passageiros entre o Brasil e a Inglaterra. Ao longo dessas décadas, as mudanças ocorreram sob o influxo não apenas das necessidades mais imediatas da Coroa e dos homens de negócio, mas de movimentos como as guerras napoleônicas, os conflitos com os espanhóis, o processo emancipacionista nas Américas, as dissensões trazidas pela Revolução do Porto, a independência política do Brasil e a colocação das províncias sob o comando do Rio de Janeiro. Nesse quadro, as necessidades de comunicação militar tiveram grande importância. O presente minicurso busca trazer à luz passagens ainda não estudadas, a partir de fontes ainda não visitadas e da relei-

tura de outras, tendo como referencial teórico principalmente algumas proposições de Wolfgang Behringer, Richard R. John, Claude Raffestin e Rogério Haesbaert.

Minicurso 05: Joaquim José da Silva Xavier no audiovisual: um outro Tiradentes

Ministrante: **Dra. Rossana Gomes Britto**

Local: Sala 105 do NSA - Bloco C

O presente minicurso será relevante para aprendizagem crítica das etapas da Inconfidência Mineira em Vila Rica, desde o seu início, seu desdobramento e repressão pela Coroa Portuguesa, como também, da historiografia de uma das conjurações mais destacadas do período colonial brasileiro. Há uma proposta importante na realização do minicurso, que é a contra-análise do personagem Joaquim (Tiradentes) em algumas produções do audiovisual brasileiro, incluindo filmes, telenovelas e minisséries elencados no plano.

Formação de professores: **Amazônia Colonial no Chão da Escola: aspectos de formação e práticas interdisciplinares.**

Ministrantes: **Dra. Marley Antonia Silva da Silva e Dra. Regina Célia Corrêa Batista**

Local: Sala NSA C - 209

O Ensino de História segundo Circe Bitencourt (2008, p. 120-123) possui entre seus objetivos centrais a contribuição na constituição de identidades. Todavia, ela não se limita a forjar uma identidade na-

cional. Ainda na perspectiva da mesma autora, o Ensino de História fundamentalmente, deve estar comprometido com uma formação cidadã. Ainda para Holien Gonçalves Bezerra (2007, p. 40) o ensino de História, assume o papel de formar sujeitos autônomos, críticos, conscientes que devem estar preparados para atuar na sociedade com competência, dignidade e responsabilidade. As legislações educacionais, como a Lei 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), enfatiza que as propostas pedagógicas, passaram a vincular-se ao mundo do trabalho, prática social do estudante e a formação de cidadãos. Outros dispositivos legais alteraram a LDB, e devem ser observadas no Ensino de História, a partir da perspectiva da Amazônia Colonial, como a lei 10.639/2003, que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. Acrescida da lei 11.645/2008 que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. Na perspectiva da educação ligada ao meio ambiente, a lei n° 9.795/1999 dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Quanto a inserção das mulheres na legislação relativa à educação temos a recente lei n° 14.986/2024, instituída para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. No Estado do Pará, destaca-se a lei n° 9.677/2022 que institui a Semana Estadual de Conscientização sobre a Violência contra a Mulher nas escolas públicas do Estado do Pará. A partir do Ensino de História da Amazônia Colonial, é possível trabalhar todas essas legislações, respeitando ainda o currículo (Base Nacional Curricular) e é o que esse minicurso, pretende evidenciar/demonstrar. A partir de aspectos históricos da Amazônia Colonial, esse minicurso pretende apresentar, debater e identificar enfoques ligados a forma-

ção de professores, ensino/pesquisa histórica e práticas pedagógicas. A diversidade marcou o território que foi denominado de Amazônia Colonial. Na conformação histórica da região, as diferenças estiveram impressas nos aspectos ambiental, cultural, religioso, econômico, político e étnico. A ampliação do conhecimento histórico sobre a Amazônia Colonial, foi/é acompanhado de densidade e qualidade. O conhecimento científico tem seu formato, linguagem, que lhes são necessários e característicos. Mas, a dilatação do conhecimento científico, nem sempre está na sala de aula, pois, a necessidade de formação continuada de professores é uma constante, além da necessidade dos diálogos e intercâmbios entre o conhecimento escolar e o conhecimento acadêmico, que por diversas vezes costuma apresentar descompasso entre o conhecimento produzido academicamente e sua inserção em materiais e/ou livros didáticos, usados com os discentes. Neste sentido, esse minicurso, pretende apresentar e construir aproximações entre formação de professores, ensino de História (com enfoque na Amazônia Colonial) e práticas pedagógicas.



MESAS REDONDAS



DIA 06 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 10H

Mesa Redonda 01: Conexões atlânticas: comunicações, comércio e navegação nas cidades portuárias do Mundo Atlântico (séculos XVI-XVIII)

Participantes: Dr. José Damião Rodrigues (ULisboa), Dr. George Félix Cabral de Souza (UFPE), Dr. Ana Catarina Garcia (CHAM), Dr. Arthur Curvelo (UFAL)

Local: Sala 201 do NSA - Bloco C.

MESAS REDONDAS

O século XV inaugura o início da expansão europeia sobre o mundo atlântico, e com ela, a construção de complexas formações políticas de dimensão multicontinental e transoceânica. O oceano se coloca, ao mesmo tempo, como obstáculo e como meio natural indispensável para que as conexões entre as diferentes partes destes novos impérios atlânticos pudessem ser feitas. A navegação e a troca regular de comunicações manuscritas representam os principais meios disponíveis para transpor as distâncias e estabelecer conexões comerciais e políticas entre as duas margens do oceano. As cidades portuárias desempenham um papel determinante neste mundo, pois representam verdadeiros eixos (*hubs*) de conexão comercial, política e cultural entre os diferentes espaços. Diante disso, a mesa redonda *Conexões atlânticas: comunicações, comércio e navegação nas cidades portuárias do Mundo Atlântico (séculos XVI-XVIII)* reúne quatro comunicações que têm por objetivo geral observar o papel das cidades portuárias na integração do atlântico ibérico através de suas instituições e agentes. O primeiro bloco de comunicações privilegia os espaços insulares e procura observar o papel destas cidades na integração mercantil das duas margens do oceano, destacando a formação dos espaços portuários, e

sublinhando a importância das instituições locais para a organização das navegações transoceânicas. Já o segundo bloco, procura analisar o papel político destas cidades portuárias através dos circuitos de comunicação política que mantinham com a Europa e com as arenas locais de poder, aferindo a produção normativa de governadores e câmaras municipais. Em conjunto, consideramos que a mesa pode trazer novas perspectivas sobre os temas em tela, beneficiando-se sempre de uma comparação que ressalte as especificidades de espaços insulares e continentais, e que procure analisar a navegação e as comunicações manuscritas como formas de integrar o mundo atlântico. Estas parecem ser razões suficientes para justificar a relevância da presente mesa, cujas intervenções são resumidas a seguir.

Mesa Redonda 02: Artefatos coloniais sob olhares multidisciplinares

Participantes: **Dra. Maria Aparecida de Menezes Borrego (Museu Paulista – USP), Dr. José Newton Coelho Meneses (UFMG), Dra. Márcia Almada (UFMG)**

Local: Sala 202 do NSA - Bloco C.

Nos estudos sobre materialidades e patrimônio, a análise conjunta de fontes textuais, iconográficas e tridimensionais para a compreensão das dinâmicas coloniais tem se consolidado na prática historiográfica nas últimas décadas. Mais recentemente, por meio da aproximação e interação de diferentes profissionais, métodos e técnicas, as pesquisas envolvendo tipologias documentais variadas vêm promovendo um contínuo alargamento do conhecimento sobre materiais, datações, autorias e procedências. História, Arqueologia, Filologia, Física, Química, bem como Conservação e Restauro são algumas das áreas que têm configurado um campo

científico efetivamente inter e multidisciplinar. Nessa mesa redonda, historiadores do grupo de pesquisa CNPq GESTO – Elementos Materiais da Cultura e Patrimônio buscam discutir questões atinentes aos deslocamentos humanos e às paisagens culturais por meio de análises sobre a circulação de ideias, matérias primas, técnicas do fazer e objetos no império português, relativamente à produção escrita e às culturas doméstica e alimentar dos habitantes na América, em diálogo com várias áreas do saber.

Mesa Redonda 03: **A CONSTRUÇÃO DOS BRASIS: trajetórias e protagonismo de africanos e mestiços no Brasil escravista do período colonial**

Participantes: **Dr. Roberto Guedes Ferreira (UFRRJ), Dra. Suely Almeida (UFRPE e UFPE), Dra. Pollyanna Mendonça Muniz (UFMA), Dr. Gian Carlo de Melo Silva (UFAL / UFRPE)**

Local: Sala 203 do NSA - Bloco C.

A presente mesa tem por objetivo apresentar partes dos Brasis existentes no período colonial. O foco será a Capitania de Pernambuco, com a comarca de Alagoas e o Estado do Grão-Pará e Maranhão no século XVIII, com os documentos da Câmara Eclesiástica. Os africanos presentes nas partes ao Sul da Capitania de Pernambuco, na comarca de Alagoas, ganham destaque na investigação em que buscamos os laços atlânticos ocasionados com o comércio negreiro e que tinha eles com as Alagoas. Incluímos nesse processo, as trajetórias dos comerciantes negreiros fixados em Pernambuco e como desenvolveram o comércio escravista em direção a Costa da Mina durante a primeira metade dos setecentos. Nossa referência se faz na atuação de Francisco Gomes da

Fonseca, mercador negreiro e pardo, mas também a José de Freitas Sacoto, que atuou com sua casa comercial inclusive durante o período da Companhia de Comércio Pernambuco e Paraíba. Do Maranhão, evidenciaremos processos de Justificação de Viuvez com o objetivo de analisar os significados do matrimônio para homens forros. O trânsito atlântico e pelo interior dos sertões demonstra a mobilidade desses sujeitos históricos e a importância do casamento numa sociedade escravista. Assim, as margens atlânticas conectaram locais distantes, mas envoltos numa sociedade marcada pela escravidão e por dinâmicas sociais ditadas pelas necessidades locais, seja no Maranhão, em Pernambuco ou na África de outrora.

DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 10H

Mesa Redonda 04: A Inquisição na Amazônia colonial: agentes, perseguidos e formas de ação e funcionamento

Participantes: **Dr. Yllan de Mattos (UFRJ), Dr. João Antônio Fonseca Lacerda Lima (UEPA), Dr. Almir Diniz de Carvalho Júnior (UFAM)**

Local: Sala 204 do NSA - Bloco C.

Os diversos mecanismos de vigilância e controle da religiosidade no mundo colonial ultrapassavam a atuação de uma visitação do Santo Ofício – expediente extraordinário de averiguação do Tribunal. No século XVIII, espalhado pelas maiores cidades da América portuguesa, os diversos oficiais da Inquisição – comissários e familiares – contavam também com a própria atuação do clero secular e regular para executar as primeiras etapas do processo inquisitorial, tais como denúncia, inquirição, tomada de depoimentos e captura.

Essa estrutura nada simples se mostrava bem eficaz na averiguação da consciência religiosa, movendo a engrenagem da Inquisição nestas terras. Como parte integrante da América portuguesa, a região Amazônica (Estado do Maranhão e Grão-Pará) observou as mesmas estratégias de vigilância e controle, porém marcada efetivamente pelo agigantamento do território e pela presença constante de populações nativas que eram amiúde convertidas ao cristianismo. A proposta desta mesa-redonda é discutir as singularidades da ação inquisitorial na Amazônia, observando tanto os agentes repressores quanto os réus perseguidos.

Mesa Redonda 05: **Plataforma Silb: corpus documentais e experiências de pesquisas**

Participantes: **Dra. Marina Machado (UERJ), Dra. Márcia Motta (UFC), Dr. Leonardo Cândido Rolim (UERN), Dr. Thiago Alves Dias (UPE)**

Local: Sala 205 do NSA - Bloco C.

Idealizado pela pesquisadora Carmen Alveal, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a plataforma Silb constitui-se no mais importante banco de dados acerca das sesmarias concedidas pela Coroa Portuguesa no mundo atlântico. Trata-se, portanto, de uma plataforma que permite ao investigador acessar todas as informações referentes às sesmarias das distintas capitanias da América Portuguesa. As complexas leituras dos pleiteantes a um título sesmarial, os argumentos apresentados com vista à concessão e a operacionalização das sesmarias para consagrar, em tese, o seu direito de propriedade, são exemplos da riqueza deste corpus documental. Neste sentido, o entrecruzamento dos dados, a partir da plataforma, vem redefinindo as interpretações correntes sobre o mais importante instituto jurídico do Brasil colônia. A mesa

proposta objetiva trazer à luz as pesquisas realizadas pelos historiadores vinculados a este projeto, revelando – com riquezas de detalhes – as múltiplas faces do sistema sesmarial e suas especificidades regionais.

Mesa Redonda 06: *Sob o cativo, à sombra da liberdade: trajetórias de escravizados e libertos no Brasil (Séculos XVIII E XIX)*

Participantes: Dr. Gian Carlo de Melo Silva (UFAL / UFRPE), Dra. Daniele Santos de Souza (IFBA), Dra. Kátia Lorena Novais Almeida (UNEB), Dra. Valéria Costa (UFPE)

Local: Sala 210 do NSA - Bloco C.

A experiência da escravidão de africanos e seus descendentes constituiu fator primordial na formação da sociedade brasileira. Nas últimas décadas, a historiografia sobre a escravidão e a liberdade no Brasil tem se voltado, por meio de denso escrutínio de arquivos e bibliotecas, para elaboração de trajetórias e biografias de personagens que atravessaram este período da história do Brasil, em especial ao longo dos séculos XVIII e XIX. A análise da trajetória de pessoas escravizadas e libertas vem sendo utilizada pela história social como ferramenta que permite ampliar o olhar sobre as complexidades, contradições e vicissitudes experienciadas por atores(as) da sociedade escravista brasileira. Estas trajetórias, comumente, permitem compreender os significados da resistência cotidiana ao cativo, as dificuldades para construção de redes de apoio e laços de solidariedade, a luta pela manumissão e pela afirmação da liberdade. Esta mesa-redonda abordará esta temática, apresentando os desafios para elaboração de trajetórias de escravizados e libertos e como a análise destas personagens se inserem na compreensão da história do Brasil no mudo atlântico.

DIA 08 DE NOVEMBRO, ÀS 14H

Mesa Redonda 07: Transmissão Fundiária e Dinâmicas Familiares no Baixo Amazonas durante o Período Colonial e o Século XIX

Participantes: **Dra. Luly Fischer (UFPA), Dra. Emilie Stoll (CNRS), Dr. Mark Harris (UoA)**

Local: Sala 211 do NSA - Bloco C.

MESAS REDONDAS

Essa mesa redonda reúne uma jurista especialista da história do direito fundiário na Amazônia brasileira e dois antropólogos que trabalham a questão da transmissão e das relações familiares com uma perspectiva de antropologia histórica. A partir de estudos de caso em Santarém, Óbidos e Monte Alegre, pretendem discutir a ocupação fundiária por famílias da região do Baixo Amazonas durante a época colonial e no século 19, apoiando-se em documentos históricos oriundos do judiciário e de administrações ligadas à questão da terra (Incrá, Iterpa, entre outras), em pesquisas etnográficas nas comunidades envolvidas. O objetivo será dar um panorama da história da construção fundiária da região, bem como da ocupação da terra e dos seus usos.

Mesa Redonda 08: “Encruzilhadas sertanejas”: paisagens, fronteiras e agentes (Brasil e Angola na época moderna).

Participantes: **Dra. Maria Fernanda Bicalho (UFF), Dra. Héli da Santos Conceição (UNEB), Dra. Nauk Maria de Jesus (UFGD), Dr. Roberto Guedes Ferreira (UFRRJ)**

Local: Sala 212 do NSA - Bloco C.

A proposta da mesa é analisar paisagens, dinâmicas de fronteiras e a atuação de agentes sociais nos sertões do Estado do Brasil, do Maranhão e Grão-Pará e de Angola. As expedições aos sertões foram cruciais na época moderna, mobilizando indivíduos de diversas origens e qualidades sociais, criando oportunidades comerciais e expandindo o conhecimento sobre os ecossistemas de áreas a conquistar. Porém, não houve uma relação direta entre as expedições aos sertões e a efetiva conquista dessas regiões. As interações entre portugueses, indígenas e africanos gerou contingências, adaptabilidades e resiliências que moldaram significativamente as formas de exploração dos recursos naturais, os padrões de interação social e a incorporação dos sertões ao mapa geopolítico das monarquias ibéricas. Assim, os espaços sertanejos aparecem como territórios de oportunidades, mas também de conflitos e disputas em escala local e imperial. As comunicações aqui apresentadas resultam de investigações conduzidas por pesquisadores com trajetórias e leituras diversas sobre os sertões, suas paisagens e seus caminhos territoriais, ribeirinhos e atlânticos. Em perspectiva comparada, observam-se múltiplos sertões, em diferentes escalas nos Estados do Brasil, do Pará e Maranhão e no Reino de Angola.

Mesa Redonda 09: Novas perspectivas para a História Indígena e do Indigenismo colonial

Participantes: **Dr. David Barbuda Ferreira (UFMG), Dra. Romilda Oliveira Alves (UEMG), Dr. André Luís Ferreira (MPS), Dr. Rafael Nascimento dos Santos (Unifesspa)**

Local: Sala 213 do NSA - Bloco C.

Nas últimas três décadas a historiografia brasileira registrou uma significativa mudança na produção referente aos povos indígenas. Sub-

sidiados por novas metodologias e fontes, essas pesquisas ganharam fôlego, proporcionando uma paulatina reescrita da História do Brasil. Abdicando de uma visão essencialista acerca dos índios e distanciando-se, dessa forma, das visões conservadoras que os concebiam como meros sobreviventes de uma cultura destruída e empobrecida pelas transformações coloniais, os estudos atuais buscam analisar os povos indígenas a partir de suas próprias experiências, percebendo-os como agentes ativos e criativos diante das situações de conquista e dominação. Apropriando-se dessas renovações e ampliando o panorama das temáticas, a presente Mesa Redonda, tem por objetivo discutir as mais recentes perspectivas para a História Indígena e do Indigenismo colonial. A partir de temas centrais - memórias, saberes, elites indígenas e administração colonial - abordaremos as (inter)agênicas desses sujeitos com os demais setores do mundo colonial. Nossas análises buscaram contemplar diferentes espacialidades - Amazônia, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais - e temporalidades - séculos XVII-XIX - buscando estabelecer um diálogo entre novos pesquisadores que se dedicam ao estudo da História Indígena e do Indigenismo, dando ênfase em suas agências, resistências e demais experiências históricas. Em suma, pretendemos propor uma reflexão sobre a importância da indigenidade como uma identidade sociopolítica, legal e cultural.



SIMPÓSIOS TEMÁTICOS



SIMPÓSIO TEMÁTICO 01

IMPÉRIOS IBÉRICOS NO ANTIGO REGIME: PRÁTICAS POLÍTICAS E SOCIEDADE

Coordenadores: Dra. **Mônica da Silva Ribeiro** (UFRRJ) e
Dr. **Rafael Chamboleyron** (UFPA)

Local: Sala: 101 do NSA - Bloco C - Ufopa / Tapajós.

Este simpósio temático tem o objetivo de congregar pesquisadoras e pesquisadores interessados(as) em expor resultados parciais e finais de seus estudos sobre as dinâmicas administrativa, política, militar, religiosa e social nos mais diversos recantos dos impérios espanhol e português na Época Moderna. Pretende-se discutir também metodologias de pesquisa que atentem para os sujeitos históricos produtores e partícipes de redes sociais envoltas pelas práticas políticas do Antigo Regime e as delineações de novos espaços de atuação destes sujeitos, caracterizados pelas singularidades que passaram a emergir nas quatro partes do mundo a partir das expansões ultramarinas e das conquistas. Chamam atenção na atualidade os estudos que analisam as estratégias de articulação política e administrativa dos espaços tomados, da ação de homens e mulheres nos modos de governar ou, ainda, no exercício político dos valores religiosos no cotidiano das sociedades ibéricas e coloniais. O fazer-se nobre nos espaços ibéricos propicia análises das dinâmicas socioculturais e da formação de lugares de poder capazes de dialogar ativamente com os reinos europeus. As naturezas pluricontinental e compósita, respectivamente, das monarquias portuguesa e espanhola estimulam investigações que merecem maior atenção e, inclusive, possibilidades de intersecções conceituais sobre as práticas políticas e administrativas exercidas nas

fimbrias dos impérios. O Simpósio Temático pretende promover um profícuo diálogo entre estudiosos atentos ao uso variado de fontes sobre estes diversificados temas e suas perspectivas de pesquisa na administração, na governação, na vida social e cultural nos impérios ultramarinos ibéricos durante o Antigo Regime.

SESSÃO 01: 05 DE NOVEMBRO (TERÇA-FEIRA)

UMA CÂMARA EM TRÊS CONTEXTOS: COMUNICAÇÃO POLÍTICA, INSERÇÃO NA ARQUITETURA DE PODERES E ATUAÇÃO DA MUNICIPALIDADE DA PARAÍBA (1688-1755)

Doutorando **Lucas Guedes Pereira Arnaud Arroxelas** (UFPE)

O presente trabalho procura compreender qual o lugar político da câmara da Paraíba e como ela atuou entre 1688 e 1755, observando especialmente as variações durante esses anos e os diferentes períodos de sua configuração e agir institucional. Nosso recorte cronológico, portanto, compreende o espaço de tempo entre a criação da ouvidoria geral da Paraíba e a anexação desta capitania à de Pernambuco. Para isso, analisaremos a comunicação política em torno da dita edilidade, o que será feito a partir de dois circuitos comunicacionais, o transoceânico com os poderes do Reino e um interno com o governador de Pernambuco, sobrepondo e contrastando os dados obtidos para cada um deles. Recorreremos a dois fundos documentais, a seção Paraíba dos documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino e a Coleção Conde dos Arcos, presente no Arquivo da Universidade de Coimbra. Tais fontes serão distribuídas de forma serial, organizadas em função da problemática em questão e do que qualitativamente nos mostraram a respeito dos processos vividos em torno da municipalidade. Assim, procederemos uma abordagem quantitativa da comunicação política,

acompanhada de análises qualitativas de alguns casos. Dessa forma, poderemos abordar e melhor compreender três períodos da existência e atuação da câmara da Paraíba nesse recorte, vinculados, em maior medida, respectivamente aos seguintes processos: à criação da ouvidoria geral e seus impactos no arranjo político, à crise econômica e fiscal da capitania e ao processo de anexação. Por conseguinte, poderemos alcançar um melhor entendimento sobre a instituição em tela e a vida política da Paraíba, mas também a respeito de importantes processos desenvolvidos na primeira metade do século XVIII nas capitânias do norte e no império português.

HOMENS DE DISTINÇÃO: PERFIL SOCIAL E AS REDES RELACIONAIS DOS VEREADORES DA CIDADE DE MARIANA SETECENTISTA

Dra. Regina Mendes de Araújo (IFSULDEMINAS)

No império ultramarino português entre as várias instituições que compunham o quadro administrativo, destaca-se a câmara municipal, que exerciam localmente funções executivas e desempenhavam o papel de tribunal de justiça de primeira instância. A câmara nas Minas representou importante órgão de tomada de decisões, estruturando-se em torno dela um dos pilares do poder político da Coroa. Além disso, o órgão municipal apresentou-se como importante espaço de poder para a atuação da elite local, desejosa de privilégios e ganhos simbólicos. Servir em cargos da República rendia reputação no âmbito local e no centro político, além de viabilizar o estabelecimento de laços relacionais. A presente comunicação objetiva apresentar o perfil e analisar algumas trajetórias de vereadores que passaram pela câmara de Mariana entre 1750 e 1808. Para tal será considerado o perfil social e as redes relacionais nas quais estes indivíduos estavam inseridos. Para a construção do perfil social e das redes relacionais

recorreu-se testamentos e inventários, processos de genere e processos matrimoniais, cartas patentes, pedidos de confirmação de postos, listas de notas e processos de habilitação na Ordem de Cristo desses indivíduos para traçar o perfil econômico e social, documentação que se encontra no Arquivo Público Mineiro, no Arquivo Histórico da Câmara de Mariana, nos Arquivo Histórico Ultramarino e na Torre do Tombo. Para entender que são esses homens que viveram em Mariana e ocuparam lugares na câmara procurando se distinguir analisou-se as redes relacionais motivadas por aspectos parentais, econômicos e de amizade nas quais estes estiveram envolvidos. Essas redes foram fundamentais tanto para a indicação ao pleito como para reforçar e ampliar a autoridade de homens com poder de mando e distinção dentro da sociedade mineradora.

LIMITAÇÕES DE PRIVILÉGIOS E CERCEAMENTO DE ATRIBUIÇÕES: A CÂMARA DE BELÉM ENTRE 1750 E 1777

Doutorando **Vinícius Zúniga Melo** (IFPA)

A pesquisa tem por objetivo tratar do senado da câmara da cidade de Belém entre os anos de 1750 e 1777, período do reinado de D. José I à frente do governo português. Uma das principais justificativas para a realização do trabalho são os poucos estudos que existem acerca deste órgão durante o período colonial e, principalmente, durante a segunda metade do século XVIII, quando Belém era capital do estado do Grão-Pará e Maranhão e depois do Grão-Pará e Rio Negro. As fontes aqui utilizadas são em sua maioria correspondências de cunho administrativo entre a câmara da cidade, a Coroa Portuguesa e o governo do estado, tais como cartas, ofícios, requerimentos, certidões, consultas do Conselho Ultramarino e Ordens Régias. Do manejo dessas fontes, o estudo elaborou uma planilha onde fica visível dois importantes aspectos: os temas das correspondências camarárias tanto com o go-

verno metropolitano quanto estadual e a natureza das ações da câmara de Belém no período aqui estudado. Considerado por grande parte da historiografia como sendo um contexto em que o governo metropolitano objetivou implantar uma política administrativa mais racional no reino e no ultramar, o estudo defende o argumento de que a câmara de Belém sofreu os impactos dessas medidas, visto que privilégios de seus oficiais foram limitados e atribuições do órgão foram cerceadas. Exemplos deste último ponto foram as ações camarárias que precisaram do aval régio para serem postas em prática e o fato da presidência do conselho passar a ser exercida por alguém diretamente nomeado pelo monarca – o juiz de fora.

O PRÊMIO E O CASTIGO: O GOVERNADOR, O JUIZ DE FORA “E SEUS CORROMPIDOS E DEPRAVADOS SÓCIOS” – PARÁ, SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Dr. Fabiano Vilaça dos Santos (UERJ)

Esta comunicação aborda os conflitos entre o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, José de Nápoles Telo de Meneses (1780-1783), o juiz de fora e da Alfândega de Belém, José Justiniano de Oliveira Peixoto, e aqueles que o governador apontou como seus “sócios”, a exemplo do ouvidor-geral do Pará, Matias José Ribeiro. A temática do trabalho dá ensejo à apresentação de resultados parciais de um projeto de pesquisa sobre administração colonial e trajetórias governativas no Estado do Maranhão e Piauí e no Estado do Grão-Pará e Rio Negro, de 1779 a 1820. Nesse sentido, os objetivos da comunicação estão em consonância com a proposta geral da investigação a que se vincula, ao privilegiar o estudo da trajetória de um governador do Pará (e dos oficiais régios envolvidos na querela em torno da arrecadação fiscal, da repartição dos índios); a ação de redes de poder manifesta na apuração dos fatos que colocaram em lados opostos José de Ná-

poles Telo de Meneses e José Justiniano de Oliveira Peixoto, no exercício de suas funções e na defesa de interesses particulares. Por meio da análise qualitativa de fontes primárias (correspondência oficial, consultas do Conselho Ultramarino, registros de mercês etc.), provenientes de acervos portugueses e brasileiros, instrumentalizada por conceitos como “trajetória” e “rede”, busca-se examinar os impactos desses conflitos – ocorridos em outras capitanias – na trajetória dos agentes implicados, considerando-se como aspectos fundamentais as suas possibilidades de articulação política na Corte e a manifestação da justiça régia na atribuição do prêmio e do castigo aos súditos, nesse caso, especialmente aos que serviam à Coroa nas partes ultramarinas.

JOÃO DA CRUZ DINIZ PINHEIRO À JOSÉ FEIJÓ DE MELO, AS ATUAÇÕES DO MAGISTRADO RÉGIO NAS COMARCAS GERAIS DA AMAZÔNIA PORTUGUESA DO SÉCULO XVIII

Doutoranda **Stephanie Lopes do Vale** (UFPA)

As comarcas eram territórios de atuação dos magistrados régios nas áreas coloniais da monarquia pluricontinental portuguesa, particularmente os Ouvidores Gerais, funcionários régios encarregados de Fazer Justiça. A criação das Comarcas de São José do Rio Negro e de São José do Piauí, alterando limites das Comarcas do Pará e Maranhão, e a criação de cargos como de Intendente Geral da Agricultura, Comércio e Manufatura, além da formação das Juntas (Extraordinária e de Justiça), que demandavam a ampliação do corpo de magistrados para o Estado do Grão-Pará e Maranhão. A Justiça Régia constituía um corpo separado de agentes dentro da máquina administrativa lusitana, pessoas formadas na Universidade de Coimbra, resultando em número limitado de bacharéis frente às muitas demandas dos domínios por Juízes de Fora, Ouvidores e Desembargadores. Encontramos uma relativa circulação, não apenas pela Comarca do Pará, mas entre os cargos dirigidos aos ba-

charéis do rei. As documentações do Arquivo Histórico Ultramarino e Arquivo Público do Estado do Pará trazem aspectos das atuações dos bacharéis do rei, inserindo esses agentes dentro da governação do Estado como figuras fundamentais para a realização da colonização. Estabelecer novas vilas, comarcas e cargos exigia bacharéis aptos a percorrerem os sertões, pessoas como João da Cruz Diniz Pinheiro que tendo servido na Comarca do Maranhão, acabou sendo o primeiro Intendente Geral da Agricultura, Manufatura e Comércio do Pará e perdeu a vida tentando chegar a sede da Comarca do Piauí. Elogiado por sua atuação pelo governador e capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado e pelo bispo D. Miguel de Bulhões, Diniz não conseguia retornar a metrópole. Seus conhecimentos da terra, e a dificuldade de envio de novos magistrados, o tornavam importante para a governação colonial.

CRIME E CÁRCERE: UMA ANÁLISE DA CRIMINALIDADE NA CAPITANIA DE MATO GROSSO A PARTIR DA CADEIA (1770-1822)

Mestrando **Renan Silva Martins** (JFGD)

A criminalidade constitui um fenômeno importante para a compreensão do cotidiano no período colonial, tendo sido os crimes contra o patrimônio, a honra, a igreja, a coroa e a vida praticados durante séculos na América Portuguesa. Esta proposta de comunicação busca discutir a criminalidade na capitania de Mato Grosso, entre 1770 e 1822, a partir da cadeia pública de Vila Bela e da Vila de Cuiabá. Pretende-se discutir a criminalidade e o funcionamento da cadeia a partir da análise de cartas de juízes ordinários, juízes de fora, ouvidores e de oficiais da câmara municipal que atuaram nas duas Vilas. Entende-se que a criminalidade pode ser pensada a partir de sua relação com o sistema de repressão e punição do período. A análise, ainda inicial, indica tendências que permitem discussões entre a criminalidade e as cadeias na capitania de Mato Grosso. Assim, o cenário

criminal da capitania pode ser entendido a partir dos crimes praticados por homens, mulheres, escravizados, alforriados, livres pobres e até mesmo por membros da elite local; mas também a partir das enxovias da Casa de Câmara e Cadeia, instituição que impunha um sistema de poder e controle social exercido pelas Câmaras municipais.

SESSÃO 02: 06 DE NOVEMBRO (QUARTA-FEIRA)

AS AGRURAS DE DOIS VICE-REIS NOS ESTADOS DA ÍNDIA E DO BRASIL ENTRE AS MONARQUIAS DE ESPANHA E DE PORTUGAL (SÉCULO XVII)

Dra. **Maria Fernanda Bicalho** (UFF)

São muitos os trabalhos sobre as trajetórias e as ações dos vice-reis na Monarquia Hispânica, quer na Europa, quer nas Índias de Castela. No que diz respeito a Portugal, embora para o Estado da Índia haja ampla bibliografia sobre os que atuaram como vice-reis, o ofício de vice-rei na América portuguesa foi, até pouco tempo atrás, objeto de poucos estudos. Porém, mais recentemente, um número cada vez maior de teses, verbetes, artigos e capítulos de livros vêm se dedicando ao tema entre nós. Esses trabalhos partem do princípio da não existência de um modelo geral para a expansão portuguesa ou de uma estratégia sistemática que abrangesse de maneira uniforme todas as áreas do seu império ultramarino. O propósito dessa comunicação é refletir sobre as agruras de dois vice-reis nomeados para os Estados da Índia e do Brasil no delicado contexto da anexação de Portugal à Monarquia hispânica e do movimento de Restauração, conjuntura marcada pela fragilidade da nova dinastia e muitas suspeitas sobre a fidelidade ou traição dos súditos portugueses: D. Francisco da Gama, 4º Conde de Vidigueira, por duas vezes vice-rei

na Índia (1597-1600 e 1622-1628) e D. Jorge de Mascarenhas, 1º Marquês de Montalvão, vice-rei no Brasil entre 1639 e 1641. Meu interesse por suas trajetórias surgiu inicialmente não por seus atos ou obras no ultramar, e sim pelo fato de ambos terem desempenhado, além de outros cargos na alta administração de Portugal, a presidência do efêmero Conselho da Índia (1608-1614) e do Conselho Ultramarino, a partir de sua instituição, em 1643. Ambos são órgãos que venho estudando já faz algum tempo, e cujas fontes se encontram em arquivos na Espanha, em Portugal e no Brasil.

A DEVISSA DE 1771: AUTORIDADE E CONFLITO DURANTE O GOVERNO DE JOSÉ MARCELINO DE FIGUEIREDO NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO

Dr. Fábio Kühn (UFRGS)

Procura-se analisar as motivações e principais aspectos tratados na “devassa de 1771”, investigação determinada pelo vice-rei marquês do Lavradio sobre a atuação de José Marcelino de Figueiredo durante a primeira fase do seu governo (1769-1771) na capitania subalterna do Rio Grande de São Pedro. Os assuntos investigados envolviam diversas acusações sobre as atitudes do governador, podendo ser resumidos em cinco tópicos principais: o embargo à entrada no do comissário da Ordem Terceira de São Francisco; as queixas públicas que fazia contra o vice-rei; sua animosidade com o Provedor da Fazenda Real; a prisão arbitrária do escrivão da Fazenda Real; e seu desacato aos “povos” e aos oficiais camarários. A devassa evidenciou que os conflitos jurisdicionais podem ser entendidos essencialmente como um “modo de governar” que expressava o pluralismo político e jurídico do Antigo Regime, não interferindo na centralidade régia.

TRAJETÓRIAS ADMINISTRATIVAS DOS VICE-REIS DO ESTADO DO BRASIL SEDIADOS NO RIO DE JANEIRO (1801-1808)

Dra. Mônica da Silva Ribeiro (UFRRJ)

O presente trabalho tem como intuito analisar as trajetórias administrativas de dois vice-reis do Estado do Brasil sediados no Rio de Janeiro (1801-1808), buscando, nesse contexto, perceber a importância da capitania fluminense, por meio de uma análise de seu desenvolvimento socioeconômico e das mudanças político-administrativas sofridas pela cidade, uma vez que essa área havia se tornado um local estratégico fundamental para a concretização dos objetivos da Coroa portuguesa no Atlântico Sul, especialmente com a transferência da capital da Bahia para o Rio de Janeiro (que ocorreu no ano de 1763). A partir das transformações implementadas na administração do Estado do Brasil durante esse período, podemos também notar e analisar as mudanças ocorridas no Império luso de uma forma mais alargada. Nessa perspectiva, os vice-reis a serem analisados são Fernando José de Portugal e Castro, 2º Marquês de Aguiar (1801-1806); e Marcos de Noronha e Brito, 8º Conde dos Arcos (1806-1808). As duas gestões ocorreram durante o reinado de D. Maria I (1777-1816), período marcado pela chamada Viradeira, com a demissão e o exílio do Marquês de Pombal, e a posterior elevação de novos secretários de Estado. Vale destacar que, por causa de doenças mentais da rainha, a partir de 1799, D. João, filho de D. Maria I, que, posteriormente, seria João VI de Portugal, se tornou oficialmente regente do reino. O marco inicial do trabalho é o início do século XIX, com a primeira administração do Estado do Brasil iniciada nessa centúria (1801), e o marco final é 1808, por ter sido o ano em que mudanças realmente significativas ocorreram no Império português, com a transferência da Corte lusa para o Rio de Janeiro, em decorrência da ameaça napoleônica a Portugal.

OS GOVERNADORES E AS DROGAS DO SERTÃO AMAZÔNICO

Dr. Rafael Chambouleyron (UFPA)

Ao longo da segunda metade do século XVII, na Amazônia portuguesa – denominada então de Estado do Maranhão –, consolidou-se uma dinâmica econômica voltada para a extração de produtos florestais, conhecidos como “drogas do sertão”. A partir da descoberta de alguns produtos da floresta, a coroa portuguesa buscava inicialmente suprir a perda das possessões orientais, o que ensejou uma sistemática busca e experimentação de gêneros amazônicos que pudessem ter saída para o reino e mercado na Europa. Nessa política de incentivo ao descobrimento de novos produtos, a Coroa teve nos governadores interlocutores fundamentais para a implementação de uma dinâmica econômica ligada à exploração dos sertões. Por meio da correspondência ultramarina trocada entre as autoridades no reino e na Amazônia, esta comunicação tem por objetivo compreender o papel dos governadores do Estado do Maranhão nesse processo.

OS DESLOCAMENTOS DOS SECRETÁRIOS DE GOVERNO NO ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO PARÁ ENTRE 1688 E 1750

Dr. Thiago Rodrigues Da Silva (Cefet/RJ)

Os secretários de governo que atuaram no Estado do Maranhão e Grão Pará entre 1688 e 1750 auxiliavam os governadores, despachavam, organizavam o registro documental, e por vezes administravam questões diversas, chegando – por exemplo – a ordenar aldeamentos. Tais funcionários régios circulavam pela Amazônia Colonial para satisfazer necessidades cartoriais e de controle administrativo, e por isto viajavam frequentemente entre São Luís do Maranhão e Belém

do Pará, assim como podiam trabalhar em outras paragens e/ou sobre papéis relativos a elas. São apresentados alguns destes deslocamentos, e problemáticas decorrentes deles, através da análise de relatos feitos à corte pelos respectivos secretários. A comunicação pretende com isto esmiuçar este aspecto central do cotidiano dos ocupantes cargo no período, e paralelamente contribuir para o entendimento da importância do posto para o governo.

ENTRE A CAPITANIA DO PARÁ E O RIO NEGRO: SUJEITOS E COMÉRCIO FLUVIAL NOS SERTÕES (1790-1820)

Dra. Siméia de Nazaré Lopes (UFPA)

No vale Amazônico, o comércio fluvial realizado nos sertões da capitania do Pará tornava a circulação de embarcações e de comerciantes não somente em uma atividade econômica como também política. Além das práticas comerciais entre as diversas vilas, a comunicação administrativa se pautava em ser mais ativa para manter a regularidade no abastecimento de gêneros para o restante das vilas e sítios mais distantes da cidade de Belém. Diversos afluentes que cortavam o grande rio faziam a ligação da cidade com as vilas do interior ou mesmo entre as nações limítrofes, motivo para as autoridades ampliarem o controle em relação à circulação de mercadorias e de pessoas na região. Entre 1790 e 1820, o comércio para essa área demandou um maior controle, em função das transações comerciais realizadas nesses espaços. Com esse intuito, as fortalezas levantadas ao longo dos rios serviam de ponto de fiscalização para aferir os produtos negociados e os sujeitos afeitos a esse comércio. Por isso, exigiu-se uma forma racional de efetuar a ligação entre pontos e portos da região, onde houvesse maiores vantagens em expandir o mercado, favorecer a obtenção de lucros para novos investimentos e para a dinamização das atividades comerciais. A navegação fluvial teria papel fundamen-

tal para potencializar o mercado, com a promessa de garantir o aumento no fluxo de mercadorias e das rendas para a Capitania do Pará. Diante disso, o objetivo desse trabalho é analisar o comércio fluvial dos gêneros coletados nos sertões, bem como os sujeitos envolvidos nesse circuito mercantil e as redes mercantis que eles teceram. Na documentação que se utilizou pode-se encontrar os Registros da Coletoria dos Impostos de Gurupá organizadas nos códices do Arquivo Público do Estado do Pará e os avulsos do Projeto Resgate (Pará e Rio Negro) onde apresentam os produtos comercializados e os nomes dos negociantes envolvidos nesse circuito.

SESSÃO 03: 07 DE NOVEMBRO (QUINTA-FEIRA)

FAMÍLIAS E OCUPAÇÕES NO POVOAMENTO DO BRASIL: OS FATORES DE INTEGRAÇÃO NA SOCIEDADE LUSO- BRASILEIRA DO SÉCULO XVII

Dr. Diogo Andrade Cardoso (CITCEM e ESE/IPP)

A presença portuguesa na América contou com a chegada de milhares de indivíduos desde o reino de Portugal. Chegados tanto numa migração espontânea, como integrados em estratégias delineadas pela Coroa, a fuga em busca por melhores condições de vida e ascensão social motivou um fluxo de mobilidade mais ou menos constante em direção ao Brasil durante toda a época moderna. Esta comunicação procurará perceber qual a influência das ocupações e dos laços de parentesco na integração dos que aí chegaram ao longo do século XVII. Aproveitando a riqueza dos processos inquisitoriais produzidos durante a centúria de Seiscentos, é intuito da comunicação abordar a forma como as ocupações exercidas pelos indivíduos, por vezes ainda antes de chegar ao Brasil, foram um fator na integração na sociedade

para onde se dirigiam. Da mesma forma, a tese de conterraneidade, que afirma que relações estabelecidas antes da partida podiam ser aproveitadas à chegada, irá ser posta à prova. Para tal, foi elaborada uma base de dados que recolheu, o mais detalhadamente possível, os dados dos migrantes e seus descendentes encontrados na documentação. A partir do tratamento e análise destes dados, foram avançadas algumas interpretações que serão exploradas na comunicação.

Num primeiro momento, serão expostas as ocupações detetadas e agrupadas segundo o Historical International Standard of Classification of Occupations. Assim se procurará perceber de que forma esta migração dava resposta às necessidades concretas dos diversos territórios que constituíam os estados do Brasil e do Maranhão e Grão-Pará. Posteriormente, a constituição familiar e localização dos parentes será estudada como forma de compreender as variações geográficas na constituição das famílias, dependente, muitas vezes, da natureza da migração – formal ou informal.

A ATUAÇÃO DA FIDALGUIA LUSA NO ESTADO DA ÍNDIA: SERVIÇOS, MERCÊS E INTEGRAÇÃO NA MONARQUIA PLURICONTINENTAL (1640-1660)

Me. Eric Fagundes de Carvalho (UFRJ)

Este trabalho tem por objetivo apresentar os espaços de serviço empreendidos por fidalgos da Casa Real, entre as décadas de 1640 e 1660, nas possessões asiáticas do império ultramarino português. O ponto de partida consistirá na análise quantitativa das informações obtidas no Inventário dos Livros de Matrícula dos Moradores da Casa Real, avaliando a circulação dos fidalgos pelas praças da monarquia lusa, as escolhas e os espaços de atuação de um segmento importante da aristocracia portuguesa. O grupo de fidalgos contemplados por esta pesquisa se refere aos fidalgos nomeados no recorte

temporal supracitado com serviços prestados no Estado da Índia portuguesa. Uma segunda etapa da investigação, de matiz qualitativa, consiste em perceber sob quais estratégias sociais este grupo tentou mobilizar a manutenção dos mais variados postos políticos e militares na Ásia portuguesa em um momento de profunda instabilidade política. Instabilidade que culminou na perda de diversas praças, principalmente para neerlandeses e Estados locais. Para isso, o trabalho foi realizado junto ao acervo dos Livros de Chancelaria do reino, dentro do período considerado, presente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A estes portugueses estavam disponíveis modelos de ação e comportamento típicos do Antigo Regime ibérico, uma vez que parte de suas estratégias de manutenção do poder e status incluíam práticas sociais não tão distantes de suas sociedades de origem, especialmente as que diziam respeito ao parentesco fictício e ao matrimônio – incluindo algumas relações correlatas importantes, como a herança e o dote.

A BAHIA E A CASA DAS RAINHAS DE PORTUGAL: EXPLORAÇÃO METROPOLITANA E CAPITAL SIMBÓLICO.

Dr. **Eduardo José Santos Borges** (UNEB)

Inserida no contexto do Império Marítimo português, a Bahia foi um dos diversos espaços coloniais a se constituírem como fornecedora de bens e riquezas à Casa das Rainhas de Portugal. A responsabilidade pela cobrança e fiscalização dos bens pertencentes à rainha era exercida, nas colônias, por procuradores nomeados pela própria esposa do rei. Esta comunicação tem como objeto central a ação dos procuradores da rainha portuguesa na América. Trata-se, salvo engano, de tema não tratado na historiografia brasileira e portuguesa. Com base em pesquisa específica, tendo como referência documental o período em que o ofício de procurador foi exercido por dois membros da família

Pires de Carvalho e Albuquerque na Bahia, esta comunicação pretende apresentar informações mais precisas sobre os gêneros de produtos e os valores que constituíram os rendimentos da rainha portuguesa no Brasil. Mais do que trazer a público informações da dinâmica contábil do Império português em sua relação com a colônia, fomentaremos a reflexão em torno da relação assimétrica de exploração entre a metrópole portuguesa e sua colônia americana.

O TEMA DA PUNIÇÃO AOS REBELDES NA LITERATURA POLÍTICA PORTUGUESA DOS SÉCULOS XVII E XVIII (1640-1750)

Dr. João Henrique Ferreira de Castro (Colégio Pedro II)

Durante o Antigo Regime a lealdade dos súditos era uma espécie de expectativa pacificada na gestão dos reinos e suas conquistas. Baseados em princípios de fidelidade e obediência oriundos de tempos anteriores, os governos modernos nutriam estratégias para condenar os atos de rebeldia e reforçar a autoridade dos governantes diante de episódios de questionamento, levantes e até mesmo sedições contra os governos estabelecidos, assunto extremamente crucial para a compreensão das dinâmicas de governação e administrativas deste período. Era vasta a literatura, fonte crucial deste trabalho, que considerava legítima a luta contra e a resistência à tirania e também as experiências políticas de mudança de soberania a partir de rupturas iniciadas em atos que podiam ser considerados manifestações de rebeldia. Foi o caso da Restauração portuguesa de 1640, evento que demandou profundas reflexões teóricas dos vinculados à Casa de Bragança no esforço de legitimar o fim da União Ibérica e a legitimidade da nova dinastia. A presente comunicação objetiva tratar dos desdobramentos desta discussão em Portugal, e em diálogo com autores estrangeiros que também pensavam sobre tais temas e

cujas produções ali repercutiam, tendo em perspectiva o debate em torno das estratégias de repressão e contenção dos atos de rebeldia e as reflexões sobre as melhores formas de lidar com súditos cujas ações fossem vistas como ameaças à soberania da Coroa portuguesa. Longe de ser tema consensual, e significativamente impactado pelos diagnósticos produzidos diante de episódios concretos de insatisfação, este debate atravessou as décadas finais do século XVII e iniciais do século XVIII. Com ênfase metodológica na apresentação e reflexão nos argumentos expostos nestes embates, que variavam da defesa da benevolência régia até a defesa do castigo exemplar, este trabalho tratará dos arranjos e rearranjos da cultura política e da legislação portuguesa sobre os atos de rebeldia no período em questão.

NEGOCIAR E CONTROLAR: A COROA FRENTE ÀS ELITES MERIDIONAIS DA AMÉRICA PORTUGUESA (SÃO PAULO E MINAS GERAIS, C. 1670-1730)

Mestrando **Rafael Franzese Salmim** (USP)

O objetivo do projeto é analisar as relações políticas entre as elites locais e as autoridades régias entre 1670 e 1730, período marcado por mudanças internacionais e regionais, em especial, na porção meridional da América Portuguesa. A lógica de Antigo Regime era a base dos valores políticos de autoridades coloniais e metropolitanas, apropriadas diferencialmente pelas partes para a ascensão social, para a conformação do poder e para a exploração econômica. Consideram-se as influências das transformações materiais a nível global e regional – como comércio, produção, mão de obra etc. – sobre a negociação entre as partes do Império. Além disso, entende-se que, no caso português, a negociação foi o cerne do *modus operandi* da política ultramarina, articulada pelos grupos para a realização de seus interesses. O objeto em estudo é o processo no qual as capitânias

hereditárias de São Vicente, Santo Amaro e Itanhaém se transformaram na capitania régia de São Paulo e Minas, envolvendo fidalgos portugueses, autoridades metropolitanas, governadores, comerciantes e camarários. Atravessando o processo, ressaltam-se a formação do governo das Minas Gerais e a redefinição política da vila de São Paulo, aspectos melhor apresentados em três eventos: a elevação da vila paulista como cabeça de capitania e cidade (1670-1709), a Guerra dos Emboabas (1708-1709) e a Revolta de Vila Rica (1720). As vilas paulistas e mineiras, assim, tornaram-se grande foco de tensões, com motins urbanos e ameaças à ordem tanto por ações de elites locais, quanto pela ação de grupos subalternos, já que se atesta a enorme presença de indígenas e africanos escravizados nessas regiões. A Coroa, nesse contexto, distribuiu estrategicamente as mercês e honras para garantir suas porções coloniais. As fontes de pesquisa são majoritariamente as consultas e cartas do Conselho Ultramarino referentes ao tema.

REFORMISMO PORTUGUÊS E CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII)

Dr. Antonio Cesar de Almeida Santos (UFPR)

Em suas “Observações secretíssimas”, redigidas por ocasião da inauguração da estátua equestre do rei D. José, em 1775, o Marquês de Pombal expressou a base epistemológica da teoria política que orientou as reformas administrativas, econômicas e do ensino daquele reinado; segundo ele, era necessário deixar de olhar apenas para a “superfície dos objetos” e passar “a investigar e compreender a substância das coisas”, abandonando noções preconcebidas e adotando uma atitude que valorizasse a produção de conhecimentos a partir da observação sistemática das realidades sobre as quais se desejava intervir. Tal posicionamento foi reafirmado pelo Abade Correia da

Serra, um dos fundadores da Academia Real das Ciências, quando declarou, em 1789: “O primeiro passo de uma Nação para aproveitar suas vantagens é conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, o de que são capazes”. Esse preceito foi sistematicamente empregado na administração dos territórios ultramarinos portugueses, desde a década de 1760, especialmente no que concerne a medir distâncias entre povoações e contar e classificar a população. Verifica-se, então, na prática política do período, a presença de uma noção de ciência que preconizava a necessidade e a importância da observação, assim como da aplicação de conhecimentos matemáticos (newtonianismo). A partir dessas considerações, e do reconhecimento de um manifesto desejo de Portugal igualar-se econômica e intelectualmente às demais nações europeias, pretende-se apresentar e discutir alguns elementos do pensamento reformista português da segunda metade do século XVIII e suas implicações na dinâmica administrativa ultramarina. Em vista de tal objetivo, recorre-se a documentos referentes às reformas de instituições formadoras de quadros administrativos (escolas e universidade), instruções de governo e legislação, adotando-se uma perspectiva que, apoiada em pressupostos de uma História Intelectual renovada, privilegia o estudo das argumentações apresentadas na documentação analisada.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 02

DAS COPAS FRONDOSAS AOS GALHOS SEM JEITO: DISTINTAS FAMÍLIAS E SUAS MÚLTIPLAS HISTÓRIAS NO ESPAÇO COLONIAL IBERO-AMERICANO

Coordenadores: Dr. **Carlos de Almeida P. Bacellar** (USP) e
Dr. **Milton Stanczyk Filho** (UNIOESTE/MCR)

Local: Sala 102 do NSA - Bloco C

Os estudos em torno da história da família proliferam na historiografia internacional há muitas décadas, com resultados inovadores e instigantes. No Brasil, os trabalhos produzidos desde a década de 1980, principalmente a partir dos diálogos com a demografia histórica, ensejaram um novo olhar e serviram de impulso inicial à questão da família no contexto colonial. Ao se somar aspectos demográficos aos diálogos com as ciências sociais, novas demandas foram acrescentadas tendo em vista a multiplicidade de situações que envolviam o ambiente familiar. Há, por exemplo, um enfoque importante sobre a construção de laços de parentesco, solidariedade, negócios, apadrinhamento, compadrio, mas também de inimizades e conflitos, constituindo um campo de análise bastante amplo. A contribuição da micro-história e a redução da escala de abordagem foi fundamental para sobressair que toda a ação social pode ser observada como o resultado de constante negociação, escolha, manipulação, decisão individual. Desta forma, uma questão de relevo passa a ser a análise das margens de manobra disponíveis para que indivíduos (e/ou famílias) consigam lidar com os sistemas normativos existentes, aproveitando-se de suas brechas e/ou contradições, revelando redes, formas e composições alternativas

de distintas famílias. No caso do espaço ibero-americano, as multiplicidades étnicas, o escravismo, os fluxos migratórios e a mobilidade interna reforçam a complexidade daquela sociedade. Assim, este simpósio pretende acolher propostas que enfoquem qualquer dos múltiplos temas envolvidos com a história da família, em especial as diferentes formas de união (pela Igreja ou consensuais), particularmente aquelas construídas entre iguais ou desiguais do ponto-de-vista jurídico e étnico, bem como as estratégias de reprodução biológica e social. Também serão bem-vindas comunicações com novas propostas teórico-metodológicas para o estudo da família, e com uso de fontes documentais distintas.

SESSÃO ÚNICA: 05 DE NOVEMBRO (TERÇA-FEIRA)**A TRANSMISSÃO DO PATRIMÔNIO ENTRE AS GERAÇÕES DE SENHORES DE ENGENHO PAULISTAS: ACORDOS E CONFLITOS (1790-1860)****Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar (USP)**

Os processos sucessórios entre as gerações da elite agrária colonial eram bastante complexos, e a simples análise da legislação portuguesa sobre o tema não permite perceber os detalhes das operações de transmissão do patrimônio. Na lei, filhos, não importando o sexo, tinham direitos absolutamente iguais aos bens possuídos pelos pais. Na prática, no entanto, a realidade era um bocado mais complexa. Em meus estudos ao longo dos anos, já havia constatado que a igualdade poderia ser contornada, permitindo que alguns filhos fossem, de alguma maneira, favorecidos. Agora, nossas análises avançaram ainda mais, a partir do momento em que tivemos acesso ao acervo integral dos inventários post-mortem para a vila de Itu, cobrindo o intervalo

de 1790 a 1860. Essa vila era, no período, o principal centro da economia açucareira paulista, em seu momento de auge e princípio de decadência, com o início da implantação da cafeicultura. Pela análise desses inventários, e de muitos testamentos, estamos logrando perceber as nuances dos processos sucessórios. Se, por um lado, diversos inventários atestam que a partilha dos bens foi efetivada sem maiores problemas, por outro identificamos conflitos bastante agudos, demonstrando que a partilha podia gerar fortes divergências entre irmãos e seus cunhados. A constatação, por exemplo, que os escravizados compunham um conjunto de idades e condições de trabalho distintos, obrigava a construção de uma cuidadosa repartição. Por outro lado, a dificuldade em contentar a todos herdeiros obrigava ao estabelecimento de mecanismos compensadores, que impediam, por exemplo, que um engenho fosse fracionado e tornado inviável. Desta forma, pretendemos, nesta comunicação, apontar para as diversas opções de transmissão da herança que envolviam, basicamente, terras e escravizados, e como as famílias buscaram resolver esse processo, tentando justamente evitar conflitos.

PATRIARCAS DO AÇÚCAR: RELAÇÕES FAMILIARES E ECONOMIA CANAVIEIRA EM CAMPINAS/SP (XVIII-XIX)

Doutorando **Carlos Eduardo Nicolette** (USP)

A expansão da economia canavieira em terras paulistas possui íntima conexão com a formação de famílias patriarcais na região. Porém, estas últimas não podem ser confundidas com a categoria de família extensa, onde neste caso se refere um grande grupo de pessoas residindo sob o mesmo teto. Numa releitura do conceito de família patriarcal exposto por Gilberto Freyre, o historiador Bert Barickman a define como aquela formada ao redor de um patriarca que submetia outrem aos seus interesses, contendo em si o poder naquela família para influenciar, de maneira desigual, nas trajetórias

individuais. Estudos recentes identificaram em Campinas/SP, entre os séculos XVIII e XIX, a presença marcante dessas relações patriarcais no desenvolvimento das unidades canavieiras e do complexo açucareiro. Este trabalho, assim, tem como objetivo investigar de quais maneiras as relações patriarcais estabelecidas sob a autoridade de dois influentes senhores de engenho, Antônio Ferraz de Campos e Albano Leite de Almeida, modificaram a economia açucareira de Campinas. A hipótese central é de que esse fenômeno se manifestou particularmente na relação entre os senhores de engenho e os partidistas de cana – estes últimos eram agricultores que cultivavam a cana-de-açúcar, mas não possuíam a infraestrutura necessária para processá-la em açúcar. Os partidistas, muitas vezes familiares dos senhores de engenho, eram dependentes destes últimos para a moagem e a fabricação do produto final, e encontravam-se numa posição subalterna, reforçando a hierarquia patriarcal. Para esta investigação, serão utilizadas como fontes as listas nominativas de habitantes de Campinas (1790-1810), que fornecem um panorama demográfico e social da época, e os inventários post-mortem de Antônio Ferraz (1805) e Albano Leite (1808), que revelam detalhes sobre a estrutura econômica e as relações familiares desses senhores de engenho.

UM FIDALGO NO BRASIL MERIDIONAL: ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA DE JOSÉ JOAQUIM MONTEIRO DE MATOS E MORAIS (CAPITANIA DE SÃO PAULO, C.1766-1820)

Doutorando **Vinícius Augusto Andrade de Assis** (USP)

Este trabalho trata da relação entre família e hierarquia social nos rincões de São Paulo colonial. Tomando o nome como fio condutor, traçamos alguns aspectos da trajetória de José Joaquim Monteiro de Matos e Moraes, sacerdote católico, fidalgo da Casa Real e senhor

de escravos nos Campos Gerais do atual estado do Paraná, outrora comarca de Curitiba e Paranaguá. Do ponto de vista teórico, nos inserimos num movimento historiográfico que, nas últimas duas décadas, vêm destacando as biografias e carreiras de sujeitos intrínsecos à estrutura estamental-escravista, a fim de compreender os mecanismos de perpetuação da desigualdade socioeconômica que, atrelados a uma sociedade pré-industrial, se regulamentavam por meio das relações de parentesco e de matiz político. Metodologicamente, nos apropriamos dos referenciais onomásticos da micro-história italiana, que visam a busca pelas relações sociais de um mesmo indivíduo, a partir de uma gama variada de fontes. Diante dessas questões, buscamos compreender os processos de reprodução da hierarquia social na periferia da sociedade colonial.

AMORES FEMININOS NA TERRA DO OURO: IDENTIDADES SOCIAIS E ARRANJOS FAMILIARES NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS

Dra. **Sílvia Maria Amancio Rachi Vartuli** (PUC/Minas)

O objeto desta investigação é a relação entre as vivências sociais de mulheres na região mineradora e sua construção identitária e familiar na transição do século XVIII para o XIX. A justificativa para a pesquisa pauta-se na importância de se aclarar um pouco mais acerca das trajetórias de vida de colonas portuguesas, mulheres autóctones, proprietárias e forras na Capitania do ouro em fins do Dezoito e início do Dezenove. Ressalte-se, ainda, que estudos anteriores se dedicaram à análise da primeira metade do século XVIII. Dessa forma, tem-se como objetivos: compreender as vivências femininas na Capitania de Minas Gerais, como as estratégias de inserção social e as construções identitárias; e b) refletir sobre as formações familiares, a partir dos relatos femininos. As fontes de pesquisa são 557 testamentos lavra-

dos no interregno de 1780-1822 que compõem o acervo do Arquivo Histórico do Museu do Ouro/Casa Borba Gato em Sabará, Minas Gerais. Trata-se da totalidade de documentos de mulheres registrados no período referentes à antiga Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, sede da maior comarca da Capitania de Minas Gerais. A documentação foi lida e as informações extraídas organizadas em um banco de dados. A metodologia escolhida constitui-se dos aportes teórico-metodológicos da História Social e Cultural. Realizou-se, assim, o diálogo com a historiografia consagrada à história das mulheres e da família na colônia (DEL PRIORE, 1990; FIGUEIREDO, 1993, 1994, 1997; PAIVA 1995; SILVA, 1998; ALGRANTI 2004). Ademais, nos valem da História Serial, a qual confere nova representatividade ao documento (CHAUNU, 1980; PINSKY, 2009; BARROS, 2012), permitindo quantificar e serializar as informações contidas nos testamentos. Evidenciaram-se, desse modo, regularidades e mudanças do cotidiano feminino e familiar da Capitania.

AS VONTADES DAS VIÚVAS: FAMÍLIA, HERANÇA E ESPAÇO 'AUTOBIOGRÁFICO' NOS TESTAMENTOS DOS SERTÕES CURITIBANOS DO SETECENTOS

Dr. Milton Stanczyk Filho (UNIOESTE/MCR)

O momento de testar pode ser identificado como uma ocasião ímpar da vida, qual seja, a perspectiva de sua brevidade. Muitos homens e mulheres que buscaram testar suas últimas vontades na vila de Curitiba e seus sertões, durante o setecentos, o fizeram elaborando pequenos traços de um balanço da própria existência. A manifestação daqueles anseios finais permite que sejam vislumbradas, por um lado, as interações entre as vidas individuais, expectativas familiares e as nuances de mudança social; por outro, narrativas que trazem à tona um escombros de histórias mal contadas. Para além das preocupações religiosas e os

cuidados post-mortem com parte do patrimônio – tendo em vista a esfera jurídica e o desejo do devir cristão que permeava a feitura do testamento – evidenciam-se diferentes formas de controle simbólico do tempo em meio a avaliação que o indivíduo fazia de sua trajetória e as estratégias utilizadas para manutenção, ascensão ou que acarretaram o descenso social. Tal périplo incerto da ação revela, ainda, um ambiente colonial recheado de negociações, manipulações e escolhas, engendradas no lócus do esteio familiar. O objeto deste estudo visa problematizar de que modo as mulheres, especialmente aquelas que se encontravam no estado de viúvas, não somente se utilizavam do testamento enquanto prática de transmissão patrimonial, mas, sobretudo, o viam enquanto um caminho para elaborar determinadas estratégias familiares, sobretudo na disposição de suas heranças. Ademais, colocadas à pena do escrivão, narravam fragmentos de suas memórias e pequenas lembranças em suas derradeiras declarações. Tais perspectivas permitem ser interpretadas, de modo muito particular, com o arcabouço teórico-metodológico do (auto)biografismo e, no limite da intencionalidade da fonte, observar até que ponto tais escritos podem ser entendidos de modo a reconhecer uma memória ou escrita de si que permita revelar percursos dentro de pequenas singularidades de representações biográficas.

RELAÇÕES DE COMPADRIO ENTRE MÃES SOLTEIRAS LIVRES, FORRAS E ESCRAVIZADAS (FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO 1760 - 1807)

Mestranda **Alekssiane Lima de Carvalho** (UNICAMP)

Esta pesquisa propõe estudar o conjunto das mães solteiras (livres, escravizadas e forras) através dos registros paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, localizada na região do Rio Grande do Norte. O objetivo é buscar evidências sobre a possibi-

lidade de agência dessas mulheres, a partir das relações estabelecidas no momento do batismo, quando se escolhia os compadres e comadres com os quais se construiria os vínculos de compadrio e apadrinhamento. Para atingir este objetivo os assentos paroquiais de batismo são essenciais pois podem dar elementos para refletir sobre as estratégias empregadas pelas mães solteiras visando atuar nas dinâmicas sociais da comunidade, para modificar sua condição social, em princípio, de desvantagem e desigualdade em relação às mulheres casadas, apropriando-se do compadrio para a construção ou reafirmação de suas redes sociais. Considerando a importância do compadrio na lógica das sociedades católicas do Antigo Regime, temos como hipótese que esse grupo de mulheres se apropriavam dessas relações como meio de obter alguma mobilidade social e, eventualmente, minimizar sua situação de vulnerabilidade. Para operacionalizar a análise, serão exploradas as informações relativas aos assentos de batismo, organizadas através do software Nacaob, a partir da abordagem quantitativa e seriada daquelas fontes. Pretende-se ainda, através da metodologia do cruzamento nominativo, recompor trajetórias de mães que tiveram sucessivos filhos naturais, para aprofundar a análise longitudinal das escolhas dos padrinhos, colocadas em prática por aquelas mulheres. Para a compreensão dos benefícios materiais desta relação também foram utilizados os testamentos, na busca por compreender quem eram os afilhados(a) que eram contemplados com algum legado. A delimitação cronológica dessa pesquisa justifica-se, primeiramente, pela disponibilidade e qualidades das fontes que serão utilizadas. A comunicação, portanto, tem como objetivo expor e discutir os resultados obtidos com relação a análise quantitativa e seriada das fontes mencionadas, as trajetórias das mães solteiras, além de apresentar dados qualitativos observados nos testamentos.

EM FACE DA IGREJA: CASAMENTO DE ESCRAVOS NA FREGUESIA DO NATAL (1727-1769)

Ma. Danielle Bruna Alves Neves

(Rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte)

Durante o século XX, o trabalho do memorialista e folclorista Luís da Câmara Cascudo, assim como o de autores célebres como Tavares de Lyra, Tarcísio Medeiros e Rocha Pombo, difundiram, na historiografia do Rio Grande do Norte, a ideia da pouca participação dos escravos na formação da sociedade colonial deste território. Como consequência, este discurso foi propagando durante décadas em diversas mídias, criando uma ideia pouco problematizada neste período: a de que a capitania do Rio Grande do Norte, por ser uma localidade marcada pela baixa dinâmica econômica e pela pobreza da população, não teria condições de ter um número significativo de cativos entre seus habitantes. Este trabalho tem como objetivo não apenas contestar essa visão sobre a escravidão nesta região durante o período colonial, como também analisar como estes indivíduos agiam e faziam suas escolhas de vida e de sobrevivência diante deste contexto de opressão, violência e limitações. Para isso, serão utilizados os registros paroquiais de matrimônio, visando o estudo de casamentos destes sujeitos com pessoas de diferentes condições jurídicas e qualidades por meio da análise quantitativa e qualitativa destes documentos. O recorte espacial da pesquisa é a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. A Freguesia era um espaço jurisdicional do poder eclesiástico nesta localidade, cuja igreja matriz estava situada na Cidade do Natal e suas 9 capelas e 3 aldeamentos indígenas que se estendiam pelas ribeiras dos rios Jundiá, Ceará-mirim, Mipibú, Potengi e Cajupiranga, nas localidades que, atualmente, são municípios da região metropolitana de Natal (Macaíba, Extremoz, São Gonçalo do Amarante, Parnamirim, São José de Mipibú e Nísia Floresta). Observou-se que este espaço foi caracterizado por uniões entre indivíduos de diferentes qualidades e condições jurídicas, o que possibilitou as mesclas biológicas e culturais encontradas nos documentos da Igreja.

INQUISIÇÃO E INFÂNCIA: MENORES TORTURADOS NO TRIBUNAL PORTUGUÊS

Dr. Marco Antônio Nunes da Silva (UFRB)

O problema da repressão inquisitorial dos menores remete-nos para algo que ainda não foi plenamente estudado, mas que abre outra perspectiva sobre os fundamentos da ação do Santo Ofício. Num texto em que analisa a questão dos menores nos estatutos inquisitoriais, Elias Lipiner mostra que nenhum deles permitia a tortura de menores de 25 anos. E mesmo que se acredite que poucas crianças foram julgadas e condenadas pela Inquisição, esta é uma afirmação que precisa ser lida com muito cuidado. Talvez haja poucos trabalhos sobre o assunto – e ainda menos interesse por algo tão sensível como os processos movidos contra menores, nos quais podemos ver que os efeitos da prisão se faziam sentir tanto nos seus corpos como no angustiante processo de auto-culpabilização e construção do auto-trauma. Esta comunicação tem como objetivo trazer à análise menores que foram torturados pelo tribunal inquisitorial, e de que forma eles podem ser lidos, por meio dos seus “crimes”, e que justificariam seres tão jovens sofrerem na sala do tormento. Como refere a bibliografia, a tortura não era utilizada na Inquisição como castigo, mas como meio de apurar a verdade quando os outros meios de investigação falhavam e havia certeza moral da existência e culpa do acusado. O objetivo era fazê-lo cair em si, para seu próprio benefício; era utilizada a título excepcional.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 03

SUCESSOS E FRACASSOS DO COMÉRCIO E DE COMERCIANTES NO MUNDO PORTUGUÊS, S. XVIXVIII: INSTITUIÇÕES, TRAJECTÓRIAS, MECANISMOS ORGANIZACIONAIS E FINANCEIROS

Coordenadores Dra. **Ana Sofia Ribeiro (U. ÉVORA)** e
Dr. **Cândido Domingues (UNEB, DCHIV)**

Local: Sala 103 do NSA - Bloco C

A economia neo-institucionalista, na senda dos trabalhos de North (1990) e Acemoglu (2005; 2012), apontou que o caminho para o sucesso e fortalecimento do comércio no mundo passou pelo fortalecimento de instituições formais, como as guildas ou corporações de comércio, maior recurso à litigância judicial, contratualização formal. Contudo, no mundo português do período moderno, verificou-se uma certa persistência em mecanismos de controle e sustentação de uma cooperação positiva entre os agentes envolvidos nos diferentes tipos de trato nas distintas esferas ultramarinas. Mais recentemente, a questão tem sido questionada por alguns historiadores do mundo colonial ibérico, mas uma sùmula reflexiva e problematizadora desta problemática historiográfica não foi ainda considerada. Além disso, a informalidade dos mundos coloniais modernos como o Brasil, Angola, Cabo Verde ou o mundo asiático colocava desafios mais profundos, fruto da maior distância aos centros económicos e financeiros e à maior permeabilidade cultural e fluidez de fronteiras destes mundos. Neste simpósio temático pretende-se por um lado, abordar a persistência destes mecanismos informais de comércio e de como eles permitiram aos mercadores portugueses do período moderno alcançar

sucesso ou o resvala para o insucesso e a falência e de como condicionaram as suas trajetórias e as suas redes de negócio e de crédito. Por outro lado, importa também refletir de que forma é que a existência (ou falta) de fundos arquivísticos condiciona a percepção do historiador quanto à organização interna das redes de negócio portuguesas, à sua solvabilidade e eficiência. Alguns pontos que pretendemos discutir neste debate são: instituições formais de apoio ao comércio, sua utilização pelos agentes de comércio, sucesso ou fragilidades; tipologias de instituições informais particularmente relevantes nas práticas comerciais do mundo português, séculos XVI-XVIII; estratégias de organização mercantil para persistência e eficácia das trocas; cargos e regulamentação comercial específicas de espaços ultramarinos do império português; trajetórias de comerciantes, homens e mulheres, suas práticas e atuações mercantis; o tráfico de africanos escravizados em sua diversidade de agentes, direções e modos de financiamento; 6 mercadorias: produção, comercialização e/ou consumo; o comércio do império português em perspectiva global: mercadorias, leilões, comerciantes e mercados de destino.

SESSÃO 01: 05 DE NOVEMBRO (TERÇA-FEIRA)

CONSTITUIÇÃO POR VIA INFORMAL DE UM ESPAÇO FINANCEIRO COLONIAL. FINANCIAMENTO E COMÉRCIO DO BRASIL AÇUCAREIRO (1580-1640)

Dra. **Ana Sofia Ribeiro** (U. Évora)

A falta de documentação local e regional das capitâncias açucareiras do Brasil no início da expansão do cultivo da cana originou um vazio historiográfico de compreensão de como se financiou localmente o comércio e a expansão do cultivo do açúcar. A tarefa desta comuni-

cação não é tanto fazer o impossível – reconstituir esses mecanismos de financiamento, mas antes refletir, através da análise da documentação do Conselho Ultramarino e dos cartórios notariais de Porto e Lisboa, como existiram circuitos de financiamento globais à expansão desse comércio e cultivo. Por outro lado, perceber como mecanismos formais e informais possibilitaram a emergência de linhas locais de crédito, que foram a base da constituição de um mercado colonial de crédito, pois determinadas atividades exigiam capitais bastante mais avultados que os circuitos locais de micro-crédito dificilmente poderiam satisfazer, num mercado em construção.

CONTRATOS DESINTERESSANTES, CONTRATADORES INEFICIENTES: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS DE ABASTECIMENTO E O MERCADO INTERNO NO BRASIL COLONIAL

Dr. **Thiago Alves Dias** (UPE)

O estudo das elites econômicas durante o Brasil colonial tem ganho destaque nas últimas décadas. Os tradicionais estudos de História Econômica e Social sobre estratificação, hierarquização social e exploração do trabalho, foram sendo substituídos pelos estudos de História Política baseado nas representações sociais, do posicionamento e da agência dos ‘homens bons’. Um dos campos de análise desses estudos tem sido o as arrematações e o funcionamento dos diversos tipos de contratos, o que tem fomentado a noção de presteza das elites econômicas, eficiência de suas competências e o seu enriquecimento como resultado de sua boa relação com a monarquia, os contratos geridos e os investimentos realizados. Esta comunicação visa contribuir com esse debate, no entanto, a partir de uma outra perspectiva: dos contratos de abastecimento para manutenção e oferta de víveres no mercado interno colonial e o desinteresse dos contratadores em manter suas obrigações legais perante

a câmara municipal e a população local. Os resultados da pesquisa aqui apresentadas nos colocam diante da seguinte hipótese a ser melhor confrontada: as câmaras municipais no Brasil colonial, em maior ou menor medida, buscaram garantir a segurança alimentar das populações, intervindo diretamente nas práticas comerciais e inclusive mediando conflitos de interesses dos negociantes em outras jurisdições e espacialidades, como os sertões, trazendo descontentamentos e afetando as lógicas de livre mercado que iam se instaurando, paulatinamente, no cotidiano das práticas mercantis e nas consciências dos agentes mercantis. A baixa rentabilidade dos contratos de abastecimento e a busca pela maior lucratividade de negócios em outras localidades, gerou um verdadeiro desinteresse por parte dos negociantes em serem contratadores e, mesmo na condição de arrematantes em haste pública, acabavam desempenhando suas funções de forma negativa e desinteressada em detrimento a outros negócios mais lucrativos.

GOVERNOS ULTRAMARINOS E A CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA PORTUGUESA (SÉCULO XVIII)

Dra. Naira Maria Mota Bezerra (UFF)

Na segunda metade do século XVIII, dentro daquilo que ficou conhecido como movimento iluminista europeu, um campo do saber foi institucionalizado enquanto disciplina acadêmica na Universidade Nápoles (c. 1755): a Economia política. De maneira resumida, a Economia Política é um campo científico com método, linguagem própria baseada na matemática, cujo principal objeto são as riquezas dos Estados, através de estudos sobre comércio, religião, pobreza e administração estatal de rendas. A seguir, se tornou cadeira nas universidades de Viena, Milão, Paris, Edimburgo, Paris, Salamanca. A historiografia luso-brasileira comumente associa a introdução desse campo científico em Portugal às reformas pombalinas, precisamente na reforma da

Universidade de Coimbra (1762), quando passou a existir a disciplina em Portugal. Essa interpretação, porém, pressupõe que as mudanças no pensamento econômico português vieram do exterior, se adaptaram a realidade portuguesa e foram reenviadas para os domínios ultramarinos a serem aplicadas pelos governos locais. O objetivo desta comunicação é apresentar como parte da construção do pensamento econômico português na segunda metade do século XVIII veio também dos governos ultramarinos. Ao observarem a prática econômica local dos espaços, em consonância com problemáticas globais do período, os governadores enviaram propostas reformistas equalizando a prática com teorias econômicas internacionais. Argumentavam, por exemplo, sobre a importância de instituições administrativas no aumento de rendas da Coroa ou na melhor forma de estabelecer o comércio do tabaco brasileiro, dos panos da Ásia ou o tráfico escravista. Para tanto, serão comparadas propostas reformistas econômicas em três principais pontos do Atlântico Sul: Angola, Salvador e Rio de Janeiro, sobre os respectivos temas, a partir da correspondência política trocada entre os governos, Secretarias de Estado e diplomacia portuguesa. Abre-se, assim, a possibilidade de analisar o ultramar como definidor de um pensamento econômico e não apenas a economia enquanto prática imposta pela Coroa, que, ao fim, se tornou parte fundamental da Economia Política portuguesa nos séculos seguintes. Política; Ultramar; Economia

**ENTRE A CAPITANIA DO MATO GROSSO E A CIDADE
DE BELÉM: A TRAJETÓRIA DO COMERCIANTE
JONH HISLOP (1812-1820)**

Doutorando **Joanderson Caldeira Mesquita** (UFPA)

Entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, se intensificaram a chegada de comerciantes de diversas nacionalidades na Província do Pará. Nesse trabalho, temos como objetivo analisar

a trajetória do escocês Jonh Hislop no circuito comercial que interligava a capitania do Mato Grosso e o porto da cidade de Belém. Nos últimos anos foram intensificados os estudos sobre a região do Baixo Amazonas, localizada entre a cidade de Belém e o Estado do Amazonas, todavia, ainda são poucos os estudos sobre a trajetória de comerciantes que atuaram nessa região, como no caso do escocês Jonh Hislop. Utilizamos como fonte a documentação de John Hislop, encontrada no Arquivo Público do Pará, e os relatos de viajantes que passaram pela região no século XIX. Através do cruzamento dessa documentação, conseguimos acessar informações como: a nacionalidade de Jonh Hislop, as viagens realizadas por ele, as atividades econômicas que ele estava envolvido, e as suas relações comerciais.

SESSÃO 02: 06 DE NOVEMBRO (QUARTA-FEIRA)

RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O PORTO DE SALVADOR E O SERTÃO DE JACOBINA A PARTIR DE PROCURAÇÕES REGISTRADAS NOS TABELIONATOS DE SALVADOR (1722-1816)

Dr. **Cândido Domingues** (UNEB)

A vila de Santo Antônio da Jacobina foi fundada em 1722 na Missão de Nossa Senhora das Neves do Saí e, dois anos depois, foi transferida para o local onde os Rios do Ouro e o Itapicuru Mirim encontram-se. Fundava-se a principal institucionalização da presença da Coroa portuguesa na região aurífera recém-descoberta. A localidade já atraía grande quantidade de pessoas em busca do sonho do ouro e, conseqüentemente, provocava o aumento do comércio da região. Do porto de Salvador saíam tropas levando africanos escravizados, mercadorias manufaturadas da Europa e objetos de luxo do Oriente;

dos sertões do Piauí chegavam o gado para alimentar a população. Tudo pago em ouro! Essa comunicação tem como objetivo apresentar os primeiros resultados de uma pesquisa inicial sobre o comércio desenvolvido entre Salvador e Jacobina. Para tanto, serão analisadas procurações registradas em 24 livros de notas dos tabelionatos de Salvador para o período de 1722 a 1816. Infelizmente não dispomos dos livros de notas dos tabeliães de Jacobina para o mesmo período, impossibilitando-nos de conhecer essa outra face do comércio. Aquela documentação, no entanto, proporcionará conhecer os principais agentes de Salvador que emitiram procurações e os principais procuradores outorgados na vila sertaneja e seu termo. A partir dela também será possível iniciar a construção do conhecimento sobre a praça mercantil de Jacobina entendendo, inclusive, suas hierarquias. Por fim, buscarei inventários post-mortem dos agentes identificados em ambos os municípios almejando encontrar neles registros sobre formas de financiamento do comércio, credores e devedores e mercadorias tracionadas entre as praças.

**MONOPÓLIOS E CONFLITOS: O GOVERNO DE DOM
TOMÁS JOSÉ DE MELLO E O COMÉRCIO NA CAPITANIA
DE PERNAMBUCO (1787-1798)**

Dr. Estevam Henrique dos Santos Machado
(UFPE / SEE-PE/SEMED-SJCG)

A participação de indivíduos de diversos setores sociais na atividade comercial era um fenômeno largamente observado não apenas no Brasil colonial, mas em outras realidades do mundo moderno. Mesmo com a proibição do comércio para os funcionários régios, estes sujeitos não deixavam escapar a oportunidade de auferir grandes lucros durante sua estadia na colônia, principalmente para compensar os baixos salários. Os governadores, por exemplo, circulavam pelas diversas paragens do Impé-

rio e ao não se fixarem por longos períodos deveriam, ao menos na teoria, corporificar os interesses da monarquia acima dos interesses locais. Nesta apresentação procuramos debater quais eram as estratégias utilizadas pelo governador da capitania de Pernambuco, Dom Tomás José de Mello, para manter o controle sobre o comércio de diversos produtos importantes da capitania de Pernambuco, como a carne, a pólvora, a farinha, entre outros. Percebemos que, através de práticas verticais clientelares, Dom Tomás construiu uma complexa rede montada por testas de ferro e oficiais régios que lhes davam o controle da distribuição e comercialização destes produtos. Era assim que conseguia arrematar contratos e instituir monopólios gerando descontentamento na praça comercial do Recife. Sua inserção no comércio da capitania provocou uma série de denúncias, dentre os detratores, João de Deus Pires Ferreira, comerciante do Recife, escreveu um texto explicando em detalhes as ações do governador denominado “Análise do monopólio das carnes, da pólvora e do comércio da ilha de Fernando de Noronha praticados em Pernambuco debaixo da proteção do governador da aquela capitania D. Tomás José de Mello”. A “Análise do monopólio”, mesmo que não explicitamente, teve sua contradita em vários ofícios escritos pelo governador endereçados ao Conselho Ultramarino. O resultado da campanha empreendida pelos seus rivais obteve êxito com a instauração de uma devassa que resultou na sua defenestração do cargo de governador no ano de 1798.

PODER, COMÉRCIO E TRÁFICO TRANSATLÂNTICO DE ESCRAVIZADOS NA COSTA DA MINA: A APREENSÃO DA SUMACA DE ANTÔNIO CARDOSO DOS SANTOS (1782-1783)

Dra. Daniele Santos de Souza (IFBA)

O coronel Antônio Cardoso dos Santos era um negociante na Capitania da Bahia, poderoso traficante de escravizados na rota com a Costa da Mina. Em 1782 envolveu-se numa contenda, após uma embarcação

britânica aprisionar a sumaca, Na Sa da Assumpção Santos Antônio e Almas de sua propriedade em sociedade com Innocencio José da Costa, quando esta negociava com holandeses no Castelo de São Jorge da Mina. Os prejuízos, segundo os proprietários, superavam 50 contos de réis. A análise deste episódio é uma oportunidade de escrutínio sobre as disputas e reveses do tráfico luso-brasileiro na Costa da Mina na década de 1780. Neste período, navios negreiros baianos lidavam com a concorrência de comerciantes europeus na Costa da Mina ao tempo em que se viam às voltas com violências praticadas por estes mesmos – a exemplo do recrudescimento das ações holandesas – ou com os reveses resultantes de ações estabelecidas por autoridades africanas. Os senhorios da sumaca solicitaram à sua majestade que reparações aos prejuízos fossem requeridas à coroa britânica, resultando em um processo disponível no Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal. Este processo possibilita discutir detalhes concernentes à logística do tráfico luso na Costa da Mina no momento em que velhos traficantes reabilitavam a discussão sob o controle do comércio negreiro na região, argumentando que a abertura desorganizava o negócio em um contexto de difícil concorrência. A trajetória de Antônio Cardoso dos Santos ilustra o sonho português de conquistar riqueza e prestígio na América. Nascido na Vila Nova de Gaia, Santos veio falecer no Brasil, em 1786, em São Francisco do Conde, Recôncavo baiano, ostentando os títulos de coronel e familiar do santo ofício, além de vasta fortuna adquirida através do comércio de tabaco, açúcar e, sobretudo, atuando por mais de quatro décadas como traficante de africanos escravizados.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 04

PROJETOS MISSIONÁRIOS: RELIGIÃO, POLÍTICA E CULTURA ESCRITA NO IMPÉRIO PORTUGUÊS (SÉCS. XVI-XVIII)

Coordenador: Dr. **Bruno Kawai Souto Maior de Melo** (UFPE)

Local: Sala 104 do NSA - Bloco C

Ao longo de boa parte do século XX, a história da Igreja produzida pela historiografia lusobrasileira, em especial aquela preocupada com a primeira modernidade (sécs. XV-XVIII), apoiou-se em paradigmas historiográficos e epistemológicos de natureza positivista, marcados por um forte caráter apologético e aprisionada a modelos confessionais. Foi apenas no último quartel da centúria passada que o quadro em tela se transformou, especialmente a partir do momento em que os historiadores (em sua maioria sem vínculo com qualquer instituição eclesiástica) dedicaram-se às novas perspectivas e métodos, recuperando a dimensão estritamente histórica da religião. Apesar do avanço significativo – em especial as investigações dedicadas ao clero diocesano e os agentes inquisitoriais –, o lugar das ordens religiosas no panorama geral de estudos sobre a Igreja no Portugal moderno ainda é modesto, restringindo-se a tratamentos tangenciais ou subordinados a outros temas tópicos. Mesmo que o debate sobre o papel político desempenhado pelas ordens religiosas na organização dos interesses comerciais, diplomáticos e militares do império português seja bastante conhecido, remetendo à segunda metade do século anterior, ainda é possível encontrarmos um quantitativo expressivo de trabalhos que entendem os clérigos regulares como meros instrumentos da dominação política e da exploração real. A historiografia mais recente, porém, vem-nos mostrando que os religiosos das ordens regu-

lares se envolveram em muitas outras atividades e se constituíram como sujeitos atuantes no processo histórico de invasão, ocupação e organização da exploração e do funcionamento dos territórios ultramarinos. Nessa esteira, alguns desses estudos destacaram a plasticidade das ações exercidas pelos padres regulares na monarquia portuguesa e a função política dos variados projetos missionários desenvolvidos nos interiores do Portugal peninsular e nos inúmeros espaços do ultramar. Considerando essas novas chaves interpretativas, este Simpósio Temático propõe-se a abrigar trabalhos que contemplem pesquisas iniciais ou já avançadas sobre as ordens regulares e suas interações com os grupos étnico-sociais que formavam as complexas teias de poderes no império português, a partir de sua dimensão de colaboração, enfretamento e negociação; mas também trabalhos interessados em pensar a documentação produzida pelas ordens com o intuito de comunicar suas atividades – textos manuscritos e impressos –, considerados instrumentos fundamentais para construir e divulgar a memória das missões, além de produzir importantes ferramentas que visavam integrar as estratégias dos religiosos, seja em face dos fiéis, seja em relação às outras ordens religiosas, o que acaba por revelar um complexo jogo de retórica político religiosa.

SESSÃO ÚNICA: 05 DE NOVEMBRO (TERÇA-FEIRA)

“PARA SOCEGAR OS VASSALOS”: CORRESPONDÊNCIAS E SOCIABILIDADE ENTRE RELIGIOSOS E GOVERNADORES DA CAPITANIA DE SÃO PAULO (1722- 1748)

Mestranda **Isabela Mendes Fechina** (UNB)

A presente pesquisa busca compreender o cenário social da capitania régia de São Paulo entre 1722 e 1748, a partir de correspondências advindas de variados conventos, produzidas por religiosos

e remetidas ao governador-geral da capitania. Tem-se como foco apresentar uma visão a respeito das situações descritas na documentação como “desordens”, identificando um ambiente marcado por conflitos e violências legitimadas pelos poderes coloniais ou não. O atual estudo tem permitido investigar as sociabilidades, pressupostos e modos de agir por parte do clero regular da capitania régia de São Paulo na primeira metade do século XVIII, temática que, na perspectiva adotada, merece ainda ser melhor explorado pela historiografia. O corpus documental utilizado abrange três massas documentais disponíveis no Arquivo Público do Estado de São Paulo no grupo “Negócios Eclesiásticos”, digitalizadas e disponibilizadas pelo Laboratório de História Social da Universidade de Brasília. Estes conjuntos documentais são compostos por correspondências de várias tipologias, cujo destinatário comum era o governador e capitão-general. Já os remetentes eram, em sua maioria, freis de conventos como os de Santo Antônio da Vila de Santos, São Francisco da Vila de São Sebastião, Nossa Senhora do Carmo de Sorocaba, e representantes de outras instituições, como hospícios e mosteiros espalhados pela capitania régia de São Paulo. O que, para esses religiosos, seriam as “desordens”, “perturbações” e os “cabeças de motins”? O que, ou quem, desafiava-os a “socegar os vassalos”? Que prerrogativas tinha o governador e capitão-general para ser o destinatário das correspondências?; O que acontece quando os religiosos protagonizam essas situações de “desordem”?; Como é possível perceber o ideal de ordem esperado pelos religiosos a partir dos relatos de “desordens”?; são as perguntas que orientam o presente trabalho.

AS FAZENDAS JESUÍTICAS: A CONSTRUÇÃO DE UM PATRIMÔNIO ECLESIAÍSTICO E O SEU PODER DE PRODUÇÃO NA CAPITANIA DO MARANHÃO (1720-1770)

Doutoranda **Esmeralda Lima da Silva** (UFRN)

Durante o processo de conquista e ocupação Estado do Maranhão a partir do século XVII, o papel desempenhado pelos religiosos foi fundamental. No caso da Companhia de Jesus, essa teve uma atuação expressiva ao longo do período colonial, assim, os jesuítas tornaram-se um dos principais agentes econômicos da colônia. Logo no início, eles perceberam que não podiam depender de recursos do padroado para o êxito da sua política salvaçãoista. Assim, conforme avançavam em suas áreas de atuação, foram montando um padrão de estruturação para seus negócios. Dessa forma, os negócios temporais viriam como vias capazes de gerar condições materiais que fossem suficientes para a ampliação das missões. A aquisição do vasto patrimônio fundiário aconteceu por diversos meios, um dos principais era feita por pedidos de sesmarias. Nessas terras, a Companhia possuía áreas destinadas a criação de gado e ainda uma lavoura diversificada. Além de terras, os jesuítas possuíam autonomia sobre o indígena, indispensável para a manutenção desses negócios. Apesar da atuação da ordem ser muito debatida na historiografia, ainda existe uma carência de estudos em relação a sua atuação econômica nos negócios, principalmente no Maranhão colonial. Assim, por meio do levantamento, transcrição e análise de diversas fontes documentais como: inventários, auto de sequestros e relatórios de rendimentos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, a presente pesquisa se propõe a discutir a atuação da Companhia de Jesus na capitania do Maranhão e o papel preponderante dos negócios temporais, numa tentativa de contribuir para o conhecimento das estruturas agrárias construídas pelos jesuítas na capitania do Maranhão. Dito isso, o intuito é apontar subsídios que permitam ter noção quantitativa das fazendas, engenhos, escravos e outros bens pertencentes à ordem e a seus poderes de produção, ou seja, tudo que era produzido sobre a administração dos jesuítas.

SERMÃO DE RESTAURAÇÃO DA BAHIA: OS USOS DO PASSADO E A CULTURA POLÍTICA JESUÍTICA POR MEIO DO ESCRITO DO PADRE ÂNGELO DOS REIS (1706)

Dra. Ane Luise Silva Mecenas Santos (UFRN)

No presente trabalho, analisamos o “Sermão da Restauração da Bahia” elaborado pelo padre jesuíta, Ângelo dos Reis e impresso em Lisboa, no ano 1706. O autor nasceu em Sergipe e ingressou na ordem no ano de 1681. A ordenação ocorreu em 1693. Em sua atuação junto a Companhia de Jesus foi pregador e professor de filosofia e teologia, nos colégios da Bahia e do Rio de Janeiro. Além disso, foi secretário do padre Antônio Vieira e membro supranumerário da Academia Portuguesa de História. Por meio desse impresso temos como objetivo discutir os usos da História da presença holandesa na Bahia atrelada as articulações da cultura política dos jesuítas vinculados ao Colégio da Bahia, por meio das estratégias e usos políticos dos sermões. Além disso, evidenciar o diálogo do autor com outras obras que são referenciadas no seu escrito na tentativa de compreender a circulação de conhecimento na América portuguesa.

DIABO, INIMIGO E PROFESSOR NO TEATRO DE JOSE DE ANCHIETA

Ma. Marina Gialluca Domene (USP)

A produção literária do padre José de Anchieta é marcada, como é de se esperar, sobretudo por poemas sacros e encenações catequéticas. O teatro jesuítico, cuja tradição remonta aos colégios e viaja em direção às colônias portuguesas, sobretudo no Brasil, com o objetivo específico de educar os nativos quanto à religião católica, que deveria, a partir daquele momento, suplantiar a religião e os costumes tradicionais dos povos a serem conquistados. Este teatro é, portanto, uma parte importante dos

esforços de aculturação e extermínio das culturas nativas por parte dos colonizadores portugueses e de controle comportamental dos habitantes da colônia. A figura do Diabo torna-se especialmente útil, pois desempenha a função de, através do medo, doutrinar e assegurar que o público siga o caminho determinado pela Igreja. Compreender o caminho que o Diabo percorre ajuda-nos a compreender as relações entre os diferentes povos presentes no Brasil-colônia na segunda metade do século XVI. Das doze peças cuja autoria é atribuída a José de Anchieta, sete apresentam este elemento diabólico. Nossa proposta para esta comunicação é justamente dirigir nosso olhar para as representações do Diabo e discutir, em um panorama, as suas dimensões pedagógicas. Para tanto, recorreremos a obras como as teses de Paulo Edson Alves Filho, Helena Hathsua Nagamine Brandão, Paulo Romualdo Hernandez, Angelita Martens e Ednilson Aparecido Quarenta, além de artigos escritos por Sérgio de Carvalho e Anna Kalewska e outras obras mais cristalizadas pela crítica, como Luiz Gonzaga Cabral, Lothar Hessel, Luther Link, Décio de Almeida Prado e Georges Raeders. Para testemunho das obras de Anchieta, adotamos a edição das obras completas realizada por Maria de Lourdes de Paula Martins.

**LUAS E AÇAJU SINOS E CAMPAINHAS: O IMPACTO
DA COLONIZAÇÃO NAS CONCEPÇÕES DE TEMPO E
NATUREZA DOS POVOS TUPI
(AMÉRICA PORTUGUESA, SÉCULOS XVI-XVII)**

Mestranda **Alexandra Helena Batista da Silva** (UFBA)

Ocupando o litoral do que hoje conhecemos como Brasil, os povos Tupi foram não só os primeiros contactados pelos portugueses, expostos a epidemias com taxas de mortalidade inéditas, mas também alvos iniciais de um processo de conversão e exploração do trabalho que afetou cultural e fisicamente suas formas de existir. Esta comunicação procura

mostrar como o processo de colonização imposto ao longo dos séculos XVI e XVII impactou as concepções de tempo e natureza dos povos Tupi da América portuguesa. Para tanto, tomando por base a documentação religiosa (missionária), administrativa e das crônicas de viajantes atinentes ao assunto, busca-se identificar como a nova lógica de trabalho – caracterizada pela exigência de produtividade e exploração da natureza – e o novo ordenamento religioso católico perturbaram a relação dos povos Tupi com o tempo e a natureza. Por fim, a comunicação pretende descrever e analisar algumas das estratégias de resistência, negociação e/ou adaptação dessas populações diante da emergência da sociedade colonial e do fim do mundo ameríndio tal como era conhecido.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 05

FRONTEIRAS E RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS NOS MUNDOS COLONIAIS

Coordenadores: Dr. **Alírio Carvalho Cardoso** (UFMA) e
Dr. **Carlos Augusto Bastos** (UFPA)

Local: Sala: 105 do NSA - Bloco C

Este simpósio objetiva promover a divulgação de pesquisas e o debate acadêmico sobre temas como expansões territoriais, formação de fronteiras, representações do espaço, circulações de pessoas, mercadorias, informações e ideias em espaços transfronteiriços nas possessões ultramarinas europeias, abordando dinâmicas que possibilitaram processos de conexões, hibridações, conflitos e cooperações entre diferentes sujeitos. A produção historiográfica sobre as experiências coloniais ibéricas e não-ibéricas na América, na África e na Ásia têm contribuído com estudos que sublinham a dinâmica plural das transformações em espaciali-

dades nativas, gerando outras concepções de território e fronteiras, estas últimas compreendidas tanto como delimitações de soberanias quanto espaços de intercâmbios econômicos, culturais e políticos. Há um aprofundamento de trabalhos voltados para questões como a incorporação de territórios ultramarinos aos conjuntos dos impérios coloniais, disputas sobre rotas e espaços, contatos, confrontos e negociações entre europeus e populações não-europeias, a produção do conhecimento científico sobre o espaço fronteiriço, sua natureza e seus habitantes. Além dessas questões, deve-se destacar a pertinência de estudos que abordam as dinâmicas transimperiais, como os fluxos econômicos legais e ilegais, as circulações culturais, naturais e de experiências políticas envolvendo diferentes possessões ultramarinas, assim como o estudo das fronteiras a partir de referenciais e problemas da História Global. Para esse simpósio, serão valorizados trabalhos sob diferentes enfoques a respeito da expansão de fronteiras coloniais e transformações dos territórios ultramarinos europeus entre os séculos XV-XIX, contemplando discussões acerca dos fenômenos sociais, das relações econômicas e das leituras políticas em espaços fronteiriços, atentando igualmente às transformações globais vivenciadas nessa longa duração.

SESSÃO 01: 05 DE NOVEMBRO (TERÇA-FEIRA)

OCUPAÇÃO, COMÉRCIO E MISSÃO: OS ALDEAMENTOS MISSIONÁRIOS NOS RIOS NEGRO, SOLIMÕES E MADEIRA (1680-1750)

Dr. **Rafael Ale Rocha** (UFAM)

A presente comunicação visa analisar a formação dos aldeamentos missionários, a política indígena acerca dos mesmos e, assim, os conflitos envolvendo os agentes que atuavam nestas povoações (indígenas e

missionários), nos rios Negro, Solimões e Madeira, entre 1680 e 1750. A partir de fontes diversificadas – consultas e cartas contidas no Arquivo Histórico Ultramarino, atas da Junta das Missões localizadas no Arquivo Público do Estado do Pará e cronistas –, intentamos avaliar, por um lado, a relação entre os índios habitantes dos aldeamentos e os agentes coloniais (missionários, autoridades e colonos) e, por outro, os conflitos e alianças estabelecidas pelos padres regulares e os colonos e autoridades, numa conjuntura na qual os império português encontrava e por vezes colidia contra outros povos indígenas e outras potências europeias naquelas partes – Espanha, pelo Solimões e Madeira, e Holanda, pelos rios Negro e Branco. Como pretendemos demonstrar, para a Amazônia colonial e no que se refere ao período proposto (sobretudo a primeira metade do século XVIII), a historiografia só recentemente começou a levar em consideração a política indígena na formação e consolidação dos aldeamentos missionários – de modo que os pressupostos da chamada “nova história indígena” deverá ser crucial para a análise das fontes mencionadas. Enfim, pretendemos contribuir nesta temática que se encontra, ainda, em desenvolvimento.

**“A EXPERIÊNCIA E A PRÁTICA DO PAÍS PODEM
ENSINAR”: CIRCULAÇÃO DE SABERES SOBRE A FLORA
DO PIAUÍ NA VIAGEM FILOSÓFICA DE VICENTE JORGE
DIAS CABRAL (1799-1803)**

Dra. **Gabriela Berthou de Almeida** (UESPI)

Objetiva-se abordar a recorrência aos “saberes vulgares” acerca das plantas na documentação legada da viagem filosófica realizada por Vicente Jorge Dias Cabral, em fins do século XVIII. Tão logo graduado em filosofia e direito na Universidade de Coimbra, Dias Cabral foi remetido para o Maranhão, de onde iniciou uma expedição rumo ao Piauí, cujo intuito era descrever a flora, fauna e minerais daqueles ser-

tões, a partir das diretrizes da História Natural em voga. O naturalista partiu de São Luís, acompanhado de um desenhista, sendo sobre a capitania do Piauí a maioria de seus registros. Nosso interesse específico recaiu sobre o processo de construção de um inventário do mundo vegetal, bem como dos usos das espécies nativas para cura, extração de resinas, alimentação e construção. A recorrência por parte dos agentes da colonização aos conhecimentos locais, em especial o das populações sertanejas, sobre a natureza não era uma novidade. Ao longo de todo o período colonial, os europeus não podiam dispensar os modos de apreender o território, em particular nos sertões, bem como as informações sobre o mundo natural dos seus mais antigos habitantes, com destaque para os povos indígenas. Através da prática, do uso e elaborando estratégias próprias para reconhecer os caminhos, as plantas e os animais, fazia-se circular conhecimentos acumulados a partir de um manejo próprio da natureza. Importa ainda reconstruir parte da rede de circulação destes conhecimentos para além do Piauí e do Maranhão, tendo em vista que os relatos escritos e visuais, tais como os da quina, da carnaúba, do cacto palmatória, foram remetidos para Lisboa. Desse modo, os conhecimentos e usos locais da flora do Piauí cruzaram o oceano Atlântico e foram incorporados ao mundo letrado português.

NAS TRILHAS DAS TARTARUGAS: RELAÇÕES MULTIESPÉCIES NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA COLONIAL (SÉC. XVIII)

Mestranda **Maria Eduarda Góes Barboza da Silva** (UFPA) e
Mestrando **Mateus Evaldo Hughes Ferreira** (UFPA)

No presente trabalho, buscamos analisar as interações multiespécies entre os grupos humanos e as tartarugas, no processo de ocupação espacial da Amazônia durante a colonização portuguesa no século XVIII, pela perspectiva da História Ambiental. Nessa

abordagem, as tartarugas amazônicas são consideradas agentes históricos tão importantes quanto os seres humanos, com o argumento que o estabelecimento da sociedade colonial na Amazônia não ocorreu apenas de acordo com a vontade humana, pois para conseguir obter meios de subsistência, os colonizadores precisaram se adaptar às outras formas de existência dos seres do mundo natural. Isso é evidente no caso das tartarugas, que além do consumo humano de sua carne e o uso do casco no cotidiano, também eram utilizadas para fabricar a manteiga dos ovos. Nesse sentido, argumentamos que a distribuição espacial das tartarugas influenciou as dinâmicas de ocupação territorial dos grupos humanos na Amazônia durante o século XVIII, com, por exemplo, o estabelecimento de pesqueiros próximos às praias onde elas desovam. O conhecimento indígena do território e de técnicas de captura também foram essenciais nesse processo, havendo relações de troca entre caçadores indígenas com as povoações, e o uso de trabalho indígena nos pesqueiros. Ressaltamos que assim como as tartarugas afetaram as formas de viver das sociedades humanas, por outro lado também foram afetadas por elas, já que os grupos humanos exerceram um enorme impacto no declínio de muitas espécies de tartarugas, como a tartaruga gigante sul-americana (*Podocnemis expansa*). A fim de investigar tais relações multiespécies com o espaço, mobilizamos os conceitos de “network” e “meshwork” do antropólogo Tim Ingold, para analisar as seguintes fontes: A “Viagem Filosófica” de Alexandre Rodrigues Ferreira, o “Tesouro Descoberto” de João Daniel, e manuscritos sobre o Rio Branco elaborados por Lobo d’ Almada e Francisco Xavier Ribeiro Sampaio, disponíveis no IHGB.

ÂNGELO BRUNELLI E A POROROCA NO GRÃO-PARÁ: CONFLITOS EM TORNO DA CIÊNCIA NA AMAZÔNIA COLONIAL

Dr. Wesley Oliveira Kettle (UFPA)

Ao longo da segunda metade do século XVIII, observamos a intensificação dos trabalhos de demarcação dos limites entre as possessões das Coroas Ibéricas na América. Nesse contexto Giovanni Angelo Brunelli, nascido em Bolonha e assumindo a posição de presbítero secular, foi contratado como um dos astrônomos da Comissão Demarcadora de Limites que desembarcou em 1753 no Estado do Grão-Pará – região que hoje compreende grande parte da Amazônia. Esta comunicação apresentará como os escritos de Angelo Brunelli fazem parte da produção de conhecimento sobre a Amazônia em um contexto de conflitos políticos em torno da ciência e religião no âmbito do projeto colonial português. Destacaremos a análise do documento histórico intitulado ‘Sobre a pororoca’ (1767) publicado na Revista da Academia de Ciências do Instituto de Bolonha e endereçada ao astrônomo Eustachio Zannoni (1709-1782), no qual seu autor relaciona as agitações na foz do rio Amazonas, rio Tocantins e rio Guamá com os movimentos lunares e solares. Demonstraremos como Brunelli utilizou seu envolvimento religioso e com homens de ciências no intuito de ganhar força nos embates políticos que experimentou durante os anos que passou no Grão-Pará. Por fim, discutiremos como esse intelectual propôs um tipo de interpretação sobre a Natureza amazônica atento aos anseios da Igreja e capaz de projetar sua imagem a fim de ocupar cargos de maior prestígio nos círculos científicos.

CONTRABANDO E PODER NOS LIMITES ANDINO-AMAZÔNICOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PROVÍNCIA DE MACAS (AUDIÊNCIA DE QUITO, C.1780)

Dr. **Carlos Augusto Bastos** (UFPA/Ananindeua)

A província de Macas constituía uma governação nos limites entre as zonas andina e amazônica na Audiência de Quito, e representava uma área cuja administração encontrava dificuldades de integração territorial, enfrentamentos com populações indígenas não-conquistadas e obstáculos para o desenvolvimento de atividades econômicas. Para além dessas questões, a documentação sobre essa região revela a ocorrência de conflitos envolvendo moradores e autoridades locais, as quais eram alvo de acusações sobre o abuso de poder nas relações com as comunidades indígenas integradas ao mundo colonial. Tomando como base os documentos judiciais da década de 1780 sobre acusações de indígenas contra o governador de Macas, Antonio Gortaire, essa comunicação analisará o papel do contrabando (principalmente de tabaco) nas relações políticas e econômicas locais, e as conexões com outros espaços da Audiência de Quito a partir das redes de comércio ilegal controlado por autoridades espanholas.

SESSÃO 02: 06 DE NOVEMBRO (QUARTA - FEIRA)

O POTENCIAL ESTRATÉGICO DO SALITRE COMO RECURSO BÉLICO GLOBAL DO IMPÉRIO PORTUGUÊS NA ÉPOCA MODERNA

Mestrando **Mailson Moreira dos Santos Gama** (UNEB)

O presente estudo se propõe a investigar a relação do salitre com um movimento global, destacando sua relevância na disputa entre os impérios europeus pelo controle das reservas salitrosas no Estado da Índia,

especialmente nos séculos XVII e XVIII. O salitre, conhecido como nitrato de potássio, originava-se de nitreiras, tanto artificiais quanto naturais, e desempenhava um papel crucial na composição da pólvora negra, tornando-se um recurso estratégico fundamental na época moderna. Sua importância bélica impulsionou sua circulação entre sociedades orientais e ocidentais, revelando a interconexão entre recursos naturais, poder bélico e a manutenção dos impérios europeus. No entanto, mudanças políticas e militares no Índico, como a rivalidade entre as potências europeias e o avanço territorial de outros impérios, redirecionaram a atenção e recursos da Monarquia portuguesa para outras áreas de seu domínio colonial. Com a intensificação da expansão ultramarina, o império português precisava garantir o abastecimento de pólvora negra para atender às suas necessidades militares, políticas e econômicas. Nesse cenário, foram descobertas minas de salitre na Capitania da Bahia e, entre o final do século XVII e o início do XIX, várias tentativas foram feitas para explorar e beneficiar o mineral. Contudo, a exploração efetiva do salitre e seu uso na fabricação de pólvora dependiam não apenas da disponibilidade do recurso, mas também de fatores como tecnologia de fabricação, expertise militar e infraestrutura adequada. Por fim, a presente comunicação abordará esses aspectos, demonstrando como a interdependência entre recursos naturais e estratégias bélicas foi crucial para a manutenção dos impérios europeus na Época Moderna.

O TRÁFICO NAS FRONTEIRAS: A CIRCULAÇÃO DE ESCRAVIZADOS NOS ESPAÇOS COLONIAIS PORTUGUESES DA ÁSIA

Mestrando Luis Fernando Masiero (UFPR)

A presente comunicação tem por objetivo analisar a circulação de escravizados pelos diferentes espaços ocupados pelos portugueses no Oceano Índico. O intuito é mapear as rotas de tráfico humano existentes,

bem como os modos que este comércio estava organizado e estruturado dentro do Estado da Índia. Levando em consideração as etnias envolvidas, procurar-se-á demonstrar como o deslocamento de cativos e a agência dos mesmos influenciava nas dinâmicas políticas locais. Para tanto, como proposta concreta, serão analisadas as rotas organizadas de e para Macau, cidade portuguesa situada na província chinesa de Guangdong e que teve um papel fundamental no fornecimento de mulheres escravizadas para todo o Sul da Ásia entre os séculos XVI e XIX. A orientação metodológica situa o objeto dentro da história global, uma vez que o deslocamento forçado de pessoas cativas envolveu uma ampla rede de conexões transoceânicas entre reinos e impérios localizados às margens do Índico. As fontes aqui estudadas são as atas produzidas pelo Senado de Macau. Através delas, é possível perceber que a circulação de escravizados em fuga pelas fronteiras territoriais do Império Qing, ou mesmo os assassinatos de cidadão chineses pelos “moços” dos portugueses, geravam frequentes conflitos e desentendimentos entre as autoridades sínicas e a comunidade europeia residente, colocando em risco a estadia desta última no sul da China. A presente comunicação auxilia na compreensão dos modos de funcionamento do escravismo, enquanto instituição histórica, nos diferentes espaços coloniais dos impérios ibéricos da modernidade, bem como ajuda a entender, sob uma perspectiva mais ampla, as distintas estratégias de negociação política adotadas pelos portugueses para manter os seus territórios na Ásia.

FRONTEIRAS COMO ZONAS DE CONTATO: REDES E INTERCÂMBIO NA GEOGRAFIA ARTÍSTICA ENTRE SÃO PAULO E A BACIA DO RIO DA PRATA (SÉCULOS XVI-XVIII)

Ma. Thais Cristina Montanari (FAUUSP/FAPESP)

Durante o período colonial, os territórios de fronteira entre a América espanhola e a América portuguesa mantiveram estreitas

relações, propiciando o intercâmbio comercial e cultural entre ambas as regiões. Essas relações se manifestaram na produção artística, evidenciando a presença da cultura luso-brasileira na região do Rio da Prata e da cultura hispânica na região de São Paulo. Apesar do renovado interesse nos estudos sobre arte e arquitetura colonial paulista nos últimos anos, ainda há lacunas significativas, especialmente no que diz respeito às relações artísticas entre São Paulo e a América hispânica. A presente proposta de comunicação baseia-se nos estudos realizados no âmbito de sua pesquisa de doutorado em desenvolvimento na FAUUSP e apoiada pela FAPESP no âmbito do Projeto JP2 “Barroco-açu: a América Portuguesa na geografia artística do Sul global”, e tem como objetivo analisar as redes artísticas e de intercâmbio entre as regiões de São Paulo e a bacia do Rio da Prata nos séculos XVI a XVIII. Serão examinadas as redes estabelecidas pelas missões religiosas, pelas relações comerciais (legais e de contrabando) e pelas relações militares entre a monarquia espanhola e a portuguesa, na tentativa de fixar fronteiras estáveis e as incursões dos paulistas na América espanhola. A partir de uma abordagem transdisciplinar, a pesquisa lança luz sobre questões relativas ao patrimônio jesuítico e franciscano, abrangendo desde retábulos até materiais, técnicas e repertórios iconográficos, bem como suas reverberações na circulação artística entre esses territórios. Evidenciaremos as relações de mediação entre missionários, indígenas, negros e mestiços, destacando como essas interações contribuíram para a formação de um rico panorama artístico transfronteiriço. Assim, esperamos proporcionar uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas culturais e artísticas que moldaram essas regiões durante o período colonial, reforçando a importância das fronteiras como zonas de contato e intercâmbio.

NOS RINCÕES AMAZÔNICOS: A CIRCULAÇÃO DE IDEIAS EMANCIPATÓRIAS NA REGIÃO FRONTEIRIÇA ENTRE O CABO DO NORTE E A GUIANA FRANCESA (1760-1800)

Doutorando **Leonardo Raiol Junior** (UFSM)

A pesquisa consiste em analisar os ideais revolucionários vindos da França e, em especial, do Haiti, conspirações que ecoaram na zona fronteira das regiões do Cabo do Norte e da Guiana Francesa. No final do século XVIII, tal fronteira se tornou um cenário dinâmico e complexo, onde sujeitos, como portugueses, franceses, africanos, indígenas interagiam, negociavam, trocavam informações e divergiam. A nossa investigação se atém a esses indivíduos que, por vezes estavam nas áreas litorâneas ou nos sertões, por onde os boatos conspiracionistas circulavam. A análise detém uma dada originalidade, pois contribuirá para a historiografia, tendo em vista que a reflexão procura aprofundar dimensões que versam os aspectos históricos acerca do limiar entre os territórios lusitano e francês, as conexões e trocas multiétnicas que permeia a região. Diante de tal assunto, ainda carece de uma reflexão historiográfica mais aprofundada, principalmente, sobre os estudos a respeito das conspirações e ideias revolucionárias que vinham por meio de atravessadores para a região amazônica. Pretendemos responder um problema preponderante, ou seja, como diferentes sujeitos absorveram e processaram as ideias revolucionárias? Buscamos responder essa pergunta a partir das fontes coloniais disponíveis no Arquivo Público do Pará e compará-las com outras informações que estão dispostas em outros acervos como os do Arquivo Histórico Ultramarino e da Biblioteca Nacional de Lisboa.

NOTÍCIAS MARÍTIMAS: A CONSTRUÇÃO DE UMA BASE DE DADOS SOBRE AS VIAGENS ULTRAMARINAS E DE CABOTAGEM NO ATLÂNTICO PORTUGUÊS A PARTIR DAS INFORMAÇÕES DE PERIÓDICOS E OUTRAS FONTES IMPRESSAS (DÉCADAS DE 1810 E 1820)

Dr. Rômulo Valle Salvino (UnB)

Com o objetivo inicial de se conhecerem as frequências de ligação e tempos de viagem entre os principais portos portugueses, foi modelada uma base de dados sobre as viagens de navios mercantes e de guerra no Atlântico português. A base está sendo alimentada com informações colhidas na Gazeta de Lisboa, Gazeta do Rio de Janeiro, Idade de Ouro do Brasil (Bahia), Marco dos Navios (Lisboa) e em publicações da Royal Philatelic Society London (sobre os movimentos dos packetboats ingleses). Em breve, começarão a ser adicionados também dados obtidos em outras fontes, como Correio Mercantil (Portugal) e Diário do Rio de Janeiro. Atualmente, a base inclui registros: a) das viagens entre o Rio de Janeiro, Lisboa e a Bahia entre 1811 e 1821, com dados não apenas temporais, mas também sobre as mercadorias transportadas, tipos e nomes dos navios, consignatários das cargas, comandantes, tonelagem por navio (no caso de mercadorias destinadas à Lisboa); c) de três anos de partidas e chegadas de navios entre vários portos e o Rio de Janeiro, com as mesmas informações (ainda parciais) indicadas na alínea anterior; b) das viagens dos packetboats ingleses para o Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio da Prata entre 1808 e final dos anos 1820. A base deverá ser disponibilizada para consulta pública nos próximos meses, por meio do site da Universidade de Brasília. A proposta da comunicação é permitir uma rápida visão geral sobre o trabalho e alguns dos resultados práticos obtidos até o momento.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 06

FORMAS DE PENSAR O IMPÉRIO: VISÕES DA ÁFRICA E DA ÁSIA DO COLONIAL AO PÓS-COLONIAL

Coordenadoras: Dra. **Roberta Guimarães Franco** (UFMG) e
Dra. **Rozely Menezes Vigas Oliveira** (UNICAMP)

Local: Sala 109 do NSA - Bloco C - Ufopa/Campus Tapajós

O presente ST pretende dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos nas quatro últimas edições do EIHC, com o objetivo de estabelecer um debate acerca dos estudos relacionados às leituras e releituras sobre os espaços que vivenciaram o domínio colonial português tanto em África como na Ásia, e sobre as representações produzidas ao longo dos séculos sobre esses espaços, representações perpassadas também pelas interações com o espaço ibero-americano. Soma-se o interesse pela reflexão sobre as rupturas e permanências nas perspectivas teóricas e analíticas nas pesquisas sobre os referidos espaços, a problematização de movimentos que apontem para heranças ou embates no momento contemporâneo, ou ainda reafirmem ou questionem a ideia/imagem de Império, bem como as visões sobre o império produzidas a partir da África e da Ásia, a partir de fontes e de agentes locais. A perspectiva comparativista permanece como foco metodológico, tanto para abordar diferentes territórios, como para trabalhos que privilegiem uma análise multidisciplinar. Encoraja-se o desenvolvimento de análises sobre as representações da África e do Oriente que afirmem ou refutem a ideia de Império, a partir de uma ampla variedade de materiais: tratados sobre costumes e crenças religiosas; documentos inquisitoriais; relatos etnográficos; numeramentos e classificação das populações; mapas cartográficos; coleções e exposições; fotografias;

literatura e outras formas de arte. Neste sentido, incentiva-se a análise das representações produzidas por funcionários coloniais, missionários, viajantes, mas sem descuidar das visões que surgiram a partir da própria África e da Ásia, o que incluiu as perspectivas de suas “elites nativas”, de críticos locais do colonialismo, de exilados e membros das comunidades de diáspora. Assim, pretende-se igualmente repensar as representações que colocam o colonizador como imagem central desses processos e ignoram as particularidades de cada sociedade de acordo com os povos autóctones.

SESSÃO ÚNICA: 05 DE NOVEMBRO (TERÇA-FEIRA)

ANTÔNIO DE QUADROS E ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS NO ESTADO DA ÍNDIA

Dra. **Célia Tavares** (UERJ)

Antônio de Quadros foi Provincial da Companhia de Jesus na Índia de 1559 a 1572, período da fundação e consolidação da Inquisição de Goa, capital do Estado da Índia. O estudo procura assinalar aspectos de aproximação e distanciamento entre as duas instituições que projetavam planos para o esforço de conversão das populações locais neste momento em que pretendiam consolidar o cristianismo no Oriente. Para ilustrar esse aspecto pretende-se estudar em que medida a administração deste provincial colaborou para as colaborações e conflitos que ocorreram neste momento. O padre Antônio Quadros nasceu em 1544, estudou filosofia e teologia, destacando-se a ponto de ter sido secretário do visitador Jerônimo Nadal, em 1553. Foi para a Índia em 1555 e logo ficou responsável pela administração da Companhia de Jesus na região, sendo considerado um ótimo administrador.

UM SANTO BRÂMANE? A ATUAÇÃO PERFORMÁTICA DE JOÃO DE BRITO NO INTERIOR DA PROVÍNCIA JESUÍTICA DO MALABAR (1673- 1693)

Doutorando **Alexandre Cabús Moreth Silva** (UFRRJ)

João de Brito, nascido em Lisboa, atuou como missionário na Província Jesuítica do Malabar, na Índia, entre 1673 e 1693, especificamente na missão do Madurai. Buscando evitar as dificuldades originadas pela falta de controle português e influência das dinâmicas políticas locais, Brito adotou um método conhecido como acomodatio, que consistia na adaptação do missionário aos costumes e práticas locais com o intuito de favorecer a conversão das populações da região. A pesquisa analisa sua biografia, escrita por seu irmão (“História do nascimento, vida e martírio do Beato João de Brito”) que busca construir sua imagem como um santo, um missionário que teria adotado os hábitos e vestimenta dos brâmanes, uma casta de alto prestígio. A pesquisa pretende discutir qual teria sido realmente a estratégia missionária adotada por João de Brito, em particular, qual casta teria recebido sua atenção. Este estudo situa a atividade missionária de João de Brito no bojo das disputas sobre o desenvolvimento de metodologias adaptativas nas missões no Sul da Índia em finais do século XVII. Esta pesquisa pretende contribuir com a historiografia sobre as missões jesuíticas no Sul da Índia a partir da análise das ações de João de Brito, por meio de uma perspectiva interdisciplinar, com base no conceito de Performance.

IGUAIS PARA UNS DIFERENTES PARA OUTROS: AS REPRESENTAÇÕES DA IGREJA CATÓLICA NO DISCURSO DE TRIPULANTES INGLESES RECÉM-CHEGADOS AO JAPÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XVII

Ma. Renata Nobre Bezerra (UFRN)

The Clover, navio inglês, comandado pelo capitão John Saris, atracou no Japão em 1613. Sua chegada, e a instalação da feitoria inglesa em Hirado, aumentou o contato recorrente entre dois perfis diferentes de europeus, que a partir daquele momento tiveram que manter contato constante no arquipélago. De um lado, os ibéricos, representados pelos mercadores portugueses e espanhóis, que já viviam na ilha, e os padres católicos de diferentes ordens, principalmente os jesuítas. Do outro lado, chegavam na ilha para ficar, os ingleses que, se juntando aos Holandeses que se instalaram em Kyushu em 1609, eram em sua maioria protestantes. O objetivo deste trabalho é analisar as relações e representações da Igreja Católica Apostólica Romana e seus agentes no discurso dos tripulantes do The Clover que, na primeira década do século XVII chegaram no Japão. Para realização deste trabalho serão utilizados os diários do capitão do The Clover, John Saris e de Richard Cocks, este que viria a ser chefe da feitoria inglesa no Japão. Buscando entender como se deu o contato dos tripulantes do navio com os padres católicos e como estes foram representados no discurso dos recém-chegados ao Japão. Além de perceber como essas relações e percepções influenciavam no dia a dia dessas pessoas.

ENTRE O SAGRADO E O MUNDANO: A REDE DE SOCIABILIDADE DAS RELIGIOSAS DO CONVENTO DE STA. MÔNICA DE GOA ATRAVÉS DE SEU PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO NOS SÉCULOS XVII E XVIII

Dra. Rozely Menezes Vigas Oliveira (UNICAMP)

O Convento de Santa Mônica de Goa – cuja riqueza foi salientada por autores goeses e portugueses, fundamentados nas fontes oficiais da época – possuiu variados tipos de imóveis, desde casas urbanas até aldeias. Apesar da arquitetura conventual ter sido concebida como instrumento da Igreja para “proteger” as religiosas dos perigos do mundo laico e uni-las em comunidade, como um corpo místico, a organização dos conventos e as necessidades de subsistência fomentavam o contato com esse mundo externo. O locutório e as portarias se configuraram como locais onde as religiosas estabeleciam redes de sociabilidade entre o cenóbio e os mais variados indivíduos e instituições bastante característicos do cenário colonial asiático, que ultrapassavam as conexões familiares e internas de sua ordem religiosa. A partir da análise social dos documentos administrativos, como contratos de compra e venda de bens de raiz, aforamentos e processos judiciais produzidos no século XVII, e com o foco no protagonismo das religiosas, esta comunicação almeja discutir o modo que o patrimônio conventual das mônicas goesas tornou-se um meio para o desenvolvimento de uma rede de sociabilidade entre as religiosas e o mais variado tipo de pessoas, assim como testemunha da ação delas como proprietárias em favor ou cobrando de seus arrendatários. Portanto, observar-se-á neste estudo que, a despeito das características arquitetônicas conventuais e das políticas rígidas de enclausuramento, as mônicas goesas construíram um sólido patrimônio não apenas na cidade de Goa como em outras partes do Estado da Índia e também do reino, tornando-se participantes ativas da conjuntura socioeconômica colonial, não se limitando apenas às esferas religiosas e espirituais.

MICRO-HISTÓRIAS NUMA HISTÓRIA MUNDIALIZADA: O CASO DO PADRE JOSÉ PEREIRA S.J

Dra. Adma Fadul Muhana - Professora Titular (USP)

Trata-se de dar a conhecer o percurso do padre jesuíta José Pereira, nascido em Lisboa, em 1666, que atuou na Índia entre 1680 e 1727, data do seu falecimento. Em 1722, o padre Pereira foi enviado a Portugal, a fim de levar ao rei d. João V as pretensões da Companhia de Jesus face às conflituosas ações do Arcebispo de Goa, d. Inácio de Santa Teresa. No Archivum Romanum Societatis Jesu, de Roma, entre outros escritos provenientes de Goa, encontramos documentos atestando que a nau em que viajava ficou retida em Salvador da Bahia por sete meses, além de dois Memoriais que o padre Pereira escreveu ao rei em defesa das alegações da Companhia. Tendo fracassado em sua missão na Corte, o padre Pereira retornou à Índia em 1725, porém adoeceu no caminho e desembarcou em Moçambique, onde veio a falecer. Aí, escreveu ao menos duas cartas ao Conde de Unhão, hoje depositadas no Arquivo Municipal de Évora, as quais revelam um escritor bastante familiarizado com as sutilezas próprias da racionalidade imperial no Portugal joanino, bem como com as preocupações naturalistas partilhadas pelos jesuítas na Ásia, África e Brasil. Como outros personagens, o padre Pereira foi um dos que partilhou das relações intercoloniais, em sua maior parte pouco conhecidas da historiografia. Dá-las a conhecer é a justificativa do nosso trabalho, o qual, ainda, tem por objetivo suscitar estudos de fontes que permitam evidenciar e corrigir uma visão estreita de tais relações. Nesse caso específico, cruzando obras de referência, impressos e manuscritos, pudemos distinguir dois homônimos jesuítas atuando concomitantemente, um na Índia, outro na China, ambos relacionando-se também com o Brasil.

‘VIVER E VIVER SÃO’: CIRCULAÇÃO DE CONHECIMENTO MÉDICO ENTRE MOÇAMBIQUE E RIO DE JANEIRO (SÉCULO XIX)

Dra. **Ana Paula Wagner** (UNICENTRO)

Para Kapil Raj, pesquisador da área da História da Ciência, a ideia de circulação não se trata, exclusivamente, de uma questão de movimento, mas de também compreender que práticas e conhecimentos passam por transformações durante o deslocamento. Nesta comunicação, pretendemos apresentar um estudo de caso a partir desta perspectiva, a saber: a produção e a circulação de conhecimento médico sobre Moçambique no início do século XIX. Utilizamos como fonte a produção escrita do médico italiano Luís Vicente de Simoni, que, entre os anos 1819 e 1821, atuou como físico-mor no Hospital Militar e Civil, da Ilha de Moçambique. Durante sua passagem por este cargo, Simoni fez anotações e registros dos casos médicos com que teve contato na África Oriental e, posteriormente, escreveu o Tratado Médico sobre Clima e Enfermidades de Moçambique, no Rio de Janeiro, datado de 1821. A partir da análise da produção escrita deste médico, tanto do Tratado Médico quanto de artigos publicados em periódicos brasileiros, procuraremos apreender como ocorreram as dinâmicas de circulação do conhecimento médico sobre Moçambique. A partir de Kapil Raj, nosso objetivo foi compreender as mudanças produzidas a partir desse movimento de circulação. Ou seja, com o deslocamento de Simoni por diferentes territorialidades (Gênova, Rio de Janeiro, Ilha de Moçambique, Rio de Janeiro), tentaremos averiguar se (e como) suas concepções médicas europeias foram, de alguma maneira, afetadas pelas experiências vividas em terras moçambicanas. Em diferentes passagens do Tratado Médico, por exemplo, Simoni discorre sobre a eficácia do uso que a população local fazia das fontes de calor para os tratamentos de febres. As fontes analisadas para esta comunicação, ainda que produzidas sob o filtro de um olhar europeu, também possibilitam tomar contato com as perspectivas de saúde e de doença das populações moçambicanas.

NGA MUTURI E O SEGREDO DA MORTA - DO RETRATO DA ASSIMILAÇÃO À OBSERVÂNCIA DA ANGOLANIDADE EM CONSTRUÇÃO

Dra. **Roberta Guimarães Franco** (UFMG/FAPEMIG)

Diante de uma história literária ainda por ser feita, a literatura angolana já reconhece recortes incontornáveis. Sem dúvidas os estudos sobre poemas, contos e romances estão cada vez mais centrados nas produções que circundam – antes ou depois – o contexto da guerra de independência. Nesse sentido, observa-se cada mais um distanciamento sobretudo do contexto inicial de intensificação da colonização, entre o final do século XIX e o início do século XX, quando Angola vive ainda os ares de uma jovem atividade jornalística e pouca circulação de obras literárias que justificassem – ao menos nos moldes estabelecidos por Antonio Candido para o Brasil – uma noção de sistema literário. Esta proposta, parte das inquietações desenvolvidas no âmbito do projeto interinstitucional (UFV-UFMG-UFLA) “Dissonâncias no Atlântico de língua portuguesa: temporalidades, mentalidades e circularidade cultural entre Brasil, Portugal e Angola”, financiado pela Fapemig, pretende apresentar uma análise comparativa entre as obras Nga Muturi (1882), de Alfredo Troni, e O segredo da morta (1929), de António de Assis Júnior. A comparação pretende abordar, a partir da análise das personagens centrais de cada narrativa, a transição do retrato da assimilação em Nga Muturi para a observação da construção de uma angolanidade na sociedade colonial representada em O segredo da Morta.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 07

FRANCISCANOS E FRANCISCANISMOS NA AMÉRICA PORTUGUESA: INFLUÊNCIAS NA CULTURA, NA SOCIEDADE, NAS ARTES E NAS PAISAGENS DO BRASIL (SÉCULOS XVI AO XIX)

Coordenador: **Dr. Luiz Fernando Conde Sangenis** (UERJ)

Local: Sala 110 do NSA - Bloco C - Ufopa/Campus Tapajós

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

A cultura brasileira recebeu potente influência da tradição franciscana desde o período colonial. Valorizar a contribuição franciscana à história e à cultura brasileira é objetivo do simpósio. O catolicismo franciscano enriqueceu o substrato cultural sobre o qual germinou uma peculiar mestiçagem, ao facilitar o surgimento de catalizadores culturais dotados de intensa capacidade de afetar a sensibilidade das gentes que formaram a sociedade. Interessa analisar as influências do franciscanismo na cultura popular e nas suas formas de expressão, muitas das quais se caracterizaram por peculiar sincretismo: as religiões, as festas, o culto aos santos e às divindades africanas, as procissões, a constituição de confrarias e de irmandades religiosas laicas de cunho étnico; as diversas manifestações da arte popular: visuais, cênicas, literárias e musicais, bem como a arquitetura e o urbanismo (dando destaque aos conventos franciscanos, marcos arquitetônicos dispostos a testemunhar a ação franciscana, e que exerceram importante papel indutor dos núcleos urbanos). O forte apelo estético à sensorialidade foi uma estratégia promissora e, aparentemente, eficaz dos dominadores para aculturarem indígenas, negros e mestiços. Mas as expressões da arte protagonizadas pelos artistas populares logo se tornaram incontroláveis, e, de certo modo, incognoscíveis aos detentores dos seus códigos

canônicos, porque as luzes, as cores, as texturas, os sons, os olores, as formas, os sabores abriram as portas da percepção a outros mundos possíveis de significados. A arte brasileira, em especial na sua expressão barroca e franciscana, foi pródiga na tentativa de emprestar novos sentidos à existência no mundo dos trópicos. Tratou-se de buscar uma linguagem capaz de enunciar o desejo de superação do cotidiano vulgar e óbvio das coisas que pareceram ordenadas a um destino predefinido e pouco promissor. Pela arte foi possível resistir e transcender à banalidade da violência, da exclusão e da morte.

SESSÃO 01: 5 DE NOVEMBRO (TERÇA-FEIRA)

LIVRARIA DO CONVENTO SÃO FRANCISCO: DE ACERVO CONVENTUAL À PRIMEIRA BIBLIOTECA PÚBLICA DE SÃO PAULO (1717-1825)

Doutorando **Alvaci Mendes da Luz** (UNICAMP)

A Ordem dos Frades Menores, cujos membros ficaram conhecidos como Franciscanos, contou com mestres e doutores de teologia, de filosofia, de artes, de botânica, das ciências de um modo geral desde seus primórdios. Os frades 'letrados' incentivaram fortemente o caráter intelectual na vida franciscana. As fontes impressas, que começaram a circular em maior volume a partir do século XVI, estão entre as aquisições indispensáveis ao patrimônio conventual, para compor as Livrarias e para estudos dos frades, citadas explicitamente no documento organizacional mais importante do dia a dia de uma Província franciscana na era moderna: Os Estatutos Provinciais. A análise, aqui apresentada, realiza-se a partir de prévio levantamento documental de algumas fontes bibliográficas impressas que hoje fazem parte do acervo da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São

Paulo (USP/SP). Alguns dos livros encontrados revelaram-se bibliografia fundamental em uma Livraria franciscana dos séculos XVII e XVIII. A leitura dos Estatutos, bem como do inventário de livros ‘pertencentes ao convento S. Francisco’ de São Paulo, de 1828, e, de fontes bibliográficas de conventos portugueses, realizados por ocasião da extinção das Ordens religiosas em Portugal em 1834, nos ajudou a concluir que boa parte dos volumes com ‘temática franciscana’, hoje entre as obras raras da Faculdade, podem ter feito parte do acervo do Convento São Francisco de São Paulo. Esta assertiva só pode ser feita a partir da análise dos Estatutos da Província da Imaculada Conceição; de estudos sobre as Livrarias conventuais franciscanas brasileiras e portuguesas e da comparação dos títulos remanescentes, com aqueles encontrados em inventários ou em bibliotecas dos Frades Menores no Brasil e em Portugal.

FLORA FLUMINENSIS: AS CONTRIBUIÇÕES DE FREI VELLOZO NO ESTUDO DAS PLANTAS DA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO

Dra. Raquel Elisa da Silva López (FIOCRUZ)

Dr. Luiz Fernando Conde Sangenis (UERJ)

No ano de 1779, o frade franciscano José Mariano da Conceição Vellozo (1741-1811) foi incumbido pelo então vice-rei do Brasil, Luiz de Vasconcellos e Souza, que liderasse um trabalho de campo pioneiro para o levantamento detalhado das plantas da capitania do Rio de Janeiro. A escolha de frei Vellozo se deu pelo seu singular talento pelas ciências naturais, especialmente botânica, já que era professor e trabalhava com coleções biológicas na época. As expedições científicas pelas diversas geografias da capitania aconteceram entre 1783 e 1790, e frei Vellozo era sempre acompanhado por outros franciscanos como o frei Anastácio de Santa Inês, seu secretário-escrevente, e o frei

Francisco Solano que era pintor e desenhista. Das observações destas pesquisas, foram produzidos originais datados de 1790, onde constam as descrições de 1.639 espécies de plantas em latim e suas ilustrações botânicas, organizados em 11 tomos. A grandiosa obra usa o sistema de classificação e nomenclatura botânicas de Lineu na identificação e descrição das espécies, empregados na Europa à época. Contudo, a publicação de “Flora Fluminensis” aconteceu cerca de 39 anos depois de finalizada, levando à perda da originalidade da autoria de boa parte dos gêneros e espécies descritos por frei Vellozo. Diferente das produções coloniais do final do século XVIII, com mote utilitário e de retorno econômico, a “Flora Fluminensis” não é uma obra de conhecimento apenas das plantas medicinais, pois elas são indicadas pelos seus nomes científicos, morfologia e locais onde ocorrem, sem nenhuma menção aos usos e nomes populares.

AS POLÍTICAS INDÍGENAS E A PRESENÇA MISSIONÁRIA FRANCISCANA NO SERTÃO DAS JACOBINAS (1679-1707)

Dr. Solon Natalício Araújo dos Santos (UFBA/SEC-BA)

Durante a segunda metade do século XVII, os franciscanos serviram como capelães militares das tropas coloniais que fizeram entradas aos sertões nas Guerras de Conquista ou Guerra dos Bárbaros. As missões representaram “uma estratégia política de sociabilidade” que viabilizou o projeto colonial por pretender reduzir os indígenas à fé católica pela catequese e à condição de força de trabalho disponível, além de liberar parcelas de terras dos seus territórios para serem arrendadas aos colonos. Na capitania da Bahia, as missões só se desenvolveram no final do século XVII e início do século XVIII. Possivelmente em decorrência de certas dificuldades, sobretudo de jurisdição face ao Arcebispo. Foi a partir de 1679, que os religiosos da Província de Santo Antônio, além das atividades como capelães militares, se incumbiram

também das primeiras missões entre os indígenas pelos sertões da capitania da Bahia de todos os Santos, principalmente na bacia do rio São Francisco. Os franciscanos receberam auxílios das famílias Dias d'Ávila e Guedes de Brito. Estes missionários ficaram incumbidos de atuar nas fabricas de salitre, possivelmente nas atividades de capelão e no fornecimento de mão de obra indígena para o serviço de extração e transporte do salitre. Em seus objetivos, as missões franciscanas no Sertão das Jacobinas, assim como as demais nas várias capitanias, tiveram como maiores obstáculos a deserção indígena, as secas e epidemias. As últimas consistiam em fatores naturais e biológicos que dizimavam a população e os índios aldeados. Já as “fugas” para o mato, além de um simples meio de reação ao processo de colonização, mais que isso, possivelmente representava um costume simbólico das etnias da família kariri, diante da morte ou de doenças.

ESTUDOS FRANCISCANOS DO CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XVIII: FORMAR PARA O PÚLPITO E O MAGISTÉRIO

Dr. Luiz Fernando Conde Sangenis (UERJ)

A sermonística, no campo da história da cultura e das letras, mais que um gênero literário, foi importante modalidade de educação. E isso tanto na colônia, quanto nas primeiras décadas do século XIX. No entanto, ganhou maior relevância no oitocentos brasileiro, após a vinda da família real portuguesa ao Rio de Janeiro. A Capela Real, criada por Alvará do Príncipe Regente, D. João (1767-1826), em 1808, é o palco principal de uma série de pregadores oficiais, dentre os quais avultavam os frades franciscanos do Convento de Santo Antônio. Interessa tratar sobre as condições educacionais de finais do século XVIII. Falamos de período logo posterior à expulsão dos jesuítas. Salvo os poucos professores régios, surgidos a partir da ampla reforma educacional

pombalina, havia poucas possibilidades de estudos públicos, ou seja, não ministrados por preceptores em âmbito familiar e doméstico. Os cursos oferecidos em instituições formativas da Igreja, especificamente, no Seminário São José e São Joaquim, e aqueles existentes nos conventos das ordens religiosas presentes na cidade, tiveram parte importante na formação de homens ilustres que se destacaram na sociedade do seu tempo, em diversas áreas de atividade e de conhecimento. Há que se levar em consideração que a imprensa era proibida, os livros escassos e a escola se restringia à elite. Nesse cenário, ganha projeção os estudos do Convento de Santo Antônio, reformados por Alvará Régio de 1776, à luz da reforma realizada na Universidade de Coimbra em 1772. As oito cadeiras que lá existiam alcançaram o seu auge entre 1770 a 1800. Os franciscanos designados para os postos de pregadores oficiais do Reino também exerceram o magistério. Todavia, é no campo da sermonística que terão o reconhecimento público e a oportunidade de entregar à sociedade os melhores frutos da educação esmerada que receberam em solo brasileiro, sem que tenham frequentando as universidades europeias.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 08

AS MARGENS ATLÂNTICAS: GENTE NEGRA, ESCRAVIDÃO, TRAJETÓRIAS E SOCIEDADE ENTRE OS SÉCS. XVI – XIX

Coordenadores: Dra. **Suely Almeida** (UFRPE/UFPE)

Dr. **Gian Carlo de Melo Silva** (UFAL/UFPE)

Local: Sala 201 do NSA - Bloco C- Ufopa/Campus Tapajós.

O presente Simpósio tem o ensejo de congregar pesquisas que dialoguem com a História Social da Escravidão, abarcando as conexões entre África e Brasil durante os séculos XVI até o XIX, numa perspectiva de História Atlântica. Salientamos que por meio da compreensão deste passado, vamos possibilitar cada vez mais o entendimento de como as sociedades de outrora se construíram e articularam seu cotidiano, deixando seus legados sociais e culturais que reverberam no Brasil até os dias de hoje. Uma consequência da diáspora africana, fomentada pelo tráfico negreiro, e que ao longo dos séculos, possibilitou o surgimento de uma sociedade formada por gente negra e seus descendentes, sejam eles escravizados, livres ou libertos. Falamos de homens e mulheres de outrora, que contribuíram para formação social e cultural do Brasil, e cujas trajetórias são encontradas nas fontes mais diversas, tanto no período colonial, quanto no imperial.

SESSÃO ÚNICA: 06 DE NOVEMBRO (QUARTA - FEIRA)

**OS LUGARES DE MEMÓRIA RELACIONADOS AO
DESEMBARQUE DE AFRICANOS “NOVOS” NO PORTO
DO RECIFE (XVIII-XIX)**

Dra. Luanna Maria Ventura dos Santos Oliveira (UFRPE)

A presente comunicação pretende apresentar os espaços relacionados ao comércio escravista no Porto do Recife, por meio de uma reconstrução dos lugares de memória do comércio legal de africanos “novos”, no Porto do Recife entre os anos de 1710 e 1830. A pesquisa em andamento propõe demarcar os lugares de desembarque, venda, quarentena, enterramentos e rotinas administrativas das instituições fiscais e sanitárias envolvidas nos trâmites burocráticos da tributação e controle sobre os corpos das milhares de pessoas escravizadas que foram trazidas para o quarto maior porto escravista das Américas.

**AS FAMÍLIAS ESCRAVAS DA FREGUESIA DE NOSSA
SENHORA DA PIEDADE DA BORDA DO CAMPO, 1740-1788**

Dra. Sirleia Maria Arantes (IF SUDESTE MG)

No período proto-estatístico do Brasil uma das formas de mensurar o crescimento endógeno da população escrava é por meio dos registros paroquiais. Nesse sentido, objetiva-se analisar os registros de batismo e de casamentos cruzados com os testamentos senhoriais da freguesia de Nossa da Piedade da Borda do Campo, entre c.1740-c.1788. Essa documentação permite descortinar um pouco das faces da família, as ideias, as relações sociais e o trabalho escravo. De posse desses números oferecidos pela demografia histórica será possível dimensionar a reprodução endógena na constituição das famílias escravas. E possível

também observar para além dos laços consanguíneos, imperativos da procriação estabelecidos pelos laços de matrimônio/concubinato, as redes de compadrio, as amizades e a afinidade em busca da liberdade. Nessa intrincada rede social há diferentes modelos de famílias presentes na vida dos escravos e suas redes de relações sociais estabelecidas para ascender, adquirindo a alforria, e cotidianamente sobreviver e, assim, legar um patrimônio material e imaterial aos seus descendentes.

MARCAS SOCIAIS DA ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO COLONIAL - O CASO DE IGNACIA DA LUZ E SEUS FAMILIARES

Dra. **Marinelma Costa Meireles** (IFMA / Campus Barreirinha)

Em dezembro de 1754, Ignacia da Luz, mulher livre, por meio de seu representante, enviou requerimento ao Rei D. José, de Portugal e tinha como objetivo que fosse dada ordem ao Ouvidor-Geral e ao Governador do Maranhão para reafirmar sua liberdade e de seus parentes. Seria mais um caso de litígio entre indivíduos de mundos diferentes, não fosse o fato de a requerente denunciar uma suposta prática utilizadas por famílias influentes da região: perseguir e escravizar indivíduos livres, com conivência de autoridades locais. Esta comunicação objetiva apresentar, a partir da história de Ignacia da Luz, como marcadores sociais como origem e cor da pele asseguravam ou negavam espaço e voz, a privilegiados e excluídos, dando ênfase às tensões e aos conflitos entre grupos sociais distintos e à escravidão no Maranhão Colonial. Para tanto, a abordagem será qualitativa, balizada pela análise documental-argumentativa da fonte primária (requerimento), de modo a compreender as ações empreitadas por sujeito como Ignacia da Luz em meio a marcadores sociais tão evidentes, redes de poder e de sua interação com o Mundo Atlântico, pensado com um espaço “construído” por fluxos e trocas culturais.

“NA TRAMA DAS REDES”: NEGROS CATIVOS, LIVRES E LIBERTOS E A (RE)CONSTRUÇÃO DA VIDA NO SERTÃO DO SERIDÓ

Doutorando **Sebastião Genicarlo dos Santos** (UFRPE)

O presente trabalho tem como objeto a população negra situada no Sertão do Seridó norte-rio-grandense, entre 1720 e 1830. A região teve na pecuária sua razão de ser, e o criatório foi o vetor da colonização que ali só pôde se estabelecer de fato nos primeiros decênios do século XVIII. Por tudo isso, o Seridó apresenta circunstâncias bastante distintas daquelas encontradas nos centros administrativos e nos espaços onde se desenvolveram atividades canavieiras e de mineração. Com vistas à população de ascendência africana de forma geral e contemplando cativos, livres e libertos, buscamos compreender como os sujeitos e grupos enfocados puderam se adaptar à natureza do lugar e ao meio social que ali se configurou, a fim de (re)construírem suas vidas. A pesquisa baseada na metodologia da história social da escravidão, com aporte em documentação serial de natureza cartorária e paroquial, tem revelado um contingente de população negra bem mais expressivo do que se poderia pensar a priori e bem mais vultoso do que preconizam os discursos pautados na ideia de branquitude da população regional. Da mesma forma a análise das fontes compulsadas vem possibilitando a identificação de diferentes formas adotadas pela população estudada para agenciar de melhores condições de vida dentro e fora do cativeiro, composição de pecúlio e obtenção da liberdade, bem como algum nível de ascensão social mediante a exploração das oportunidades circunstanciadas no contexto regional, isto nas esferas individual e coletiva. Destacam-se nesse sentido elementos como as relações sociais, nas quais estiveram enredados sujeitos situados em diferentes lugares sociais, também as redes de solidariedades, sobretudo aquelas ancoradas no parentesco consanguíneo e ritual como os enlaces matrimoniais e os compadrios/apadrinhamentos.

**AS DINÂMICAS SOCIAIS E A ESCRAVIDÃO
EM SANTA LUZIA DO NORTE E VILA DAS ALAGOAS -
SÉCULOS XVIII-XIX**

Dr. **Gian Carlo de Melo Silva** (UFAL)

O presente trabalho tem por intenção mapear a presença de africanos e seus descendentes em duas localidades banhadas pelo complexo lagunar em Alagoas, são elas: Santa Luzia do Norte e Vila das Alagoas. Ambas são ocupações datadas do período colonial, sendo parte das quatro povoações mais importantes ao sul da Capitania de Pernambuco. A localidade de Santa Luzia será detalhada a partir do Rol de Confessos, fonte oriunda da confissão anual feita pelos fiéis católicos. Do outro lado, temos a Vila das Alagoas, sede da então Comarca desde o início do século XVIII, que era demarcada pela presença do ouvidor e demais autoridades. Ambas as localidades são abordadas a partir das fontes eclesiásticas, que ainda serão somadas aos documentos de origem cartorária, como cartas de alforria, testamentos e inventários, somados as fontes administrativas do AHU. Todas as fontes serão observadas a partir do olhar da história social, juntamente com o diálogo historiográfico e os clássicos locais. Assim, teremos um cenário do que acontecia, das trocas e vivências nos espaços sociais ocupados por homens e mulheres, sejam eles africanos ou já nascidos no Brasil, vivendo sob o cativeiro ou a liberdade na Alagoas de outrora.

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

“PRETO DE NAÇÃO COSTA, DE NOME FRANCISCO, À [...] PELA QUANTIA DE [...]”! NOTAS DE PESQUISAS SOBRE REGISTROS DE COMPRA E VENDA DE CATIVOS E O TRÁFICO TRANSATLÂNTICO EM PERNAMBUCO NO SÉCULO XIX

Dra. **Valéria Gomes Costa** (UFPE)

Esta comunicação almeja a apresentação dos dados iniciais de pesquisa acerca da “rede miúda” do tráfico transatlântico de escravizados

africanos para Pernambuco no século XIX, manejando um leque diversificado de fontes (livros de tabelião, testamentos, inventários, jornais, registros paroquiais). Por ora, busquei mostrar fragmentos de trajetórias individuais e coletivas –de sujeitos sociais que fizeram a travessia no Atlântico negro, possíveis de escrutinar nos registros de compra e venda de cativos e impostos de meia Siza, entre as décadas de 1820 a 1870, contidos nos livros de notas do Cartório do 2º Ofício do Recife – Paulo Guerra, 4º Tabelionato Josaphat Albuquerque e Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambucano. A historiografia brasileira já mostrou diversos caminhos para cotejar as experiências escravizadas a partir dessa documentação, apontando para as ocupações, os arranjos familiares, a faixa etária, o gênero. Todavia, outros desvios podem ser feitos, a partir da análise densa das fontes e investigação onomástica de indivíduos, para observarmos as experiências cativas como a moradia, a elaboração da identidade etnia, o perfil dos vendedores e comprados, pedaços de vidas cativas, união e separação de parentes, o letramento de escravizados quando assinavam a rogo de seus proprietários e os fluxos desse comércio infame. A despeito disto, cogito, ainda, a continuidade do tráfico transatlântico, entre 1850 e 1870, maquiado pela circularidade de escravizados via comércio interprovincial. Companhias de comércio do Rio de Janeiro, de Alagoas e de Pernambuco intercruzaram mares, sertões, portos e praias entre o Brasil e a costa da África fortalecendo o trânsito de cativos internamente, nutrindo esforços para a continuidade da engenharia da escravidão no Mundo Atlântico.

SIMPÓSIO TEMÁTICA 09

MOBILIDADES SOCIAIS DE ÍNDIOS, AFRICANOS E MESTIÇADOS EM SOCIEDADES ESCRAVISTAS (ÍBERO-AMÉRICA, SÉCULOS XVI-XIX)

Coordenadores: Dr. **David Barbuda Ferreira** (UFMG) e
Dr. **Moisés Peixoto** (UFRRJ)

Local: Sala 202 do NSA - Bloco C - Ufopa/ Campus Tapajós

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

O Simpósio Temático que propomos versará sobre as mobilidades sociais no mundo ibero-americano dos séculos XVI ao XIX. Nestas centúrias, índios, africanos e mestiçados buscaram alterar suas condições socioeconômicas e, conseqüentemente, moverem-se dentro de hierarquias pré-estabelecidas aparentemente rígidas (PAIVA, 2015). Com efeito, o conceito de mobilidades social é fartamente debatido e conhecido na sociedade contemporânea, mas, para os séculos que propomos, quase nunca aparece na documentação. Talvez por isso é utilizado na historiografia, muitas vezes, de forma anacrônica, ou seja, sociedades pretéritas são lidas com lentes burguesas, nas quais mobilidade social é sinônimo de ascensão econômica e, para a população cativa, significava, por exemplo, a mudança de condição jurídica. Por isso, faz-se necessário atentar para outras formas e significados atinentes àquelas sociedades (HESPANHA, 2007), como a cor, a qualidade, a religião, entre outros (GUEDES, 2008; SOARES, 2009; OLIVEIRA, 2014; PAIVA, 2015; IVO, 2016; PEIXOTO SOARES, 2019; BARBUDA FERREIRA, 2024). A mobilidade social também deve ser entendida no interior do grupo de referência. Como asseverou certa vez Giovanni Levi: “um mendigo aspirava antes tornar-se o rei dos mendigos do que um comerciante pobre” (LEVI, 1998). Para entender como se desenvolveram estes relacionamentos em populações tão hete-

rogêneas como as que nos propomos a analisar, pesquisadores têm feito uso do aporte histórico antropológico (REVEL, 1998). Neste recorte temporal e espacial, índios, africanos e mestiçados possuíam orientações valorativas diferentes e se relacionavam de acordo com recursos advindos das comunidades onde viviam, abertos à imprevisibilidade e às fraturas estruturais, sempre com o objetivo de se moverem socialmente. Ademais, pesquisas têm mostrado que nem sempre as mobilidades eram ascendentes, tendo em vista que, em alguns casos, os filhos eram cativos e os pais libertos (GUEDES, 2008; MACHADO, 2008). De todo modo, as mobilidades, não raro, também eram geracionais. Assim, a maneira mais eficaz de análise de mobilidades sociais, acreditamos, é tentar recuperar as trajetórias de pais, filhos, netos e a complexa realidade em que viviam e construíam novas possibilidades de trânsitos e inserções sociais (IVO, 2016). Por tudo isso, o Simpósio Temático espera receber propostas para debater e fomentar trabalhos inovadores que versem sobre os significados de mobilidade social em distintas sociedades ibero americanas, os mecanismos pelos quais as mobilidades foram alcançadas, as análises das trajetórias de índios, africanos e mestiçados e os significados da escravidão e da liberdade nos diversos contextos americanos.

SESSÃO 01: 05 DE NOVEMBRO (TERÇA-FEIRA)

ESTRATÉGIAS DE MOBILIDADE SOCIAL: AS ALIANÇAS ENTRE OS PRINCIPAIS DOS ÍNDIOS E OS CONQUISTADORES IBÉRICOS

Dra. Juliana Sabino Simonato (UFES)

A presente comunicação tem como objetivo demonstrar que, além das alianças entre os fidalgos portugueses que viveram no Novo Mundo, representantes régios na Capitania do Espírito Santo, for-

jaram laços, também, com os principais dos índios, os chefes das aldeias. A análise das Cartas Jesuíticas permitiu observar uma aliança entre Vasco Fernandes Coutinho, primeiro donatário da Capitania, e Maracaia Guaçu, conhecido como Gato Grande, principal dos Temininó, fato que demarca a análise de estratégia de mobilidade social e protagonismo do índio, objeto da pesquisa. Os documentos esclareceram que esse grupo se deslocou da Capitania do Rio de Janeiro para a do Espírito Santo, após terem sido derrotados pelos Tamoio, seus rivais, episódio que pode ser entendido como uma estratégia de inserção nas redes clientelares do império português. As práticas de alianças entre os agentes da conquista nos permitem pensar nas possibilidades de tolerância e intolerância, convivência e coexistência, nesse momento em que os costumes ibéricos foram transladados ao Novo Mundo. As trocas culturais, elemento essencial para entendimento do conceito de dinâmicas de mestiçagens, conformadas durante o processo de conquista, estiveram presentes nessas relações sociais ocorridas na colônia. Pela análise documental, portanto, entendemos que a aliança entre o principal dos índios e o fidalgo foi uma estratégia social e política, que possibilitou uma convivência pacífica e, também, terras para que seus descendentes pudessem viver. Por outro lado, o acordo exigia a conversão dos Temininó, que aceitaram a doutrina e as práticas cristãs, como exemplo o batismo. Além disso, procuramos realizar uma analogia entre a Capitania do Espírito Santo, sob um viés arqueológico e antropológico, com outras partes do mundo ibérico, procurando estabelecer padrões de comparação, identificando similitudes e divergências, na busca do protagonismo do índio, ao utilizar as alianças, como possibilidade de diferenciação e ascensão social.

ELITES INDÍGENAS, ADMINISTRAÇÃO COLONIAL E MOBILIDADES SOCIAIS: CAMINHOS E POSSIBILIDADES INVESTIGATIVAS (SÉCULO XVIII)

Dr. **David Barbuda Ferreira** (UFMG)

O tema das mobilidades sociais de índios e mestiços tem ganhado força na historiografia nos últimos anos, em especial a das lideranças indígenas, que por possuírem significativa influência em suas aldeias e sobre seus liderados, adquiriram muito prestígio entre os potentados locais. Em decorrência disso, ocorreu um movimento de inserção dos “índios principais” na administração colonial. Postos como o de mestre de campo, sargento-mor e capitão-mor dos aldeamentos, capitão das ordenanças nas vilas de índios, dentre outros, foram ocupados pelas chefias dos mais diversos povos indígenas, as quais faziam uso dos mencionados cargos para se diferenciarem socialmente de outros grupos não aldeados, bem como dos escravos. Assim, efetivavam o processo de ascensão naquela sociedade hierárquica e desigual. Pensando nisso, e na documentação histórica disponível, pretende-se nessa comunicação apresentar alguns caminhos e possibilidades de investigação para a formação das elites indígenas coloniais e sua inserção nas atividades político burocráticas e administrativas na América Portuguesa.

MOBILIDADE E MEDIAÇÃO CULTURAL DE CHEFIAS INDÍGENAS NA EXPEDIÇÃO DE SPIX E MARTIUS NO JAPURÁ COLONIAL (1819-1820)

Ma. **Sara da Silva Suliman** (UEPA)

Este trabalho trata sobre a mobilidade política e mediação cultural que as chefias indígenas, os tuxauas, desempenharam na expedição dos naturalistas bávaros Spix e Martius quando estiveram no rio Japurá, entre 1819 e 1820, com destaque para a experiência do líder indí-

gena chamado Gregório. Apontado como “amigo dos brancos” e “aliado” dos viajantes, Gregório transitava entre o mundo indígena e não indígena para negociar e mediar relações sociais com demais tuxauas e os naturalistas. Isso permite refletir que o papel dos indígenas estava além de “aliados dos brancos”, especialmente das chefias, na configuração de tratos políticos e trocas culturais. Dito isso, busca-se com este trabalho provocar reflexões acerca das experiências dos tuxauas do Japurá, em especial a atuação de Gregório, com o intuito de destacar a agência indígena na construção de estratégias políticas e mediações culturais. As fontes principais são os registros feitos por Spix e Martius, publicados com o título “Viagem pelo Brasil”, quando estiveram no rio Japurá, entre os anos de 1819 e 1820, assim como iconografias produzidas pelos naturalistas dos indígenas contactados. Para analisar essas experiências indígenas se estabelece diálogo teórico e metodológico com a historiografia da História indígena, com destaque para os debates sobre políticas indígenas; e com pesquisas antropológicas que tem revelado que nas negociações os indígenas mobilizaram a chamada “reciprocidade protelada”, onde se buscava manter dívidas em aberto e amenizar diferenças. A partir daqui se seguirá a análise das fontes sobre a perspectiva de buscar os rastros, os sinais, diante da realidade, às vezes, opaca registrada pelos naturalistas, que descreveram os chefes indígenas oras como incivilizados e oras como astuciosos.

TRÁFICO ATLÂNTICO DE INDÍGENAS: A COSTA DO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVI

Ma. **Cecilia Oliveira de Freitas** (UFF)

Este trabalho analisa a trajetória dos indígenas que foram transportados para a Espanha no século XVI, explorando as interações entre os nativos da costa brasileira e os europeus, notadamente no âmbito do comércio de escravizados indígenas. O período examinado é co-

nhecido como das Grandes Navegações, durante as quais Portugal e Espanha lideraram expedições marítimas com o intuito de explorar novos territórios e rotas comerciais. Dessa forma, busca-se realizar uma análise aprofundada das dinâmicas entre os nativos e os europeus ao longo da costa brasileira, investigando o comércio de escravizados na região, a rota atlântica seguida pelos indígenas e o impacto da legislação ibérica nas expedições marítimas. O estudo destaca, ainda, a relevância da interação entre europeus e indígenas na América, evidenciando as relações complexas estabelecidas durante esse período e suas implicações nas trajetórias atlânticas. O foco principal recai sobre a América do Sul, especialmente na costa da América portuguesa até o Rio da Prata, finalizando com um estudo específico da expedição de Sebastião Caboto em 1526. Diante disso, toda documentação relativa à expedição, relatos de viagens à costa do Brasil e a legislação indigenista ibérica do período em questão serão utilizadas como ponto de partida para as diversas possibilidades de reflexão acerca do tráfico de indígenas para a Europa.

AGÊNCIA, TRABALHO E MOBILIDADE INDÍGENA NOS SERTÕES DE MINAS GERAIS (1798-1822)

Dra. Romilda Oliveira Alves (UEMG)

Esta comunicação estuda as experiências históricas dos diferentes grupos indígenas que habitavam Minas Gerais, com foco específico nos territórios demarcados pelas Bacias Hidrográficas dos rios Paraíba do Sul, Pomba, Doce, Pardo, Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus. Por meio das abordagens metodológicas da Nova História Indígena, a pesquisa baseia-se em uma análise de projetos e legislações indigenistas, instruções, ofícios, requerimentos, relatórios e correspondências de missionários e administradores particulares de índios e outros tipos documentais. O estudo que aqui se apresenta contribui para os deba-

tes mais recentes que têm destacado a ação consciente e criativa dos indígenas no contexto de expansão do domínio português e legitimação do Estado Nacional. O objetivo principal da comunicação é compreender as articulações políticas dos índios e os instrumentos que lhes permitiram alcançar mobilidade social e circular com mais facilidade pelos espaços fronteiriços de Minas Gerais. Pretende-se discutir a participação desses povos na organização e no funcionamento do “mundo do trabalho” e sua contribuição para o dinamismo e consolidação da economia mineira. Por fim, as populações indígenas dos sertões fronteiriços desempenharam papel fundamental nos projetos dos Estados português e brasileiro, sobretudo na conquista de novos territórios e na dinamização da produção mercantil de alimentos.

HIERARQUIAS E RELAÇÕES DE PODER SOB O OLHAR DOS VIAJANTES NO RIO TAPAJÓS (SÉCULO XIX)

Dra. **Eveline Almeida de Sousa** (UFOPA)

Analisarei neste trabalho as relações de poder, hierarquias e diferenças étnicas e culturais entre indígenas e populações negras e mestiças, observadas por naturalistas que exploraram o rio Tapajós ao longo do século XIX. A partir das obras do naturalista Henry Walter Bates (Um naturalista no Rio Amazonas de 1863), do botânico João Barbosa Rodrigues (Rio Tapajós de 1875), do engenheiro Manuel Tocantins (Estudos sobre a tribo dos Munduruku de 1877) e do naturalista Henri Coudreau (Viagem ao Tapajós de 1897), pretendo discutir as percepções sobre as relações de poder, hierarquias e formas de mobilidade identificadas por esses autores na bacia do Tapajós, na segunda metade do século XIX. Por meio dos relatos de viagem, podemos encontrar uma descrição robusta das populações locais, principalmente indígenas e população negra e mestiça, que chamavam a atenção dos viajantes por seus costumes, modo de vida, relações so-

ciais, atividades produtivas, entre outros aspectos. Uma das feições que aparece nas narrativas são as relações hierárquicas, formas de ascensão e mobilidade e as relações de poder entre esses grupos, e com frações elitizadas na sociedade, geralmente identificados como proprietários e autoridades administrativas. Ao considerar que, principalmente a partir dos anos 1870, a bacia do Tapajós, que contempla cidades como Santarém e Itaituba, experimentou uma significativa transformação devido a intensificação da extração do látex na região, é mister examinar como as relações de poder e as hierarquias sociais, principalmente para as camadas mais subalternizadas da sociedade, sofreram rearranjos. Para isso, vale se debruçar sobre os relatos dos viajantes que ao percorrerem o rio Tapajós, intercambiavam uma profunda interpretação social e trabalho etnográfico.

SESSÃO 02: 06 DE NOVEMBRO (QUARTA - FEIRA)

LOS LÍMITES DEL COLOR: O PARADOXO JURÍDICO-SOCIAL DOS NEGROS LIVRES EM NIRGUA NA VENEZUELA COLONIAL (1580-1660)

Mestranda **Mairá de Oliveira Gomes** (UFF)

O presente trabalho tem como objetivo investigar a capacidade de articulação e mobilidade social dos negros livres na Venezuela colonial do século XVII, visando subverter as limitações políticas, econômicas e principalmente sociais impostas pelas normas jurídicas das ordenanças e cédulas reais, que constituem nossas principais fontes de pesquisa. O estudo enfoca o processo de aquisição de Nirgua, conhecida como a “cidade de mulatos”, resultado das estratégias elaboradas por um grupo de negros livres e mulatos que participavam das chamadas “milícias de cor”. Eles se beneficiaram de suas contribuições durante a conquista de

Yaracuy, onde Nirgua se situava, para reivindicar o estatuto de militares, o qual previa recompensas aos conquistadores e benefícios por serviços prestados, permitindo-lhes assim tomar posse da região recém-conquistada. As fontes utilizadas, combinadas à metodologia de análise de redes sociais, esclarecem as concepções de poder e hierarquias sociais na relação cheia de tensões e dinâmicas entre os habitantes de Nirgua e os agentes coloniais espanhóis. A fundação de uma cidade composta por negros possibilitou que estes assumissem papéis sociais, ocupassem cargos públicos, adquirissem propriedades e títulos de nobreza, apesar das restrições jurídicas impostas aos africanos e seus descendentes, criando um espaço permeado por constantes contradições. O trabalho demonstra que todas as estratégias de mobilidade empreendidas pelos negros livres e seus descendentes revelam contradições evidentes e que, por vezes, foram impulsionadas pelas brechas existentes dentro da estrutura da monarquia espanhola. A presente investigação se propõe a abordar um tema relevante e pouco explorado: a capacidade de articulação e mobilidade social dos negros livres na América colonial do século XVII, que é essencial para reconstruir e analisar o passado de vitórias alcançadas por uma população que por muito tempo só foi trabalhado na historiografia como perdedores e escravizados.

MOBILIDADE SOCIAL DE ESCRAVOS EM GOIÁS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Dr. Horácio Gutiérrez (USP)

A mineração do ouro foi o centro da economia do Brasil no século XVIII, localizando-se as principais minas nas províncias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Baseada no trabalho de africanos, a atividade mineira atçou em escala sem precedentes o tráfico atlântico de escravos para a colônia portuguesa. Na segunda metade do século XVIII a mineração do ouro em Goiás encontrava-se em fase de declí-

nio, mas continuava intensa a utilização de escravos de ascendência africana. O presente texto reconstitui o perfil demográfico dos escravistas, a estrutura de propriedade de escravos, e mostra uma fase de transição nas ocupações dos escravos que cada vez mais começam a ser requisitados para atividades agrícolas e pecuárias. Interessa destacar que 25% dos proprietários de cativos foram identificados como ex-escravos, ou seja, libertos que se tornaram senhores. A análise provém de um recenseamento de população de 1783 do Julgado de São Félix, sede de uma das duas casas de fundição existentes em Goiás, e a cuja jurisdição sujeitavam-se vários arraiais, distritos e sítios da região norte da capitania, hoje integrando o atual Estado de Tocantins.

“E ELE PARDO TISNADO E POBRE”: QUALIDADES DE COR, DESQUALIFICAÇÕES SOCIAIS E HIERARQUIAS EM REGISTROS INQUISITORIAIS

Dra. **Elisangela Oliveira Ferreira** (UEBA)

Era o dia 14 de outubro de 1748, na Cidade da Bahia, quando foi apresentada a um comissário do Santo Ofício uma denúncia em nome de Luiza Maria de Barros, mulher parda, contra seu marido Antônio Vieira, também pardo. A denúncia foi feita através de uma tia de Luiza, Briolanja de Araújo Silva, qualificada como “mestiça velha e forra”. Entre os aspectos centrais da denúncia consta que Antônio usava uma bolsa de mandinga e através do poder sobrenatural da mandinga “forçara a vontade” de Luzia para casar-se com ele. Em defesa de sua tese, Luzia Maria, através da tia, sustentava “haver sempre ela casado com homens brancos e ter cabedal” enquanto Antônio Vieira era um homem “pardo tisonado e pobre”. Este pequeno resumo do caso, a partir de uma rica denúncia composta também de poucas linhas, encerra os objetivos centrais desta comunicação: analisar como, na sociedade colonial, as pessoas se distinguiam, se identificavam, se classificavam,

olhando para si e para o outro, em termos de qualidade e condição. Como pequenas frestas por onde se pode enxergar um contexto mais amplo, os fragmentos de informações presentes em fontes inquisitoriais permitem iluminar modos de percepção de si e do outro e perceber aspectos do vocabulário classificatório usado numa sociedade diversa e multifacetada. Procuo abordar os significados dos termos empregados para designar as pessoas e as marcas neles impressas que, de uma forma ou de outra, se relacionavam com a escravidão. As fontes centrais são denúncias, confissões e inquéritos de testemunhas presentes nos cadernos do promotor e nos cadernos de solicitantes da Inquisição de Lisboa.

MORAR EM LIBERDADE: DINÂMICAS DA POSSE DE CASAS URBANAS POR LIBERTOS E SEUS DESCENDENTES (VILA RICA, 1711-1770)

Mestrando **Eduardo Rodrigues** (UFMG)

Esta comunicação trata das casas de alforriados e seus descendentes na área urbana de Vila Rica, sede da capitania de Minas Gerais, ao longo de parte do século XVIII. Para alguns libertos, as aquisições de casas de morada foram parte de um processo de mobilidade social que esteve atrelado à formação dos espaços urbanos em que viveram. No caso das Minas, elas se deram num ambiente social marcadamente movediço que aguça o interesse por observar suas dinâmicas ao longo do tempo. Nosso objetivo é acompanhar as transformações na posse de casas por libertos e seus descendentes analisando suas dimensões espaciais e sociais. Para isso, será utilizado um dos livros do tomo elaborados pelo senado da câmara de Vila Rica para a cobrança do foro, tributo relativo à posse de terras da sesmaria da vila. O livro em questão, feito em 1767, buscou atualizar os registros existentes até ali e permite acompanhar a transmissão da posse de cada terreno ao

longo do tempo, uma vez que registra o nome do foreiro atual e dos anteriores. Por meio dessa fonte, buscaremos observar a presença de forros e descendentes deles entre os foreiros de Vila Rica, com atenção para a localização de suas casas, para suas concentrações e ausências na malha urbana da sede da capitania. Além disso, o registro do histórico de foreiros permite refletir sobre a aquisição dos terrenos por mulheres e homens forros ao longo das décadas de abrangência do documento e analisar casos de manutenção das posses, transmissões e transformações nos terrenos das casas, como por demolição e divisão dos lotes. Contribui, portanto, para compreender dimensões espaciais das mobilidades sociais.

DEVOTOS DO ATLÂNTICO: FÉ E POLÍTICAS DOS IRMÃOS DO ROSÁRIO A PARTIR DE VILA RICA (1711-1832)

Doutoranda **Andressa Antunes** (UFOP)

Apresentar-se-á uma proposta de estudo da presença de africanos e de seus descendentes, escravizados e libertos, nas irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Vila Rica, durante o século XVIII, até as primeiras décadas do Império do Brasil. Tem-se por objetivo, em maior grau, a análise do papel que a devoção ao Rosário e o assento confraternal desempenharam na vida de sujeitos marcados pelo estigma da escravidão ou pela experimentação efetiva do cativo. A proposta se vale das noções de geografia sagrada, comunidade atlântica, sociabilidade, vínculo religioso e vínculo político, as quais atuam como conceitos úteis para delinear a inserção e a permanência dos devotos do Rosário em corporações que, ao cabo, tiveram valor de ação política para os grupos africanos e seus descendentes em Vila Rica – espaço que será entendido como uma vila atlântica. As comunicações das irmandades de N. S. do Rosário do Alto da Cruz e de N. S. do Rosário do Pilar com o Conselho Ultramarino, com a municipalidade,

com as paróquias e com outras confrarias serão as fontes deste estudo. Ao compreender essas corporações como espaços de atuação política no escravismo atlântico, na medida em que se entende o vínculo religioso que as caracterizava como um vínculo também político, os seus membros (africanos e seus descendentes, livres ou escravizados) serão vistos como devotos do Atlântico.

**CLAUDIO JOAQUIM E BIBIANA FRANCISCA DE JESUS:
MORAL RELIGIOSA E MOBILIDADE SOCIAL DE FORROS
NO RIO DE JANEIRO DOS SÉCULOS XVIII E XIX**

Dr. Moisés Peixoto Soares (IPN/SME)

A comunicação visa, com base nas trajetórias dos forros Claudio José e Bibiana, discutir como a moral religiosa foi crucial para que ambos ascendessem socialmente.

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

SIMPÓSIO TEMÁTICO 10

**REVOLTAS, RESISTÊNCIAS, INCONFIDÊNCIAS E
INDEPENDÊNCIAS: IDEIAS POLÍTICAS, PODERES,
EPISÓDIOS E NARRATIVAS NO BRASIL – SÉCULOS XVI-XIX**

Coordenadores: Dr. **André Figueiredo Rodrigues** (UNESP) e
Dr. **Luciano Figueiredo** (UFF)

Local: Sala 203 do NSA - Bloco C - Ufopa/Campus Tapajós

O tema das revoltas e resistências, conflitos e protestos, guerras e

confrontos de povos originários e africanos, assim como das independências, vêm ganhando destaque na historiografia brasileira e internacional. Nosso ST, em sua 5ª edição, busca reunir e promover debate sobre as lutas políticas entre os séculos XVI e XIX no Brasil, sem ignorar as possíveis relações com as Américas, África, Europa e Ásia. Tais processos desdobram-se em diferentes escalas: guerras e revoltas indígenas, insurreições escravas, motins urbanos, disputas de jurisdição, rumores, mocambos, quilombos, ações emancipacionistas etc. São perceptíveis os condicionamentos conjunturais: o papel do direito natural e do humanismo, as inovações do século XVII após a Restauração Portuguesa de 1640 e o tempo das Revoluções Atlânticas. Para este ST, destacamos: a) os paradigmas teóricos de análise e tipologias; b) formas de ação coletiva, composição social, rituais, abrangência (tempo e espaço), repressão e protagonistas; c) a historiografia e interpretações; d) o vínculo das revoltas com formas cotidianas de resistência; e) histórias conectadas a partir do Brasil, entre América, África, Europa e Ásia; f) a memória social; g) fontes disponíveis, arquivos e documentação. No ST pretendemos estimular a participação de pesquisadores da Amazônia.

SESSÃO ÚNICA: 06 DE NOVEMBRO (QUARTA-FEIRA)

AS REVOLTAS DE MARIA DA CRUZ E BENTA PEREIRA: GÊNERO, MEMÓRIA E HISTÓRIA MARIA DA CRUZ E BENTA PEREIRA ATUARAM EM DOIS CONFLITOS DURANTE A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII

Dr. **Alexandre Rodrigues de Souza** (UNESPAR)

O primeiro no sertão de Minas Gerais, em 1736, e o segundo em Campos dos Goytacazes, em 1748. A pesquisa faz uma análise das

representações dessas mulheres nas narrativas memorialistas do final do século XIX e início do XX. Argumenta-se que as relações de gênero são um instrumento importante para perceber o vocabulário detratador e edificador empregado para afirmar o papel dessas mulheres na história e nos conflitos. Ao investigarmos os intelectuais que escreveram sobre a história local e narraram os episódios de tumultos em que Benta Pereira e Maria da Cruz atuaram, podemos compreender como estes escritos foram responsáveis por produzir certos padrões de heirocização dessas personagens a partir de valores socialmente aceitos na época de produção dos seus trabalhos. Por outro lado, percebe-se como o gênero expressa relações de poder e, ao mesmo tempo, delimita os lugares e as características dessas mulheres presentes nos escritos sobre as revoltas. Benta Pereira e Maria da Cruz foram empurradas ao longo da história para lugares-comuns empregados às mulheres: maternidade, paixões e religiosidades etc. Os textos e trabalhos produzidos durante o século XIX e XX foram combinando elementos entendidos como “naturais” a imagem idealizadora de mulher com os episódios de conflitos, colorindo em tons romanescos a participação política dessas mulheres nos levantes.

DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS E TRAJETÓRIAS DE RESISTÊNCIA: O CASO DAS CATIVAS LITIGANTES NA AMAZÔNIA SOB COLONIZAÇÃO PORTUGUESA, SÉCULO XVIII

Ma. Luma Ribeiro Prado (ISA)

Contra a escravidão, indígenas – na maioria mulheres – acionaram os tribunais de São Luís do Maranhão e de Belém do Grão-Pará no século 18. Ao denunciar seus senhores, as cativas litigantes expuseram a ilegalidade do cativeiro na Amazônia colonial e, na maior parte das vezes, conquistaram a liberdade. Pouco se fala em esca-

vidão indígena, menos ainda das estratégias de resistência das e dos “negros da terra” escravizados. Por meio da análise seriada das atas das Juntas das Missões da Amazônia sob colonização portuguesa e de demandas que cruzaram o Oceano Atlântico e clamaram ao rei, esta comunicação pretende apresentar as modalidades de escravização dos nativos e a via jurídica como um caminho possível, ainda que pouco frequentado, de busca por melhores condições de trabalho e de vida, de preferência longe do cativo.

REBELIÃO E CONFLITO NOS SERTÕES DA AMÉRICA PORTUGUESA: O CASO DO PADRE ANTONIO MENDES SANTIAGO (1720-1770)

Dr. Gefferson Ramos Rodrigues (UFOPA)

O trabalho investiga a trajetória do padre Antonio Mendes Santiago, nascido em Portugal, orador em Pernambuco e em Minas Gerais, entre os anos de 1720 e 1770. Ao longo de sua existência, o religioso se envolveu em uma série de conflitos, o que torna sua vida uma oportunidade singular para se conhecer a participação do clero em revoltas, os conflitos de jurisdição e as resistências cotidianas que tiveram lugar nos sertões da América portuguesa. A pesquisa parte da hipótese de que os religiosos, diante de um quadro em que a Igreja e a Coroa se mostraram pouco atuantes e se encontravam ainda em fase de estruturação, eles aproveitaram dessa situação de fraqueza e de suas posições de liderança nas comunidades em que estavam presentes, para instrumentalizar a religião e impor uma condição que lhes era mais favorável. A historiografia especializada, apesar de expressiva quando se trata da implantação da Igreja em Minas, deu pouca ênfase ao clero rebelde. Sua vida, fartamente documentada, ainda não mereceu a atenção dos estudiosos e à fim estudá-la a pesquisa se utiliza de fontes como, processos-crime, autos da inquisição e a correspondência entre autorida-

des civis e eclesiásticas. Esse conjunto heterogêneo de fontes apoia-se nos pressupostos metodológicos da micro-história que embora não seja alheia a generalizações, ao propor uma mudança na escala de observação, mostra que a experiência de um indivíduo também permite perceber uma dimensão da história global.

MANUEL RODRIGUES DA COSTA: DE PADRE À INCONFIDENTE MANUEL RODRIGUES DA COSTA: DE PADRE À INCONFIDENTE

Mestranda **Laura Morales Borges** (UNESP)

Ocorrida há mais de 232 anos, a Inconfidência Mineira ainda é um dos assuntos amplamente discutidos na historiografia brasileira. E mesmo sendo um dos temas mais recuperados da história do Brasil, muito ainda há o que se pesquisar. Apesar de o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, ser o personagem mais estudado e lembrado pelos brasileiros no movimento sedicioso planejado para ocorrer em 1789 nas Minas Gerais, ainda há lacunas a serem estudadas e/ou analisadas. Dentre as lacunas a serem estudadas está o elucidar a participação de membros do clero no movimento, e mais especificamente sobre a participação do padre Manuel Rodrigues da Costa. Temáticas relacionadas ao universo religioso colonial, promovem discussões sobre a formação do clero e a atuação da Igreja nas terras do centro-sul da América portuguesa, assim como a influência do pensamento iluminista europeu ao longo do século XVIII, notadamente no destrinchar as obras circuladas nas bibliotecas coloniais, aventaram a participação de membros eclesiásticos como homens importantes e intelectuais destacados da sociedade mineira colonial. Assim, nossa proposta é analisar na vasta historiografia sobre a Inconfidência Mineira como o clero aparece ali descrito. Em Minas Gerais, a capitania mais rica da América Portuguesa, a estruturação dos primórdios do clero mineiro

propicia discussões sobre a formação dos eclesiásticos e inserção intrínseca da Igreja em Minas Gerais. A organização eclesiástica e a influência do pensamento iluminista proveniente da circulação de livros e pensamentos iluministas na colônia portuguesa, contribuíram para a participação e adesão de padres em movimentos revoltosos.

OS MBYA-GUAYCURU E AS FRONTEIRAS COLONIAIS: MOVIMENTAÇÃO E RESISTÊNCIA OS MBYA GUAYCURU E AS FRONTEIRAS COLONIAIS: MOVIMENTAÇÃO E RESISTÊNCIA

Mestrando **Elias Augusto Pereira Nascimento Paiva** (UNESP)

Desde o século XVI, os indígenas da nação Guaicuru têm sido mencionados em relatos de europeus. Eles representaram um desafio para o estabelecimento do domínio colonial na região do Chaco, que abrange espaços em diferentes países como Bolívia, Paraguai, Argentina e Brasil. No território brasileiro, o Chaco se expande ao longo das áreas semialagadas do pantanal nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. E é dentro deste espaço, especificamente na província colonial de Mato Grosso, que a proposta de comunicação se alicerça, ao analisar as relações entre indígenas Mbya-Guaicuru e as forças coloniais espanholas e portuguesas. O objetivo é compreender as estratégias e adaptações adotadas pelos nativos para garantir a sobrevivência e preservação de seu modo de vida diante das investidas da colonização. É importante destacar que ambas as potências europeias buscaram apaziguar a situação, desde a tentativa de aldeamento da população nativa ao longo do século XVIII até a concessão de um tratado de paz outorgado pelos portugueses em 1791. Contudo, essas estratégias se mostraram ineficazes para conter a resistência local. Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo compreender esses diferentes conflitos. Na comunicação serão analisadas fontes que abordam os confrontos

entre os Mbya-Guaicuru e os espanhóis, visando compreender o impacto desses embates na migração dos nativos em direção ao território sob domínio português, bem como o contexto dessa interação. Para isso, serão analisados os relatos contidos no primeiro volume de “El Paraguay catholico”, de José Sanchez Labrador, e as análises etnográficas apresentadas por Branislava Susnik em “Los aborígenes del Paraguay: etnología del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI y XVII)”.

SOBRE RESISTÊNCIAS, REBELIÕES E MÉTODO: COMO LER DOCUMENTOS DOS GRUPOS SUBALTERNOS?

Dr. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo (IHT- UFF)

Com base em fontes primárias selecionadas alusivas a quilombos, motins militares, levantes indígenas, legislação e pareceres de autoridades portuguesas e luso-brasileiras pretende-se demonstrar o potencial de informações e evidências críticas, ainda que fugazes, disponíveis para se operar uma aproximação em relação aos protestos de grupos populares.

A DELAÇÃO DE JOAQUIM SILVÉRIO DOS REIS E A REORGANIZAÇÃO MILITAR NAS MINAS GERAIS

Dr. André Figueiredo Rodrigues (UNESP)

Na história da Inconfidência Mineira, que foi um movimento de contestação contra o domínio português na capitania de Minas Gerais e planejado para ocorrer após a imposição da cobrança compulsória de impostos em atraso, a derrama, marcada para vir à tona a partir de março de 1789, a historiografia reteve a ideia que o fracasso do movimento se deveu à delação de Joaquim Silvério dos Reis ao governador visconde de Barbacena. Em março de 1789, revelou a pretensa revolta em organização, motivada pelo fato de ele ser devedor da Real Fazenda

da, devido ao não pagamento de dívidas contraídas pelo arremate do contrato de entradas e saídas de mercadorias e de pessoas da capitania de Minas Gerais, de janeiro de 1782 a dezembro de 1784. Isso resultou em sua ruína financeira e havia a promessa de que suas dívidas seriam perdoadas, em caso do sucesso do movimento. Essa ideia, amplamente aceita e consagrada como um dos mais importantes fatos de nossa história, será objeto de questionamento. Afinal, por que Silvério dos Reis traiu os incondidentes ao denunciar o movimento sedicioso de 1789? Qual seria a verdadeira motivação por trás de sua delação? Ao rever a biografia e as análises historiográficas sobre Joaquim Silvério dos Reis, assim como o cânone instituído para a Inconfidência Mineira, uma nova interpretação do movimento é-nos permitida, e essa será a proposta da comunicação.

SIMPÓSIO TEMÁTICO II

INSTITUIÇÕES, EXPRESSÕES RELIGIOSAS, IDENTIDADES E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

Coordenadores: Dr. **Angelo Adriano Faria de Assis** (UFV) e
Dr. **Marcus Vinicius Reis** (Unifesspa/NEIAM)

Local: Sala 204 do NSA - Bloco C - Ufopa/Campus Tapajós

Em eventos como ANPUH e EIHC, temos participado de simpósios temáticos que abordam estudos sobre religiões e religiosidades na Primeira Modernidade. Esses espaços proporcionam trocas de experiências e discussões entre pesquisadores em diferentes estágios de investigação. Uma proposta coordenada por pesquisadores de diversas universidades

exemplifica a diversidade e profundidade desses estudos em todo o país. Assim, o objetivo deste simpósio é avançar nas discussões iniciadas em encontros anteriores, reunindo trabalhos que analisem formas e vivências religiosas no Brasil e em outros contextos durante a Modernidade, incluindo construção de identidades, resistência e adaptações. Serão analisadas questões como o funcionamento dos Tribunais Eclesiástico e do Santo Ofício, o imaginário em torno do Catolicismo e da Inquisição, apoios e críticas à Inquisição, e casos de indivíduos afetados por essas instituições. As análises abordarão aspectos como aparatos institucionais, sociedade, clero, vivências religiosas, estratégias de resistência, disciplinamento tridentino no espaço ultramarino, entre outros temas. Em especial, os casos envolvendo a constituição, presença e atuação tanto da Justiça Eclesiástica quanto da Inquisição no Brasil, seja através das visitas enviadas pelo Tribunal de Lisboa, seja a partir da atuação de familiares e comissários que percorreram o território brasílico em nome da pureza da fé, bem como os personagens que acabaram confidentes, denunciados e/ou processados perante o Santo Ofício. Mas não só. Todas as propostas serão analisadas, visto que objetivamos tecer um panorama das pesquisas que vem sendo desenvolvidas nos últimos anos. O Simpósio visa ser uma oportunidade de diálogo interdisciplinar, reunindo estudiosos de diversos campos para explorar as múltiplas facetas e possibilidades de análise desse tema complexo.

SESSÃO 01: 05 DE NOVEMBRO (TERÇA-FEIRA)

A REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS PAINÉIS DE SANTA TERESA NA IGREJA DO RECOLHIMENTO DE SANTA TERESA EM SÃO PAULO

Mestranda **Thallita Barreira Dias** (UnB)

Este trabalho realiza uma abordagem iconológica das pinturas oitocentistas dos painéis da extinta Igreja do Recolhimento de Santa Teresa em São Paulo, de autoria de Jesuíno do Monte Carmelo. O objetivo é analisar a representação feminina, especificamente através da figura de Santa Teresa, e sua relação com o conceito de decoro na arte setecentista. A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como a iconografia religiosa retrata e influencia a percepção das figuras femininas no contexto colonial brasileiro. Os painéis, que narram episódios da vida de Santa Teresa, são estudados dentro de seu espaço original, o Recolhimento de Santa Teresa, um ambiente dedicado à clausura feminina. A metodologia adotada é a análise iconológica sistematizada por Erwin Panofsky, complementada pelos estudos de Rafael García Mahiques sobre iconologia e a intertextualidade na arte. A literatura teresiana, as hagiografias e as gravuras são importantes fontes anteriores à produção artística dos painéis e podem oferecer correspondentes intertextuais que vão ao encontro do objeto analisado. A pesquisa envolve a análise de gravuras teresianas e narrativas hagiográficas, visando identificar as matrizes iconográficas presentes nos painéis. As fontes de pesquisa incluem documentos manuscritos do século XVIII do Arquivo Histórico Ultramarino, do Arquivo da Cúria e registros obtidos em visitas ao Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Museu de Arte Sacra de São Paulo, e o mosteiro de Santa Teresa. A análise iconológica pretende estudar significados e simbolismos subjacentes às imagens dos painéis, proporcionando uma compreensão mais profunda da realidade colonial e do papel das mulheres na formação social brasileira. O estudo das representações de Santa Teresa nos painéis contribui para a renovação historiográfica, destacando as vivências femininas e seu impacto na cultura histórica. Assim, espera-se elucidar como a iconografia religiosa molda e reflete as concepções de gênero e poder no Brasil colonial.

MULHERES E HOMENS DO CLERO NA INQUISIÇÃO DE LISBOA (1605-1750)

Ma. Indira Alexandra Vicente Leão
(CIDEHUS, Universidade de Évora)

Esta comunicação visa dar a conhecer alguns resultados preliminares da pesquisa de doutoramento que temos vindo a desenvolver sobre mulheres e homens do clero condenados pelo Santo Ofício português de 1605 a 1750. Iniciar em 1605 corresponde a um período após o perdão-geral que, a nível documental, nos fornece informações mais sistemáticas e completas das saídas para os autos da fé. Iremos até meados do século XVIII, quando se inicia uma tendência inversa: uma menor ação processual e persecutória e uma tendência de diminuição dos ingressos em conventos (Olival & Monteiro, 2003). Como ponto de partida, recorreremos a estatística para traçarmos o panorama global e quantitativo da presença destas personagens históricas nas malhas inquisitoriais lisboetas na longa duração, com base nos dados que constam nas listagens dos autos da fé compilados por António Joaquim Moreira (1863) e Joy Oakley (2008). Estas informações permitir-nos-ão responder a algumas questões: quem eram estes indivíduos? Quais as suas origens sociais e eclesiásticas? Que tipo de delitos cometeram? Deste modo, conseguiremos não só esboçar os seus perfis sociológicos, como também detetar se a atuação inquisitorial se interligava com as fases de maior conflito e de cooperação com determinadas ordens religiosas. Apresentaremos também alguns estudos de caso de processos inquisitoriais singulares, numa análise complementar com a normativa, por forma a conhecermos mais a fundo os seus meandros processuais, bem como a atuação inquisitorial perante os homens e mulheres diretamente vinculados à igreja. A nossa análise permitirá conhecermos melhor estes atores históricos e, nomeadamente, os provenientes da base da pirâmide eclesiástica, a mais difícil de estudar, porque deixa menos

testemunhos. Estas informações permitir-nos-ão alargar o conhecimento historiográfico, ainda muito limitado, da sua presença e atuação na esfera inquisitorial.

FONTES INQUISITORIAIS: RELAÇÕES DE PODER E GÊNERO NOS PROCESSOS DE MULHERES ACUSADAS PELO CRIME DE BIGAMIA

Me. Thiago Melo de Souza (UFBA)

O seguinte texto busca trazer uma reflexão a respeito dos limites e possibilidades que a documentação inquisitorial permite para a análise das relações de gênero e poder, presente nos discursos registrados nos processos inquisitoriais. Os estudos de gênero, intercalado à história das mulheres, contribuem para que possamos romper as barreiras que silencia e oculta o passado feminino. Além de lançar luz sobre um passado silenciado e negligenciado, o conceito tem favorecido o surgimento de questões e reflexões metodológicas importantes para as mais diferentes abordagens. Compreender a historicidade do conceito de gênero, sua influência na História das Mulheres e das relações de poder, estabelecidas no decorrer da produção do conhecimento histórico, nos permite pensar meios para a utilização dessa categoria de análise. Para isso, faz-se necessário usar da criatividade e imaginação para buscar nos mais diversos meios, a ação feminina nos múltiplos âmbitos sociais. Para essa abordagem, foi trazido fragmentos das trajetórias de algumas mulheres, processadas pelo Tribunal do Santo Ofício, sob a acusação de ser bigama. A partir desses registros podemos pensar, de forma crítica e analítica, a utilização da fonte inquisitorial para abordar as mais diversas práticas. Com isso, alcançar a história de mulheres que não deixaram muitos registros documentais, mas que através da documentação analisada, se torna possível observar pontos de adequação, estratégias e táticas de subversão ao modelo estabelecido.

MELCHIOR DE BRAGANÇA: UM DOUTOR HEBREU ENTRE O JUDAÍSMO E O CRISTIANISMO COLABORADOR DO SANTO OFÍCIO

Dr. **Angelo Adriano Faria de Assis** (UFV)

Entre 1618 e 1620, o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição portuguesa enviaria uma segunda visitação à América portuguesa, agora restrita à cidade de Salvador da Bahia e seu recôncavo. Neste período, o visitador Marcos Teixeira, receberia algumas centenas de denúncias e confissões de indivíduos sobre os mais diversos tipos de comportamentos. Até hoje, a visitação à Bahia no início do século XVII é a menos estudada das visitas com documentação conhecida referentes ao Brasil. Dentro os motivos para tanto, destaca-se o fato de que boa parte da documentação é ainda desconhecida, e será em breve publicada por conta de descobertas feitas pelos Professores Angelo Assis e Ronald Vainfas. A primeira denúncia seria feita por um certo Melchior Bragança, nascido no Marrocos, de origem judaica e convertido ao cristianismo. Por seu conhecimento da Antiga Lei, tendo, inclusive, atuado como professor em Alcalá e Coimbra. Por seu conhecimento hebraico, acabaria por denunciar vários indivíduos de criptojudaísmo. Melchior compareceria duas vezes para denunciar perante a Mesa da visitação. Esta comunicação tem como objetivo analisar as denúncias feitas por Melchior de Bragança, identificando os elementos do judaísmo que identificava na Bahia em início do Seiscentos.

SESSÃO 02: 06 DE NOVEMBRO (QUARTA-FEIRA)**A TRAJETÓRIA DE ISABEL DA SILVA: ACUSAÇÕES
INQUISITORIAIS NO RIO DE JANEIRO COLONIAL E
DESLOCAMENTOS FORÇADOS NO ATLÂNTICO
(1712-1729)****Mestrando Joabe da Silva Nascimento (UFMA)**

Izabel da Silva, uma mulher do Rio de Janeiro colonial, foi alvo de dois processos inquisitoriais pela Inquisição Portuguesa: um por judaísmo e outro por perjúrio. Esta mulher é a personagem principal da futura apresentação, que visa analisar sua trajetória, iluminando aspectos do Rio de Janeiro colonial e das ações inquisitoriais, especialmente contra mulheres cristãs-novas e em contextos de deslocamentos forçados no Atlântico. Os processos inquisitoriais revelam a influência da Inquisição no Rio de Janeiro e seu funcionamento no mundo atlântico, explorando dinâmicas religiosas, sociais e culturais. As leituras e transcrições dos processos inquisitoriais de Izabel, sugerem uma posição de liderança numa família acusada de heresia e sua tentativa de proteger seus filhos e sobrinhos do Tribunal. Izabel foi submetida a três deslocamentos forçados entre o Rio de Janeiro, Lisboa e Angola. Apesar do interesse acadêmico em cristãos-novos, a trajetória de mulheres processadas por crimes distintos não é amplamente discutida. O caso de Izabel, acusada de perjúrio em vez de relapso no judaísmo, questiona a visão simplista da perseguição aos cristãos-novos. A pesquisa problematiza como os processos de Izabel refletem as dinâmicas de poder, controle social e práticas religiosas no Rio de Janeiro colonial e como os deslocamentos forçados impactaram sua vida e a mobilidade de mulheres cristãs-novas no Atlântico no século XVIII.

O AMOR “CONDENADO”: COMO A MAGIA AMATÓRIA FOI APRESENTADA À VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO AO ESTADO DO GRÃO-PARÁ (1763-1769)

Ma. **Gisele da Silva Rezk** (UFAM)

O presente texto se intitula *Orações para querer-bem: como os santos católicos alcovitavam os amores na cidade de Belém durante a Visitação do Santo Ofício da Inquisição no Estado do Grão-Pará (1763-1769)*. No século XVIII, o Pará, mais precisamente a cidade de Belém, já contava com um grande contingente populacional, sendo sua maioria índios e mestiços, além de colonos portugueses e uma minoria de estrangeiros que prestava algum serviço à Coroa portuguesa. Foi nessa cidade do Pará que a Mesa da Visita do Santo Ofício foi instalada para apurar ‘culpas pertencentes ao Santo Ofício’. A maioria das pessoas envolvidas direta ou indiretamente nessa Visitação pertencia às camadas mais humildes da sociedade paraense. Em se tratando da ocupação a que se dedicavam, as profissões variavam entre artesãos, oficiais de baixa patente, criados ou escravos negros, índios livres e de pessoas que viviam de sua própria agência sem emprego fixo ou profissão definida. Daí a necessidade de investigar a rede de solidariedade entre os moradores da cidade Belém, no século XVIII, em relação aos ensinamentos de práticas mágicas e sua execução para fins amorosos. Para isso é necessário explorar a religiosidade popular através da magia e da feitiçaria para entendermos o funcionamento dessas práticas mágicas na sociedade paraense. Pessoas de diferentes origens recorriam aos procedimentos mágicos para escaparem da aspereza da vida real. Não sendo diferente no campo amoroso, pois havia na região uma infinidade de feiticeiros e feiticeiras, bem como de práticas eróticas, como orações, banhos, fervedouros, cantigas e demais sortilégio que tinham por finalidade favorecer as relações sexuais entre os indivíduos paraenses. Nesse sentido, conhecer as motivações desses homens e mulheres que praticaram feitiçaria amorosa numa re-

gião que recebeu uma Visitação do Santo Ofício da Inquisição para investigar a moralidade de sua gente ao ponto de se apresentarem ao Inquisidor, Giraldo José de Abranches, para confessarem suas culpas me instigou a indagar: Quais culpas são essas? São culpas conscientes? Ou são culpas forjadas, construídas apenas para aquele momento da Visita? Identificar essas pessoas que se utilizaram de práticas mágicas e supersticiosas no Estado do Grão-Pará para manipular sentimentos e vontades de outros sempre me interessou por considerar importante dar voz e humanizar esses personagens no sentido de entender suas motivações e suas vivências através da rede de relações que compartilharam na sociedade paraense por meio de seus depoimentos gerados em seus processos junto a Inquisição.

TRABALHO, VIDA E RELIGIOSIDADE: UMA ANÁLISE SOCIAL DAS PRÁTICAS MÁGICO-RELIGIOSAS E SUAS RESISTÊNCIAS COTIDIANAS NO GRÃO-PARÁ (1750-1773)

Mestrando **Júlio César Ruela Gama** (Unifap)

O presente resumo visa apresentar a pesquisa de mestrado, em andamento, que tem como temática a religiosidade e cultura popular, no espaço da Amazônia colonial. A partir do nosso problema, nosso interesse se centra nos trabalhadores amazônicos, que foram considerados transgressores ao olhar do Santo Ofício no período colonial, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, na segunda metade do século XVIII. Nesse sentido, levantamos, como problemática, a presença de trabalhadores no Grão-Pará que tentam transgredir a dominação construída pelo poder central, dentro do processo de colonização da região amazônica. Dessa forma, nosso objetivo principal é demonstrar as relações entre as práticas mágico-religiosas com o mundo do trabalho, de modo a resgatar a dimensão social dos seus praticantes. A pesquisa parte de uma análise de fontes inquisitoriais, sendo elas os processos inquisi-

toriais e os cadernos do promotor, que são disponibilizadas digitalmente pelo Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), referentes às práticas de “feitiçaria” na região do Grão-Pará e Maranhão entre os anos de 1750-1773. Desse modo, nosso arcabouço teórico-metodológico, construído a partir das evidências das fontes, permite dar conta do nosso reconhecimento da complexidade da relação entre estrutura e experiência percorrendo os caminhos sugeridos pela micro-história e o conceito de resistência cotidiana na tentativa de lançar luz sobre as estratégias empregadas pelos sujeitos marginalizados. Os recortes que propomos na pesquisa valorizam as experiências de trabalhadores antes do século XIX e fora do movimento operário organizado, que por um tempo foram condicionadas ao vazio e ausência na historiografia do trabalho brasileira. Assim, relacionar as práticas mágico-religiosas com as relações de trabalho pode revelar estratégias utilizadas pelos indivíduos oprimidos para enfrentar as adversidades impostas pelo sistema colonial. Essa perspectiva desafia narrativas dominantes e valoriza as experiências desses trabalhadores, trazendo à tona uma história mais inclusiva e diversificada.

**HOMENS RELIGIOSOS, RELIGIOSOS ERRANTES: UMA
ANÁLISE DAS CONDUTAS DOS SACERDOTES EM
ATUAÇÃO NOS SERTÕES DA AMÉRICA PORTUGUESA
(SÉC. XVIII)**

Mestranda **Hortência Lima Silva** (UNEB)

Nas últimas décadas a historiografia brasileira tem dado destaque ao grande potencial histórico que representam as fontes oriundas da Inquisição portuguesa. Essas fontes permitem aos pesquisadores, entre outras coisas, penetrar intimamente na vida privada e

cotidiana dos cidadãos que habitavam nas regiões onde essa instituição possuiu jurisprudência. Visando a socialização dos resultados parciais de uma pesquisa desenvolvida a nível de mestrado, este trabalho tem por finalidade analisar, a partir de rastros deixados em documentos inquisitoriais, as condutas adotadas pelos sacerdotes que oficiavam em freguesias localizadas nos Sertões da América Portuguesa. A bibliografia especializada no tema aponta que alguns destes homens religiosos viviam com comportamentos que se distanciavam das condutas exigidas pela igreja para o exercício do sacerdócio, cometendo crimes punidos não somente pela justiça eclesiástica, como também inquisitorial e secular. Desta forma, através de denúncias levadas ao Santo Ofício, diligências de apuração de créditos e habilitações, buscaremos compreender as implicações das acusações do cometimento de crimes por esses padres, quais crimes cometeram, como e se foram punidos, assim refletindo sobre o cotidiano de sacerdotes, seus pares e homens e mulheres civis. Além disso, procuramos refletir acerca da jurisprudência inquisitorial, tentando compreender se a existência de acusações em outras esferas poderia presumir a culpabilidade dos acusados nos crimes que faziam parte da sua alçada.

SOCIEDADE E INQUISIÇÃO: A DINÂMICA DAS DENÚNCIAS NO SIARÁ GRANDE DO SÉCULO XVIII

Doutorando **Adson Rodrigo Silva Pinheiro** (UFF)

Este trabalho investiga a colaboração entre agentes locais e a sociedade com o Santo Ofício, através de denúncias, para identificar crimes inquisitoriais no Siará Grande durante o século XVIII. A justificativa reside na necessidade de compreender o alcance do tribunal religioso em áreas periféricas, usando denúncias para vigiar comportamentos sociais e religiosos exigidos pela Igreja Católica. Os objetivos princi-

país são entender a extensão da influência do Santo Ofício em regiões distantes, analisar a dinâmica sociocultural através das denúncias e destacar as interações entre denunciadores e autoridades eclesiásticas. As fontes de pesquisa incluem denúncias do século XVIII, processos inquisitoriais, cadernos do promotor e correspondências, revelando comunicações com Lisboa. A metodologia envolve a análise de documentos históricos, focando nas experiências dos denunciadores e na estrutura eclesiástica local presentes nos processos e denúncias. O estudo observa como o tribunal utilizava familiares, comissários, visitas pastorais e a rede de vigarias para exercer controle. Os bispos desempenhavam um papel crucial na coleta e envio de denúncias, operando como “pequenas Inquisições” e controlando desvios através de visitas pastorais. Agentes formais e civis, incluindo familiares, funcionavam como uma milícia voluntária, reforçando a vigilância. O trabalho também examina a vida cotidiana nas pequenas comunidades, evidenciando a importância da cultura oral na manutenção e superação de costumes. No contexto das vilas do século XVIII, com economia baseada na pecuária e agricultura de subsistência, a vigilância inquisitorial reflete os anseios da população local e questiona como os delitos chegavam aos agentes da Igreja ou Inquisição. O estudo abrange o período do século XVIII, que introduziu medidas administrativas para regulamentar o controle social e a malha eclesiástica se estruturou, contando com vigarias que auxiliaram o tribunal Inquisitorial. A pesquisa investiga a criação de redes de vigilância pela Inquisição e o impacto das denúncias, revelando a complexidade das práticas culturais e lutas sociais na capitania do Siará Grande.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 12

MATERIALIDADE E INTERPRETAÇÃO DE MANUSCRITOS E IMPRESSOS DA ÉPOCA MODERNA

Coordenadores: Dr. **André de Melo Araújo** (UnB) e
Dr. **Rodrigo Bentes Monteiro** (UFF).

Local: Sala 205 do NSA - Bloco C - Ufopa/Campus.

A digitalização crescente de fundos arquivísticos e bibliográficos parece fazer esquecer que a informação histórica preservada é composta, em grande número, por papéis, letras, gravuras, desenhos, cadernos e tintas. Em decorrência, a rápida navegação por esses vastos mares de fontes reproduzidas pode contribuir também para se deixar de lado os caminhos pelos quais os documentos provenientes da Época Moderna foram criados e construíram seus percursos. No entanto, os registros manuscritos e impressos do período possuem histórias particulares, 20 tecidas por entre autorias de perfis variados e circunstâncias de produção distintas, até serem posteriormente colecionados, organizados e catalogados. Ao considerar as características físicas e trajetórias da documentação preservada, este Simpósio Temático tem por objetivo aglutinar estudos acadêmicos que valorizam, por uma perspectiva predominantemente interdisciplinar, a materialidade social de manuscritos e impressos da Época Moderna. Por materialidade social compreende-se a análise da materialidade física dos documentos, de sua produção gráfica coletiva e seus processos de edição, bem como dos modos de organização textual e visual da informação. Também se destacam, nesse sentido, as investigações dedicadas à compreensão de estratégias configuradoras das autorias intelectual e gráfica de textos e imagens, de forma associada a suas circulações. O Simpósio Temático

acolherá investigações que se ocupem de ao menos um dos seguinte quatro eixos de pesquisa: (1) Produção gráfica e processos de edição, (2) Características materiais e organização textual e visual da informação, (3) Estratégias textuais: autoria e autoridade e (4) Trajetórias e circulação de impressos e manuscritos da Época Moderna.

SESSÃO I: 05 DE NOVEMBRO - (TERÇA-FEIRA)

CARTAS NÁUTICAS QUINHENTISTAS FRANCO-PORTUGUESAS EM CONTEXTO ETNOGRÁFICO

Mestranda **Aline dos Santos Franco de Camargo**
(PPGH/Unesp)

Evoluindo a partir dos roteiros descritivos da navegação mediterrânea, as cartas náuticas europeias do século XVI, que hoje resistem ao tempo, representam um marco na ciência náutica portuguesa. No Renascimento, para além de seu caráter técnico de instrumento de navegação, a produção de mapas-mundo, na forma de planisférios e atlas, passaram a ter um caráter ornamental, apesar de ainda manter sua construção baseada nas “cartas denavegar”. Essa propriedade ornamental trouxe à tona o contexto histórico e cultural no qual esses mapas foram construídos, já que foram feitos sob encomenda ou para presentear figuras importantes das monarquias europeias. O caso dos cartógrafos portugueses que atuavam ou tiveram alguma participação nas empreitadas expansionistas francesas no Atlântico são um exemplo do dinamismo das cartas náuticas como fontes históricas multifacetadas. Os planisférios de André Homem (1559) e Bartolomeu Velho (1561), apresentam topônimos indígenas que podem estar relacionados ao interesse etnográfico francês na região, à semelhança dos mapas da chamada Escola de Dieppe, que tem

como protagonista de representação a costa brasileira, evidenciando elementos etnográficos dos povos originários que entraram em contato com os franceses durante as atividades de extração de pau brasil e posteriormente com a breve experiência de colonização da França Antártica (1555-1560). Logo, o objetivo desta comunicação é analisar a presença de indicações de povos originários na cartografia quinhentista franco-portuguesa, composta pelos planisférios de André Homem e Bartolomeu Velho, através dos aportes teóricos e metodológicos da História Social da Cartografia, reiterando a importância das cartas náuticas como um gênero cartográfico promissor para o estudo dos povos originários do espaço colonial brasileiro nos seus primeiros tempos de formação europeia.

**DO “ULTIMO TERMINE DELLA TERRA HABITABILE”:
ESTRATÉGIAS DE CIRCULAÇÃO E PUBLICAÇÃO
DE INFORMAÇÕES ENTRE CHILE E ROMA NA
CORRESPONDÊNCIA DOS JESUÍTAS NICOLÒ MASCARDI
(1624-1674) E ATHANASIUS KIRCHER (1602-1680)**

Doutoranda **Carolina Vaz de Carvalho**
(PPGHS – FFLCH/USP – FAPESP)

Em fevereiro de 1671, o missionário jesuíta Nicolò Mascardi escreve um longo relato dos Andes Chiloenses para um correspondente em Roma. Havendo alcançado um grupo indígena identificados como *Poyas*, “quase desconhecidos e antropófagos”, aproveita a oportunidade para discorrer sobre características geográficas da região, os movimentos das marés, observações astronômicas, povos que encontrou e eventos sucedidos desde a última missiva. Seu interlocutor era Athanasius Kircher, S.J., célebre polímata germânico residente no Colégio Romano da Companhia de Jesus e seu antigo professor. Por sua participação na educação de jesuítas que atuavam nas quatro partes

do mundo e sua fama como escritor versado em múltiplos assuntos, Kircher mantinha uma rede epistolar que atravessava os mares e facilitava a circulação de informes e curiosidades entre as diversas regiões de presença dos inacianos. Vários missionários lhe confiavam manuscritos fruto do labor direta ou indiretamente ligado à evangelização, na esperança de que fossem impressos ou de outra forma circulados. Assim, no catálogo de 1678 do museu sob os cuidados de P. Athanasius, um “opúsculo” enviado do Reino do Chile por Mascardi é listado junto a outras “raras obras manuscritos” remetidas da “China, Índia e Reino Mogor”. Na documentação hoje mantida no Arquivo Histórico da Pontifícia Universidade Gregoriana, instituição herdeira do Colégio Romano, a carta original de Mascardi é preservada, bem como uma aparente versão em italiano da mesma. Dando especial atenção às diferenças textuais e gráficas desses dois documentos, e considerando as demais cartas de Mascardi e outros correspondentes juntamente preservadas, proponho uma reflexão sobre processos de circulação e edição de informações na comunicação mediada por Kircher, bem como estratégias mobilizadas por uns e outros – da parte dos missionários, ao dispor da influência de Kircher almejando a publicação na Europa; do lado de P. Athanasius, visando obter informações chanceladas pela autoridade de jesuítas *in loco*.

“LLORESSE TAN GRANDE MAL, PUES ES MAL QUE TÃO PESA”: O RELATO E NOTÍCIA POÉTICA DA MORTE DA PRINCESA MARIA MANUELA DE PORTUGAL (1545) POR GABRIEL DE SARAVIA

Dra. Ana Paula Torres Megiani (DH-FFLCH-USP FAPESP/CNPq)

Em 12 de agosto de 1545 faleceu em Valladolid a princesa Maria Manuela de Portugal, cujo nascimento, em 1527, fora festejado com a Tragicomédia da Serra da Estrela, de autoria de Gil Vicente. Primei-

ra esposa do futuro rei Felipe II de Espanha, filha de D. João III de Portugal e D. Catarina Habsburgo. A morte da princesa foi sentida e chorada em todas as partes da monarquia hispânica e as formas de manifestação do luto foram diversas, dentre elas a produção de pliegos poéticos como o de Gabriel de Saravia que reverberou o episódio da recepção da notícia da morte da princesa por todo o reino. Nesse pliego poético Gabriel de Saravia, poeta da corte do Imperador Carlos V, criou e fez imprimir um relato dessa notícia, transformando-a em acontecimento por meio de um conjunto de elementos da cultura de corte e das representações fúnebres muito significativos, além de implicações políticas que envolveram tal episódio. A publicação, sem identificação de data, circulou de forma avulsa e destaca-se por apresentar aspectos importantes da materialidade intrínsecos a esse tipo de edição. Nesta comunicação pretendemos desdobrar e analisar a composição de Gabriel de Saravia, na tentativa de compreender os arranjos criativos do autor e sua adaptação ao formato de texto para circular avulso, bem como o modo como a notícia foi narrada e propagada, buscando compreender os recursos utilizados e os efeitos que o pliego pode ter provocado nos leitores e ouvintes de seu tempo.

A LONGA JORNADA DOS LIVROS DA BIBLIOTECA DO REI

Doutoranda **Ana Cristina Campos Rodrigues** (PPGH-UFF/FBN)

Após o terremoto de 1755 que arrasou a cidade de Lisboa, começou uma longa reconstrução. Nesse processo, surgiu um projeto para uma nova Livraria Régia, em substituição à que sumiu no desastre. Além da construção de um novo prédio no sítio de Nossa Senhora da Ajuda, onde o palácio estava sendo erguido enquanto a família real se abrigava em uma barraca, era necessário ir em busca do acervo. Esses livros deveriam corresponder ao que era necessário na biblioteca de um monarca da segunda metade do século XVIII, e a solução encontrada

pelos responsáveis foi principalmente buscar esse acervo em bibliotecas partícules já existentes. De 1755 até o final do século XVIII, livros foram negociados, comprados e doados; arrumados, catalogados e cuidados. Neste trabalho, apresentamos como foi esse processo de aquisição, além de relatar a busca pelas fontes para reconstruir a jornada desses livros – que no século seguinte, empreenderiam mais uma longa viagem até chegarem ao Brasil – tendo como objetivo um panorama do que a Livraria Régia antes de chegar ao Rio de Janeiro. Parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, usamos como fontes catálogos de venda, catálogos manuscritos presentes atualmente na Fundação Biblioteca Nacional, cartas e anotações dos bibliotecários e demais agentes que participaram desse processo.

ESCRITA E MATERIALIDADE DE UM LIVRO DE CONTAS COLONIAL

Dra. Maria Aparecida de Menezes Borrego (Museu Paulista – USP)

Na seção de Obras Raras da Biblioteca do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, conserva-se o Caderno de assentos particulares p.a m.a lembrança, pertencente ao negociante Francisco Xavier da Costa Aguiar. Português, chegou ao Brasil na segunda metade do século XVIII e viveu na vila de Santos, atual cidade portuária do estado de São Paulo, exercendo atividades comerciais até à sua morte, em 1821. Misto de livro de contas e de memórias, o caderno de assentos permaneceu entre os bens da família até a década de 1920, quando foi doado ao museu por um dos descendentes do autor. O documento consiste num caderno manuscrito, de dimensões 10 cm x 14 cm, com cerca de 90 fólios. As folhas são costuradas e encadernadas em pergaminho. A forma de escrita segue o padrão de um livro de contas, no qual o autor registava despesas gerais, empréstimos e perdas, mas também assuntos familiares, num período que se estende de 1784 a 1820. A

partir das perspectivas teórico-metodológicas da cultura escrita e da cultura material, nesta comunicação, pretendo discutir o conteúdo e a forma do caderno de assentos no âmbito das escritas ordinárias, cotidianas e pessoais; tecer comentários sobre o autor do documento e os diversos usos da escrita para sua atuação como comerciante e funcionário da monarquia; e analisar a organização dos registros no livro de contas condicionada pela materialidade do documento. A título de conclusão, apresentarei as propostas de trabalho interdisciplinar que começamos a desenvolver, articulando conhecimentos de História, Paleografia, Filologia, Conservação e Física.

ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DE DOCUMENTOS EM PAPEL DO ACERVO EMBIRA-USP: MATERIALIDADE, USO E HISTÓRIA

Dr. Phablo Roberto Marchis Fachin (FFLCH - USP)

Ma. Regina Jorge Villela Hauy (FFLCH – USP)

O estudo a ser apresentado tem como base documentos em papel do acervo Embira - USP (<https://embira.fflch.usp.br/>), fabricados na Europa e lavrados no Brasil e em Portugal. O trabalho compõe pesquisa realizada em parceria com professores e pesquisadores ligados às áreas de Filologia, História, Física e Ciências Moleculares, da Universidade de São Paulo. Objetiva-se apresentar características de papéis selecionados do ponto de vista de sua materialidade e uso, de acordo com suas instâncias de escrita, por meio de abordagem interdisciplinar, tendo em vista a história dos documentos e o seu estatuto como fonte documental. Para o estudo da composição do suporte e reflexão sobre os processos produtivos envolvidos, utilizam-se como metodologia a arqueometria e técnicas analíticas de espectroscopia de fluorescência de raios X por dispersão de energia (EDXRF), Raman, espectroscopia de absorção no infravermelho com transformada de

Fourier (FTIR) e imageamento com luz visível, transmitida e ultravioleta (UV). Os resultados a serem apresentados contribuem para a constituição de um painel amplo a respeito dos papéis analisados, considerando a sua fabricação e circulação, enquanto suporte, até sua utilização, circulação e guarda, como material de escrita. Além disso, permite estabelecer correlações entre os materiais constitutivos do papel e formular relações entre a composição material, a história da produção papelreira no exterior, sua circulação e guarda no Brasil e a prática de escrita relacionada ao contexto de produção documental.

SESSÃO 02: 06 DE NOVEMBRO (QUARTA-FEIRA)

A MATERIALIDADE DE UM GÊNERO CARTOGRÁFICO MISSIONEIRO EM MAPAS DE JESUÍTAS IMPRESSOS

Mestrando **Lucas Alexandre Albino** (PPGH/Unesp – CAPES)

Os padres da Companhia de Jesus produziram centenas de mapas das diversas regiões em que atuaram, isto porque representar estes territórios significava, fundamentalmente, consolidar o espaço missioneiro e fortalecer a presença da Ordem nessas regiões. A Província Jesuítica do Paraguai, um dos mais bem-sucedidos empreendimentos de missionação dos inicianos, foi amplamente mapeada e constituiu um gênero cartográfico que fundamentou a representação desta região em mapas manuscritos e impressos no século XVIII. Este gênero foi formulado pelo jesuíta criollo Juan Francisco Dávila, autor do mapa-fundador *Paraquariae Provinciae*, confeccionado em 1722 e impresso em 1726. Esta impressão posteriormente foi replicada e aplicada em outros mapas impressos de autoria atribuída a jesuítas e não jesuítas. Na pesquisa têm sido verificados aspectos comuns na materialidade das várias cópias impressas deste gênero, tais como a centralidade do tripé

fluvial Paraná-Paraguai-Uruguai, a vila de Assunción, centro irradiador da ocupação missioneira deste território, figurações evocativas de uma memória missioneira e ainda os diversos elementos etnocartográficos (etnônimos e etnofiguras) espalhados por estas cartas. No cotejamento das cópias impressas deste gênero cartográfico está sendo verificado que a materialidade das imagens é instável. Assim, algumas características comuns permanecem, possibilitando falar em gênero, mas as circunstâncias históricas da impressão introduzem alterações nesta materialidade para que ela possa responder aos propósitos da exposição e circulação de uma imagem cartográfica. Identificar gêneros cartográficos é importante para o desenvolvimento de metodologias específicas para o trabalho com a diversidade de imagens cartográficas históricas e para responder problemas históricos. Assim esta comunicação descreverá o gênero Província Paraguaia através do cotejamento de um conjunto de mapas impressos da região feitos por jesuítas.

OS MANUAIS DE DEVOÇÃO DOS TERCEIROS CARMELITAS DO MUNDO PORTUGUÊS: PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E USOS

Dra. **Camila Fernanda Guimarães Santiago** (UFRB)

Em 1476, a Ordem Carmelita recebeu autorização pontifícia para agregar homens e mulheres leigos em seu corpo, oficializando-se, assim, a Ordem Terceira do Carmo. A Ordem Terceira do Carmo de Lisboa foi criada em 1629. A partir daí, os frades carmelitas do convento de Lisboa passaram a compor manuais devocionais destinados aos terceiros com o objetivo de instruí-los sobre a história da Ordem Terceira, as indulgências que poderiam receber e o padrão comportamental e espiritual que deveriam seguir, consubstanciado na Regra da Ordem Terceira do Carmo, normativa que deveria ser obedecida por todo terceiro, independentemente do local em que estava seu so-

dalício. Esses devocionários foram repetidamente impressos ao longo dos séculos XVII e XVIII e disseminaram-se entre os terceiros carmelitas de Portugal e seus domínios, guiando sua vivência religiosa. Esta comunicação pretende refletir sobre os circuitos sociais envolvidos na produção, na circulação e nos usos desses impressos. Os livros são as fontes principais dessa história, especialmente algumas de suas características materiais – gravuras e tamanho – e paratextuais - frontispícios, despachos dos censores, dedicatórias e prólogos ao leitor. Acerca da produção, problematizamos o papel dos religiosos carmelitas enquanto “autores” dos volumes, considerando as especificidades dessa condição em meio a um regime retórico em que o autor não se configurava como uma unidade psicológica, subjetiva e autônoma, mas enquanto alguém que reatualizava assuntos e tópicos socialmente compartilhados de um gênero. A Ordem Terceira do Carmo de Lisboa atuava no patrocínio da impressão dos volumes, para o que recorreu a diferentes casas tipográficas. As Ordens Terceiras do Carmo do Império português, especialmente na América, constituíram o vasto escopo de circulação desses impressos. As circunstâncias de seus usos serão estimadas a partir dos próprios livros, dos estatutos das ordens terceiras e de suas capelas, onde é recorrente iconografia disseminada pelos manuais.

AS RELAÇÕES DE MANOEL DE MENESES E DE GIOVANNI VICENZO SAN FELIPE DA RECUPERAÇÃO DA BAHIA. VISÕES DIFERENTES DA MONARQUIA HISPÂNICA

Dr. José Manuel Santos (Universidade de Salamanca)

A conquista e recuperação da Bahia de 1624-25 foi um dos maiores eventos de armas do século XVII. Do ponto de vista da propaganda e das relações de sucessos que produziu, talvez foi a mais importante. Vários dos protagonistas do evento, principalmente os oficiais da frota como o General português Manoel de Meneses ou o governador Gio-

vanni Vincenzo San Felipe, napolitano, escreveram relações do sucesso e a visão particular que eles tiveram do evento militar e de suas derivações. A escolha das relações de dos protagonistas, um português e outro napolitano, são muito diferentes e contrastam, em muitas questões com a visão castelhana do acontecimento. Nessa comunicação analisaremos comparativamente os dois manuscritos, que estão em Bibliotecas diferentes em Madrid e a interpretação que os dos protagonistas fizeram da maior vitória da Monarquia nos primeiros anos do século XVII.

DO IMPRINT FALSO AO IMPRIMATUR JOCOSO: AS DISPUTAS IMPRESSAS DE ANDREW MARVELL E ROGER L'ESTRANGE

Dra. **Verônica Calsoni Lima** (IELACHS-UFTM / CAPES)

Desde sua coroação em 1660, Carlos II (1630-1685) tentou conter os abusos da imprensa que, à época, eram identificados como alguns dos principais causadores da Revolução Inglesa de 1640. Para isso, procurou limitar a atuação de impressores e livreiros, além de aumentar as punições para aqueles que escreviam, publicavam e comercializavam obras ilícitas, implementando a Lei de Regulamentação da Imprensa (1662). Em 1663, criou o posto de Inspetor da Imprensa e nomeou Sir Roger L'Estrange (1616-1704) para ocupá-lo. O cargo de censor, desvinculado da Companhia dos Estacionários de Londres, dava ao Inspetor autoridade para supervisionar todas as atividades do mercado livreiro. L'Estrange, no entanto, foi uma figura controversa, frequentemente acusada de abuso de autoridade e criticada por autores, impressores e livreiros. Por diversas vezes, o poeta Andrew Marvell (1621-1678) utilizou a pena e a prensa para satirizar as atividades censoras de Roger L'Estrange e desafiar as autoridades da época. O autor redigiu panfletos polêmicos ridicularizando as desastrosas campanhas

militares da Inglaterra contra a Holanda, acusando a família real de papismo, e demandando a liberdade de consciência. Por essa razão, Marvell estava constantemente na mira de L'Estrange, que escrutinava e censurava seus textos. A presente comunicação busca examinar as disputas travadas por Marvell e L'Estrange, as quais podem ser evidenciadas nos diversos impressos que publicaram ao longo da segunda metade do século XVII. Não só o conteúdo das obras, mas também a materialidade desses impressos, incluindo folhas de rosto, licenças, preâmbulos e outros elementos paratextuais, era mobilizada para marcar suas posições antagônicas. Tendo isso em vista, a comunicação discutirá como a paratextualidade era usada por Marvell, L'Estrange e seus respectivos publicadores como espaços de disputa pública.

DA NECESSIDADE DA PROVA DOCUMENTAL: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS DIPLOMAS FORNECIDOS AOS MAÇONS PARA COMPROVAR SEU PERTENCIMENTO À ORDEM

Dra. **Monica Duarte Dantas** (Instituto de Estudos Brasileiros – USP)

Em meados do século XVIII, a maçonaria – uma criação britânica da centúria anterior, mas formalmente institucionalizada em princípios do setecentos, quando da fundação da Grande Loja de Londres (1717) – havia alcançado não só a Europa continental, mas também os outros quatro continentes. Como demonstrado pela historiografia, nesse período já eram bastante conhecidas as vantagens, advindas da obrigação de auxílio mútuo, de que desfrutavam aqueles que se tornavam irmãos. A expansão da maçonaria, com não só a criação de centenas de lojas (em várias partes do mundo), mas também de várias obediências, trouxe, contudo, novos desafios para os irmãos. Como saber que alguém recém-chegado a tal ou qual porto ou cidade, e que procurava uma loja local, era de fato um maçom? Alguém,

portanto, apto a receber o auxílio dos irmãos e, ademais, no caso das paragens em que a sociedade era ilegal, alguém cujas intenções eram verdadeiras. Foi a Grande Loja da Irlanda que, primeiro, tentou resolver o problema. Ela criou um tipo documental específico, chamado de diploma (ou “certificate”), que, a pedido do irmão que fosse se deslocar, era a ele fornecido. Rapidamente, outras lojas e obediências – bem como as que foram criadas nas décadas e século seguintes (uma vez que existe até hoje) – acabaram por adotar a ideia. Tais diplomas, que podiam ser inteiramente manuscritos, foram aos poucos ganhando um padrão, mormente pela utilização de formulários impressos (com espaço para se escrever os detalhes acerca do irmão em questão) e com o uso de marcadores distintivos. Esta comunicação pretende discutir a importância e os impactos da progressiva padronização desses documentos, por meio da impressão e do uso de selos e carimbos. Importância e impacto que podem ser analisados por meio das fontes existentes na Grã-Bretanha (Freemasons’s Hall Library and Archives, Grande Loja Unida da Inglaterra, Grande Loja da Irlanda, Grande Loja da Escócia, entre outros), França (Biblioteca Nacional da França) e Estados Unidos (Supremo Conselho do Grau 33 da Jurisdição Norte, Supremo Conselho “Mother of the World” e acervos das Grandes Lojas) – cujos arquivos maçônicos estão, em grande parte, disponíveis para o pesquisador – e, em se tratando do Brasil, já para o século XIX, constam dos documentos sob a guarda do Grande Oriente do Brasil (Brasília).

(RE)PRODUZINDO O PASSADO IMPRESSO

Dr. André de Melo Araújo (UnB / CNPq / FAPDF)

Como o antiquarianista Joseph Ames (1687–1759) produziu conhecimento sobre o passado ao examinar os primeiros artefatos impressos ingleses? Para responder a esta pergunta, analiso a obra “Typographical

Antiquities” publicada em 1749 em conjunto com três grupos principais de fontes manuscritas diretamente relacionadas a este projeto editorial de Ames. Inicialmente, investigo uma série de manuscritos produzidos pelo autor para mostrar como um antiquarianista do século XVIII construiu, no papel, um sistema gráfico com o objetivo de gerenciar os dados bibliográficos relativos aos primeiros impressos ingleses que consultara ou sobre os quais recebera informações. Em um segundo passo, exploro a inovação pioneira do livro publicado em 1749, a saber: o estudo e a classificação de tipos móveis. Nesse passo, pretendo mostrar como evidências (tipo)gráficas e materiais do passado impresso inglês não foram apenas coletadas e classificadas no século XVIII por diversos nomes vinculados à Sociedade de Antiquarianistas de Londres, mas também (re)produzidas na obra impressa de Joseph Ames. Desse modo, analiso até que ponto as gravuras em metal encomendadas para figurar nas páginas da obra “Typographical Antiquities” veiculam informações confiáveis ao (re)produzir as evidências (tipo)gráficas do século XV exploradas por meio de práticas empíricas de produção do conhecimento que vigoravam ao final da Época Moderna.

SESSÃO 03: 07 DE NOVEMBRO (QUINTA-FEIRA)

TRAJETÓRIAS E CIRCULAÇÃO DE IMAGENS CARTOGRÁFICAS: O CASO DOS MAPAS DO BRASIL MERIDIONAL E DA BANDA ORIENTAL DA MISSÃO DOS PADRES MATEMÁTICOS (1731-1740)

Mestrando **Renan Abbade Jardim**
(PPG – História / UNESP, bolsista FAPESP)

Um dos principais obstáculos enfrentados pela História Social da Cartografia é o da dispersão dos mapas por acervos e coleções de ins-

tituições públicas e privadas. A materialidade destes documentos históricos influenciou esta dispersão. Mapas são imagens com tamanhos e formas variadas, alguns inclusive, já nascem para serem dobrados. Por serem desenhos, não são tratados como parte complementar de escritos e, por isto, são separados no processo de catalogação e arquivamento, pelas suas características estéticas como brasão, ornamentação, paleta de cores variada, tornam-se alvo de interesse de colecionadores de objetos de arte. Esta sua materialidade interfere diretamente na pesquisa histórica, deixando alguns problemas históricos apenas tangenciados e não explicados profundamente e compreendidos na sua complexidade, como deve ser toda a análise histórica. Questões como estas podem ser observadas nos documentos cartográficos dos padres matemáticos Diogo Soares e Domenico Capacci que percorreram o Brasil entre 1730-1748, incumbidos de executar o projeto régio de formar o “Novo Atlas da América Portuguesa”. Com o objetivo de compreender profundamente este processo tão mencionado na historiografia da época moderna, foi observado a necessidade de enfrentar a materialidade dos documentos, ou seja, das imagens cartográficas que permitem desvendar as complexidades deste problema histórico. Os resultados preliminares desta pesquisa de mestrado em estágio inicial demonstrarão a materialidade física e circulação dos mapas do Brasil meridional e Banda Oriental produzidos pelos jesuítas citados. Da materialidade e da circulação das imagens podem ser tiradas inferências sobre o próprio projeto de formação de um novo atlas da América portuguesa no século XVIII.

UM CÓDICE PARA A ACADEMIA DOS FELIZES (SÃO PAULO, 1770)

Doutorando **Jean Gomes de Souza** (USP/ CNPq)

Em 1770, a cidade de São Paulo foi sede de uma academia literária intitulada Academia dos Felizes. Realizada em 25 de agosto daquele ano, ela integrou um amplo programa de festas públicas de caráter barroco realizadas a mando de D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, então governador da capitania de São Paulo. A academia celebrou não só a colocação de uma imagem de Santa Ana em uma capela nova na igreja que havia sido dos jesuítas, mas também exaltou D. Luís Antônio, que após um sonho teria encontrado a dita imagem em seu palácio. Consta no acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, sob a sigla YAP-039, um códice onde se encontram reunidos o único relato pormenorizado das efemérides de 1770 e a produção escrita ensejada pela Academia dos Felizes. Embora autores como Afonso Taunay, Péricles da Silva Pinheiro, Helle Alves, entre outros, tenham se dedicado ao tema, suas interpretações focalizaram apenas a substância textual, ignorando o suporte no qual ela se encontra inscrita. Tendo a História Social da Cultura Escrita e a Cultura Material como prismas analíticos, esta comunicação tem como objetivo estudar a Academia dos Felizes por meio do exame da materialidade do códice YAP-039. Ao explorar aspectos como sua dimensão, encadernação, os papéis utilizados, a letra empregada, a disposição do texto sobre a página e os adornos presentes, visamos compreender o projeto de memória que legou para a posteridade uma imagem dos acontecimentos narrados. Por fim, defenderemos que essa imagem se distancia do que a historiografia dedicada à São Paulo colonial tem afirmado sobre a cultura escrita na cidade.

A MATERIALIDADE E A CRÍTICA PALEOGRÁFICA COMO ELEMENTOS DE DATAÇÃO: O CASO DO MAIS ANTIGO TEXTO BIOGRÁFICO DO MARQUÊS DE POMBAL

Dra. **Alícia Duhá Lose** (UFBA / Pombalia – UaB / CNPq)

A presente comunicação pretende se debruçar sobre as análises realizadas a partir de um documento politestemunhal que tem como tema central os feitos administrativos de Marquês de Pombal durante sua atuação no reinado de Dom José I de Portugal. Tal documento se encontra em três testemunhos manuscritos, dois pertencentes a acervos brasileiros e um pertencente a acervo português. O documento em questão não apresenta autoria explícita nem datação, no entanto, a partir de análises paleográficas foi possível identificar seis scriptores produzindo os três testemunhos, sendo um deles a mão da autoridade, que também pode ser identificada paleograficamente, chegando-se assim ao autor intelectual do documento. A análise material dos três testemunhos (papeis, instrumentos de escrita e tipos de tinta), corroborada pela identificação da mão da autoridade, foi fator fundamental para, juntamente com elementos contextuais presentes nas informações textuais, datar este manuscrito como o texto biográfico mais antigo produzido sobre Pombal, que certamente teve acesso a ele e não gostou do que leu, já que o autor se posiciona declaradamente como seu antagonista.

UMA GUERRA DE PAPÉIS: REFLEXÃO SOBRE A MATERIALIDADE DAS NOTÍCIAS DA GUERRA FRANCO-ESPANHOLA DE 1635

Doutorando **André Sekkel Cerqueira**
(PPGHS/DH/FFLCH/USP, CAPES)

O intuito da minha comunicação é analisar a declaração de guerra feita pela França contra a Espanha em 1635. Primeiramente houve a leitura do

documento e, em seguida, o representante francês distribuiu panfletos anunciando a guerra, uma vez que não foi recebido pelo representante espanhol. Essa declaração foi impressa por dois periódicos, o *Mercure François*, e a *Gazette*. Pretendo, também, discutir o texto sobre a morte de Gustavo Adolfo escrito por François de La Mothe Le Vayer, que circulou em forma de panfleto e depois foi impresso no mesmo *Mercure François*. Pretende-se discutir as diferenças da materialidade do suporte desses documentos e a implicação disso na sua circulação. Penso, junto com Christian Jouhaud, que a prática de imprimir essas notícias, que chegaram a circular como panfletos, em periódicos como o *Mercure François*, implicam na ação prudente de estabelecer uma versão verdadeira sobre o ocorrido que corrobore com os princípios políticos franceses, encabeçados por Richelieu. Para que isso ocorresse foi estruturada uma rede de impressores e autores que serviam os interesses do ministro. Como pretendo mostrar, Etienne Richet, editor e impressor do *Mercure François* imprimia, também, outros tipos de obras de cunho político, inclusive as de La Mothe Le Vayer. Meu objetivo é refletir sobre o papel da circulação de informações no contexto da guerra franco-espanhola de 1635. Como é sabido, esse conflito mobilizou diversos impressores e autores que estiveram a serviço de Richelieu e Olivares, como já foi apontado por John Elliott, José Maria Jover, Virginie Cerdeira e o próprio Jouhaud. O que esses autores não discutiram foi a questão da materialidade desses textos, reflexão que pretendo trazer com essa comunicação.

ENTRE A ESPERANÇA E A APOLOGIA: ANÁLISE E COMPARAÇÃO DOS IMPRESSOS DO RABINO MENASSEH BEN ISRAEL (1649-1650)

Dr. Luís Filipe Silvério Lima (Unifesp)

A comparação entre edições e traduções de *Esperança de Israel* (1650) pode esclarecer a atuação do rabino Menasseh Ben Israel e suas re-

lações com os milenaristas cristãos entre as décadas de 1640 e 1650. Menasseh e seus filhos mantiveram uma casa livreira em Amsterdã, a primeira da comunidade dos judeus “portugueses” e a primeira a imprimir títulos em hebraico voltados sobretudo para a comunidade. *Esperança* foi impresso em sua casa editorial e, observando indícios da impressão, a sua tradução latina, *Spes Israelis*, também. Isso reforça a hipótese de que, mesmo se *Spes* não foi traduzido diretamente pelo rabino, teve a sua edição (e, conseqüentemente, tradução) supervisionada e comandada por ele. Podemos assim pensar que as alterações existentes entre os textos em espanhol e latim se não foram da pena de Menasseh eram de conhecimento de seu autor/produtor/editor, e possivelmente respondiam a duas audiências diferentes, a dos judeus “portugueses” e a dos protestantes ingleses. Da mesma maneira, a análise de elementos editoriais da tradução em espanhol de *An Apology for the Honorable Nation of the Jews*, impresso em 1649 sob o pseudônimo de Eduardo Nicholas, aponta que a casa editorial dos Ben Israel também esteve envolvida na versão desse panfleto que defendia a readmissão dos judeus na Inglaterra. Camada adicional, o cotejo dos exemplares existentes pode indicar uma coordenação editorial: não é raro encontrar *Esperança de Israel* encadernado com *Apologia por la noble nación de los Judios*, em particular em uma das variantes do *Esperança* identificadas por Den Boer. Se assim for, a leitura historiográfica de *Esperança de Israel* como ação de Menasseh no debate pela readmissão dos judeus ganha reforço e novos contornos.

VILANCICOS EM VÁRIOS ESPAÇOS

Dr. **Rodrigo Bentes Monteiro** (UFF / CNPq)

É possível ir além do escrito e da matéria num conjunto documental, considerando esses aspectos? A história pode unir-se a estudos de linguagem, poética, oralidade e música? Como os espaços físicos e expe-

riências ali vividas condicionam a produção, circulação e recepção dos artefatos no tempo? Os vilancicos ou cantigas de *villanos* foram um gênero poético-musical pródigo na península ibérica do século XV ao XVII. De origem profana, ingressaram nas igrejas no início da Época Moderna, sendo cantados em meio a ofícios católicos e missas. A pesquisa lida com os textos anônimos contendo letras de vilancicos, então produzidos para festas de Natal, dia de Reis e Nossa Senhora da Conceição na Capela Real de Lisboa, de 1640 a 1716. São 209 livretos de pequenas dimensões (c.15x10 cm), com exemplares encadernados em 10 tomos em meados do século XVIII pelo colecionador Diogo Barbosa Machado. Hoje esses tomos se encontram, com novos cadernos e restaurações, na seção de Obras Raras, na Biblioteca Nacional do Brasil. Trata-se de perscrutar tópicos pertinentes a esse gênero e à sociedade portuguesa da época, com destaque para a Capela Real; mas também de examinar a materialidade e formas tipográficas desses pequenos impressos de grande circulação outrora, bem como os processos de formação de volumes pelo erudito setecentista e de restauros na Biblioteca Nacional, no fim do século XIX e na década de 1950. Faz-se assim uma arqueologia do corpus, cujas camadas agregam informações e novos significados, considerando os textos, a matéria e a trajetória desses por vários espaços, de Lisboa ao Rio de Janeiro, até o presente. A pesquisa conta com as colaborações de Thais Helena de Almeida, do Laboratório de Restauração da BNB, e Lucas Gomes Ferreira, mestrando do PPGH-UFF.

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS 13 E 19

COLONIZAÇÃO E ULTRAMAR: A AMAZÔNIA COLONIAL E O MUNDO ATLÂNTICO PORTUGUÊS – SÉCULOS XVII E XVIII

Coordenadores: Dr. **João Antônio Fonseca Lacerda Lima** (UEPA) e Dr. **Raimundo Moreira das Neves Neto** (IFPA).

O ANTIGO REGIME E OS SERTÕES DA AMÉRICA PORTUGUESA

Coordenadores: Dr. **ZeZito Rodrigues da Silva** (UNEB) e Dr. **Pablo Antonio Iglesias Magalhães** (UFOB)

Local: Sala 210 do NSA – Bloco C - Ufopa/Campus Tapajós

O ultramar português foi alvo de diversas políticas da Coroa ao longo do processo de ocupação dos territórios, contudo, a vida dos agentes que formavam esse mundo colonial por vezes não se dava conforme os ditames do poder central. Nossa intenção é refletir sobre as dinâmicas, internas e externas, que engendraram o processo de ocupação e edificação desses territórios, sobretudo em se tratando da “Amazônia Colonial”. Quando falamos em “Amazônia colonial” na porção lusa, estamos nos referindo ao antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará (eventualmente denominado de Grão-Pará e Maranhão), a segunda possessão portuguesa nas Américas, ao se considerar o seu congêneres Estado do Brasil. Contudo, esta divisão da América portuguesa está para muito além desta simples questão de nomenclatura. Portanto, de modo mais específico este simpósio tem por objetivo analisar as políticas adotadas pela Coroa Portuguesa na colonização desta tão vasta e peculiar região. Desta forma, abordaremos essa política de ocupação econômica do espaço a partir dos diferentes prismas que ela engen-

drava: povoamento, questão militar, religiosa etc. Para além disso, vimos traçar uma discussão que não trate apenas de examinar as ações da Coroa e das autoridades coloniais, avançaremos sobre o protagonismo dos diversos grupos que fizeram parte do complexo processo de colonização da América portuguesa, como indígenas, africanos, mestiços, portugueses de diversos estratos sociais e outros europeus.

SESSÃO I: 05 DE NOVEMBRO (TERÇA-FEIRA)

NUTRIZES DE ABUNDANTE LEITE: AS AMAS-DE-LEITE INDÍGENAS NA AMAZÔNIA COLONIAL (SÉC. XVII-XVIII)

Doutoranda **Lívia Lariça Silva Forte Maia** (UFPA)

Esta pesquisa trata sobre as negociações, relações de gênero e o mundo do trabalho para as indígenas mulheres que tinham como ofício o aleitamento e nutrição de crianças, no vale amazônico colonial. Objetivando observar, seus significados, práticas e o papel social desempenhado por essa história das mulheres originárias que amamentavam os filhos de famílias brancas colonizadoras, haja vista, que sobre estas indígenas recaíram formas de controle da corporeidade até instruções normativas criadas para regulamentação da conduta moral, higiênica, e espiritual dessas agentes históricas. Neste ínterim, além de parcamente estudadas pela bibliografia amazônica, as amas-de-leite indígenas, tinham seus corpos marcados por diversos atravessamentos violentos, desumanizantes e que limitavam o exercício pleno da maternidade de seus próprios filhos, que ficavam em segundo plano, em relação as crianças brancas que nasciam em uma realidade social favoravelmente hegemônica, baseada na colonialidade do poder, do saber e de gênero. Até o momento, foi possível perceber a importância do trabalho socioeconômico e a agência realizada por essas mu-

lheres, em um ambiente doméstico, familiar e opressivo, todavia, não devemos compreender este trabalho como uma atividade sedentária, motivada pela execução de uma função laboral “leve e privilegiada.” Quando, na realidade, estas originárias sofriam com maior vigilância, abusos e precisavam estrategicamente negociar melhores condições de trabalho para alimentar seus rebentos. Nesse sentido, acompanhando perspectivas teórica-metodológicas sobre os estudos das mulheres e sua relação de gênero e etnicidade, estabelecemos um diálogo com autoras latino-americanas, carinbenhas, africanas e asiáticas que foram aliadas das estruturas de produção de conhecimento epistemológico. Sobre o recorte temporal, ele está pautado na temporalidade das fontes encontradas, analisadas através do cruzamento de narrativas nas fontes manuscritas e impressas deste contexto histórico.

MULHERES PETICIONÁRIAS: A VIUVEZ E O COTIDIANO EM BELÉM DO GRÃO-PARÁ (1770-1800)

Mestranda **Elisabeth Oliveira Dias** (UNIFESSPA)

A presente pesquisa em andamento, tem como objetivo central abordar as experiências cotidianas das mulheres viúvas em Belém do Grão-Pará, entre 1770 e 1800, visualizando as mesmas como potenciais construtoras da sociedade belenense, através de práticas econômicas e de suas demandas sociais enquanto sujeitos femininos e dotados de direitos. Para isso, aborda como principais fontes os Mappas de Famílias produzidos no referido recorte, bem como cartas, ofícios e requerimentos que foram escritos pelas viúvas, ou que foram trocadas entre agentes da coroa, comentando os casos das requerentes. Observando a pluralidade feminina no referido contexto, entende-se como indispensável a realização de uma pesquisa que considere a interseccionalidade e as dinâmicas do Direito como pano de fundo necessário para compreensão das redes de relacionamento as quais estas mulheres en-

contravam cotidianamente inseridas, uma vez que ainda que tivessem em sua posse uma fazenda, ou que vivesse de sua própria agência, ainda assim, seriam consideradas como sujeitos inferiores aos homens. Devido a natureza das fontes, a metodologia utilizada é a qualitativa, almejando visualizar no contexto belenense os dados demográficos, e soma-los com as queixas apresentadas nas demais documentações. Por fim, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de “historicizar o presente”, promovendo mais estudos que desvinculam as mulheres como seres inerentes à história da família, encarando-as como corpos dotados de individualidades e perspectivas únicas, em especial as viúvas; desse modo, esta pesquisa carrega não somente sua importância acadêmica, uma vez que se atenta também pelas questões políticas que os estudos de gênero abordam.

ENTRE ARTISTAS INDÍGENAS E JESUÍTAS: A ARTE MESTIÇA PRODUZIDA NAS OFICINAS DO COLÉGIO DE SANTO ALEXANDRE (1703-1759)

Mestranda **Jessica Santos Silva** (PPHIST/UFPA)

Construída em 1719, a Igreja de Santo Alexandre, localizada no Centro Histórico de Belém do Pará, abriga um opulento acervo de arte sacra proveniente das oficinas do antigo Colégio jesuíta homônimo. A oficina de escultura realizada na instituição foi criada pelo irmão jesuíta João Xavier Traer após a sua chegada nas missões do Grão-Pará em 1703, e nela foram elaboradas peças que hoje adornam a Igreja, como os anjos tocheiros, os púlpitos e algumas das imaginárias fabricadas com mão de obra de artistas indígenas, expostas no Museu de Arte Sacra do Pará, espaço integrante da Igreja. Este trabalho busca analisar o processo de manufatura dessas peças produzidas nas oficinas de escultura do antigo Colégio. Durante as produções, foram utilizados os conhecimentos dos artífices indígenas sobre os produtos da terra (ma-

deira, resina e pigmentos) assim como as ferramentas habituais manuseadas na concepção dos objetos da sua cultura. Contudo, mesmo com a aplicação desses materiais e dessas técnicas, as peças construídas nas oficinas também pertencem ao imaginário do catolicismo, representando signos e crenças de uma religião europeia, o que as caracteriza como arte mestiça. Como base para a análise desse processo, foram utilizados como fontes os relatos do Pe. João Felipe Bettendorff e do Pe. João Daniel, o Catálogo de 1720 do Colégio de Santo Alexandre e o Inventário de 1760, elaborado após a expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas em 1759. A metodologia aplicada na investigação foi a coleta de dados proporcionada pelas fontes documentais a respeito do ambiente das oficinas e a análise da documentação primária.

**“GOVERNAR ECONOMICAMENTE” O SERTÃO BAIANO:
A INTENDÊNCIA DO OURO DE JACOBINA NO TABULEIRO
POLÍTICO-ECONÔMICO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS
(1750-1755)**

Mestranda **Ana Carolina Barreto Viana** (UNEB)

A Comarca da Bahia da Parte do Sul (Comarca de Jacobina), foi criada em 1742, com objetivo de manter a ordem, a justiça e o bem comum, além de registrar o domínio efetivo do território e garantir as fronteiras do sertão baiano, por meio da presença de um magistrado, o ouvidor. Desde a criação das vilas auríferas, nomeadamente Jacobina (1724), Rio de Contas (1725) e Minas Novas do Araçuaí (1730), intensos conflitos permearam as relações sociais, políticas e principalmente econômicas entre os vassalos e a coroa portuguesa. Os descaminhos do ouro se tornaram a principal pauta das correspondências trocadas entre o monarca e os diferentes funcionários régios designados para auxiliarem na tarefa de administrar o Império. A complexa dinâmica de arrecadação do direito régio dos quintos do ouro com-

preendeu alternativos métodos de tributação e o envolvimento de múltiplos atores e instituições. Deste modo, considerando a escassez de trabalhos que abordem a territorialização do aparelho judicial português no sertão baiano, em consonância com o envolvimento direto de magistrados régios nos procedimentos de arrecadação dos quintos do ouro, esta comunicação pretende demonstrar como a criação da Intendência do ouro das minas de Jacobina em 1751, parte integrante do esquema de reativação do regime de arrecadação dos quintos do ouro através das casas de fundição, tendo como intendente o ouvidor da comarca, Henrique Correia Lobato, provocou conflitos de jurisdição, reproduziu e reconfigurou os regimes de normatividade que regularam o convívio no território e, ao mesmo tempo, alimentou um circuito mercantil global, do qual, o ouro desencaminhado das minas foi um dos elementos constitutivos.

FABRICANTES PARTICULARES DE MADEIRAS NA CAPITANIA DO GRÃO-PARÁ (SÉCULO XVIII)

Dra. Regina Célia Corrêa Batista (UNIFESSPA)

Nos últimos anos a historiografia tem buscado redimensionar a experiência da colonização europeia na Amazônia, neste cenário o “lugar” do extrativismo e da exclusividade da mão-de-obra indígena tem sido ressignificado. Neste sentido, essa comunicação busca apresentar a experiência dos fabricantes particulares de madeiras. Sujeitos que em meio às suas atividades produtivas, se dedicavam a serrar tábuas, couçoelas, achas de lenha, pranchas, etc. Essa abordagem é resultado de uma pesquisa mais ampla sobre a fabricação e exportação de madeiras na capitania do Grão-Pará, a qual demonstrou que a maior parcela da madeira que foi exportada ao longo da segunda metade do século XVIII era oriunda das encomendas da Coroa portuguesa e tinha como principal destino o abastecimento dos Arsenais

Reais da Marinha e do Exército, em Lisboa. Essa madeira era em sua maior parte fabricada nas Fábricas Reais de Madeiras, porém, também se valia de madeiras fabricadas por particulares. Neste sentido, o objetivo dessa pesquisa é aprofundar a análise dessa fabricação de madeiras feita por serrarias de particulares. Para perscrutar esse caminho iremos lançar mão principalmente dos mapas de população do século XVIII e do acervo de documentação avulsa do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

PELO BEM DA AGRICULTURA E DO COMÉRCIO AS DINÂMICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS NO MUNDO RURAL DO CENTRO-NORTE (1780-1810)

Dr. **Carlos Eduardo Costa Barbosa** (SEDUC- PA)

As últimas décadas do século XVIII é um momento importante para a economia do Grão-Pará. Influenciado pela conjuntura externa que lhe rendeu oportunidades de um maior desenvolvimento de seu setor produtivo e mercantil endógeno. Durante esse período a capitania do Grão-Pará tornou-se importante para os interesses da Coroa em território colonial. A partir de Belém deveria se estabelecer as comunicações comerciais com as capitanias do Mato Grosso e do Goiás, garantindo a integridade territorial e a manutenção das exportações dos gêneros coloniais para Portugal. Entretanto, variadas questões se impuseram que dificultaram a execução das ações planejadas, principalmente, na conexão com Goiás. Os arraiais goianos experienciavam uma crise sistêmica após a derrocada da produção das minas e estava pleiteando uma transição para uma econômica de base agrícola. O comércio com o Grão-Pará era visto como uma solução ao problema da falta de gêneros e crédito. A documentação oficial demonstra que as autoridades estavam tomando as medidas possíveis para fomentar a atividade agrícola tanto de mantimentos quanto para exportação, mas

com poucos resultados. Todavia, os comerciantes paraenses se mostraram reticentes após tomarem ciência do real estado daqueles povoados. O Estado Português, através de seus representantes, procurou desenvolver a região retomando suas políticas de povoamento a partir de presídios e Registros, assim como o incentivo ao desenvolvimento agrícola, concedendo isenções de impostos e outros benefícios aos colonos. Assim, podemos perceber que as medidas tomadas por ambas as capitanias contribuíram para a montagem de esquema de largo alcance comercial através da região do Araguaia-Tocantins.

SESSÃO 2: 06 DE NOVEMBRO (QUARTA-FEIRA)

GOVERNANDO OS SERTÕES: PREOCUPAÇÕES E ENSEJOS DAS AUTORIDADES RÉGIAS NOS DESCOBERTOS DAS MINAS NOVAS DO ARASSUAHY (1725 – 1738)

Doutorando **Fabricio Luiz Pereira** (UFOP)

As Minas novas do Arassuahy, nome designado aos achados auríferos realizados pelo paulista Sebastião Leme do Prado e manifestadas em 1728 nos confins da Capitania da Bahia com a comarca do Serro do Frio, suscitaram um efusivo debate acerca da jurisdição do novo território a ser submetido à órbita do Império português. Em 1729, o rei exercendo sua função arbitral decidiu pela criação de uma nova vila nos sertões, que ficaria subordinada ao vice-reinado do Estado do Brasil, todavia, com os assuntos jurídicos a cargo do ouvidor do Serro do Frio, demarcando, assim, o início de uma jurisdição mista naquele espaço fronteiro que atravessaria décadas. O objetivo desta comunicação é verificar as medidas administrativas do vice-reinado acerca dos novos descobertos, para tal, optou-se pela análise dos “Livros de registros dos Alvarás, Cartas e Portarias expedidas por Vasco Fernan-

des César de Meneses e por André de Melo[...]”, com datas entre 1725 e 1738, disponíveis no acervo de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ). O exame desses dados revelam as decisões direcionadas à conquista do Jequitinhonha, as preocupações e ensejos em torno das novas minas, os principais agentes envolvidos no processo de institucionalização do poder régio e os desafios das autoridades frente ao contrabando e às insubmissões das populações sertanejas.

O ANTIGO REGIME E AS FRONTEIRAS DA AMÉRICA PORTUGUESA EM UMA ANÁLISE COMPARADA: ALINHAMENTOS POLÍTICOS E GUERRAS DE CONQUISTA (SÉCULOS XVII, XVIII E XIX)

Dr. Zezito Rodrigues da Silva (UNEB)

Este estudo propõe, em uma análise comparada, confrontar os reinados de D. Pedro II (1683-1706), D. José I (Período Pombalino) e o período Mariano/Joanino a partir das transformações ocorridas no Império português. Tal perspectiva de abordagem viabiliza pensar os elos que aprofundam as relações entre centro e periferia do império, evidenciando a constituição das culturas políticas e espaços de poder da Coroa em sua relação com as demais instâncias da Corte ou com o tecido político do império. Ela tem por objetivo identificar as estratégias de conquista das fronteiras sertanejas da América e sua relação com as transformações operadas no centro político do império. As reflexões tomam como referência a restauração portuguesa do século XVII e conseqüente alargamento territorial do império. Esse processo de territorialização, buscou o enraizamento junto às comunidades locais e o fortalecimento de suas bases coloniais, visava superar as perdas consistentes das praças mercantis do oriente. Para o seu desenvolvimento, lançamos mão das análises bibliográficas sobre a temática e levantamento de fontes primárias, especialmente a

correspondência política constantes dos arquivos digitais disponíveis. A pesquisa documental e bibliográfica fundamenta as análises comparativas propostas, visando perceber um *modus operandi* que, guardadas as conjunturas em apreço, conduzem às formas pelas quais a Coroa buscava garantir equilíbrio das forças políticas que gravitavam em seu entorno e conseqüente legitimação das ações políticas da governança do império.

A EXPANSÃO DA FRONTEIRA COLONIAL: A ATUAÇÃO DE PARTICULARES NOS SERTÕES DO BAIXO AMAZONAS (1684-1750)

Mestranda **Vitória Mascarenhas de Jesus** (UFRN)

Este trabalho tem como objetivo compreender a expansão da fronteira colonial para a região do Baixo Amazonas durante o final do século XVII e a primeira metade do século XVIII. O período aqui abordado refere-se às primeiras iniciativas do avanço militar português verificadas a partir de 1684, em direção aos sertões do Tapajós, Pauxis e Paru. O foco da análise centra-se em particulares que ocuparam os postos de capitães-mores nas fortalezas desses sertões, estabelecendo assim um comprometimento com a conquista ultramarina. Por conta disso, eram recompensados pela Coroa portuguesa com títulos de nobreza, postos e propriedades por meio do que é denominado “prática das mercês”. É o caso da família Mota que se inseriu nesses sertões por meio dos serviços militares prestados à Coroa portuguesa e, por isso, permaneceu por mais de 50 anos no comando da fortaleza do Tapajós. Além disso, destaca-se como esses indivíduos inseriram-se nos negócios lucrativos do sertão, mediante o envio de canoas para a coleta de drogas do sertão e para o descimento de indígenas. Essas práticas, viabilizadas pela dinâmica do espaço, poderiam estar alinhadas ou não aos objetivos de expansão, levando em consideração que, muitas vezes,

os interesses pessoais projetados no espaço se sobressaiam aos da Coroa portuguesa, resultando na prática de ações consideradas ilegais. Para a compreensão das questões propostas, utilizam-se crônicas, e documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).

CONTROLE E COMANDO NO BAIXO AMAZONAS: UMA ANÁLISE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DAS FORTALEZAS DE PAUXIS E PARÚ (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII)

Mestrando **José Augusto Sena Vasconcelos** (UFPA)

Durante os séculos XVII e XVIII, a região amazônica foi um local de grande relevância econômica no sistema capitalista mundial controladas pela Coroa Portuguesa. Dessa forma, diversos grupos europeus tentavam invadir o sertão amazônico em busca de mão de obra, minerais e especiarias conhecidas como “drogas do sertão”. Diante da preocupação em assegurar o território contra invasores, uma solicitação para construir pontos de consolidação de poder foi atendida pelo Rei D. João V. Essa solicitação foi feita por Manoel da Mota Siqueira, comprometendo-se a construir quatro fortalezas no interior da Amazônia em troca do comando de uma delas. Após sua morte, essa responsabilidade foi passada a seu filho Francisco da Mota Falcão, que as finalizou. As fortalezas construídas foram a do Rio Negro, Tapajós, Pauxis e Parú. Essa comunicação enfatizará a análise do comando de duas das quatro fortalezas, especificamente as de Pauxis e Parú, com a intenção de entender as relações nas administrações militares, como os particulares alcançaram postos de controle distantes de Belém e com maior contato com o sertão amazônico, e as particularidades administrativas do governo militar na primeira metade do século XVIII. A pesquisa é realizada com aná-

lise documental em cartas de patentes, requerimentos e investigações relacionadas às questões de possíveis “descaminhos” realizados por esses particulares que estão disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Público do Estado do Pará. Portanto, a pesquisa visa compreender as dinâmicas administrativas do interior do sertão durante a primeira metade do século XVIII nos fortes de Pauxis e Parú, relacionado a quem eram seus capitães, seus meios de acesso e suas particularidades.

CATEGORIAS PARA CLASSIFICAÇÃO DE FORTALEZAS NA AMAZÔNIA PORTUGUESA - SÉCULOS XVII E XVIII

Mestrando **Gabriel da Silva Reis** (UFPA)

As fortalezas portuguesas no vale amazônico formaram um importante instrumento de domínio estratégico, sendo edificadas de acordo com os movimentos do avanço territorial e político lusitano a partir do século XVII. Dentre estas, destaco as seguintes fortificações: Castelo (Belém), Tapajós, Paru, Pauxis, São José do Rio Negro, São José de Macapá e Tabatinga. Essa política inicia-se com um movimento de exploração ao longo da costa atlântica - norte da capitania de Pernambuco - até a foz do Amazonas. Após isso, cresce o interesse sobre a exploração econômica da calha fluvial do Baixo e Médio Amazonas. Por fim, insere-se no cenário de uma presença portuguesa já consolidada, onde era valorizada a promoção da ocupação territorial por meio de vilas ligadas a fortes e a afirmação dos limites territoriais. Esta observação, permite um estudo voltado não apenas para o aspecto estratégico dessas edificações, mas para a possibilidade de estabelecer categorias, ligadas ao contexto histórico de expansão das políticas lusitanas na Amazônia, em que suas fundações e funções estavam inseridas. Logo, meu objetivo é realizar uma categorização das fortalezas portuguesas supracitadas, de acordo

com a sua ambientação histórica, a fim de refleti-las como objetos de estudo adequados às periodizações em questão. Com base nos estudos de Arthur Cezar Ferreira Reis (1956, 1960), Annibal Barretto (2011) e Graciete Guerra da Costa (2015), realizo uma análise de fontes militares e administrativas dos séculos XVII e XVIII, disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Público do Estado do Pará. Ao identificar situações e casos ligados às fortalezas, para em seguida, analisá-las a luz dos estudos em História Militar e Social, verifico como estas projetam-se na experiência lusitana na Amazônia. A partir disto, percebo que as fortificações podem ser classificadas dentro de três categorias: edificações litorâneas, edificações intermediárias e edificações posteriores.

“DAS GENTES DE GUERRA”: SERTANISTAS, ÍNDIOS E ESCRAVOS NA CONQUISTA DO RIO DAS CONTAS EM 1727 NOS SERTÕES DA BAHIA E DAS MINAS GERAIS

Dra. Helida Santos Conceição (UNEB/PPGH- DEDC-II)

O sertanismo foi um movimento de longa duração, capilarizado em diversos espaços da América portuguesa e esteve estruturado a partir da ação militar, da guerra brasílica, da dinamização da ocupação espacial, através da tomada de terras aos indígenas para mineração e criação de gado. As expedições, organizadas como empresas das conquistas, poderiam contar com o apoio das câmaras municipais, pois tinham interesse em afastar o gentio que ameaçava o sossego dos moradores interessados em proteger as áreas de suas fazendas, roças e currais instalados nos termos jurisdicionais das vilas. Esta comunicação pretende analisar a composição e a qualidade social do batalhão da gente de guerra formada por sertanistas, índios e escravos, os quais estariam incumbidos de realizar a conquista do rio de São Mateus em 1727 nos sertões da Capitania da Bahia. A empresa conquistadora foi

armada pelo sertanista Pedro Leolino Mariz a partir da vila do Rio de Contas e seguiu por dois anos em direção ao Rio de São Matheus nos limites fronteiriços entre a Bahia e as Minas Gerais. Assim pretende-se discutir as como a agência sertanista conectou indivíduos de qualidades e posições diversas na hierarquia social, através do aliciamento de indígenas, africanos, mamelucos, mestiços, caboclos, brancos, fossem eles gente livre ou escravizada.

SESSÃO 3: 07 DE NOVEMBRO (QUINTA-FEIRA)

ENTRE O DITO, O ESCRITO E O LEMBRADO: A POLÍTICA DE DESCIMENTO EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (1784-1799)

Mestranda **Geysse Marcela de Sousa Ribeiro** (UFPA)

A pesquisa pretende analisar as interpretações que os povos Hohodeni e Desana atribuíram acerca das políticas de descimento empreendidas na região de São Gabriel durante as últimas décadas do século XVIII. Em situação de fronteira com a Coroa espanhola, o Alto Rio Negro historicamente demandou das autoridades coloniais o desafio de garantir seus domínios frente às ameaças externas, e, simultaneamente, administrar os conflitos internos de uma população heterogênea em constantes embates com os militares de São Gabriel. Os efeitos das Demarcações Territoriais reforçaram essas tensões ao mover os descimentos para o centro da política local, colocando os habitantes dos rios Içana e Uaupés, tais como os Hohodeni e os Desana, como os principais alvos dessa atividade. A pesquisa em tela deverá analisar nos mitos indígenas as interpretações que esses grupos atribuíram ao cotidiano colonial e às suas próprias ações a partir da experiência como descidos, explorando

os significados, angústias e possibilidades advindas dessa condição. Os principais conceitos que nortearão a pesquisa partem da ideia de Mito como objeto histórico, concebida por Marshall Sahlins e o conceito de Arquétipo de Carl Jung, além do referencial metodológico proveniente da Nova História Indígena e da indispensável interdisciplinaridade com a antropologia e os debates sobre a memória. A metodologia cruzará o conjunto cartográfico, as fontes manuscritas e os relatórios oficiais produzidos neste recorte. A pesquisa histórica a partir dos mitos reforça a importância de estudar os povos indígenas como sociedades vivas, cujas narrativas, posicionamentos e explicações sobre o passado incorporam uma memória contada e construída continuamente até os dias atuais.

**“MERECE O PRIMEIRO LUGAR, POR SER A MAIOR
DE TODAS, A ILHA DO MARAJÓ”: PAISAGENS E
TRAJETÓRIAS NO MARAJÓ COLONIAL
(SÉCS. XVII E XVIII)**

Dr. João Antônio Fonseca Lacerda Lima (UEPA)

O presente trabalho tem por tema a formação da Ilha do Marajó colonial através de relação entre os indivíduos que nela atuaram, em especial indígenas e colonos, em um cenário onde o processo de colonização se impunha em meio a concessões e resistências, hoje atestadas pelo vasto repertório documental presente nos arquivos. Tendo os rios desse complexo insular como vetor de reflexão, o “caminho das águas” será nosso guia para pensar a relação entre o espaço e os indivíduos, que formavam a lógica estabelecimento desta vasta e importante região do atual Estado do Pará.

OS TARUMÃ, OS MANAO E O FORTE DA BARRA DO RIO NEGRO NOS ÚLTIMOS TRÊS SÉCULOS E MEIO: REVISITANDO OS PARADIGMAS LOCAIS A PARTIR DOS REGISTROS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS

Me. Samuel Luzeiro Lucena de Medeiros (UFAM)

Há muitas décadas, mais precisamente no início do século XX, foram criadas narrativas, acerca do povoamento e “fundação” do núcleo urbano que daria origem à cidade de Manaus, e que se tornaram verdadeiros paradigmas. Nelas aparecem, como colunas, as referências aos povos Tarumã e Manao, principalmente, e à construção de um dito Forte da Barra do Rio Negro, imagens cristalizadas de um passado constituído de capítulos de glória, mas também de alguns ocultos, até recentemente, que nos deixam olhar por outros pontos de vista fatos que suscitam questões sensíveis. Neste trabalho, buscamos abordar tais narrativas enquanto discurso, a partir de um prisma crítico e apoiado em fontes intrigantes; confrontar essas versões, dadas como explicações encerradas e bastantes ao processo de “fundação” ou início da Barra do Rio Negro, com fontes primárias, hoje muito mais acessíveis à pesquisa. Esse exercício intelectual de revisitar os paradigmas historiográficos locais, acaba por evidenciar problemas que necessitam de especial enfoque, e não apenas as dinâmicas coloniais da Amazônia Colonial, mas também aquelas, igualmente coloniais, que guiaram, mais ou menos conscientemente, as construções das primeiras gerações de historiadores amazônicos que falaram sobre o passado da Barra. Elas se inserem num campo de representações, simbolismos e concretude, com sérias repercussões posteriores, permeadas de violência. Para essa incursão reflexiva oriunda da revisita às versões aqui postas em cheque, valemo-nos das abordagens da História da Amazônia Colonial e da Arqueologia da Amazônia, trazendo para discussão fontes primárias, textos cronísticos, autores da historiografia local e dados empíricos.

Como estudos de caso, utilizar-nos-emos das narrativas históricas referentes às dinâmicas entre colonizadores e os povos Tarumã e Manao entre os séculos XVII e XVIII, que habitaram as paragens do Rio Negro, até terem sua presença historicamente vinculada à antiga Vila da Barra do Rio Negro.

OS DESCAMINHOS PRATICADOS EM MARES E RIOS NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA PORTUGUESA DURANTE A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII

Dr. Raimundo Moreira das Neves Neto (IFPA)

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre os descaminhos que lesavam a Coroa portuguesa nas rotas oceânica e fluvial. Assim, aqui nos centraremos mais nos problemas que tal rota engendrava a Portugal, a exemplo da ameaça estrangeira. Os circuitos marítimo (percurso Conquista/Metrópole) e fluvial (interno ao Estado do Maranhão) sempre foram alvo da atenção da Coroa quando se tratava de estratégias para atalhar os descaminhos da Fazenda Real. No primeiro caso não somente a pirataria e o comércio vetado às nações estrangeiras foram pauta de debate, mas também os descaminhos praticados pelos mestres das embarcações em alto mar. No segundo caso, o dos rios, cresciam aos olhos os descaminhos praticados por agentes da administração colonial com relação aos despachos das expedições das canoas em busca das drogas do sertão, o que, vez e outra, estava atrelado aos interesses particulares daqueles agentes. As fontes utilizadas para compor este trabalho estão depositadas no Arquivo Público do Estado do Pará, Arquivo Público do Estado do Maranhão, Arquivo Histórico Ultramarino, Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará e Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Tais fontes estão sendo trabalhadas de modo

a perceber as estratégias que tais agentes utilizavam para burlar os caminhos da Fazenda Real, o que por vezes incluía a articulação de redes tanto na colônia, quanto na metrópole.

TRÂNSITO DE MATERIAIS: O ENVIO DE OBJETOS ETNOGRÁFICOS DO BRASIL A PORTUGAL

Doutoranda **Beatriz Gomes Rodrigues** (USP)

O grande número de objetos etnográficos ameríndios armazenados em museus portugueses gerou interesse em analisar os processos de recolha e musealização, compreendendo os possíveis reflexos dessas práticas na forma como a sociedade portuguesa percebe diferentes culturas, especialmente a indígena. A análise das coleções museológicas permite construir um olhar sobre como a questão indígena tem sido inscrita na vida cultural portuguesa na contemporaneidade. Para essa análise, foi selecionada a Viagem Filosófica como ponto de estudo. Esta expedição foi o maior e mais importante empreendimento científico realizado no Brasil pela Coroa portuguesa durante o século XVIII, quiçá, durante todo o período colonial. Entre 1783 e 1792, a expedição percorreu as capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, produzindo um acervo significativo sobre o território brasileiro, incluindo mapas, registros iconográficos, descrições em diários e coleta de materiais. A expedição foi conduzida pelo naturalista luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, com o apoio dos riscadores Joaquim José Codina e José Joaquim Freire e do jardineiro botânico Agostinho Joaquim do Cabo. A análise desses processos nos permite criar um cenário detalhado sobre o histórico de constituição dessas coleções e os preceitos que levaram à sua recolha. Isso possibilita entender o papel que cada objeto desempenhou e ainda desempenha em contextos museológicos e expográficos. Observa-se que a visão romântica e ahistórica predomina

mina nas exposições de objetos etnográficos, refletindo uma imagem congelada do “Brasil antes de Cabral”. A maioria dessas exposições enfrenta dificuldades em superar o pensamento renascentista sobre os índios, o que compromete a construção de uma perspectiva histórica e atual da realidade indígena.

A ICONOGRAFIA SOBRE A VIOLÊNCIA ESPANHOLA EM THEODORE DE BRY: ANÁLISE DOS VOLUMES INSPIRADOS EM GIROLAMO BENZONI (1565) E BARTOLOMEU DE LAS CASAS (1552)

Mestranda **Clara Pereira Garcia** (UFRRJ)

A presente pesquisa tem como objetivo compreender as relações entre os volumes IV, V e VI das “Grands Voyages” de Theodore de Bry com a edição a parte da coleção intitulada “Narratio regionum indiarum per hispanos quosdam devastatarum verissima [...]” (1598). Os volumes quatro, cinco e seis, publicados respectivamente em 1594, 1595 e 1596, foram inspirados no livro “Historia del Mondo Nuovo” (1565) de Girolamo Benzoni. A edição a parte das “Grands Voyages” publicada em 1598 ilustra a “Brevíssima relación de la destrucción de las Indias” (1552) de Bartolomeu de Las Casas. Essas fontes retratam a temática da violência espanhola no Novo Mundo e apresentam gravuras que abordam cenas de assassinato e tortura de espanhóis contra indígenas, constituindo-se como materiais iconográficos fundamentais para a construção da Leyenda Negra. A partir da análise das gravuras presentes nas fontes analisadas, pretende-se comparar as ilustrações e compreender as questões que envolvem as suas produções, destacando as similitudes e originalidades.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 14

O “DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS”: APLICAÇÕES E ADAPTAÇÕES NA AMÉRICA PORTUGUESA (1757-1808)

Coordenadores: Dr. **Fabício Lyrio Santos (UFRB)** e
Dr. **Karl Heinz Arenz (UFPA)**.

Local: Sala 211 do NSA - Bloco C - Ufopa/Campus Tapajós

O Simpósio Temático objetiva analisar aspectos da aplicação e dos desdobramentos de um dos mais importantes instrumentos da política indigenista colonial: o Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão. Redigido em 1757, no contexto da implementação do projeto pombalino, o Diretório dos Índios – como ficou conhecido – tornou-se lei no ano seguinte, visando à integração definitiva dos indígenas na sociedade colonial. Seus 95 parágrafos apresentam uma série de prescrições e recomendações destinadas aos Diretores, uma espécie de supervisores nas povoações indígenas originadas a partir dos antigos aldeamentos missionários. Tendo sido proposto inicialmente para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, a lei foi aplicada progressivamente nas capitanias do Estado do Brasil, inflectindo assim em uma diversidade de experiências vividas por diferentes atores sociais nos mais distintos contextos e espaços. O amadurecimento das pesquisas em torno do tema nas últimas 21 décadas deu origem a uma robusta seara que elucidou diversos cenários e realidades. Nesta perspectiva, o Simpósio Temático visa fomentar o debate em torno de questões como o agenciamento indígena, o engajamento das autoridades, a reação dos colonos, os impactos econômicos e demográficos, além dos processos de etnogênese, em diferentes temporalidades e regiões impactadas pelo Diretório. Serão aceitos trabalhos

já concluídos ou em andamento que envolvam pesquisas com fontes primárias e/ou discussões teórico-metodológicas e historiográficas sobre este que foi o último grande regulamento referente aos indígenas produzido no âmbito da colonização portuguesa, que marcou, para além da sua abolição formal em 1798, o pensamento indigenista luso-brasileiro e repercutiu nas políticas adotadas pelo Brasil após a Independência, impactando nos modos de vida e nas lutas pela sobrevivência das populações indígenas de todo o país.

SESSÃO I: 05 DE NOVEMBRO (TERÇA-FEIRA)

QUANDO O “ÍNDIO” SE TORNA “COLONO”: A FUNDAÇÃO DA VILA DE BORBA, A NOVA, E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NA AMAZÔNIA COLONIAL (1756-1790)

Ma. **Marcela Gomes Fonseca** (UFOPA)

Os modos de ser indígena e de se relacionar entre indígenas e não indígenas, se modificaram ao longo do processo de transformação das aldeias missionárias em vilas civis na Amazônia portuguesa, no contexto das reformas pombalinas. Essa mudança foi impelida sobretudo pelas legislações indigenistas. O alvará régio de 4 de abril de 1755 e os de 6 e 7 de junho do mesmo ano, já traziam a intenção da Coroa em transformar o maior contingente populacional da colônia, os indígenas, em colonos, a fim de que, sob as leis régias, estes sujeitos ocupassem e povoassem o espaço colonial por meio de assentamentos civis, como qualquer outro vassalo de Portugal. Em vista da ocupação do território e da construção de uma sociedade civil sedentarizada formada por indígenas e brancos, o alvará de 4 de abril de 1755 incentivava o casamento entre vassalos e “índias”. O segundo alvará, de 6 de junho, previa conceder liberdade aos indígenas, com a intenção de torná-los

também vassalos. E o terceiro, de 7 de junho, retirava o poder temporal dos religiosos sobre as aldeias, onde estava retido grande número de indígenas que para o Estado deveriam ser os povoadores e de preferência os administradores das novas vilas. O Diretório dos Índios (1758) foi responsável por essa tentativa de integração do indígena ao mundo colonial, a partir da regulamentação do regime de trabalho, da promoção de casamentos mistos, e da concessão de cargos oficiais aos Principais. Neste contexto, o objetivo é compreender o papel que as novas vilas fundadas a partir de 1750, sobretudo a Vila de Borba, a nova, localizada no rio Madeira, desempenhou para a execução do plano de transformação do indígena em colono. O foco é evidenciar e analisar as transformações socioespaciais mobilizadas sobretudo pelos indígenas, durante a tentativa de execução deste projeto.

O ESTALEIRO REAL DE SÃO BOAVENTURA E O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS: TRABALHO E COTIDIANO NA AMAZÔNIA (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII)

Doutorando **Elias Abner Coelho Ferreira** (UFPA)

Na década de 1760, após ordem régia, inicia-se a construção do Estaleiro Real em Belém, local em que seria construída a nau de guerra “Nossa Senhora de Belém e São José”, embarcação com capacidade para 50 canhões. A construção do estaleiro se dá, portanto, dentro da vigência do Diretório dos Índios, legislação que visava, entre outras coisas, regulamentar o trabalho indígena. Dentro do Estaleiro Real havia uma variedade de funções, com divisões de trabalho e remuneração de acordo com cada ofício específico, como construtores, carpinteiros, calafates, entre outros. Entre as categorias específicas, consta na documentação relativas às folhas de pagamento da construção da referida nau de guerra, a dos “índios oficiais”. Dos 138 trabalhadores registrados na semana de 30 de setembro a 06 de outubro de 1761,

por exemplo, 43 eram listados como índios oficiais. Todavia, levando-se em conta que a mão de obra indígena era a força de trabalho preponderante na Amazônia colonial desse período, tal número, cerca de 31% do total dos trabalhadores, chega a ser até modesto. A justificativa deste trabalho, portanto, se dá pela análise de uma mão de obra pouco explorada pela historiografia, voltada, em grande parte, para a análise da mão de obra utilizada na coleta das drogas do sertão. Neste sentido, o objetivo deste texto, fruto de pesquisa ainda em andamento, é, portanto, falar sobre a mão de obra indígena dentro do Estaleiro Real, o impacto do Diretório dos Índios nos processos de arregimentação dessa mão de obra, bem como o cotidiano dentro do estaleiro. Para tanto, utilizaremos como fontes documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, do Arquivo Público do Estado do Pará e da Biblioteca Nacional. Como metodologia, utilizaremos conceitos sobre a Nova História Indígena, bem como as acepções de Michel de Certeau e Agnes Heller sobre cotidiano.

À SOMBRA DAS FORTALEZAS: A IMPLEMENTAÇÃO DO DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS NAS VILAS DO BAIXO AMAZONAS (1760-1765)

Dr. **Karl Heinz Arenz** (UFPA)

O Diretório dos Índios, desde 1758 aplicado na Amazônia portuguesa, dinamizou as relações entre os indígenas das novas vilas e os comandantes dos fortes ao longo do corredor estratégico do Baixo Amazonas que deu acesso aos sertões. As reformas pombalinas redefiniram o status dos(as) trabalhadores(as) indígenas, reconhecendo-os como vassallos da Coroa, mas, ao mesmo tempo, submetendo-os a uma pressão “civilizatória”. Muitos comandantes assumiram, em decorrência do investimento da metrópole nas fortificações enquanto pontos de defesa e centros de controle sobre as vilas adjacentes, também o novo cargo

de Diretor dos Índios. Numa dupla função militar-administrativa, eles tiveram que supervisionar os trabalhos dos indígenas nas roças, oficinas e canoas, julgar litígios entre e com os indígenas, incentivar a produção de farinha de mandioca e organizar os transportes das drogas do sertão para Belém, além de combater grupos indígenas “bravos”. O Baixo Amazonas abrigava um grande número de indígenas, até então aldeados em missões religiosas, e contou com um sólido cinturão de fortes interconectados (Gurupá, Paru, Santarém e Óbidos). A comunicação objetiva, com base em documentos do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), analisar as agências de indígenas e militares na conjunção destas novas condições sociais, administrativas e econômicas. Nas entrelinhas das fontes, percebe-se tanto a inexperiência dos diretores-capitães frente aos comportamentos e costumes dos nativos quanto os esforços de adaptação dos indígenas ao novo tipo de tutela. A documentação referente às povoações no Baixo Amazonas é mais farta no que concerne aos primeiros anos da década de 1760. Este fato indica, assim a hipótese, que a implementação do Diretório dos Índios não foi um mero ato de validação de uma novo projeto jurídico-administrativo, mas um processo complexo, substancialmente conformado por agências locais, envolvendo indígenas e militares numa região de grande importância estratégica e econômica.

ENTRE A COSTA E O SERTÃO: VIGIA E SANTARÉM NUM CONTEXTO DE PROMULGAÇÃO DA CARTA RÉGIA DE 12 DE MAIO DE 1798

Mestrando **Pedro Souza dos Santos** (UFPA)

O presente trabalho trata dos resultados parciais da pesquisa de mestrado, em andamento. Busca-se analisar a reorganização do trabalho no contexto da promulgação da Carta Régia de 12 de maio de 1798, especificamente nas vilas de Santarém e Vigia. A partir

da análise de diversas fontes, notadamente, do Arquivo Público do Estado do Pará e Arquivo Histórico Ultramarino, verifica-se as dinâmicas, rupturas (ou continuidades no trato e percepções em relação de trabalho) – em especial indígena –, e na política administrativa e na sociedade colonial. O objetivo é compreender como a administração colonial, especificamente o governo de Francisco Coutinho e a Coroa, lidavam com o vácuo na legislação com o fim do Diretório (1757-1798). Além disso, a pesquisa dialoga com a historiografia amazônica sobre o período colonial. Com a pesquisa, nesta altura, constatou-se que haviam interações globais e possíveis diferenças e semelhanças entre as dinâmicas coloniais nas vilas de Santarém, no Sertão, e Vigia, próximo a costa do estado, possibilitando compreender as dinâmicas coloniais a partir das ações empregadas quando da promulgação da Carta Régia e, também, quanto a população indígena destas vilas. Entender as diversas documentações referentes a confirmações de patentes nos Corpos de Milícias, e entender como esses Corpos de Milícias eram estabelecidos pode ajudar na compreensão sobre a organização, efetivação e atuação dos corpos de trabalhadores nas vilas e suas relações com o mundo colonial em diferentes aspectos.

A ECONOMIA DAS DROGAS DO SERTÃO SOB O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS

Dr. André José Santos Pompeu (PPHIST/ UFPA - SEMEC/Belém)

Dr. Frederik Luiz Andrade de Matos (IFPA)

Ao longo dos séculos XVII e XVIII a economia amazônica se centrou no extrativismo das drogas do sertão. No entanto, as luzes dos novos pensamentos socioeconômicos portugueses de meados do século XVIII, se buscou racionalizar as formas de produção no ultramarino, no caso amazônico, essa racionalização foi expressa através do Diretório

rio dos Índios. Levando em conta que o trabalho indígena não poderia estar apartado do desenvolvimento econômico. O presente trabalho apresenta os efeitos dessas medidas racionalizantes sob a economia das drogas do sertão, tanto no interior do sertão Amazônico, quanto na praça mercantil de Lisboa. Através de uma ampla gama de documentos, provenientes tanto da Secretaria da Capitania, quanto do fundo da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, procuramos mostrar como as medidas administrativas impactaram as relações no sertão, em consonância com as medidas econômicas atreladas a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Onde, o objetivo final era tornar a Amazônia portuguesa autossuficiente e, conseqüentemente, modernizar a economia portuguesa.

O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS, A EXPLORAÇÃO DA NATUREZA E OS INDÍGENAS DO VALE AMAZÔNICO

Dr. Rafael Rogério Nascimento dos Santos (UNIFESSPA)

O processo de integração dos povos indígenas, no âmbito do Diretório dos Índios, foi marcado por uma intrincada teia de relações sociais, revelando as tensões presentes no cotidiano das comunidades formadas por esse instrumento legal. A historiografia tem demonstrado que as ações e interações dos sujeitos envolvidos trouxeram uma nova dimensão ao que o Diretório originalmente previa. Práticas desviantes, denúncias, solicitações e outras iniciativas ilustram como os indivíduos do Vale Amazônico se apropriaram desse processo, adaptando-o às suas necessidades e realidades. Essas questões permitem reforçar a compreensão dos indígenas como sujeitos históricos que demandaram maior autonomia e que souberam lidar com a experiência colonial. Além disso, permitem mostrar que suas integrações ao sistema do Diretório não se davam de maneira única, tal qual como queriam os colonos e a metrópole portuguesa; suas ações foram baseadas em escolhas bem definidas, a partir do seu cotidiano, e do

conhecimento apreendido da relação com os colonos. O trabalho pretende perceber a agência indígena no âmbito do Diretório dos Índios relacionando-a a exploração do mundo natural na segunda metade do século XVIII. Existem aspectos a serem analisados que relacionam o Diretório, e o processo de integração dos povos indígenas do Vale Amazônico, à inventariação dos reinos da natureza ocorrida neste período.

SESSÃO 1: 06 DE NOVEMBRO (QUARTA-FEIRA)

A POLÍTICA LINGUÍSTICA PORTUGUESA PARA A AMAZÔNIA E O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS

Doutorando **Gabriel de Cassio Pinheiro Prudente** (UFPA/SEMEC)

A chamada Língua Geral era o idioma supra-étnico falado por indígenas aldeados, missionários e colonos entre os séculos XVII e XVIII na Amazônia portuguesa. As relações cotidianas nos aldeamentos – e mesmo fora deles – no Estado do Grão-Pará e Maranhão eram mediadas por esta língua cuja a base era o Tupi. Este foi sistematizado por escrito em dicionários, gramáticas e catecismos produzidos, principalmente, pelos missionários jesuítas. A situação linguística na Amazônia portuguesa era marcada pela grande difusão da Língua Geral. Embora a Coroa, por meio de cartas régias, frequentemente ordenasse aos colonos e missionários o ensino do português aos indígenas, também se mostrou permissiva ao uso da Língua Geral no trabalho catequético até meados do século XVIII. A política linguística jesuítica também contribuiu para o amplo uso da Língua Geral ao privilegiá-la no processo de evangelização dos indígenas. O presente trabalho tem como objetivo analisar a política linguística do governo português para o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Primeiramente, pela leitura das cartas régias, será desvelada a postura metropolitana em relação a questão linguística

para a Amazônia entre o final do século XVII a meados do século XVIII antes da promulgação do Diretório dos Índios (1757). Em seguida, serão discutidas as mudanças nas diretrizes da administração colonial em relação a Língua Geral e ao ensino do português a partir da gestão do Marquês de Pombal através do estudo das cartas trocadas por este com o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado e da análise do sexto parágrafo do Diretório. Ao refletir sobre as inflexões na postura dos agentes metropolitanos e da legislação em relação a questão linguística, argumento que eram parte fundamental do projeto civilizatório metropolitano sobre os indígenas e das reformas administrativas promovidas pela Coroa portuguesa em relação a Amazônia setecentista.

NOVAS EXPERIÊNCIAS COLONIAIS A PARTIR DAS VEREAÇÕES DO SENADO DA CÂMARA DA VILA DE ÍNDIOS DE VINHAIS

Me. Francisco Alves de Sousa Neto (UFMA)

Esta pesquisa busca compreender a dimensão da ocupação dos cargos de oficiais do senado da câmara da vila de “índios” de Vinhais por indígenas, principalmente, através das vereações e documentos retirados do seu livro camarário. Através da experiência da vila de índios de Vinhais e em meio a todo contexto da segunda metade do século XVIII vamos apresentar alguns aspectos acerca das rotinas camarárias, suas atribuições e poderes. Ademais, essa pesquisa foca na atuação do oficial camarista, o “índio nacional da capitania do Maranhão”, Calisto Arnoutt do Sacramento, que foi juiz ordinário de Vinhais durante quatorze anos. Discutindo a ação política do oficial indígena frente às disputas de poder, que ocorreram na capitania do Maranhão da partir da morte de D. José I e queda do marquês de Pombal. Em relação aos resultados da pesquisa destacamos o processo de longo prazo da localidade, que pode ter contribuído para que as lideranças indígenas e os principais de Vinhais constituíssem um grupo forte, que

impunha resistência nos embates com outras autoridades locais e assim efetivamente participassem dos processos de governança de sua comunidade. As dinâmicas sociais estabelecidas entre os moradores e oficiais indígenas na região da vila de Vinhais resultaram em experiências com características próprias, mas conectadas com todo o contexto Atlântico. Dentro desse espaço, os indígenas não só foram subordinados, mas também governaram e estabeleceram suas próprias relações, individuais ou não, sob a batuta das reais leis, mas também traduzindo, acomodando a teoria legal nos seus próprios objetivos. Por fim, a experiência da vila de Vinhais pode auxiliar na compreensão dos processos de ocupação dos territórios e de territorialização na ilha de São Luís por indígenas na longa duração.

O CAMINHO FLUVIAL ENTRE PARÁ E MATO-GROSSO NO RELATO DE VIAGEM DE JOSÉ GONÇALVES DA FONSECA (1749-1752): O TRECHO DE BELÉM. GURUPATUBA E A ALDEIA DOS ABACAXIS

Mestrando **Marcio Ramon Campelo Ramos** (UFPA)

Este artigo trata do caminho de comunicação entre a capitania Pará e a Capitania de Mato Grosso, através dos relatos da expedição de José Gonçalves da Fonseca em 1749. Daremos ênfase, neste texto, ao trecho que vai de Belém até Aldeia de Gurupatuba e a Aldeia dos Abacaxis, missões da Companhia de Jesus. O objetivo é compreender como esse trecho é destacado no relato, a descrição da natureza e as populações indígenas. Além disso, busca-se destacar a partir da análise História e Natureza, destacar como as informações sobre a paisagem, os caminhos e as suas populações estão atreladas aos interesses do controle desses caminhos pela Coroa portuguesa no século XVIII. Essa análise será feita a partir da fonte publicadas pela Academia Real de Ciências de Lisboa, que trata dessa viagem e o cruzamento com as correspondências do Arquivo Público

do Estado do Pará. Partimos do pressuposto que essas informações recolhidas pela expedição definiram a abertura do caminho real entre Pará e Goiás.

ENTRE A LEI E A LIBERDADE: APLICAÇÃO DO DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS NA CAPITANIA DO MATO GROSSO

Mestrando **Hudson Lira Dantas Junior** (UFRN)

Durante todo o período da colonização portuguesa nas partes do Brasil, uma série de normatividades foram estabelecidas para promover o controle da população em diversas instâncias, tais como as áreas políticas, econômicas e sociais. Nessa perspectiva, também as populações indígenas, desde o século XVI, sofreram investidas para serem inseridas nas normas civilizatórias e cumpri-las, devendo esses povos exercer práticas normatizadas com funções, ofícios, ocupações de terra e leis específicas destinadas a elas. Dentre esta multinormatividade destinada às populações indígenas, destaca-se de forma expressiva o Diretório dos Índios, implementado em 1757 no Brasil. Este Diretório, em partes elaborado pelo Marquês de Pombal e seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, intentava, entre outros objetivos, inserir as comunidades locais na sociedade colonial na condição de vassalos do rei, desintegrando os espaços originais e transformando-os em espaços coloniais, como vilas, além de impor uma série de práticas culturais europeias, como a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa e o casamento entre indígenas e colonos. Todavia, embora esse conjunto de normativas devessem ser aplicadas da mesma forma em toda a América portuguesa, sua efetiva prática desdobrou-se em um conjunto de leis multifacetadas para cada capitania, como foi o caso de Mato Grosso. Os agentes indígenas utilizaram-se das prerrogativas e brechas que as leis do Diretório ofereceram, e negociaram suas posições dentro da sociedade, principalmente quanto às suas liberdades.

Esta comunicação, portanto, propõe-se a analisar a aplicação do Diretório dos Índios na capitania de Mato Grosso, entre 1757 e 1780, a partir da análise da documentação camarária do Arquivo Público do Mato Grosso e da correspondência trocada entre o juiz de fora e o governador da capitania à época.

O “DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS” NA CAPITANIA DE MATO GROSSO

Dra. Nauk Maria de Jesus (UFGD)

Quando a comunicação sobre a criação do “Diretório” chegou na capitania de Mato Grosso, a experiência missioneira ainda estava nos seus anos iniciais e o processo de catequização e atração dos indígenas esbarrava continuamente nas ações dos diversos povos indígenas. As duas aldeias missionárias, Santa Ana e São José, foram convertidas em lugares do “Diretório” e na capitania não foram criadas vilas de índios. Neste sentido, nesta comunicação pretendemos analisar aspectos da implantação do “Diretório dos Índios” na capitania de Mato Grosso, com ênfase na identificação dos lugares criados por meio dessa política e nas experiências vividas por diferentes atores sociais nessa área de fronteira e de mineração. Essa proposta se justifica porque a compreensão dessa política nessa capitania ainda requer mais pesquisas, pois os estudos sobre a sua formação têm se concentrado nas análises das constituições das duas vilas, isto é, Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727) e Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), de alguns dos quilombos e de fortes e presídios militares. A documentação relativa a esse tema é bastante esparsa e para tanto temos como base os manuscritos que estão guardados no Arquivo Público de Mato Grosso, na Casa Barão de Melgaço e no Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate/BN Digital). Ao procurarmos trazer à tona a experiência do “Diretório” na capitania de Mato Grosso, consideramos

que a fronteira e a mineração levaram a instalação de um “Diretório” possível e este teve os seus objetivos compatibilizados com a política de povoamento e defesa da fronteira.

SESSÃO 03: 07 DE NOVEMBRO (QUINTA-FEIRA)

DIABO, INIMIGO E PROFESSOR NO TEATRO DE JOSÉ DE ANCHIETA

Ma. Marina Gialluca Domene (FFLCH/USP)

A produção literária do padre José de Anchieta é marcada, como é de se esperar, sobretudo por poemas sacros e encenações catequéticas. O teatro jesuítico, cuja tradição remonta aos colégios e viaja em direção às colônias portuguesas, sobretudo no Brasil, com o objetivo específico de educar os nativos quanto à religião católica, que deveria, a partir daquele momento, suplantiar a religião e os costumes tradicionais dos povos a serem conquistados. Este teatro é, portanto, uma parte importante dos esforços de aculturação e extermínio das culturas nativas por parte dos colonizadores portugueses e de controle comportamental dos habitantes da colônia. A figura do Diabo torna-se especialmente útil, pois desempenha a função de, através do medo, doutrinar e assegurar que o público siga o caminho determinado pela Igreja. Compreender o caminho que o Diabo percorre ajuda-nos a compreender as relações entre os diferentes povos presentes no Brasil-colônia na segunda metade do século XVI. Das doze peças cuja autoria é atribuída a José de Anchieta, sete apresentam este elemento diabólico. Nossa proposta para esta comunicação é justamente dirigir nosso olhar para as representações do Diabo e discutir, em um panorama, as suas dimensões pedagógicas. Para tanto, recorreremos a obras como as teses de Paulo Edson Alves Filho, Helena Hatsua Nagamine Brandão, Paulo Romualdo Hernandez, An-

gelita Martens e Ednilson Aparecido Quarenta, além de artigos escritos por Sérgio de Carvalho e Anna Kalewska e outras obras mais cristalizadas pela crítica, como Luiz Gonzaga Cabral, Lothar Hessel, Luther Link, Décio de Almeida Prado e Georges Raeders. Para testemunho das obras de Anchieta, adotamos a edição das obras completas realizada por Maria de Lourdes de Paula Martins.

AS DISPUTAS PELOS INDÍGENAS DAS MISSÕES JESUÍTICO-GUARANI NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (1750-1798)

Dr. Protasio Paulo Langer (UFGD)

O objetivo do nosso é analisar a dissintonia (ou mesmo a discórdia) entre, de um lado, o pensamento e o pragmatismo das elites governamentais ilustradas e, de outro, as prerrogativas escravistas dos setores agropastoris em relação aos indígenas, egressos dos Sete Povos das Missões (castelhanas) e estabelecidos do Rio Grande de São Pedro. A esse contingente, de aproximadamente 3.500 guarani-missioneiros, seria aplicado o Diretório dos Índios. Nos planos dos governadores ilustrados esse modelo pedagógico seria capaz de resgatar os povos indígenas da depravação e servidão a que foram reduzidos pelos jesuítas e de promovê-los à mesma dignidade dos demais súditos da coroa portuguesa. É claro que, na concepção dos fazendeiros de tradição paulista (Monteiro, 1994) – em poucas décadas se locupletaram com vastas fazendas – os indígenas eram naturalmente: “[...] muito inferiores aos talentos de todos os outros homens e pouco mais superiores ao instinto dos animais” BETTAMIO apud TORRES, 2016, p. 50). Portanto, o foco da nossa análise é a discordância entre ilustrados governantes, defensores do Diretório, e terra-tenentes que se articulavam nas câmaras de vereadores. As fontes da nossa pesquisa são correspondências entre os governantes e crônicas de viajantes”.

IMPACTOS E DESDOBRAMENTOS DO DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS NA CAPITANIA DA BAHIA (1758-1788)

Dr. **Fabricio Lyrio Santos** (UFRB)

Esta comunicação visa discutir o impacto e os desdobramentos iniciais do Diretório dos Índios na Bahia, capitania que então abrigava o principal centro político e administrativo da América portuguesa e concentrava uma parte expressiva da economia colonial. Fundada em 1549, a cidade de Salvador reunia as prerrogativas de sede provincial dos jesuítas, sé arquiépiscopal e, até 1763, capital do Estado do Brasil. Elaborado pelo governador e capitão general Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1757, o Diretório foi tornado lei no ano seguinte e estendido para as capitanias do Estado do Brasil. Na Bahia, a implantação do Diretório ficou a reboque dos acontecimentos transcorridos no Norte e de suas repercussões em Lisboa, com destaque para as crescentes tensões políticas envolvendo a ordem jesuítica e a coroa portuguesa. Por meio de pesquisa realizada na documentação de cunho administrativo disponível no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Público do Estado da Bahia, busca-se inventariar as práticas e representações políticas construídas em torno da aplicação do Diretório dos Índios no território sob a jurisdição da capitania baiana. O objetivo central é discutir a implementação, os impactos e os desdobramentos da política indigenista setecentista na sociedade colonial.

MORADORES E AUTORIDADES EM CONFRONTO NAS VILAS DE ÍNDIOS DA COMARCA DE ILHÉUS, 1759-1809

Dra. **Teresinha Marcis** (UESC)

A comunicação discorre sobre as experiências das populações indígenas da antiga capitania de Ilhéus no período de 1759 a 1809,

focalizando as vilas de índios de Olivença, Barcelos e Santarém e a aldeia de Nossa Senhora dos Índios Grens. As vilas foram estabelecidas nos aldeamentos administrados pelos jesuítas reformados nas esferas da administração civil e eclesiástica conforme a legislação integracionista e o Diretório do Índios e à semelhança das demais vilas do reino estruturadas no poder local exercido pelo Conselho da Câmara com juízes, vereadores e oficiais. Foram pesquisadas 43 provisões de nomeação para “Escrivão da Câmara e Órfãos, Tabelião e Diretor” das três vilas de Índios, entre 1761 e 1812 que corroboram o argumento de que nas vilas de índios, o oficial escrivão da câmara era indicado pelo Conselho, porém nomeado anualmente pelo governador, com soldo pago pela Fazenda Real para exercer cumulativamente as funções de escrivão, professor e diretor dos índios. O acúmulo dos ofícios possibilitou ao escrivão-diretor alçar poder político e social mais abrangente e obter vantagens financeiras em algumas vilas. Todavia, o cumprimento dessas obrigações foi negligenciado conforme denúncias e apelos dos moradores, e, em alguns casos, motivaram a destituição do ocupante. Conclui-se que a reconfiguração das relações sociais e políticas segundo as normas do Diretório continuou ao longo de décadas evidenciada pela atuação dos vereadores, escrivães-diretores e moradores que atentos à legislação a utilizavam como instrumentos para gerar demandas, resistir e conquistar seus espaços e direitos. A existência de práticas de despotismo, exploração e conflitos envolvendo moradores indígenas e luso-brasileiros foram registradas nas provisões, denúncias, solicitações e relatórios diversos que se constituem nas fontes que embasam a análise desenvolvida.

INDÍGENAS, ALDEAMENTOS E SESMARIAS: UM OLHAR ACERCA DA GÊNESE DAS VILAS DA CAPITANIA DO PIAUÍ NO PERÍODO COLONIAL (1758-1762)

Doutorando **Felipe William dos Santos Silva** (UFPA)

A comunicação propõe apresentar o contexto inicial da fundação das Vilas fundadas por João Pereira Caldas, no ano de 1761, na capitania do Piauí. Comumente abordada sob o ponto de vista da morfologia e da arquitetura que as povoações possuíram nesse período inicial, ou mesmo sob a forma de discussões pontuais na historiografia, a contribuição aqui proposta possui como objetivo demonstrar as múltiplas dinâmicas espaciais entre diversos sujeitos, as quais permitem conectar universos aparentemente distintos. Fala-se aqui das mobilidades dos sujeitos, que pode ser percebida na documentação, principalmente do Arquivo Histórico Ultramarino, na seção dos avulsos das capitanias do Piauí e do Maranhão, que possibilita vislumbrar um universo bastante interligado, formado pelas populações indígenas, pelos aldeamentos criados pela Companhia de Jesus e pela ocupação de sesmarias. Com isso, argumenta-se que a elevação das freguesias à condição de Vila, no Piauí, não se deu apenas por uma ação inexorável decorrente da Carta Régia de 19 de junho de 1761, mas também pelo aproveitamento das próprias lógicas de espacialidade engendradas por diversos sujeitos a partir de suas experiências históricas, as quais a Coroa tentou regular e controlar. Sob essa perspectiva, utiliza-se o conceito de territorialidade, proposto pelo geógrafo Claude Raffestin, o qual será operacionalizado a fim de compreender as relações humanas no espaço da capitania do Piauí a partir da ótica de relações de poder, havendo então territorialidades coexistentes.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 16

OS AGENTES DO PODER: A AÇÃO DAS AUTORIDADES SECULARES E ECLESIÁSTICAS NO IMPÉRIO PORTUGUÊS (SÉCULOS XVI-XVIII)

Coordenadores: Dra. **Ediana Ferreira Mendes** (UFOB) e
Dr. **Evergton Sales Souza** (UFBA)

Local: Sala 212 do NSA - Bloco C - Ufopa/ Campus Tapajós

O mundo moderno ocidental teve como instituições basilares o Estado e a Igreja Católica. Por meio da ação dos seus agentes, sejam eclesiásticos e/ou indivíduos ao serviço da Coroa, a monarquia portuguesa conseguiu avançar seus domínios na Ásia, África e América. Neste processo, diferentes povos foram contactados e, seja pela via da conquista militar, seja pela via de uma construção política mais negociada, foram estabelecidas relações que, em muitos casos, caminharam no sentido da imposição da lógica de poder, da cultura e da religião dos portugueses. As relações estabelecidas entre as autoridades civis e eclesiásticas foram marcadas por muitos conflitos, mas também foram caracterizadas pela colaboração. Ao longo da expansão portuguesa no ultramar foram construídas novas instituições, novas relações de poder e novas formas de vivência religiosa influenciadas pelos múltiplos contextos históricos e espaços. Faz-se necessário, portanto, refletir sobre as relações estabelecidas entre estes agentes no pluricontinental império português, buscando compreender não somente o papel das instituições, mas, de igual modo, dos sujeitos, no processo de expansão e consolidação do domínio português no ultramar. Nesta linha, este simpósio temático pretende abarcar comunicações sobre as relações de colaboração e/

ou conflitos entre os agentes seculares, da justiça, do clero secular e regular; relações de colaboração e/ou conflitos entre leigos, a exemplo das irmandades e confrarias, e autoridades seculares, da justiça e eclesiásticas; formas de exercício do poder secular e/ou eclesiástico; relações de colaboração e/ou conflitos entre agentes seculares ou da estrutura diocesana com sujeitos dos quadros do Santo Ofício; modos de vivência religiosa; caminhos de aquisição de prestígio e carisma religioso durante a época moderna no império português.

SESSÃO I: 05 DE NOVEMBRO (TERÇA-FEIRA)

O ABSOLUTISMO COMO CONCEITO HISTÓRICO E O IMPÉRIO PORTUGUÊS NA ÉPOCA MODERNA

Dr. Pablo Oller Mont Serrath (UNESP)

O Estado na Época Moderna é tema caro à historiografia. As estrutura, as dinâmicas, as características desse fenômeno europeu têm suscitado diferentes interpretações e variados debates. Quando se trata do Estado Absolutista, as grandes questões giram em torno dos seus limites de atuação, do exercício da soberania por parte do rei e da relação do poder central com outros poderes. A presente comunicação tem como objetivo tratar do absolutismo como um conceito histórico e de seu uso na historiografia em geral e, especificamente, na historiografia sobre Portugal e o Império Português na Época Moderna. Pretende-se, ademais, propor a validade do absolutismo como conceito histórico (e não como mito) para pensar a monarquia portuguesa e seu império pluricontinental. A hipótese norteadora das reflexões a serem apresentadas é que o exercício dos poderes político, econômico e cultural do Estado português sobre o seu território continental e as suas conquistas ultramarinas obedeceu a uma dinâmica própria dos

Estados Absolutistas, a qual, mantendo a soberania nas mãos do rei, tinha como principais características a adaptabilidade e a hierarquização de urgências, interesses e capacidades do poder central.”

GESTÃO FAZENDÁRIA E DINÂMICAS POLÍTICO-ECONÔMICAS NO IMPÉRIO PORTUGUÊS: A SUBSTITUIÇÃO DAS PROVIDORIAS PELAS JUNTAS DE FAZENDA NA BAHIA

Dra. **Ana Paula Medici** (UFBA)

O processo de colonização portuguesa na América foi permeado tanto por movimentos de negociação quanto uma série de conflitos e tensões nos quais agentes e instituições envolvidos nos negócios e na governança imperial e local atuaram decisivamente. Foi comum a agentes governativos nomeados pela Coroa (ministros, governadores, ouvidores, chanceleres, provedores, juizes, etc.), muitos deles radicados na América, envolver-se em algum grau com proprietários, negociantes, traficantes de escravizados, contratadores, membros das câmaras e oficiais das tropas das localidades em que atuavam. Em meados do século XVIII, é possível perceber este movimento no processo de substituição das Provedorias pelas Juntas da Fazenda, criadas quando da reestruturação do Erário Régio a partir de 1761. Considerando o quadro mais amplo da política econômica Portuguesa para com seus domínios ultramarinos, na qual a posição de Portugal no contexto internacional também era fator relevante, propõe-se analisar as alterações na administração fazendária imperial durante o setecentos, a partir da atuação de membros da família Serpa, detentores do ofício de provedor da Fazenda no período, direta e por vezes indevidamente envolvidos em redes de negócios imperiais. Um dos objetivos da Coroa com a criação das Juntas de Fazenda era melhor controlar a ação dos provedores, visto que estes deveriam zelar pela correta arrecadação

e emprego das rendas reais, ao passo em que também eram responsáveis pelo controle das exportações das diversas capitânias. A análise da política fazendária portuguesa para com seus domínios ultramarinos apresenta-se, assim, como foco privilegiado para a compreensão tanto de dinâmicas estabelecidas entre autoridades locais e a metrópole quanto ao lugar de Portugal nas redes de negócios internacionais.

A ESCOLA PORTUGUESA DE ARQUITETURA E URBANISMO: TEORIAS E MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO DA URBANIZAÇÃO DO BRASIL-COLÔNIA

Doutorando **José Antônio de Sousa** (UFJF)

A Escola Portuguesa de Arquitetura e Urbanismo, é um conceito desenvolvido através de métodos e problemas de pesquisa associados ao campo da história da urbanização. Destaca-se os estudos que abordam, desde o renascimento italiano e suas influências na cidade ibérica da Idade Média, até o período da Era Pombalina, com a emergência de novos conceitos. Gerações de pesquisadores analisam o urbanismo português sob diferentes perspectivas. Ao longo dos anos esse campo de análise se constituiu como uma importante chave teórico-conceitual, lançando luzes sobre a educação, ciência, política, administração e urbanismo colonial luso-brasileiro, através de importantes projetos de investigação. Duas evidências fundamentais passaram a ser observadas. Em primeiro lugar, o estudo dos engenheiros militares como funcionários do urbanismo, suas procedências nas aulas das matemáticas, fortificação, arquitetura militar e tratadística italiana. Em segundo lugar, a interpretação da morfologia dos traçados das cidades e fortificações, a materialização de prática erudita e empírica. Os estudos sobre a urbanização na América Portuguesa, apontam outra vertente da escola, abrindo as possibilidades para a existência de um outro componente, a matriz vernácula, que interpreta as experiências

urbanas sem intervenção direta do Estado, dos engenheiros, prática projetual e ausência de desenhos. Outros funcionários como capitães ou ouvidores foram inseridos na crítica sobre as práticas de natureza empírica. Esses dois universos: erudito e vernáculo, deram origem a diversos conceitos: cidades de iniciativa, cidade de fundação real, regularidade e a irregularidade, quanto as regras urbanas. Por vezes, a interseção desses conceitos favoreceu a identificação de modelos urbanísticos, resultantes de contextos e realidades distintas, e por isso não devem ser analisados em oposição.

OS PRESOS, OS CARCEREIROS E AS CONDIÇÕES DAS CADEIAS DE OLINDA E RECIFE (1650-1750)

Mestrando **Dawyd Thiago de Oliveira Almeida** (UFPE)

O presente trabalho visa analisar o funcionamento das cadeias de Olinda e Recife durante o período compreendido entre os anos de 1650 e 1750. Para isso, o recorte temático será dividido em três eixos, a fim de melhor compreender o cotidiano desses espaços de encarceramento. Inicialmente, o estudo identificará na documentação do período as condições das cadeias, com o objetivo de entender como as dificuldades estruturais dessas instituições causavam problemas para a aplicação da justiça na capitania de Pernambuco e para o cotidiano dos presos. Em seguida, será traçado o perfil dos oficiais que atuavam como carcereiros das cadeias de Olinda e Recife para que seja possível verificar as estratégias colocadas em prática por esses agentes para a obtenção do cargo, assim como de que forma o trabalho desempenhado por eles poderia impactar o cotidiano dos espaços de encarceramento. Finalmente, o tema do trabalho torna-se completo ao identificar alguns indivíduos encarcerados nas cadeias. Para tal estudo, será utilizada a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino referente à capitania de Pernambuco. O fundo documental apresenta cartas dos

agentes que atuavam nos ofícios da administração e da justiça, além das missivas escritas por prisioneiros. Também será possível a análise das fontes do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APE-JE), devido à presença dos registros de oficiais da justiça no seu acervo. A partir dos questionamentos que permeiam o estudo, será possível preencher as lacunas que fazem parte da historiografia referente à capitania de Pernambuco, tendo em vista a escassez de pesquisas acerca do funcionamento das cadeias públicas. Além disso, será compreendido o papel que os espaços de encarceramento assumiram no processo de colonização, o qual foi marcado pela expansão de ideais do Antigo Regime, como a naturalização das hierarquias entre os indivíduos e a importância da justiça punitiva para a manutenção da ordem social.

CONFRATERNIDADE E PODER NO ULTRAMAR PORTUGUÊS: AS IRMANDADES DE SALVADOR DA BAHIA NO SÉCULO XVIII

Dra. Tânia Maria Pinto de Santana (UFRB)

A segunda metade do século XVIII foi um contexto marcado por transformações nas relações estabelecidas entre Estado e Igreja no Império português, com a adoção de uma política de caráter regalista pelo primeiro, assim como da ênfase no Padroado Régio sobre os territórios ultramarinos, associada a autoridade atribuída aos monarcas portugueses enquanto Grãos Mestres da Ordem de Cristo. Esta comunicação expõe os resultados de uma investigação sobre o impacto destas mudanças no funcionamento das irmandades de leigos da América Portuguesa, nas relações destas com o clero secular e na forma como vivenciaram esse catolicismo tão influenciado pela interpenetração entre o poder civil e o poder religioso. A abordagem partirá do exame de um recorte particular, centrado nas irmandades de leigos

que funcionaram na cidade do Salvador, na Bahia, especificamente na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia. As fontes desta investigação foram, prioritariamente, compromissos de irmandades, requerimentos, pareceres e provisões do Conselho Ultramarino, além da legislação civil e a eclesiástica.

SESSÃO 2: 06 DE NOVEMBRO (QUARTA-FEIRA)

O PAPEL DA QUARESMA NAS PRÁTICAS DA AMAZÔNIA COLONIAL – SÉCULO XVIII

Ma. **Sarah dos Santos Araújo** (UFAM – SEDUC / AM)

O estudo discute sobre o período da Quaresma, e como ele se tornou uma das pautas dentro das ações do bispo Bartolomeu do Pilar com a criação do bispado do Pará. Dentre as ações do clérigo, a Quaresma foi pontuada como elemento importante para a consolidação da vida cristã entre as populações locais. Tal análise torna-se interessante, na medida que a Quaresma é invocada como parte do calendário católico e da tradição a ser seguida pelos devotos, com: a confissão anual, procissões, Missa, além da memória aos quarenta dias de privação que Jesus Cristo passou no deserto. De modo que, ao observar como os religiosos do século XVIII atuaram para introduzir essa prática na vida das pessoas, principalmente indígenas, mas não apenas eles, demonstra como o disciplinamento imposto com a pastoral cristã, são elementos que entram em conflito com as dinâmicas da Amazônia Colonial. Assim como, com a criação do bispado e a exigência do bispo com esse ponto da vida cristã, permitem perceber como se deu a relação do religioso com os trabalhadores que iam ao Sertão à colheita de drogas. Estes, como católicos, e a serviço do rei, ainda deveriam respeitar esses preceitos, sem o qual, não cumpriam o que ditava ser

um “bom cristão”. A Quaresma, então, se tornou um elemento chave para a discussão aqui desenvolvida, por meio da leitura de fontes manuscritas do século XVIII, dentre as quais destacamos os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, a partir do qual foi compilada as informações dos padres e como lidavam com as questões espirituais e temporais. Problematizar essa atuação permite perceber como a relação com os distintos poderes na colônia, ampliam o repertório de especificidades que marcam as dinâmicas da Amazônia Colonial, e permitem entrever o cotidiano único daquele período.

O BISPADO DO MARANHÃO E A REFORMA DOS “MAUS COSTUMES”: INDÍGENAS E MESTIÇOS ENTRE AS DENÚNCIAS DO TRIBUNAL ECLESIAÍSTICO (1755-1765)

Ma. Maria Rosalina Bulcão Loureiro (UFMA)

A criação do bispado do Maranhão, em 30 de agosto de 1677, com jurisdição sobre um imenso território que reuniu as capitanias no Grão-Pará e Maranhão e se estendeu até o Ceará, representou uma mudança no processo de cristianização da Amazônia Colonial, pois o catolicismo, até então conhecido pela população, havia sido introduzido pelas ordens regulares. A importância das dioceses cresceu na Europa a partir da tentativa de reforma da Igreja que culminou no Concílio de Trento. Tais princípios, impostos inicialmente a cristandade europeia, chegaram até os indígenas da Amazônia Colonial. A vigilância e repressão aos “desvios morais”, segundo o catolicismo europeu, tais como amancebamentos, incestos, sevícias, alcouce, etc. deram-se através de uma organização jurídico-eclesiástica e diocesana, responsável por processar e julgar os “pecados públicos”: o Tribunal Episcopal ou Auditório Eclesiástico. Funcionando em todas as dioceses, embora sua documentação seja raríssima, a presença de um Tribunal eclesiástico destinado a reprimir e julgar as

transgressões realizadas pelos leigos, incluindo os indígenas, ainda é pouco conhecida. Uma das causas da pouca visibilidade do bispado do Maranhão ao projeto de cristianização dos indígenas se justifica pela construção de uma narrativa que legou às ordens regulares, especialmente os jesuítas, o protagonismo da ação evangelizadora, desconsiderando as ações perpetradas pelo clero secular junto às populações indígenas. A presente comunicação busca evidenciar a atuação do clero secular, a partir de dezessete denúncias contra indígenas e mestiços iniciadas no Tribunal Eclesiástico, no período de 1755 a 1765, bem como a “resposta” dos nativos ao processo de cristianização, possibilitando reconstruir os significados e experiências ainda pouco exploradas na Amazônia colonial.

O COMISSÁRIO DAS MERCÊS, PODER E SODOMIA NO GRÃO-PARÁ (1652-1658)

Mestrando **Adomiran Moreira de Araújo** (UFPA)

Este trabalho tem como objetivo, analisar o processo de sodomia contra Frei Lucas de Sousa, a partir da perspectiva das relações de poder exercidas pelo Frade mercedário na cidade de Belém do Grão-Pará, no Estado do Maranhão, na segunda metade do século XVII. Frei Lucas de Sousa chegou à Amazônia por volta de 1652, vindo de Portugal, para assumir o cargo de superior da Igreja das Mercês em Belém. O Frade desempenhou papel importante ao ser instituído no cargo de comissário das mercês, em um período pós-união ibérica, quando a Igreja ainda era dirigida por mercedários espanhóis. A chegada de Frei Lucas provocou conflitos entre os religiosos das Mercês, que resultou em uma petição à coroa portuguesa, para restituição do cargo de superior do convento. Ao assumir o cargo, Frei Lucas tornou sua cela no convento dos mercedários, em sua alcova de prazeres, o que escandalizou a sociedade paraense e vindo conhe-

cimento de pessoas de grande crédito na capitania do Gurupi e do Maranhão. A denúncia contra o Frade, demonstra como o mercadário utilizava de seu “status social” para alcançar seus objetivos sexuais. O principal cúmplice do Frade, foi Manuel Gonçalves, Oleiro da Igreja, que foi contratado por Lucas de Sousa, e confessou no Tribunal do Santo Ofício em Lisboa, detalhes da “amizade ilícita”, informando que antes de cometer o pecado nefando, foi persuadido. Outro denunciado foi o Oficial de Pedreiro, Felício Jorge, a quem o Frei oferecia “mimos”. Além dos relatos dos cúmplices do Frei, os processos, demonstram que o cargo ocupado pelo sodomita nesta sociedade estamental, possibilita misericórdia de seus pares e do Tribunal do Santo Ofício. As principais fontes utilizadas nesta pesquisa são os seguintes processos: proc. 6702, proc. 1465, proc. 10473 e o proc.135, disponíveis de forma online no site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Metodologicamente, o artigo tem como aporte a micro-história, reduzindo a escala de análise para os testemunhos registrados pela Inquisição, investigando as possíveis relações de poder exercidas por Frei Lucas de Sousa.

COROA, IGREJA E CONHECIMENTO NOS SERTÕES NA CAPITANIA PIAUÍ DO SÉCULO XVIII

Dra. Pedrina Nunes Araújo (UESPI)

Este trabalho tem como objetivo, discutir o processo de alternância administrativa portuguesa no território leste do Estado do Maranhão e Grão-Pará, quando em 1758, o rei D. José I, resolveu criar a Capitania do Piauí e a utilizar sujeitos com conhecimento científico para construir as vilas, delimitar as fronteiras, construir um conhecimento cartográfico da região, conhecer a natureza e a utilizar o bispado do Maranhão atrelado à lógica de Estado. Foi neste momento em que se deu um maior crescimento da malha

diocesana no Piauí e a expansão do catolicismo por aqueles sertões. No que concerne o novo cenário da Capitania, cabe destacar a articulação da Coroa ao utilizar a Diocese do Maranhão em prol dos planos de conquista portuguesa na região, ao mesmo tempo verificou-se intensos conflitos de jurisdição entre as autoridades eclesiásticas e seculares. A Coroa portuguesa durante o período pombalino começou a integrar uma lógica global de produção de conhecimento, em que esta lógica obteve uma influência direta na administração dos seus territórios coloniais. Dessa forma, é possível observarmos essa dinâmica global em um contexto local, quando foi criada a Capitania do Piauí. Entretanto, antes das reformas pombalinas, a importante participação dos bispos no processo de conquista e de construção do território colonial do Piauí foram fundamentais para a administração portuguesa. O exemplo mais evidente nesse processo foi a atuação de D. frei Manuel da Cruz, que construiu a maioria das freguesias do território, além de estabelecer um contato com as populações quando realizou visitas pastorais pelos sertões, coletando o máximo de informações acerca dos lugares por onde passava. Este exemplo demonstra como que a Igreja foi utilizada pela administração portuguesa para realizar esse tipo de trabalho antes mesmo da intensificação das reformas de Pombal. Porém, é sabido, que essa dinâmica se alterou quando Portugal resolveu entrar em uma rede global de produção da ciência e do conhecimento, e a construir um tipo de administração régia mais ilustrada. Este trabalho utilizou manuscritos como ofícios das autoridades seculares, o copiadador de cartas de D. frei Manuel da Cruz, e registros de visitas pastorais. A grande parte desta documentação se encontra nos acervos do Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, e do Arquivo Público do Maranhão – APEM.

O GOVERNO DA DIOCESE EM TEMPOS DE VACÂNCIA: CONFLITOS DE JURISDIÇÃO NO BISPADO DO MARANHÃO (1726-1732)

Dra. Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz (UFMA)

A escolha do vigário-geral era feita pelo bispo. A esse oficial competia toda a administração da justiça nos auditórios eclesiásticos. A raridade de acervos desses tribunais não permite observar a atuação dos vigários-gerais tão importantes para a Justiça Eclesiástica, especialmente no ultramar, onde as vacâncias nas dioceses eram comuns e muitos desses agentes acumularam as funções de provisores e governadores dos bispados. Na ausência do bispo, cabia ao Cabido diocesano a escolha do vigário-geral, mas a diocese do Maranhão não tinha Cabido confirmado pelo rei quando o bispo D. Fr. José Delgarte faleceu em 1724. Assim, o vigário-geral deveria ser provido diretamente pelo Arcebispado de Lisboa, já que as dioceses da Amazônia (Pará e Maranhão) eram suas sufragâneas. Isso as diferenciava dos demais bispados da América Portuguesa que eram submetidos ao Arcebispado da Bahia. Como Lisboa também estava com sede vacante em 1726, o Cabido de Lisboa foi responsável pela nomeação de Antonio Troiano, que veio do Pará para assumir o governo do bispado do Maranhão. A provisão enviada pelo “Cabido Sé Vacante de Lisboa Oriental” em 6 de abril de 1726 determinou que Antonio Troiano seria o vigário-geral, provisor e governador do bispado após a morte do bispo D. Fr. José Delgarte. O falecido bispo, mesmo sem ter conseguido confirmação de seus cônegos, tinha constituído um Cabido diocesano que passou a responder pela jurisdição ordinária na vacância episcopal desde sua morte. Esses clérigos reagiram à nomeação de Antonio Troiano como superior do eclesiástico maranhense pelo Cabido de Lisboa. A partir daí uma série de contendas se iniciaram e marcaram o período de atuação de Antonio Troiano no bispado do Maranhão. Em 1727, por exemplo, o padre José Gerales Meireles foi processado

no auditório eclesiástico por ordem do governador do Estado, João da Maya da Gama e do vigário-geral por negar a jurisdição de Antonio Troiano “querendo fazer crer que o Rmo. Dr. Provisor não tinha jurisdição por esta so competir ao Cabido desta Cidade que se achava já confirmado por Sua Magestade” (Arquivo Público do Estado do Maranhão, Justiça Eclesiástica, Autos e Feitos de Denúncia e Queixa, doc. 900, fl. sn). Esta comunicação objetiva discutir as dificuldades da administração eclesiástica em tempos de vacância, especialmente em dioceses que eram submetidas diretamente ao Patriarcado de Lisboa. Analisar-se-á processos do Auditório Eclesiástico que trataram das desobediências do clero maranhense, bem como a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino que permite acompanhar as discussões também na metrópole.”

CABIDO VERSUS GOVERNADOR: CONFLITOS EM TORNO DA NOMEAÇÃO DE CAPELÃES DE NAVIOS EM LUANDA NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XVII

Dra. **Ediana Ferreira Mendes** (UFOB)

Em 1686, o Cabido da Sé de São Paulo de Assunção de Angola deprecava ao rei contra a “opressão” do então governador Luís Lobo da Silva que, segundo os capitulares, queria “obrigar por força” o embarque de clérigos como capelães nos navios que saíam do porto de Luanda. A suposta tentativa de embarque forçado destes clérigos teria provocado, segundo o próprio cabido, a fuga destes “para os matos”. Se, por um lado, o governador queria cumprir a disposição régia que determinava que nenhuma embarcação navegasse sem capelão, por outro lado, o cabido criava estratégias para proteger o clero local e forçar o arbitramento de uma cômgrua “justa” aos capelães. Esta comunicação pretende, a partir da análise deste caso, examinar as relações de força entre os poderes civis e eclesiásticos em Luanda durante a vacância da

diocese, quando o clero local, com a ausência da autoridade diocesana, conseguia impor mais livremente suas agendas. No pano de fundo, a comunicação irá refletir acerca de um problema que atingia os dois lados do Atlântico, a falta de sujeitos capazes para o atendimento dos navios mercantes, responsáveis pela assistência espiritual da população do navio e o impacto nas dinâmicas locais.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 17

HISTÓRIA E PROPRIEDADES: DIREITOS DE ACESSO À TERRA NA AMÉRICA PORTUGUESA E ESPANHOLA

Coordenadores: Dra. **Marina Monteiro Machado** (UERJ) e Dr. **Leonardo Cândido Rolim** (UERN).

Local: Sala 2013 do NSA - Bloco C - Ufopa/Campus Tapajós

O presente Simpósio Temático propõe-se a discutir os diferentes regimes jurídicos relativos à terra na América portuguesa e espanhola no período colonial. Objetiva-se investigar a história social das propriedades, nesses espaços, reconhecendo que a terra, no período moderno, era um bem cujos direitos fincavam-se em uma hierarquia complexa, que não se resumia a uma única e linear explicação. Recentemente, o conceito de propriedade como uma relação social tem sido destacado, levando-se em consideração uma maior fluidez do tema envolvendo diversos agentes e suas respectivas noções de direitos. Deve-se deslindar, portanto, as diferentes práticas agrárias e de posses e avaliar o impacto da lógica de mercado e do capitalismo agrário, olhando se sempre para o acesso à terra e para o seu regime jurídico. Impõe-se, ainda, a necessidade de se pensar como a análise de disputas por terras em um território pode ajudar a refletir sobre a história, a luta

e a dinâmica de resistências e negociação de lavradores pobres. Esta proposta está ancorada em um debate sobre o processo da ocupação territorial do Império Português do período colonial, observado em perspectiva comparada. Embora a terra e a ocupação física do território tenham assumido diferentes significados consoante os diversos domínios ultramarinos e as diversas cronologias, o certo é que esta foi, para o conjunto do Império português e espanhol moderno, uma questão central.

SESSÃO I: 06 DE NOVEMBRO (QUARTA-FEIRA)

O PROCESSO DE (RE)TERRITORIALIZAÇÃO E ESTABELECIMENTO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE (DO NORTE) (1597 - 1633)

Mestrando **Marcelo Igor de Araújo Oliveira** (UnB)

Nesta comunicação será apresentado os resultados iniciais do projeto de pesquisa de mestrado intitulado “A Jornada do Rio Grande: o processo de territorialização da Capitania do Rio Grande (1597 - 1633)”, recém aprovado pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade de Brasília (UnB). “A Jornada do Rio Grande” foi a denominação pela qual os portugueses se referiam ao processo de conquista da Capitania Régia do Rio Grande (do Norte), na documentação do período. Compreende-se que esse processo culminou na modificação do espaço dos povos originários e formou um novo território, a partir de aparatos coloniais de expropriação de terras indígenas, como as sesmarias, e de deslocamento, como nos alvarás que instituíram os aldeamentos. Portanto, este projeto pretende analisar esses processos, de conquista e (re)territorialização, por meio de um georreferenciamento das sesmarias e aldeamentos do período,

bem como um estudo prosopográfico acerca dos diferentes agentes envolvidos nas distribuições dessas terras. Para esse último método citado, a pesquisa contará com fontes documentais distintas das sesmarias, que nos indicam o perfil e trajetória dos principais posseiros de terra. Até o momento, foi consultado o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), para analisar cartas e requerimentos de capitães-mor acerca da administração do território, que citam indivíduos presentes na documentação sesmarial, e cartas de viajantes acerca do território, tanto de representantes neerlandês quanto de portugueses.

TRABALHO, TERRA E TRANSAÇÕES NOS ANDES CENTRAIS: CONSIDERAÇÕES ACERCA DE TESTAMENTOS DE INDÍGENAS, SÉCULO XVIII

Dr. Alexandre Belmonte (UERJ) e

Dr. Henrique Espada Lima (UFSC)

Nos estudos sobre a América Latina, a importância dos protocolos notariais e outros documentos judiciais é demonstrada nos muitos estudos que se voltaram para a compreensão das dinâmicas sociais no período colonial, permitindo discutir - entre muitas outras coisas - os modos pelos quais as populações subalternas foram capazes de utilizar-se dessas práticas e instrumentos jurídicos para os seus próprios propósitos. Esta apresentação se propõe a contribuir com esses estudos, discutindo com atenção registros de testamentos e últimas vontades de homens e mulheres mestiços e indígenas das Audiências de Lima e Charcas (atuais Peru e Bolívia) na segunda metade do século XVIII. Utilizando documentação proveniente do Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia e do Archivo Histórico de Potosí, procuraremos discutir práticas de economia de crédito, o contraste entre a rigidez e aparente simplicidade dos elementos “protocolares” sistematizados nos documentos e a com-

plexidade e imprevisibilidade dos arranjos de trabalho, propriedade e usos da terra, refletindo a intrincada rede de relações sociais (étnicas, laborais, de gênero etc.) numa sociedade onde coexistiam diversas formas de servidão e trabalho, tanto tradicionais quanto introduzidas e adaptadas pela colonização. Uma das dimensões que exploraremos é o impacto das práticas jurídicas “ilustradas” que marcaram as transformações do direito no século XVIII e sua possível apropriação pelos pobres. Nesse contexto, que quase sempre envolvia o jurídico e o religioso, padres, advogados e albaceas desempenham papéis centrais após a morte do testador. Observa-se que mulheres indígenas assumiam muitas vezes a função de executoras testamentárias, sem que o testador, geralmente o marido, indicasse exatamente quais negociações deveriam empreender uma vez viúvas. Algumas mulheres indígenas herdavam ferramentas, sementes e rebanhos, mas não herdavam terras. A tensão existente na questão da posse de terras por indígenas aparece nas muitas indefinições e reticências nas cláusulas de testamentos e codicilos. Com este estudo, buscamos compreender melhor as estratégias de sobrevivência e resistência de elementos considerados subalternos frente às complexas relações sociais e econômicas da época.

“AQUÉM O GENTIO CHAMA CARIU EM QUAL PLANTA SUAS LAVORAS”: TERRITORIALIDADE DO POVO KARIÚ NO CARIRI CEARENSE NO PERÍODO SETECENTISTA

Doutoranda **Maria Ivanda da Silva** (UFC)

A presente pesquisa busca analisar primeiramente o território denominado Kariri, anteriormente ocupado pelo povo Kariú, que passou por algumas disputas, tanto entre indígenas como contra o colonizador/invasor. Pretendo desenvolver uma análise acerca dos deslocamentos do povo Kariú dentro do campo da História Social da Propriedade, dado que as terras anteriormente utilizadas em coletivo para lavoura e

bem viver pelo povo Kariú transformaram-se em mercadoria para sustentar o capitalismo agrário e o processo de colonização dos sertões. O objeto de pesquisa desse estudo atravessa o povo Kariú (que de fato, deve ser categorizado para melhor compreensão da pesquisa) mas tem como enfoque as relações, deslocamentos e conflitos acerca no território. Sabe-se que o silenciamento dos povos tradicionais em nossa historiografia é um processo histórico em andamento desde a invasão à Pindorama. E como resposta a esse silenciamento, existe a necessidade de ocupar os espaços daqueles que foram “esquecidos”. Faz-se necessário a escrita que aborde o sujeito histórico por um viés anticolonial. Essa pesquisa tem como objetivos: Mapear Itapebussu, território sagrado, (correspondente a região do Cariri Cearense) para os indígenas Kariús, além de investigar os processos migratórios do povo Kariú, para assim compreender a territorialidade em que os Kariús estavam localizados considerando as causas e consequências desses deslocamentos. Algumas das fontes utilizadas para o desenvolvimento dessa pesquisa são Cartas que fazem parte do Arquivo Histórico Ultramarino, Data de sesmarias, Petições, Documentos do Revista do Instituto do Ceará, entre outros. Trata-se de uma pesquisa exploratória, em que haverá o entrecruzamento das fontes para formulação da pesquisa.

**SESMARIAS DO RIO DE JANEIRO: RECURSOS
DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL APLICADOS À ANÁLISE DE FONTES
DA HISTÓRIA DAS PROPRIEDADES E DOS
DIREITOS DE ACESSO**

Me. **Claudio Miranda Correa** (UERJ)

A proposta de comunicação ora apresentada se insere na senda entre a história rural, as humanidades digitais e a arquivística. A partir do levantamento, catalogação e digitalização das Cartas de Concessão

de Sesmarias na capitânia/província do Rio de Janeiro, no âmbito do projeto “Rede SILB (Sesmaria do Império Luso-Brasileiro)”, realizaram-se os primeiros testes para a implementação de recursos digitais de reconhecimento e transcrição automática de textos manuscritos. Essa experiência inicial, da pesquisa mediada por tecnologia da informação e inteligência artificial, especificamente pela plataforma Transkribus, é o objetivo de nossa proposta de discussão. O mecanismo tem sido bastante utilizado por pesquisadores de séries documentais extensas e, principalmente, nas quais tipologias textuais comuns e, por vezes, repetitivas, como documentos cartoriais, formam um conjunto a ser analisado. As etapas do trabalho podem ser divididas em quatro. Primeiro, o treinamento do sistema de inteligência artificial para reconhecer o formato das letras e caligrafia que serão alvo de leitura. Segundo, a realização de uma revisão sistemática, corrigindo erros e auferindo a “taxa de erro de caracteres”, obtendo dados acerca da capacidade de leitura do modelo. Terceiro, alcançando-se uma taxa de erro aceitável, determinada pela equipe do projeto, realizando a execução da leitura e transcrição automática dos documentos. Por fim, realizando nova revisão, a fim de corrigir tanto o produto da transcrição quanto realimentar e treinar a inteligência artificial. Assim, considerando o universo estimado de cerca de dois mil documentos, acredita-se que o compartilhamento da experiência de pesquisa e de utilização da metodologia com outros pesquisadores possa estimular seus usos e fomentar debates teóricos e metodológicos fundamentais para o avanço das ciências humanas, em particular, e para um público não-especialista, interessado no debate sobre a questão da terra no Brasil.

ENTRE SOMBRAS DEMOCRÁTICAS: A CONCESSÃO DE TERRAS E O PRINCÍPIO DE OBEDIÊNCIA EM TEMPOS REVOLUCIONÁRIOS (1795-1808)

Dra. Nívia da Conceição Pombo (UERJ)

A década de 1790 e o início do século XIX podem ser considerados um rico laboratório de ideias sobre os princípios revolucionários e a conservação dos impérios atlânticos da Época Moderna. Podemos identificar uma comunidade de falantes heterogênea, tal como sugere John Pocock, irmanada pelo imperativo de oferecer respostas ao conjunto de tensões políticas e geopolíticas enfrentadas pelos sistemas monárquicos europeus e seus territórios coloniais. Os governadores da América portuguesa tornaram-se, nessa conjuntura, vozes privilegiadas nesse debate por se encontrarem em um espaço de confluência das inquietações dos poderes central, local e global. Para demonstrar tal assertiva, propomos para esta comunicação conferir atenção ao tema da distribuição de terras nas distintas capitânicas sob domínio luso. Sobre o tema, os governadores foram convocados pela Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos a apresentarem suas reflexões sobre o conflituoso mecanismo de doação de terras nas capitânicas luso-americanas – as sesmarias. Entre 1797 e 1808, o poder central recebeu um conjunto de diagnósticos que, unidos, nos permitem enxergar, com cores vívidas, a disputa, envolvendo a Coroa e os potentados locais, pelo controle das concessões das glebas. Detalhados, os textos escritos pelos governadores colocam-se como raros testemunhos das mudanças em curso: o novo entendimento do conceito de propriedade à luz do liberalismo; a posse dos territórios em tempos de revolução na Europa e nas Américas; e a relação entre o ócio e a ausência de uma política de concessão de terras aos desvalidos, como indígenas, colonos pobres, entre outras categorias da sociedade colonial. Juntas, tais transformações colocavam-se como um barril de pólvora

para as sedições e conflitos, que na voz de um desses agentes régios significava colocar a colônia em “sombras democráticas” e em xeque a soberania portuguesa na América.

A CONCESSÃO DE SESMARIAS COMO UM DOS EIXOS DA POLÍTICA JOANINA NO RIO DE JANEIRO (1808-1812)

Doutora **Marieta Pinheiro de Carvalho** (UERJ)

Tão logo a corte portuguesa se transmigrou para o Rio de Janeiro em 1808, uma das ações iniciais do príncipe regente foi a retomada da política de concessão e confirmação sesmarias. O exame da correspondência administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil com as mais diversas instituições, durante os quatro anos iniciais da presença do príncipe na América, é bem revelador de como a temática da terra foi uma das pautas mais discutidas nesse período. Ao longo da comunicação serão analisadas as ações desenvolvidas pelo governo do príncipe d. João no que se refere a concessão de sesmarias, de modo a perceber que a doação de terras não ocorreu de forma aleatória; integrou-se a outros eixos da política joanina, e desse modo, deve ser percebida como parte de uma ação maior que se associava ao desenvolvimento das mais diversas regiões do território português na América, via incentivo agrícola. Essa política era essencial para as relações que o príncipe precisava estabelecer com os seus vassalos desse continente.

DESEMBARGADORES E OUVIDORES COMO SESMEIROS. UMA PROSPECÇÃO EXPLORATÓRIA.

Dr. Nuno Miguel de Moraes Pestana Tarouca Camarinhas
(UFRN)

O presente trabalho pretende analisar a aquisição de direitos de acesso a terras, na época moderna, por parte de um grupo social específico: os magistrados letrados. As razões da escolha deste grupo prendem-se com: a centralidade que ocupa nas dinâmicas administrativas e de poder naquele período; a posição que terá ocupado na formação de elites coloniais; a particularidade de o seu estatuto prever uma incompatibilidade explícita ou tácita com a criação de laços de interesses com o território da sua jurisdição; a procura de esclarecer algumas estratégias adotadas por indivíduos deste grupo social ao abandonarem a carreira das letras. O trabalho será o resultado de uma pesquisa em curso e ainda numa fase inicial. Esta pesquisa recorre a dois importantes conjuntos de dados: a informação de carácter biográfico sobre magistrados letrados que construímos no nosso doutorado; a Plataforma SILB e a sua recolha de documentação relativa às sesmarias na América Portuguesa. Através de uma consulta cruzada destes dois bancos de dados, o texto procura identificar exemplos de obtenção de direitos de propriedade sobre terras em contexto colonial por agentes da administração da justiça régia. Procurar-se-á entender em que momento dos seus percursos individuais esses processos ocorrem e, caso a documentação o permita, verificar se a posse de terra por ministros letrados foi objeto de controvérsia e que tipo de argumentação foi mobilizada pelo candidato a sesmeiro e/ou pelas autoridades responsáveis pela produção de pareceres. Desta forma procuraremos dar resposta a duas questões: se e como um grupo social dotado de capital simbólico recorre à instituição da sesmaria para garantir uma solidificação da sua posição como terratenente na colónia; de que forma as autoridades atuaram sobre esse tipo de ações e que argumentos foram mobilizados.

OS VÁRIOS TERREMOTOS DE LISBOA: ESTUDO DE IMPRESSOS IBÉRICOS SOBRE O TERREMOTO DE 1755 A PARTIR DA PERSPECTIVA DE BANCO DE DADOS

Doutorando **Ramon Gustavo Becker** (PPGHIS / UnB - CNPq)

A presente comunicação tem como tema a análise de produções escritas sobre o Terremoto de Lisboa de 1755, publicadas nas duas décadas após o acontecido. Dada a magnitude da destruição material, o impacto simbólico e ontológico do ocorrido, a catástrofe tornou-se um tema em voga na produção literária ibérica nos anos subsequentes à 1755. O resultado foi um grande número de escritos sobre sismo, que em suma, buscavam responder aos clamores populares por explicações e significados para a tragédia. Por outro lado, as formas que o terremoto foi abordado nestas publicações e os discursos empregados para responder aos questionamentos populares são diversos e variam conforme o contexto e temporalidade. Busca-se compreender o processo de se escrever e publicar sobre o terremoto, bem como as diferentes visões sobre a catástrofe apresentadas nesses textos, com enfoque na análise de impressos ibéricos sobre o tema entre os anos de 1755 e 1775. A tipologia dos escritos que compõe o conjunto documental é diversa, podendo ser encontrados desde folhetos até livros completos. Os gêneros textuais presentes nestas publicações também variam, estando presentes relatos, testemunhos, cartas públicas, sermões, poemas, tratados de filosofia natural, entre outros. Para analisar estas produções, os documentos foram catalogados e organizados em um banco de dados relacional, que contém informações sobre a materialidade e produção destas obras, bem como conteúdos e enunciados que as compõe. A partir da utilização desta metodologia, a atual pesquisa busca perceber elementos variantes e constantes dentro das publicações sobre o terremoto, assim como, a maneira com que estes se relacionam com seu contexto de produção. Dessa forma, observa-se como a produção literária sobre o tema foi desenvolvida no cenário pós-catástrofe.

SOBRE A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DO PERÍODO COLONIAL: NOTAS DE PESQUISA E ELEMENTOS QUANTITATIVOS (2001-2020)

Dr. Jonas Wilson Pegoraro (UnB)

Resumo: A comunicação visa examinar, por meio de levantamento estatístico realizado com 76 revistas nacionais, o panorama das publicações (artigos científicos) voltadas ao período colonial brasileiro presentes em diferentes revistas nacionais durante o período de 2001-2020. Foram contabilizados mais de 19.700 artigos publicados nas revistas desde 2001. Destes, 2.508 fazem parte do escopo da análise. Foram examinados, a partir do esquadramento dos artigos, os/as autores/as que publicaram estudos sobre o período colonial, a temática das pesquisas, a titulação dos mesmos à época da publicação, os programas de pós-graduação que frequentavam e seus orientadores/as (cruzamento feito com informações presentes na Plataforma Lattes). Ademais, com o intuito de observar mudanças historiográficas, foram investigadas as referências bibliográficas utilizadas nos artigos, nas quais foi possível identificar os/as autores/as mais utilizados, livros mais citados e outra gama de variáveis a respeito da bibliografia utilizada pelos/as autores/as dos artigos, nos auxiliam na reflexão da produção historiográfica nacional, possibilitando identificar, por meio de recursos quantitativos, elementos qualitativos de grandes transformações de conceitos e referenciais ao longo do início do século XXI.

A CANA-DE-AÇÚCAR EM MINAS GERAIS E SÃO PAULO - CONEXÕES PRODUTIVAS E COMERCIAIS ATRAVÉS DOS MAPAS DIGITAIS - 1695-1822

Mestrando Carlos Fraterno Afonso de Moraes (Unesp)

O abastecimento interno do centro-sul desenvolvido no século XVIII, principalmente em decorrência da mineração, fomentou a produção

da cana-de-açúcar para o consumo interno, majoritariamente em forma de rapadura e aguardente. No entanto, apesar da grande demanda a esse produtos na capitania de Minas Gerais, a posse de engenhos foi controlada para não disputar com a atividade mineradora. As medidas tomadas para desencorajar o plantio e processamento da cana variaram a depender de decisões da coroa e dos governadores e em momentos engenhos foram demolidos. Mesmo assim, a produção se desenvolveu na capitania, tendo volumes significativos de exportações e importações de outras capitanias que consolidou os negócios da cana-de-açúcar como parte importante do comércio interno de molhados. A capitania de São Paulo participa dessa produção motivada para além do comércio ultramarino, no intuito de negociar com a região mineradora. Com ótica para o período desde o início da mineração até a independência, o objetivo dessa pesquisa é compreender a forma em que os subprodutos da cana-de-açúcar (aguardente, rapadura, melaço, açúcar e doces) se fizeram presentes no centro sul por meio da espacialização da sua produção e comercialização. Para isso, o uso dos mapas digitais elaborados através de fontes no arquivo histórico ultramarino, no acervo da casa dos contos, mapas populacionais e fontes cartográfica torna possível demonstrar a complexa articulação comercial entre as capitanias de Minas Gerais e São Paulo e através da análise desses mapas digitais as dinâmicas desse sistema comercial. O uso do mapeamento digital permite uma ampliação de escopo da análise, principalmente por demonstrar a importância do espaço dentro das relações comerciais e produtivas. Nesse sentido, a pesquisa discute as relações de espaço e dentro da produção, comercialização e consumo dos subprodutos da cana-de-açúcar nas capitanias São Paulo e Minas Gerais e seu desenvolvimento durante o século XVIII.



BANNERS



DIA 06 DE NOVEMBRO, ÀS 18H

**UMA CIDADE, DOIS NORTES: A AMBIGUIDADE DE
MAZAGANISTAS QUE ATRAVESSARAM O ATLÂNTICO
(1769-1778)**

Graduando **Allan William Lebrege da Costa** (UFPA – PIBIC)

Mazagão. Duas mil vidas compuseram este nome no século XVIII. Vidas deslocadas de uma praça-forte homônima no norte da África, atual Marrocos, para outro norte: o Grão-Pará, com o intuito de ocupação territorial do Cabo do Norte. Assim, com a criação da vila Nova de Mazagão, trouxeram consigo suas vivências e formas de sobreviver socialmente, introduzindo-as no Vale Amazônico, que se apresentou como um território desconhecido e desafiador. A presente pesquisa se insere em uma tentativa de contribuição para o atual cenário dos estudos populacionais sobre a Amazônia Colonial, na medida em que se observam lacunas na historiografia brasileira no decorrer dos anos sobre tal temática, e ressaltam-se as composições e especificidades demográficas da vila de Nova Mazagão na capitania do Grão-Pará. Portanto, o objetivo desta pesquisa é comparar o perfil demográfico e econômico da fortaleza de Mazagão em 1769 e da vila de Nova Mazagão em 1778, visto que o projeto de rizicultura implantado por Portugal exigiu uma forma de trabalho que os moradores de Mazagão, provenientes de uma cultura militar na antiga fortaleza, desenvolveram para sobreviver no novo assentamento, assim como a inserção destes povoadores na Amazônia modificou a dinâmica populacional do Grão-Pará. Na pesquisa são utilizadas listas que relacionam os mazaganistas por famílias com suas situações econômicas descritas, produzidas na evacuação da praça-forte, no aguardo da transferência para vila nova e no recenseamento na Nova Mazagão. Todas as relações encontram-se disponíveis nos acervos digitais do Arquivo Histórico Ultramarino e

BANNERS

do Projeto Resgate. A metodologia utilizada dirige-se para a análise de indicadores populacionais da Velha Mazagão e da vila Nova de Mazagão, avançando para um quadro de domicílios, perfil e quantidade de habitantes, possibilitando um viés comparativo, valorizando o uso de informações populacionais e inserindo na investigação a qualidade cultural e social que as fontes demográficas dispõem.

TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO DE ÉVORA E AS PRÁTICAS MÁGICO-RELIGIOSAS NO SÉCULO XVI: PROCESSO INQUISITORIAL DA ACUSADA INÊS RODRIGUES CASTELA

Graduanda **Anna Francisca de Sousa Marques**
(Unifesspa – PIBIC)

BANNERS

O período da Inquisição portuguesa marcou uma época de intensa vigilância religiosa e social, onde indivíduos eram acusados de heresia e práticas consideradas desviantes eram punidas severamente. Dentro deste contexto, destacam-se, por exemplo, os casos majoritariamente de mulheres acusadas de bruxaria e feitiçaria, cujas histórias revelam não apenas a perseguição religiosa, mas também as dinâmicas de poder de gênero da sociedade da época. Neste trabalho, buscamos investigar o processo inquisitorial de Inês Rodrigues Castela, processo iniciado em 1551, cuja trajetória no Tribunal do Santo Ofício de Évora oferece informações sobre as interseções entre feitiçaria e relações de gênero e de como a sua jornada indica a construção da sua identidade de feiticeira. É fundamentado a ideia de gênero para entender as estruturas de dominação influenciados por uma heteronormatividade predominante da época e de como a representatividade da feminilidade está relacionada com a figura do Diabo. A justificativa central deste projeto baseia-se não apenas questionar a conexão entre a sexualidade dessas mulheres e as práticas e crenças associadas à feitiçaria/bruxaria, mas também examinar

como elas desenvolveram e experimentaram suas próprias sexualidades durante a Modernidade, mesmo dentro das normas sociais dominantes. A proposta se justifica pela importância de aprofundar a compreensão sobre a formação dessas sexualidades e cooperar para redefinição das pesquisas interessadas em discutir essas temáticas.

O PIBID E A INSERÇÃO À DOCÊNCIA: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS EM ESCOLAS PÚBLICAS DE SANTARÉM, PARÁ

Graduanda **Ana Carolina Rente Leão** (Ufopa)

Graduando **Felipe Carvalho de Lima** (Ufopa)

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão a partir das experiências obtidas por meio do Programa de Iniciação à Docência, através da inserção em escolas públicas de ensino fundamental e médio; Escola Municipal São Francisco de Assis e Escola Estadual Álvaro Adolfo da Silveira, situadas no município de Santarém (PA). Destaca-se o PIBID, sendo este um programa significativo que oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos de licenciatura, objetivando proporcionar uma “aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas” (CAPES, 2020). O programa possibilita ao licenciando uma visão ampliada sobre a complexa realidade a partir rotina da escolar, implicando na reflexão sobre o contexto social em que a escola e os discentes do ensino médio estão inseridos e na formação crítica e proativa dos licenciados. Caimi (2006, p. 16) é enfática ao afirmar: “quando se transita pelas escolas, no acompanhamento de estágios ou na realização de pesquisas, muitos dados vão emergindo.”; e a partir disso, compreende-se tamanha importância ao realizar estágios durante a formação. Além disso, acompanhar a rotina escolar possibilita registrar a realidade não documentada. (ROC-

KEWELL & ESPELETA, 2007). Apreende-se registrar a valorização do processo de aprendizagem mediante a construção do pensamento crítico, contatando com a prática através de metodologias de ensino diversificadas, voltadas principalmente a cultura local, que levam os estudantes a refletir e problematizar a realidade vivenciada em sala de aula e outros espaços. Durante o programa foi possível aplicar com os alunos das escolas públicas em Santarém, atividades voltadas à execução de habilidades que valorizam o desenvolvimento da capacidade de pensar historicamente a partir do contato com fontes históricas, dando ênfase a forma como a sociedade se transforma no tempo e no espaço. As atividades desenvolvidas nas escolas, como por exemplo, a visita ao Centro Cultural João Fona, espaço que constitui a história local, realizada com os alunos da Escola Municipal São Francisco de Assis, contribui para a formação dos estudantes orientando na vida prática cotidiana no enfrentamento às suas contingências, formando, primordialmente, um conhecimento de si e dos outros. Assim, evidencia-se a importância do PIBID na formação de licenciandos e alunos da rede pública de ensino.

AS PETIÇÕES E A ATUAÇÃO POLÍTICA INDÍGENA NA BAHIA: A LUTA TERRITORIAL DOS ARAMARIZES DE SACO DOS TAPUIOS ENTRE 1812 E 1823

Graduanda **Barbara Nayandra S. C. Farias**
(UNEB – Campus II)

A luta pela terra sempre esteve no cerne da questão indígena brasileira. Seguir deslegitimando a participação histórica dos povos originários na busca pela demarcação de seus territórios mune o retrocesso criminoso que está em curso no país, negando o direito a terras tradicionalmente ocupadas por grupos indígenas de todo o Brasil, incluindo no estado da Bahia. A história dos povos originários brasileiros está

em curso e a reescrita honesta de suas trajetórias fortalece a disputa de memórias no sentido de deslindar sua prática política ao longo dos processos de formação do Estado brasileiro, além de comprovar factualmente que sua luta já tem durado várias gerações. A aldeia Saco dos Tapuias esteve localizada onde hoje se situa a cidade de Aramarí e o distrito quilombola Olhos D'Água – tendo integrado a antiga Vila do Inhambupe de Cima, parte da Comarca de Água Fria. A povoação era ocupada por indígenas da etnia kiriri que serviram ao Exército Libertador durante as Guerras de Independência na Bahia. Investigar as transcrições paleográficas de petições como canais representativos permite desconstruir imprecisões discursivas sustentadoras da noção de que os povos originários teriam permanecido resignados frente a toda opressão a que sobreviveram, passivos e destituídos de meios reivindicativos e de enfrentamento estratégico durante todo o processo formativo da nação brasileira. O ímpeto de compreender como os Aramarizes se apropriaram do vocabulário jurídico e das ações peticionárias como instrumentos levantou questionamentos referentes ao acesso que tinham ao direito público, à organização de seus espaços de discussão coletiva e principalmente, ao modo como traçaram as estratégias jurídicas através das quais manifestaram suas solicitações e interesses Parte superior do formulário

VIDA MATERIAL E PATRIMÔNIO NA VILA DE VIANA (MARANHÃO, 1767-1788)

Graduando **Brian Gomes Cardoso Aracati** (UFPA - PIVIC)

A vila de Viana, atual município de mesmo nome, no Maranhão, possui sua origem na aldeia jesuítica de Maracu, até ser erigida à categoria de vila em 1757, sob o contexto administrativo do Marquês de Pombal e das mudanças socioeconômicas experimentadas pela capitania do Maranhão sob o ministério pombalino, destacando-se a expansão

da produção agroexportadora de algodão e arroz. Nesse sentido, a presente pesquisa possui o objetivo de analisar e compreender a cultura material e o patrimônio dos indivíduos detentores de bens na vila de Viana no período de 1767 a 1788, amparada na necessidade de se visualizar os possíveis efeitos das políticas macroeconômicas de Pombal no âmbito da vida material e cotidiana dos moradores locais, a partir da experiência histórica da vila de Viana. Para isso, utilizou-se um *corpus* documental composto por inventários *post-mortem* – produzidos na vila durante o recorte temporal exposto –, cartas de sesmaria e registros de compra e venda de propriedades. Analisados sob o método onomástico proposto por Carlo Ginzburg, no qual o nome desempenha papel de guia em outras fontes, este conjunto documental permite a constituição de um tecido social acerca da vida material e do patrimônio dos indivíduos possuidores de bens na vila de Viana, permitindo, além disso, a localização de seus papéis sociais nas dinâmicas socioeconômicas vivenciadas pela capitania do Maranhão na segunda metade do século XVIII.

MULHER INDÍGENA NA AMAZÔNIA COLONIAL: E A COLONIZAÇÃO RELIGIOSA NOS ALDEAMENTOS

Graduanda **Carla Ferreira Lopes do Nascimento**

(UFPA / Ananindeua)

Graduando **Narciso Pereira de Alencar**

(UFPA / Ananindeua)

Esta pesquisa destaca as perspectivas de mulheres indígenas no interior dos aldeamentos jesuíticos, partindo da concepção moral de missionários. As fontes de investigação foram documentos coloniais que relatam mulheres e colagens produzidas a partir do estudo feito. A pesquisa aborda temas como a imposição da religiosidade cristã. Diante desse contexto, foi desenvolvida uma colagem com o tema “Mu-

lheres Indígenas e a resistência à colonização religiosa”, que integra a exposição “Mulheres na Amazônia Colonial”. Nas missões Amazônicas, a sexualidade das indígenas causava desconforto, consideradas potencialmente perigosas devido ao hábito de andarem nuas, por esse motivo deveriam ser evitadas pelos religiosos. Muitas dessas mulheres idosas, mesmo morando nos aldeamentos, resistiram à doutrinação, se impondo com veemência. O objetivo da pesquisa é analisar colagens como atividade para o ensino de história, com destaque para o período colonial, e como os estudantes expressam sua compreensão sobre a presença feminina na Amazônia.

ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DA OBRA “HISTÓRIA DE ÓBIDOS”, DE ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

Graduando **Cleberson Fonseca Silva** (Ufopa / Óbidos)

Graduando **Celson da Silva Rodrigues** (Ufopa / Óbidos)

Este trabalho consiste em uma análise historiográfica da obra “História de Óbidos”, escrita por Arthur Cezar Ferreira Reis. A justificativa reside na importância de compreender a produção historiográfica sobre municípios brasileiros, em especial Óbidos, cidade do estado do Pará. O objetivo principal é examinar como o autor aborda a história local, investigando seus métodos e interpretações. As fontes de pesquisa incluem a própria obra de Reis, bem como documentos históricos disponíveis em sites oficiais, artigos e teses acadêmicas de historiadores especialistas. A metodologia adotada consiste em uma análise crítica do texto, considerando o contexto histórico em que foi escrito, as fontes utilizadas e as interpretações do autor. Além disso, serão utilizadas técnicas de pesquisa bibliográfica e documental para contextualizar a obra dentro do campo da historiografia brasileira.

OS AZULEJOS LUSITANOS DE SANTARÉM-PA: AZULEJARIA HISTÓRICA DE FACHADA

Graduanda **Clara Ariete Mendonça Costa** (Ufopa)

A presente comunicação em formato de banner é resultado do trabalho de monografia intitulado “Azulejaria Portuguesa em Santarém do Pará: Inventário e Diagnóstico da Azulejaria Histórica de Fachada dos Casarões Localizados no Centro Histórico” defendida no ano de 2019, para obtenção do título de Bacharela em Arqueologia. A pesquisa se desenvolveu mediante a escolha de 4 objetos de pesquisa: Casarão Azulejado, Solar dos Campos, Casa do Cartório e Solar do Barão de São Nicolau, ambos são casarões e solares históricos ornamentados com azulejos históricos portugueses. Esta pesquisa pioneira possui como justificativa a ausência de estudos focados na azulejaria histórica de fachada da cidade de Santarém, com ênfase nas áreas da Arqueologia Histórica e nos Estudos Patrimoniais relacionados com a Conservação e o Restauro desses bens arquitetônicos. A pesquisa teve como metodologias: levantamentos bibliográficos, análises in situ, análises fotográficas, análises iconográficas e análises de danos. Sendo os trabalhos de Aguiar, I. (2018) “Guia de Inventários de Azulejo In – Situ”; Alcântara, D. M. S. (2016). “Azulejaria em Belém do Pará: inventário – arquitetura civil e religiosa – século XVIII ao XX”, Arruda, L. (1998). “Programa Caminho do Oriente: Guia do Azulejo”, Museu Republicano “Convenção de Itu”, 2012 e .Couto, E. M. (2013). “Casarões históricos de Santarém: estudo sobre os sobrados e prédios históricos e sua significação dentro da área central da cidade de Santarém”; algumas das fontes primordiais para a realização desta monografia. Nesse sentido esta comunicação em formato de banner possui como objetivos compartilhar e divulgar os resultados obtidos, contribuindo com uma pequena parte da história do período colonial de Santarém.

O ENSINO DE HISTÓRIA NO BAIXO AMAZONAS: UM RELATO SOBRE A RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO DO NOVO ENSINO MÉDIO EM SANTARÉM/PA

Graduada **Clara Raíssa Nascimento de Aguiar**
(SEMED/Óbidos - Programa de Residência Pedagógica/CAPES/Ufopa)

As experiências proporcionadas por meio da Residência Pedagógica permitem um diálogo estreito entre as escolas básicas e a Universidade, além de contribuírem para a formação docente e para o fomento da produção de saberes na área da didática (GARCIA, 2012). Nesse sentido, é possível apontar o papel essencial da formação continuada e da inserção do professor da educação básica enquanto um sujeito ativo na produção de pesquisa no espaço das universidades. A realização da Residência Pedagógica em uma escola de ensino médio proporcionou a observação de diversos fenômenos e particularidades, já que a implementação gradual do Novo Ensino Médio nas escolas brasileiras, em especial nas escolas públicas, ocasionou uma série de mudanças nos ambientes escolares (CÁSSIO; GOULART, 2022), gerando alterações nas grades curriculares ofertadas e nos conteúdos trabalhados, afetando diversos campos de ensino, inclusive o da História. Por meio das atividades desenvolvidas durante a Residência Pedagógica em uma escola estadual em Santarém, foi possível notar os impactos de tal implementação no cotidiano escolar e, em especial, na disciplina de História. Assim, o presente trabalho tem como objetivo discutir os desafios da implantação do novo ensino médio nas escolas públicas, particularmente no ensino de história, em Santarém/PA. O trabalho consiste em um relato de experiência a partir da observação das atividades desenvolvidas nas aulas de História e de Projeto Integrado de Ensino (PIE) e nas reuniões de planejamento, realizadas no período de março a junho de 2023. O período de observação permitiu um vislumbre dos desafios enfrentados pelos professores, como a diminuição da carga horária, a necessidade de conciliação entre as demandas da

BANNERS

disciplina de História, a produção de projetos a serem desenvolvidos em PIE de Ciências Humanas e os prazos estabelecidos pela gestão escolar e a Unidade Regional de Educação (URE).

A TRAJETÓRIA DA INDÍGENA SABINA A PARTIR DA RESISTÊNCIA E SUBVERSÃO NO CONTEXTO DA ÚLTIMA VISITAÇÃO NA AMAZÔNIA COLONIAL (1763-1769)

Graduanda **Emily Vitória Paiva da Silva** (Unifesspa - PIBIC)

No processo de conquista e consolidação da presença portuguesa nas possessões ao norte de sua colônia na América, destaca-se a interseção entre domínio militar e ação dos poderes religiosos. Não por acaso, ao longo dos anos de 1763 a 1769, o Grão-Pará Setecentista vivenciou a última visitação do Santo Ofício português. Esta visita foi instrumentalizada como um recurso de repressão e coerção para o projeto de colonização pombalino. Além disso, a presença inquisitorial na Amazônia Colonial não se deu necessariamente pela preocupação com as práticas judaizantes, pois a visitação acabou atuando sobre práticas e crenças contrárias aos dogmas católicos, incluindo entre os chamados índios cristãos. Esta estrutura de poder de colonialidade, entendida a partir de Quijano (2005), implicou em uma forma de exploração, opressão e invisibilização dos povos colonizados, como os indígenas. A percepção sobre os ameríndios é evidenciada a partir da construção de uma demonização fortalecida pela associação de suas práticas culturais e religiosas ao Diabo, evidenciando o processo de desumanização e marginalização nesse contexto. Por isso, é necessário trazer uma perspectiva decolonial, que vise questionar e desafiar as narrativas hegemônicas e eurocêtricas, e valorizar as epistemologias, as culturas e as identidades dos povos colonizados. Sob essa perspectiva, este trabalho pretende analisar a trajetória da indígena Sabina que, embora amplamente denuncia-

da à mesa do visitador Giraldo José de Abranches, por pactuar com o Diabo, construiu a sua trajetória e identidade de gênero a partir do acesso ao sobrenatural. Por meio das práticas mágico-religiosas, Sabina subverteu as estruturas coloniais e religiosas, mesmo sendo considerada cristã, tendo adquirido a fama de feiticeira. Por fim, pretende-se refletir e dialogar sobre a abordagem dos estudos de história das mulheres e do gênero em relação aos sujeitos femininos indígenas, apontando para a necessidade de considerar as diversas formas de construção da feminilidade.

REDES DE SOCIABILIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE OS PROCESSOS DE LIBERDADE DO RIO GRANDE DO NORTE DURANTE O SÉCULO XVIII

Graduando **Enzo Antognoni Rangel Rosso Nelson** (UFRN)

O presente trabalho busca analisar as diferenças e semelhanças encontradas nos processos de alforrias dos escravizados durante o século XVIII, nas regiões dos termos das vilas de Arez, vila de Portalegre e cidade de Natal, capitania do Rio Grande do Norte. Dessa forma, para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizados os livros notariais das vilas citadas, disponibilizados pelo Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS/UFRN) por meio do projeto “Livros de Notas das vilas do Rio Grande do Norte: o cotidiano das vilas de Arez, Portalegre e Natal no século XVIII: a construção de um banco de dados para os potiguares”. Dessa maneira, o objetivo da pesquisa consiste em entender quais tipos de redes de sociabilidade esses indivíduos possuíam durante o período estudado e de qual forma os espaços geográficos exerceram influência nos processos de alforria desses povos escravizados.

O COMÉRCIO DE TERRAS NAS CAPITANIAS DO RIO GRANDE DO NORTE E PARAÍBA (SÉCULO XVIII)

Graduanda **Giovanna Costa do Amaral e Silva** (UFRN - PIBIC)

O presente trabalho objetiva compreender as dinâmicas do comércio de bens de raiz no Rio Grande do Norte e da Paraíba no decorrer do século XVIII. Dentre os diversos mecanismos de acesso à terra no período colonial, destacavam-se a concessão de sesmarias, a compra, a herança, a doação e o apossamento. Nesta pesquisa, interessa-nos especificamente trabalhar com as propriedades cuja venda foi registrada por notário, a fim de melhor compreender o funcionamento do mercado de terras na localidade. Sob tal ótica, serão analisadas 149 escrituras de compra e venda de terras na documentação cartorial de Natal, Arez, Portalegre, Vila do Príncipe e da Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó. Vale destacar o caráter fragmentário da documentação, de modo que não objetivamos realizar uma análise definitiva em relação ao mercado de terras nas referidas capitanias, mas visualizar algumas das características relacionadas ao processo de aquisição de bens via tabelionato, tais como a identificação do perfil social dos compradores e vendedores, a forma como as terras foram adquiridas originalmente, o preço médio praticado pelas vendas e os motivos apontados para a comercialização das propriedades. Ademais, o trabalho com a documentação das duas capitanias proporciona uma visão mais abrangente da propriedade de terras do período, na perspectiva de que as dinâmicas sociais e comerciais não estavam limitadas às fronteiras, sendo frequentes as relações econômicas, políticas e sociais entre indivíduos residentes em diferentes capitanias. As informações levantadas serão tabuladas em uma planilha de Excel, que permitirá compreender as características de um dos principais mecanismos utilizados para a aquisição de terras no período colonial.

A AGREGAÇÃO DOMICILIAR COMO MECANISMO DE AJUSTE. UM OLHAR PARA O FENÔMENO DENTRE A POPULAÇÃO FEMININA NA SÃO PAULO DE 1798 A 1802

Graduanda **Giovanna Turato Citron Silva** (USP)

Esta comunicação objetiva lançar um olhar para o fenômeno da agregação domiciliar dentre o grupo populacional de mulheres sós – solteiras, viúvas e casadas de marido ausente –, na cidade de São Paulo, no fim do século XVIII e início do século XIX, utilizando como fontes as listas nominativas de habitantes de 1798 e 1802. Sendo um fenômeno que ocorre majoritariamente dentre a população feminina, são focalizadas estratégias de sobrevivência de mulheres livres, em geral pobres, como a realocação domiciliar, incorporação de não familiares a um domicílio e manejo do trabalho, a partir de uma análise quantitativa e qualitativa dos dados de perfil demográfico, posição no domicílio, ocupações econômicas, posse escrava, maternidade ilegítima e tipos de domicílio, obtidos para cerca de 3.825 mulheres. Nesse sentido, também são observados os mecanismos próprios das fontes para coleta e apresentação de dados demográficos, os quais, apesar de muito revelarem, muito ocultam acerca do fenômeno da agregação. Com isso, essa perspectiva difere de estudos tradicionais sobre a atuação feminina no período colonial, os quais tendem a circunscrevê-la ao núcleo familiar, sob tutela masculina, e ao âmbito do privado, perdendo de vista a complexidade de sua vivência, a qual, sem a assistência do Estado, foi permeada por mecanismos não oficiais de ajuste, por acordos e auxílio mútuo, e, não se deve olvidar, pela exploração do trabalho. O que se revela, por fim, é que as formas de habitação e obtenção de renda adotadas pelas mulheres sós livres e pobres, apesar de possíveis, estavam imbricadas à moralidade de caráter patriarcal vigente, gerando limitações significativas à garantia da sobrevivência material desses indivíduos.

BANNERS

INQUISIÇÃO E MORALIDADE: UMA ANÁLISE DOS DELITOS SEXUAIS DA ÚLTIMA VISITA INQUISITORIAL À AMAZÔNIA COLONIAL (1763-1769)

Graduanda **Gislaine Ribeiro Rodrigues** (Unifesspa)

Este estudo aprofunda a análise dos delitos sexuais julgados pelo Santo Ofício na Amazônia Colonial durante a visitação de Giraldo José de Abranches, entre os anos de 1763 e 1769. Através de uma meticulosa análise da documentação inquisitorial, possibilitada pelo livro “O livro da visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão Pará (1763-1769)” de Joze do Amaral Lapa, este trabalho pretende compreender as dinâmicas sexuais da época e as concepções de gênero prevalentes no século XVIII. A Igreja Católica trabalhou com dedicação para suprimir toda e qualquer prática sexual no decorrer da sua história, mas não significa que os pecados tenham sido erradicados. Laura de Melo e Souza afirma que “o Brasil, colônia portuguesa, nascia assim sob o signo do Demo e das projeções do imaginário do homem ocidental.” (MELLO E SOUZA, 1986, p. 28). Portanto, fica claro que julgamento das terras brasileiras se inicia antes da colonização e se perpetua durante séculos, desta forma “o novo mundo era inferno por sua humanidade diferente, animalesca, demoníaca.” (MELLO E SOUZA, 1986, p. 77). Inserido em um contexto histórico marcado pela forte presença da Igreja Católica e sua doutrina rígida sobre a sexualidade, o estudo lança luz sobre a repressão às práticas sexuais consideradas desviantes da norma. Através de denúncias e confissões, pretendemos examinar os delitos de bigamia e sodomia. Ao entrelaçar a documentação inquisitorial com o aporte de obras clássicas e contemporâneas sobre gênero, sexualidade e inquisição como por exemplo, Ronaldo Vainfas, Yllan de Matos, Laura de Melo e Souza, o estudo oferece uma valiosa contribuição para a compreensão das relações de poder e das identidades sexuais na Amazônia Colonial. A pesquisa demonstra

como a repressão inquisitorial moldou a vivência da sexualidade e as concepções de gênero, evidenciando as complexas intersecções entre religião, moralidade e práticas sexuais.

OCUPAÇÃO E CONFLITOS DE FRONTEIRAS NAS CONCESSÕES DE SESMARIAS NA CAPITANIA DA BAHIA (1670-1679)

Graduando **Hiquel Moreira Dias** (UNEB/DEDC- II)

Esta pesquisa analisa os conflitos e a dinamização das fronteiras através da análise das cartas de concessão de sesmarias nos sertões da Capitania da Bahia durante a década de 1670 a 1679. Os documentos históricos que custodiam a pesquisa são as cartas de sesmarias registradas na Secretaria de Estado do Brasil que foram compiladas nos volumes I e II do código 427 do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), nos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (DHBN) e na sistematização realizada por Felisbello Freire em *História Territorial do Brasil* (1906), todas disponibilizadas na Plataforma SILB (Sesmarias do Império Luso Brasileiro). Na América Lusa, o sistema de sesmarias foi o principal mecanismo de ocupação de terras, constituindo uma das bases de reprodução econômica e política das elites luso-brasílicas. A leitura das fontes e o cruzamento de dados revelam aspectos concernentes ao fenômeno em análise, particularmente no que tange à dinamização das fronteiras sertanejas em um período crítico da história da expansão territorial da capitania da Bahia. A análise dos pedidos de terras através do sistema de concessão de sesmarias revela que a década de 1670 foi um período que registrou um forte movimento de interiorização dos colonos em direção aos sertões. As principais alegações que subsidiavam os pedidos de terras estavam ancoradas no dispêndio de forças na guerra contra os holandeses e sobretudo na guerra dos bárbaros, ambas utilizadas

como justificativas para garantir resultados mais favoráveis aos colonos. Notam-se concessões de terras a sertanistas envolvidos nestes conflitos com o objetivo de firmar ocupação em territórios que anteriormente pertenciam às populações indígenas. Ademais, essa retomada de ocupação do território incitou uma fiscalização mais rigorosa do poder régio, devido às arbitrariedades de processos anteriores, como imprecisões nas demarcações de terra e múltiplas concessões a uma mesma pessoa, em desacordo com as legislações vigentes sobre o acesso à terra. Estes conflitos de interesses sobre o direito à terra continuam a provocar debates até os dias atuais. Nesse contexto, percebe-se uma tendência a concessões menores, em comparação com décadas anteriores, além de discussões sobre o tamanho das terras diretamente relacionado ao seu aproveitamento efetivo. Isso resultou em uma ocupação mais conflituosa nas áreas de fronteiras ocupadas pelas populações indígenas e no reforço do status de nobreza da terra, que constituía um dos pilares de funcionamento das redes clientelares estabelecidas entre colonos e os administradores coloniais.

PAJELANÇA EM TEMPOS COLONIAIS: SABERES INDÍGENAS, PRECONCEITOS E RESISTÊNCIA CULTURAL

Graduando **João Luiz dos Santos Moreira**
(UFPA / Ananindeua)

Essa pesquisa busca desenvolver uma análise sobre a pajelança e a sua resistência durante o período colonial, onde sofreu com o preconceito dos colonizadores europeus influenciados pela sua visão eurocêntrica e crenças religiosas que viam essa prática como “magia negra”. Logo, busco analisar de que forma essa prática era utilizada pelos povos indígenas como um método medicinal para tratar várias questões de saúde, demonstrando como que o contato e o conhecimento com a natureza constroem esse saber, além de trazer benefícios às comunidades

daquele período, buscando também demonstrar de que forma os europeus utilizavam desse saber para se manter em um ambiente que não estavam habituados, e de que maneira eles lidavam com esse suposto problema que ao seu ver iria contra as suas crenças, deslegitimando os saberes indígenas e assim construindo uma justificativa para a colonização e a imposição do cristianismo. Desse modo, utilizo fontes que retratam como os povos indígenas e a pajelança eram marginalizados, mas também usados pelos colonizadores, auxiliando a sua adaptação nesse novo mundo e que resultou em uma diversidade religiosa, e a partir disso procuro mostrar como esse embate e junção de culturas se desenvolveram no período colonial e como pode ser visto até os dias atuais. Assim, é possível perceber como a pajelança e o conhecimento indígena desafiou os preconceitos do período, se tornou uma resistência cultural e influenciou a construção de uma identidade, tendo um papel fundamental na transformação social e cultural da sociedade.

MULHERES INDÍGENAS E NEGRAS ESCRAVIZADAS NA AMAZÔNIA (SÉC. XVIII): RESISTÊNCIAS, OPRESSÕES E APELOS DE ALFORRIA FEITOS A JUSTIÇA COLONIAL

Graduando **Josué Eryk Oliveira da Silva** (UFPA- PIBIC)

Graduando **Gabriel de Souza Pereira** (UFPA – PIBIC)

Ao examinar a história da Amazônia Colonial (séculos XV-XVIII), encontra-se registros de escravizados que resistiam às formas de opressão impostas pelos Senhores de Escravos. Isso contrasta com a visão generalizadora de muitos livros didáticos, que frequentemente retratam os escravizados como passivos frente aos processos de escravização e assentamento. As formas de resistência não se restringiam a danificar as máquinas dos engenhos ou a fugir para as florestas. Este estudo tem como objetivo demonstrar uma outra dimensão das resistências, protagonizadas por mulheres negras e indígenas, que bus-

cavam a liberdade através dos meios jurídicos disponíveis no século XVIII. A metodologia utilizada envolveu a análise dos requerimentos enviados ao Conselho Ultramarino, bem como dos códices 10 e 23 do Arquivo Público do Pará. Esses documentos fornecem informações sobre as justificativas dos pedidos de alforria, os métodos utilizados, as leis coloniais envolvidas e as apelações realizadas por essas mulheres na incessante busca pela liberdade.

MULHERES NA AMAZÔNIA COLONIAL: UMA PERSPECTIVA ARTÍSTICA-DIDÁTICA PARA AULAS DE HISTÓRIA

Graduanda **Kamilly Pantoja Navegantes** (UFPA /Ananindeua)

O projeto de extensão “Mulheres na Amazônia Colonial”, teve o intuito de levar para espaços não formais de ensino a história de mulheres desse período retratadas por meio da arte em colagem. Assim, as palestras sobre a temática e oficinas de arte que foram realizadas nas Usinas da Paz do Guamá e do Icuí localizados em Belém e Ananindeua respectivamente, teve como principal objetivo apresentar a história colonial por uma vertente pouco vista dentro dos espaços formais de ensino e em materiais didáticos: a história das mulheres. Dessa forma, foram selecionadas fontes como artigos que retratam as mulheres indígenas e negras no papel de protagonistas nos processos de resistências e sabedoria ancestral para serem apresentadas nas oficinas que resultaram em diversas colagens com perspectivas diversificadas a partir dos conhecimentos já existentes e que foram aprendidos durante o processo de explicação. A partir das experiências adquiridas na realização do projeto, a finalidade é apresentar os resultados das artes em colagem produzidas pelos participantes das oficinas nas Usinas, visando como a atividade pode ser utilizada como material didático nos espaços de ensino e como a arte pode influenciar no desenvolvimento criativo de crianças e adolescentes, no qual os mesmo podem

retratar o período artisticamente ultrapassando as barreiras do ensino de história colonial imposta pela historiografia tradicional, conhecendo o Período Colonial na Amazônia e as suas identidades, que não são retratadas com afincamento no ensino, assim podendo proporcionar voz, cores e representatividades a partir dessas mulheres.

MORAL E SEXUALIDADE NAS MALHAS DA INQUISIÇÃO: UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS PERPETUADAS NO GRÃO-PARÁ COLONIAL

Graduanda **Kathleen Karina Batista Silva** (UFOPA)

No âmbito desta pesquisa as questões sociais, religiosas e amorosas que permeavam as relações cotidianas dos indivíduos presentes no Estado do Grão-Pará e Maranhão no período concernente à segunda metade do século XVIII se manifesta enquanto um campo de pesquisa com amplas possibilidades de análise. Em um contexto de fiscalização da vida dos sujeitos a partir dos aspectos citados anteriormente, pretendo discutir acerca de uma das séries das ordens e ferramentas utilizadas pela coroa portuguesa e pela Igreja com essas perspectivas, destaco assim as ações realizadas em nome do Tribunal do Santo Ofício, a priori em Portugal, e posteriormente com suas visitas ao território colonial. Nesta perspectiva, este trabalho visa discutir acerca dos preceitos difundidos no Grão-Pará colonial, aos quais faziam referências a crimes contra a moral, contra a fé e crimes de lesa-majestade. Discutindo quanto às questões de gênero, morais e sexuais da época, possuindo enquanto foco as denúncias e confissões referentes ao crime de sodomia. Se tratando de uma pesquisa destinada a um trabalho de conclusão de curso, este compreende-se apenas como um dos aspectos a serem tratados. Nesta apresentação buscarei discutir as nuances presentes nas relações tecidas entre os funcionários inquisitoriais e o corpo eclesiástico durante a sua terceira visita, ocorrida

entre os anos 1763 a 1769, a partir das normas estabelecidas não só para a sociedade, mas utilizada também para fiscalização da própria Igreja. Tais análises serão realizadas a partir das denúncias e confissões presentes no *Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769)* de José Roberto do Amaral Lapa que realizou as transcrições desses processos. Por meio desta análise pretendo evidenciar as múltiplas narrativas tecidas entre os grupos inquisitoriais e eclesiásticos em consonância com a própria sociedade colonial que elaborou estratégias a partir dos fatores que se apresentavam.

ESPAÇOS DE MEMÓRIAS: UM OLHAR HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO

Graduanda **Leliane Correa Vieira**
(Arqueologia /UFOPA – PIBEX)

A Educação Patrimonial requer uma ação interdisciplinar dentro das ciências sociais para dialogar diretamente com vários públicos, através dos patrimônios culturais (SILVEIRA E BEZERRA, p. 89, 2007). Diante disso, o projeto Guia Histórico Cultural de Santarém foi fundamental para fomentar a Educação Patrimonial por meio do mapeamento dos espaços de memórias na cidade de Santarém, Pará. De acordo com arqueólogos e historiadores, Santarém é um espaço que reúne uma diversidade cultural, com acervos materiais e imateriais que estão armazenados em diversos setores públicos e particulares. Com objetivo de divulgar esses espaços através de um guia online, contando um resumo sobre a história que cada local, foi possível acessar essas histórias através de entrevistas realizadas durante o projeto desenvolvido pelo Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX). Conclui-se que os espaços de memórias em Santarém são importantes para contar a história da cidade por meio de outra perspectiva, valorizando a identidade cultural, visibilizando os patrimônios culturais, e salva-

guardando uma ancestralidade de vários grupos sociais. Portanto, a educação patrimonial desenvolvida pelo projeto foi eficaz por promover a inserção da população local nos espaços de memórias.

DO DISCURSO HISTORIOGRÁFICO AO LITERÁRIO: UM RETRATO INTERDISCIPLINAR DO PROCESSO INQUISITORIAL CONTRA BRITES FRAZÃO

Graduanda **Letícia Victória Alves Borba**
(Unifesspa – PIBIC / Fapespa)

Este estudo revisita o processo inquisitorial contra Brites Frazão, produzido entre os anos de 1548 e 1553, na cidade de Évora, motivado pelo delito de feitiçaria. Na historiografia acerca do tema, a sentença configura-se como o ápice da verdade histórica, contudo, essa parte do processo inquisitorial guarda, em sua maioria, relatos descritos pelas vozes dos inquisidores, narrativas restritas que não condizem com a totalidade do acontecimento, provocando um silenciamento histórico no que toca às vítimas desta instituição. Estas, por sua vez, ganharam um pequeno espaço de palavras redigidas pelos notários responsáveis por descrever toda sorte de relatos dos acusados durante o desenrolar dos processos. Por conseguinte, sabe-se que a história e a literatura transitam por meios distintos, mas decaem sobre o mesmo produto: a narrativa. Logo, o objetivo principal deste trabalho direciona-se para a utilização do produto que estas duas áreas do conhecimento fornecem, a narrativização, como um meio de construir novas “verdades”, sobrepostas àquelas antes estabelecidas pela historiografia oficial, criando assim, um novo panorama sobre a trajetória desta condenada, a partir de diferentes confissões e denúncias dos personagens que constituem a narrativa analisada. Seguindo esta conjectura, a metodologia empregue parte de uma análise dos acontecimentos históricos descritos no processo de Brites Frazão, para a

criação de um novo olhar sobre estes fatos, processo oportunizado pela lente literária. A investigação, possui como base bibliográfica, os estudos desenvolvidos por Hutcheon (1991), em sua *Poética do Pós-Modernismo*, onde a autora desenvolve o conceito de “metaficção histórica e justifica-se de modo que ao criar novas “verdades” sobrepostas aos parâmetros previamente estabelecidos pela historiografia oficial. Assim, é possível refletir sobre estas perspectivas, passando a compreender que não se pode pensar em uma “verdade” única, já que esta sempre se manterá no modo plural.

**ARS IMPRIMENDI, ARS REPROBANDI: PRODUÇÃO,
CIRCULAÇÃO E TRANSMISSÃO DE TRATADOS
ANTI-SUPERSTICIOSOS NOS ESPAÇOS IBERIZADOS
(SÉCS. XVI–XVII)**

Graduando **Lucas Albertini Leal** (FFLCH-USP/FAPESP)

A Época Moderna foi marcada pelo combate às chamadas “superstições” e “feitiçarias”, num esforço dos poderes instituídos de controlarem os corpos, mentes e espíritos através da ortodoxia católica. Nisto, inserem-se os tratados antissupersticiosos — uma literatura que compunha esse esforço consciente de disciplinamento dos cristãos —, que atendiam ao propósito político de confessionalização do Estado. Nesta apresentação, examinaremos dois tratados antissupersticiosos espanhóis, quais sejam: “Tratado de las supersticiones y hechicerías” (1529), de Martín de Castañega, e a “Reprobación de las supersticiones y hechicerías” (1538), de Pedro Ciruelo. Nosso objetivo é, através da cultura escrita, “historicizar” as relações materiais e intelectuais existentes no entorno dessas obras, e, através disso, explorar como foram produzidas, circuladas e transmitidas nos espaços iberizados entre os séculos XVI e XVII. Apesar da sua temática comum, as duas obras descreveram trajetórias (tanto materiais quanto intelectuais) bastante

divergentes, o que interferiu no seu impacto político a curto, médio e longo prazos, considerando que os seus agentes de produção eram igualmente agentes políticos, em seus próprios termos. Apresentaremos as conexões e os confrontos existentes entre esses agentes, que não raramente interagiam, seja de forma negociada ou conflituosa: leigos, eclesiásticos, inquisidores... Ademais, refletiremos sobre como essas obras contribuíram para a promoção da chamada “mentalidade inquisitorial”, discriminatória, persecutória e característica desses séculos. Além disso, pretendemos destacar a importância dessas obras na disseminação de ideias acerca da natureza (física), religião e superstição (metafísica) naquele período de intensas transformações culturais na Europa e no além-mar. Ao fim e ao cabo, debateremos sobre o quanto esses agentes revelam sobre a natureza do discurso antissupersticioso e sobre as suas consequências para as sociedades ibéricas peninsulares e coloniais, bem como oferecer um panorama acerca dos mecanismos de produção, circulação e transmissão dessas obras e ideias, e o seu papel nos processos de confessionalização e colonização.

BANNERS

POLÍTICA INDÍGENA E INDIGENISTA NA CAPITANIA DE SÃO PAULO NO GOVERNO DO MORGADO DE MATEUS (1765-1775)

Graduanda **Luiza Paula Monteiro Mota**
(Unesp / Franca – PIBIC / Fapesp)

A região situada entre os rios Paranapanema e Iguaçu, nos atuais estados de São Paulo e Paraná, era ocupada no século XVIII por um mosaico de nações e parcialidades indígenas falantes do tupi-guarani e do jê. O governador D. Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, o 4º. Morgado de Mateus, ao assumir o governo desta região em 1765, formulou uma política indigenista que respondia à política indígena destes grupos. Esta pesquisa visa identificar a política indígena na ca-

pitania de São Paulo entre 1765–1775 e mensurar sua influência sobre a política indigenista desse governador. As fontes históricas desta pesquisa são compostas de ofícios, cartas, relatos de expedições, portarias, entre outros documentos que fazem parte da coleção Morgado de Mateus conservados na Biblioteca Digital Nacional, da documentação publicada pelo Arquivo do Estado na coleção dos Documentos Interessantes para a História de São Paulo e da coleção de documentos digitalizados do Arquivo Histórico Ultramarino, o conhecido “Projeto Resgate Barão do Rio Branco”. O método empregado no levantamento de dados é qualitativo e norteado pela historiografia crítica mais recente da temática povos indígenas. Dentre estes estão os etnônimos dos povos que ocupavam a região, os quais são cotejados com dados recolhidos em fontes bibliográficas de etno-história e antropologia. O objetivo é entender como estes povos viviam e se organizavam. Até o momento, identificamos que a política indígena era praticada a partir da livre movimentação pelo território, organização e movimentos estratégicos na realização de acordos ou ataques. Cada vez mais pesquisadores estudam a política indígena colonial e como os governadores aplicaram o Diretório dos Índios (1755), porém ainda encontramos lacunas nos estudos sobre alguns governadores, como no caso do D. Luis Antonio de Sousa, da capitania de São Paulo. Com estudos e investigações como essa pretendemos contribuir para o avanço do tema.

O PAPEL DAS CONFRARIAS DE PRETOS COMO INSTITUIÇÕES NA VILA NOVA DE MAZAGÃO NO SÉCULO XVIII

Graduando **Maycom Cristyan Leal de Araújo**
(UFPA – PIBIC/CNPQ)

Sob as diretrizes do Marquês de Pombal, a Coroa Portuguesa decidiu fortalecer a presença lusitana no Brasil a partir de uma desocupação da fortaleza de Mazagão, na África. Em 1769, o povo

mazaganense passou por Lisboa e chegou ao Grão-Pará em 1770, estabelecendo-se no Amapá em abril de 1771. Como um povo se mantém unido em meio ao choque de dinâmicas sociais dessas regiões? Tal questão unitária deve-se em grande parte às Confrarias, associações religiosas católicas que promoviam o culto a santos e ofereciam um espaço para práticas religiosas e suporte mútuo. Essas associações proporcionavam organização e reconhecimento, permitindo que os mazaganenses, após anos de trânsito, encontrassem um ponto fixo de comunidade. Junto da análise do requerimento é possível entender que alguns ex-escravizados forros enxergavam nas confrarias o sistema necessário para poder promover a participação em uma rede de apoio que transcendia os desafios do cotidiano, proporcionando um sentimento de estabilidade em meio às mudanças. As confrarias emergiram como um dos pilares fundamentais para a manutenção da identidade coletiva e a coesão social dos novos mazaganenses, funcionando como instrumento de reconhecimento social. A participação ativa e o envolvimento nas atividades religiosas conferiam aos membros um status dentro da comunidade amazônica. Elas enquanto organização permitiam que os mazaganenses cultivassem tradições e costumes, enquanto também se adaptavam ao novo ambiente. Com as justificavas encontradas, entende-se que as celebrações religiosas que seriam organizadas pela confraria de Nossa Senhora do Rosário dos pretos de Mazagão não eram apenas eventos espirituais, mas também ocasiões para fortalecer os laços comunitários e afirmar a presença do grupo no território amazônico. Essas atividades proporcionavam uma oportunidade para expressar publicamente sua fé, tradições e solidariedade, estabelecendo assim ponto de referência cultural e religioso que ajudou a manter viva a identidade do povo em um novo ambiente.

AS ARTES DE CURAR INDÍGENAS ENTRE PERNAMBUCO E BAHIA (1569 - 1591)

Graduanda **Melissa Beatriz de Lima Silva** (UFPE – PIBIC)

Este estudo pretende identificar e ressaltar a contribuição indígena para o campo da saúde no período inicial da colonização da América Portuguesa. Parte-se da compreensão de que, na interação com os colonizadores, os conhecimentos medicinais cultivados pelos nativos moldaram o cotidiano da Bahia e de Pernambuco entre 1569 e 1591. O objetivo principal é mapear a contribuição de saberes botânicos dos Tupinambá para a saúde na região, bem como identificar seus usos e a forma como estes interagiram com a colonização do Brasil. A fonte primordial utilizada, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, de autoria de Gabriel Soares de Sousa, documenta o uso indígena medicinal de espécies como mandioca, jaborandi e copaíba, e permite refletir acerca da hierarquização do saber empreendida pela Europa ao situar à margem a produção empírica do conhecimento que sustentou seu projeto colonial. A prospecção em relatos de cronistas como Soares de Sousa e Fernão Cardim possibilita o mapeamento das plantas, suas origens e seus usos pelos indígenas e, por consequência, pelos colonos. O cotejamento das fontes propõe, em alguma medida, a reflexão acerca da imagem do indígena como protagonista – invisibilizado pela História – na dinâmica de construção de conhecimentos. Influenciada por abordagens teóricas decoloniais, de autores como Aníbal Quijano e Walter D. Mignolo, esta pesquisa torna-se relevante ao corresponder às demandas sociopolíticas que evocam reparação e justiça através da investigação de histórias ocultas dos currículos educacionais. Esta pesquisa justifica-se por explorar uma fonte quinhentista conhecida, sob uma perspectiva pouco examinada pela historiografia, na medida em que evidenciará os nativos brasileiros e seus modos de cura descritos pelas lentes de um autor português. Por fim, este trabalho pretende contribuir para a quebra de estereótipos que diminuem a complexida-

de organizacional e epistêmica das sociedades indígenas, reconhecendo e valorizando um conjunto de saberes empíricos que foram omitidos pela historiografia tradicional.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO FREI OTHMAR

Graduanda **Milena Gisela Gomes Costa** (Ufopa)

O Programa de Residência Pedagógica busca aprimorar a formação de futuros professores, integrando teoria e prática por meio de experiências nas escolas de educação básica. Implementado no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Oeste do Pará, o projeto foi levado a várias escolas públicas, incluindo a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Frei Othmar, sob a supervisão da professora preceptora Claude Anne Silvéria Diniz. Durante a aplicação do programa, os estudantes puderam colocar em prática os conceitos aprendidos na graduação, enfrentando desafios como a transição para o Novo Ensino Médio. Acompanhamos o desenvolvimento das turmas da 3ª série “303” em 2022 e da 2ª série “204” até o encerramento do projeto em 2024. Para a execução das aulas foram utilizados conceitos aprendidos durante a graduação, especialmente aqueles presentes nas obras de Flávia Caimi, Maria Auxiliadora Schmidt, Circe Bittencourt e Isabel Barca. Em fins do ano de 2022 foi implantado o Programa de Residência Pedagógica no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Oeste do Pará e os residentes foram designados para diversas escolas da rede pública de ensino da cidade de Santarém, no oeste do Pará. Uma dessas escolas foi a que fui designada, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Frei Othmar, sob a supervisão da professora preceptora Claude Anne e da docente orientadora Isabel Augusto. Foram alocados

como residentes nessa unidade escolar 5 discentes, sendo eles Jossana Ricelle, Willen Barbosa, Laura Júlia, Fernanda Carolynne e eu, Milena Gisela. A metodologia de trabalho sugerida pelo docente orientador e professor preceptor foi que começássemos com as atividades de observação, para que pudéssemos entender as dinâmicas da relação entre professor e aluno e em seguida passaríamos a ter os momentos de regência, em que a professora preceptora nos deixava responsáveis por toda a elaboração das aulas desde o plano de aula até o repasse de atividades avaliativas.

OS POVOS INDÍGENAS NO RIO TAPAJÓS: TROCAS E COMUNICAÇÕES COM OS VIAJANTES (1790-1822)

Graduanda **Raimunda Castro dos Santos**
(Ufopa – PIBIC/ Fapespa)

Com base em leituras realizadas sobre as expedições que adentravam no interior da Amazônia, com o intuito de atender, principalmente, as demandas e interesses da Coroa Portuguesa em seu processo de colonização e/ou ocupação, assim como de outros sujeitos envolvidos nesse processo, percebe-se que essas navegações representavam muito mais que apenas viagens ou relações comerciais. Nesse sentido, entender as relações estabelecidas entre os povos indígenas e as pessoas que realizavam as expedições pelo rio Tapajós entre os anos de 1790 a 1822, é de suma importância para esta pesquisa. Tendo em vista, que para este estudo importam questões mais específicas sobre as comunicações e trocas que os viajantes mantinham com as populações indígenas, se eram seguidas de confrontos, alianças ou negociações. Com isso, esta pesquisa busca analisar de forma minuciosa essas diversas relações, tendo como embasamento o trabalho de José Roberto de Amaral Lapa, “A economia colonial” (1973), que analisa a navegação entre o sistema “Arino-Tapajós” de maneira “ampla”,

não contemplando elementos específicos, de como ocorriam o contato com os povos indígenas. Dessa maneira, busca-se neste trabalho identificar os povos indígenas que habitavam no trajeto do caminho fluvial e de que maneira eles se relacionavam com os viajantes; as fontes utilizadas foram, dois relatos de viajantes, o primeiro se trata de uma expedição realizada por Miguel João de Castro e Antonio Thomé de França em 1812, no qual segundo os relatos, o contato com os povos indígenas foram amistosos com “trocas comerciais” e/ou sem comunicação (CASTRO; FRANÇA, 1868, p. 116). O segundo relato de viagem analisado foi o escrito por Hércules Florence, que relata que uma das populações indígenas encontradas foi a dos *Apiacás* os quais os viajantes obtiveram farinha de milho e porcos. Dessa maneira, para a efetivação da pesquisa serão analisadas produções historiográficas e fontes histórica.

O SANTO OFÍCIO NO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO NO SÉCULO XVIII: SOCIEDADE, MULHERES E PRÁTICAS HERÉTICAS

Graduanda **Sabrina Cardoso da Silva** (IFPA / Belém)

A visita do tribunal do Santo Ofício ao Grão-Pará e Maranhão em 1763 teve o propósito de reafirmar o poder da igreja e seus preceitos sagrados, alinhando-se à linha de pensamento que levou à criação da Inquisição, e do projeto do Marquês de Pombal para a Colônia. Este estudo fez uma análise documental de casos de bruxaria e feitiçaria oriundos dessa visita, duas denúncias e uma apresentação, as quais foram compiladas no livro “A visitação do Santo Ofício” por Amaral Lapa (1978), também foram feitas pesquisas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Estas heresias refletem uma historicidade enraizada nas interações culturais entre as tradições de matrizes africanas e indígenas, manifestadas em práticas ritualísticas. O primeiro

caso abordado nessa perspectiva é o de Luduvina Ferreira, uma mulher branca, denunciada por Constança Maciel, na denúncia consta que realizou um ritual de cura em conjunto com um indígena. O segundo caso é o de Joanna, uma escravizada negra denunciada por praticar “mandinga”, levando uma indígena a ficar em estado grave. Por último, foi analisado o caso da indígena Domingas Gomes, que se apresentou à mesa inquisitorial, relatando suas práticas de cura para quebrantos, havendo sincretismo entre suas crenças indígenas e os ensinamentos católicos. Esses casos são fundamentais para uma compreensão abrangente das relações históricas e sociais na região do Grão-Pará e Maranhão durante o período colonial, demonstrando como essas mulheres envolvidas em práticas heréticas de “bruxarias” e “feitiçarias”, continuaram a perpetuar as tradições africanas e indígenas. E averiguar o tratamento eclesiástico dessa tipificação, consideradas profanas pela Igreja Católica, mas fortemente presentes no Estado do Grão-Pará e Maranhão no século XVIII.

ANIMAIS FANTÁSTICOS E ONDE TRANSITAM: HISTÓRIA NATURAL E O TRÂNSITO DE ANIMAIS DO GRÃO PARÁ PARA LISBOA (SÉC. XVIII)

Graduanda **Thainara Karine Teixeira Moreira**
(Unifesspa – Bolsista/PIBIC/Fapespa)

Esse projeto é resultado de pesquisa de iniciação científica, onde temos como objetivo analisar o trânsito de animais que saem da capitania do Grão Pará com destino a Lisboa, e suas principais preocupações ligadas a esse processo. Muito embora saibamos que espécimes da fauna e da flora das colônias são enviadas desde o início da colonização, é no século XVIII que esse processo se intensifica. Devido a esse interesse no mundo natural das colônias, Portugal realizou um mapeamento dos recursos naturais presentes no território

ultramarino português, visando encontrar elementos que pudessem ajudar no desenvolvimento econômico do império. Ao se tratar da fauna da Amazônia portuguesa inúmeros animais foram transportados da capitania do Grão-Pará em direção a Lisboa, geralmente destinados às quintas reais. Nesse trânsito de animais, podemos perceber que a havia uma preocupação em capturar espécies exóticas e raras. Algumas espécies eram utilizadas na produção de materiais valiosos como as peles ou em estudos científicos afim de descobrir suas propriedades na medicina ou na indústria. A partir das fontes encontradas no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro e no Arquivo Histórico Ultramarino, a pesquisa tem como objetivos: Analisar o trânsito de animais que ocorreu no século XVIII entre a capitania do Grão Pará e Lisboa, e qual a finalidade desses envios, sendo em sua grande maioria animais raros e exóticos. Perceber como determinados sujeitos estavam envolvidos na exploração da fauna amazônica e no esforço de capturar animais distintos e exóticos. Utilizaremos o conceito de circulação para compreender como o conhecimento e itens da fauna amazônica transitam nesse espaço.

BANNERS

HISTÓRIA DE ÓBIDOS: O OLHAR DO ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS SOBRE ÓBIDOS COLONIAL

Graduanda **Tonia Maria Oliveira da Silva** (Ufopa / Óbidos)

Graduanda **Rosimara Silva Gomes** (Ufopa / Óbidos)

O presente resumo objetiva apresentar uma proposta de comunicação em banner que abordará um debate historiográfico sobre a obra “História de Óbidos” do autor Arthur Cezar Ferreira Reis. Na obra, “História de Óbidos”, o autor faz representações da cidade de Óbidos durante o período colonial. No ano de 1979, foi lançado o livro “História de Óbidos”, com 144 páginas, em um contexto que o Brasil vivenciava a ditadura militar. Diante do exposto a fonte de pesquisa,

que é a obra “História de Óbidos”, que teve uma circulação limitada em sua primeira edição exibida pela Revista Instituto histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), obteve reproduções sem alterações. A segunda edição foi pela editora Civilização Brasileira/MEC e se realizou graças a decisão do Governador Aloísio Chaves, que entendeu necessária a divulgação, no momento em que Óbidos passava a compor um dos pólos ativos do desenvolvimento regional e metodologia utilizada pauta-se na análise do discurso entorno da obra “História de Óbidos”, que no transcorrer dos capítulos do livro apresenta-se em formato sub-sequenciais. O autor faz representações da cidade de Óbidos em tempos coloniais pela governança de homens ligadas ao governo e a igreja. Portanto, ao compreender os caminhos desse discurso e suas vinculações com o contexto social e político, constata-se a exclusão da história social das classes subalternizadas, pois as elites acreditavam que deveria ter mudanças de hábitos e desejavam a “civilização”, sendo para isso necessário eliminar todos os vestígios de seus passados coloniais e práticas associadas às culturas indígenas e africanas, consideradas como atrasadas.

